VALENTIM F. BOUÇAS

# ESTUDOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

## MEIO SÉCULO DE TRABALHO

VOLUME II

Edições Financeiras S.A.
Rua Debret 23-sala 1107
Rio de Janeiro

ESTUDOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

336.81
B752

782 9 7 54

# PREFÁCIO

*Na apresentação do 1.º volume dêste livro procurei sintetizar os objetivos que me levaram a publicar meus principais trabalhos, sob o título de "Estudos Econômicos e Financeiros".*

*Com o intuito de transmitir aos meus filhos tôda a fôrça do meu entusiasmo, dêsse entusiasmo otimista e construtivo que considero, em todos os empreendimentos humanos, o princípio da vitória, focalizei em largos traços o início de minha vida e o meu ingresso na administração pública do país.*

*As lutas que se sucederam, as incompreensões inevitáveis, as dificuldades surgidas e contornadas tanto no setor público como no particular, representam um acêrvo considerável de experiência acumulada que certamente lhes será útil, se souberem aproveitar a lição que só a vida pode ensinar.*

*Também as realizações, o êxito obtido em várias emprêsas e missões, o sucesso técnico e administrativo, hão de atuar em seus espíritos como estímulo, indicando-lhes que o trabalho e a perseverança trazem-nos, sempre, pelo caminho do dever, a recompensa desejada.*

*E tudo isso aí está, em forma de artigos, discursos, conferências, pareceres, relatórios, ensaios. Têm êles, para mim e para os meus, significação especial, sentindo-me confortado pela circunstância de permitir o destino que pudessem ficar assim retratadas as principais fases de minha vida.*

*É bem certo que na primeira esquina estará sempre alerta o crítico que tem por mérito não fazer coisa alguma. E a vida nos tem ensinado que os plantadores do mal sòmente colhem desgraças para si. Infelizmente. êles se escondem em*

*tôdas as camadas sociais, sem esquecer aquêles que, por acaso e indigna proteção, galgam posições imerecidas. São cédulas aparentemente bem fabricadas, mas, por serem falsas, mais cêdo ou mais tarde serão eliminadas da confiança dos seus concidadãos.*

*

* *

*Em determinado instante coube-me paraninfar a turma de contadores de 1942, do Instituto Comercial Mineiro, de Juiz de Fora. Nessa oportunidade afirmei que "a fidelidade a si mesmo é condição indispensável à persistência ao trabalho e só o trabalho continuado traz o triunfo, com suas recompensas que confortam e fazem o homem rico dessa felicidade que se irradia e atinge os que o cercam e aos quais êle pertence". Como um reflexo das normas que sempre caracterizaram minhas atividades, quer nos trabalhos de ordem técnica ou doutrinária, em que a ponderação e a objetividade são fundamentais para a exposição dos princípios e pareceres, quer nos artigos e comentários, onde o imediatismo e a vivacidade da crítica permitem o extravasamento de conceitos menos ortodoxos e a expansão exuberante de aplauso ou de restrição, sempre estará nìtidamente consignado o princípio de fiel observância ao que se contém naquele pensamento.*

*A fidelidade de propósitos e a persistência ao trabalho são fatôres decisivos e indispensáveis, principalmente àqueles que, seja qual fôr a situação, teimam em servir, desinteressadamente, ao Brasil.*

Rio de Janeiro, setembro de 1953

VALENTIM F. BOUÇAS

# ACÔRDOS DE WASHINGTON (*)

"Sejam as minhas primeiras palavras, dirigidas à Liga de Defesa Nacional, o agradecimento pela honra que me concedeu, convidando-me para proferir esta palestra sôbre aspectos atuais da economia brasileira.

Desejo, também, prestar especial homenagem a esta instituição que é a casa dos jornalistas. Quem conhece os problemas de ordem econômica e as dificuldades do momento, sabe perfeitamente que os homens de imprensa são dos que mais sofrem na atualidade. A deficiência do transporte, ocasionando a escassez da matéria-prima, faz com que êles atravessem uma hora de grande sacrifício. Apesar disso, todos os dias podemos ler notícias sôbre o que se passa em nosso país e no mundo, mantendo o nosso espírito esclarecido e alertado e conservando a nossa fé e entusiasmo na vitória da causa por que se batem as Nações Unidas, que é a causa da liberdade!

Nunca houve momento histórico tão propício como êste para dar conhecimento ao povo brasileiro do que se passa no âmbito da nossa econômia; julgo, mesmo, que é uma obrigação informar a opinião pública do que ocorre neste setor, pois que sôbre a economia repousam o engrandecimento e a segurança da Pátria.

## *Antecedentes de um grandioso esfôrço*

Convidado a dizer algumas palavras sôbre o Vale Amazônico e o Vale do Rio Doce, não me parece justo entrar na ma-

(*) Apanhado taquigráfico da Conferência pronunciada, em março de 1943, no auditório da A.B.I, a convite da Liga de Defesa Nacional.

téria sem rememorar primeiro, os fatos que antecederam o esfôrço para o grandioso ressurgimento dessas regiões.

Temos ainda vivos na memória os dias agitados que encerraram o ano de 1930 e abriram o de 1931.

Getúlio Vargas, chefe govêrno provisório, detreminava, então, que fôssem minuciosamente examinadas as contas que tínhamos com a finança internacional. Todos sabem o que representava o montante das nossas dívidas externas. Era algo tão confuso que não conhecíamos na União, nos Estados e nos Municípios, o que recebêramos e o que devíamos! A contabilidade, na sua maior parte, era feita no estrangeiro. Se é verdade que tínhamos adquirido a independência política em 7 de setembro de 1822, não é menos exato que o Brasil só começou a pensar, definitivamente, na sua independência econômica e financeira, após 1930!

Se fôssemos passar em revista todo o formidável trabalho orientado pelo então ministro da Fazenda, Dr. Oswaldo Aranha, à frente da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios, seria necessário folhear os 14 volumes que, sob o título de "Finanças do Brasil", evidenciam a magnitude da obra levada a efeito em cêrca de 3 anos.

Graças a êsse empreendimento, a 5 de fevereiro de 1934, foi promulgado o decreto 23.829, conhecido como "Esquema Oswaldo Aranha", e pelo qual o Brasil, após ter conferido e acertado suas contas com os banqueiros, determinava o valor do pagamento que de fato devia fazer. Iniciou-se, assim, a liquidação dos nossos compromissos reais, com a justa classificação de todos os credores.

E' preciso não esquecer a luta titânica que tivemos de sustentar, então. Algumas vêzes foi o govêrno chamado até de comunista, ùnicamente porque defendia aquilo que era nosso.

Basta olhar êste quadro da dívida externa, para mostrar qual a política traçada e executada pelo chefe do govêrno provisório, hoje presidente da República!

Verificamos que desde 1822, à semelhança de uma bola de neve, foram crescendo os nossos compromissos externos; e, ante a impossibilidade de pagamento, outros empréstimos e

"fundings" se sucediam, a ponto de, em 1930, devermos 267 milhões de libras-ouro!

Acertadas as nossas contas pela primeira vêz depois de 110 aos, o Brasil, côncio de suas responsàbilidades e deveres, começa a resgatar seus compromissos, reduzindo-os, de acôrdo com o quadro que ali vemos!

Eis aí perfeitamente delineada a política do presidente Getúlio Vargas, política de boas contas, fazendo bons amigos.

E se isso não bastasse, lembraríamos ainda o decreto 2.085, de 8 de março de 1940, promulgado quando a humanidade já fôra atingida por êsse cataclismo que é a guerra, renovando o "Esquema Oswaldo Aranha", a fim de que, baseado em novos estudos, efetuados pelo titular da pasta da Fazenda, Dr. Arthur de Souza Costa, fôsse retomado o pagamento da nossa dívida externa.

No momento em que outras nações procuravam meios e modos para não continuar honrando os seus compromissos, alegando as dificuldades existentes, o Brasil oferecia um exemplo edificante, através dessa resolução, uma vêz que suas dívidas estavam conferidas e representavam aquilo que realmente devia pagar!

### *Rumo aos planos superiores da policultura*

Com o acêrto das nossas dívidas coincidiu a mudança da orientação da nossa política econômica. Datam dessa época os nossos primeiros esforços para nos desvencilharmos das cadeias da monocultura e nos elevarmos ao plano superior da policultura.

Quando, em 1930, observamos o quadro do nosso comércio exterior, víamos que um só produto — o café — figurava com 90% do total das nossas exportações.

Podemos repetir agora o que já afirmamos em 1940, isto é, que o Brasil vem substituindo uma política econômica de "sobremesa" por uma política de real valor. A política do cacau, da laranja e da banana está cedendo passo à dos produtos básicos.

Olhemos o que se passa entre nós. Entre outros, três principais produtos constituem o nosso objetivo: o petróleo, — sangue da nação, — cujas pesquisas se vêm ativando com os mais promissores resultados; o ferro e o aço, — ossos da nação, — cuja exploração e produção já se desenvolvem em larga escala, culminando com a instalação da grande siderúrgica em Volta Redonda, e por fim a borracha — músculos da nação, — cuja extração ressurge e cuja industrialização se processa em rítmo acelerado.

Êsse corpo se formará para que o Brasil apareça no concêrto das nações como um país de primeira grandeza, porque, de fato, sem aquêles elementos, os únicos que fazem uma pátria forte, não poderemos transmitir intactos aos nossos filhos aquilo que recebemos dos nossos antepassados — a nossa gloriosa terra!

Cabe ainda acentuar que o Brasil, neste instante, é uma das nações mais felizes do universo. A tranqüilidade e o confôrto que desfrutamos são de tal ordem que dêles não nos apercebemos. E ainda há alguns que reclamam ùnicamente porque demoram 15 ou 10 minutos, em fila, à espera do ônibus... Entretanto, esquecem-se de que em muitos países as filas se multiplicam, não em busca de transporte, mas para obter um pedaço de pão.

Para mantermos essa felicidade e conservarmos a posse da preciosa herança que recebemos dos nossos maiores, torna-se necessário a união dos brasileiros e a sua decisão de trabalhar sem fadiga a fim de conseguir os produtos chamados estratégicos, os quais garantirão a nossa independência econômica e a vitória dos povos que lutam em defesa da civilização cristã.

Devemos ser dignos daqueles que durante 400 anos se empenharam em construir esta grande nação e que para resguardar a integridade de 8.500.000 quilômetros quadrados, edificaram, sem medir sacrifícios, 177 foratlezas ao longo das nossas fronteiras e das nossas costas, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. O símbolo da abnegação, que são êsses baluartes, deve servir de exemplo a nós outros civis para que trabalhemos

cada vêz mais — nós que vivemos contentes e felizes em nossas casas — a fim de auxiliar os que vestem farda e que juraram ante a bandeira dar a sua vida em benefício da Pátria!

### *O Presidente na Amazônia*

Relembremos, agora, a visita que o presidente Getúlio Vargas fêz à Amazônia, e o notável discurso que proferiu a 10 de outubro de 1940. O homem do extremo sul ia ao extremo norte para levar a sua mensagem de confôrto e de estímulo a um grupo de heróicos e modestos brasileiros que há longos anos, isolados naquelas brenhas inóspitas e longínquas, eram verdadeiras guardas avançadas da nacionalidade.

Nesse discurso o presidente Getúlio Vargas planeou o novo edifício, obra majestosa que bem simboliza o Brasil dos nossos dias! Toma impulso a partir dêsse momento a marcha ascensional dessa região, — abolido para sempre o trabalho quase escravo surgido ao templo do "El-Dorado", implantando-se o trabalho livre e dignificante como merecem aquêles que ali vivem!

Dois anos após, sua excelência incumbia o mui ilustre ministro da Fazenda, Dr. Arthur de Souza Costa, de ir aos Estados Unidos e a negociar e firmar os hoje denominados "Acordos de Washington".

Façamos um pequeno resumo do que representam para a economia nacional êsses acordos.

*Aniagem* — Por êste acôrdo os Estados Unidos se obrigaram a adquirir o saldo exportável de aniagem brasileira, fabricada com fibras nacionais ou importadas, até o limite de 150 milhões de jardas, no valor global de Cr$ 359.910.000,00.

*Babaçu* — Por êste convênio se realizarão vendas estimadas em 290 mil toneladas de óleo e amêndoas, no valor de Cr$ 822.864.000,00.

*Cacau* — Vendemos aos Estados Unidos 1.300.000 sacas de cacau, valendo Cr$ 201.081.000,00.

*Café* — As aquisições do nosso principal produto de exportação permitiram ao Brasil colocar o saldo de sua quota ca-

feeira de 1941-42 que orça em 3.200.000 sacas, além de assegurar para a safra de 42-43 uma venda mínima de 9.300.000 sacas, que representam, no total, Cr$ 2.047.500.000,00.

*Castanhas* — Êste acôrdo assegura a venda de 10.500 toneladas de castanha da safra de 1942, no valor de ..... Cr$ 21.892.000,00.

*Ipecacuanha* — Por êste acôrdo colocamos o saldo exportável da produção brasileira cujo valor se pode estimar em Cr$ 17.000.000,00.

*Linters de Algodão e Hull-fiber* — Por êste acôrdo negociamos o saldo exportável da nossa produção anual, no valor de Cr$ 91.664.000,00.

*Mamona* — Durante a vigência do convênio venderemos todo o saldo exportável de bagas e óleo de mamona até o limite de 200.000 toneladas inglêsas, montando o seu valor a Cr$ 279.000.000,00.

*Minério de Ferro* — Êste tratado garante o financiamento de Cr$ 280.000.000,00 destinados à reconstrução da Estrada de Ferro Vitória-Minas e ao reaparelhamento das minas de Itabira, tendo sido estipulado que o pagamento dêsse crédito se fará no prazo de 25 anos, descontando-se 15% sôbre o preço de minério exportado. O preço do minério foi fixado em Cr$ 100,00 por tonelada, durante três anos, o que representa o valor de Cr$ 450.000.000,00 nesse período.

*Timbó* — Por êste acôrdo o Brasil venderá cêrca de... Cr$ 64.000.000,00 de raízes de timbó em fragmentos triturados ou pulverizados.

*Borracha Bruta* — Tendo em vista os recursos e as facilidades de que hoje dispomos para o desenvolvimento da produção da borracha, não será de admirar que esta alcance nível absolutamente imprevisto, além de tôda a expectativa durante a vigência do acôrdo. Entretanto, preferimos ser prudentes e utilizarmos bases pessimistas para a avaliação dêste convênio. Calculamos, assim, em 150 mil toneladas a exportação do excedente do nosso consumo, no valor de ..... Cr$ 2.100.000.000,00.

*Borracha Manufaturada* — Dentro do regime de quotas de suprimento de artefatos de borracha às nações americanas, estabelecido por mútuo acôrdo entre o Brasil e os Estados Unidos, — o nosso país venderá cêrca de..... Cr$ 1.000.000.000,00, sòmente de pneumáticos e câmaras de ar.

Outros produtos estratégicos, notadamente o cristal de rocha e a mica, estão sendo exportados com exclusividade para os Estados Unidos, devendo ser firmados em breve os respectivos acordos. Somando-se o total das vendas efetuadas em 1942 e o das previstas para 1943, aos algarismos já citados, teremos o total de mais de Cr$ 9.000.000.000,00.

Êstes dados comprovam os ingentes esforços feitos pelos nossos homens públicos, no sentido de preservar a economia nacional de choques e desníveis violentos que a guerra acarretaria sem dúvida, do que temos exemplos em inúmeros países.

Não obstante, murmuram-se às vêzes nas esquinas e nos cafés levianas críticas aos nossos dirigentes. Quanta injustiça e quanto mal fazemos, irrefletidamente. Cada palavra de pessimismo, cada palavra de intriga, representa uma punhalada que cravamos em nossas próprias costas!

*Benefícios efeitos de uma política de valorização.*

O que se patenteia através dos acordos de Washington são os benéficos efeitos da nova política do Govêrno, com o fomento e a valorização do potencial econômico pela diversificação das atividades produtivas.

Os Estados da Amazônia ressurgirão vinculados a uma sólida economia, produzindo a borracha sôbre a qual alçam vôo os pássaros metálicos da liberdade; outros Estados, secundando esta obra ciclópica, extraem da sua flora os óleos vegetais destinados aos explosivos que reduzirão o inimigo ao silêncio; e ainda outros dando a mica, o quartzo, os linters e tantos outros produtos de que carecem as Nações Unidas para suprimento das suas fôrças armadas; e por fim o Vale do Rio Doce produzindo ferro. Esta região merece referência tôda

especial. Nela não teremos apenas o escoamento do minério de ferro que correrá do Cauê até o pôrto de Vitória! Não! Ali nascerá uma nova civilização. Valemo-nos do feliz simbolismo do ministro Souza Costa, para afirmar que, tal como o rio sobrepujando tôdas as dificuldades, todos os obstáculos, até jogar-se ao mar, assim também atingiremos o nosso objetivo, triunfaremos graças ao nosso esfôrço e de nosso trabalho surgirá uma nova éra de prosperidade econômica para o país, trabalho êste que se deve à compreensão entre o Brasil, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha!

Histórias longas foram publicadas sôbre Itabira e sôbre essa imensa montanha de ferro que se chama Cauê... Parece, entretanto, que o destino, por uma coincidência notável, reservou a Minas Gerais esta honra extraordinária: foi ali, naquele Estado, que, no fim do século XVIII, pela primeira vêz se levantou a bandeira da liberdade, no Brasil; e é ali, neste momento, que nós e os nossos aliados vamos buscar o ferro para forjar as armas que hão de dar a liberdade ao mundo!

Passemos agora, meus senhores, à Amazônia. O rio Amazonas, escreveu-o Raimundo de Morais, é formado por rios de três côres: os das águas verdes, Xingu, Tocantins e Tapajoz, — espelham a côr das matas do chapadão central, de onde descem; os das águas brancas, — Javari, Juruá, Purus, Madeira — derivam dos altiplanos andinos e refletem a alvura das geleiras das grandes altitudes; os das águas negras, — Jamundá, Negro e Trombetas, — provindos da Guiana, lembram as trevas das florestas densas onde o sol jamais penetra. Rios diferentes, rios que correm por terras estranhas, caudais várias de aspecto e de formação, que se fundem num só tronco e caminham para um só destino, assim como os homens de longínquos berços e de tôdas as origens, que povoam o grande vale, se unem numa comunhão perfeita para alcançar um mesmo objetivo!

Sabemos perfeitamente o que foi a epopéia de 30 anos de sacrifícios, após a época do "El-Dorado". Mas é necessário ir à Amazônia para conhecer essa gente encanecida em longos anos de árduos trabalhos; olhar essa gente que, apesar de seus

cabelos brancos, continua a trabalhar pela pátria, com o mesmo amor, entusiasmo e devoção!

Quisera poder descrever com as côres fiéis da realidade as reuniões que tivemos na Amazônia. Seringueiros e seringalistas, aviadores e usineiros e até mesmo regatões, depois de conhecerem a nossa missão e as necessidades do país, transmitiram-nos com o apêrto de mão da despedida, como que um juramento sagrado, para ser trazido ao Govêrno: — Se em 1942 produzimos tantas toneladas de borracha, pode garantir ao presidente Getúlio Vargas que em 1943 produziremos o dôbro!

Quando verificamos que naquelas paragens a tantos milhares de quilômetros da Avenida Rio Branco, longe dos arranha-céus e do confôrto das cidades, encontramos homens fortes e de caráter puro, pensando apenas no Brasil, enche-nos de justo orgulho o ser brasileiro!

Cabe aqui uma explicação sôbre o preço da borracha fixado no acôrdo cuja celebração obedeceu à orientação do senhor presidente da República e cuja execução foi por Sua Excelência confiada ao ministro Souza Costa.

Entre fevereiro e março de 1942, o ilustre e saudoso Dr. Leonardo Truda, em telegrama enviado ao Sr. ministro da Fazenda, que se achava em Washington, lembrava o perigo de se levantar demasiadamente o preço da borracha, porque isso poderia trazer graves inconvenientes à indústria nacional. Entretanto, o ministro Souza Costa, tendo diante de si o pensamento do Sr. presidente da República, procurou orientar as discussões no sentido de fixar um preço equitativo que consultasse ao mesmo tempo os interêsses dos produtores e industriais brasileiros.

*A estabilidade dos preços e a garantia do trabalhador*

Dizia o Sr. presidente da República que "ao Brasil não convém a política dos banquetes, porque a êstes só comparecem os que têm casaca para vestir"! Acrescentando ainda: — "O

de que precisamos é a estàbilidade dos preços e que não falte o prato de comida quotidiano no almôço e no jantar do trabalhador brasileiro"!

Naquelas circunstâncias e em meio à boa vontade que encontrávamos ao negociar os acordos, não seria difícil conseguir um preço alto. Difícil seria resistir à tentação da riqueza e cingir-se a um preço justo e estável. Tínhamos diante de nós o "El-Dorado" que se fôra. E se é verdade que as riquezas chegam muitas vêzes a acumular montanhas, não menos verdade é que entre estas se formam também vales profundos de miséria!

Que foi feito então? Firmou-se um acôrdo, cujo preço justo e estável permitiu a aplicação de uma elevada soma na melhoria do transporte, na defesa sanitária da Amazônia e na mais ampla assistência social ao trabalhador dos seringais.

Assim é que, por um outro acôrdo com o Coordinator of Inter-American Affairs, os Estados Unidos colocaram à nossa disposição cinco milhões de dólares para serem aplicados no saneamento do Vale Amazônico. Esta tarefa vem sendo realizada pelo Serviço Especial de Saúde Pública que o Ministério da Educação e Saúde mantém na região com a colaboração de médicos especialistas norte-americanos.

Ela nos faz lembrar os trabalhos memoráveis de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, quando por todos os lados se abriam valas e viam-se bandeiras, indicando a presença de homens combatendo e exterminando os focos de mosquitos! E' o que ocorre atualmente em Belém e Manaus, no Tapajoz, no Javari, no rio Negro. Por tôda parte existem postos médicos, centros de saúde, dispensários flutuantes, enfermarias e hospitais. Esta é uma das obras grandiosas que se está levando a efeito, graças ao espírito de cooperação. Constatamos ali uma união absoluta entre as autoridades brasileiras, federais, estaduais e municipais e as autoridades norte-americanas.

Para os serviços de assistência médica ao trabalhador faltavam, entretanto, as ambulâncias que na Amazônia diferem das que aqui possuímos. Ali o que se emprega são as embar-

cações e estas, com a queda da borracha, foram desaparecendo sucessivamente e hoje elevam-se a 200 os navios de grande e média tonelagem dali retirados!

Surgiu, então, em modesto estaleiro, na localidade denominada Curro Velho, uma equipe de brasileiros da nova geração que aí projetam e constroem barcos de madeira, em substituição aos que importávamos, para levar aos habitantes dos altos rios os recursos da medicina.

No setor das comunicações, somos ainda beneficiados com a aplicação de avultadas somas na aquisição de inúmeras embarcações para o transporte dos homens que se destinam aos seringais e para o transporte da borracha, que dali se extrai. Grandes navios para conduzir de 1.000 a 1.500 homens com três e quatro "decks" como os que vemos no Mississipi, já nos foram cedidos e brevemente estarão singrando as águas amazônicas. Inúmeros motores e mais de 140 pequenas embarcações já se acham em caminho da Amazônia.

O abastecimento de combustível também é parte do programa do desenvolvimento da região e igualmente neste setor nada nos tem faltado. O fornecimento de petróleo, gasolina e querosene se processa regularmente, assim como o de carvão.

Os campos de pouso construídos em grande número em tôda a região Amazônica constituem também outro benefício de inestimável valor que se tornarão para sempre patrimônio nacional.

Mas a produção da borracha não se poderia desenvolver na medida das necessidades do Brasil e dos seus aliados, sem que para isso contássemos com o material e equipamento indispensáveis à sua extração. Vários grandes lotes de instrumentos de trabalho chegam constantemente a Belém e daí são distribuídos aos seringueiros a preço do custo. Isto constitue por assim dizer mais uma bonificação sôbre o preço contratual da borracha.

Não haverá para a borracha um preço artificialmente elevado, mas não devemos esquecer que a diferença de preço, que podia ter sido obtida, constituiria um perigo, após o têrmo do acôrdo. No entanto, essa diferença existe a nosso favor, porém,

sob a forma de um benefício geral para a coletividade, como um patrimônio comum, isto porque caminhamos para um mundo novo, onde a felicidade do homem só pode ser concebida em face de uma felicidade de ordem geral. Não podemos mais admitir que apenas um homem seja feliz, num mundo de infelicidades! O que desejamos e para êste fim se encaminham os nossos esforços, é que o seringueiro ao voltar ao seu lar na floresta imensa e agressiva, não mais encontre sua mulher debruçada sôbre o filho ardente em febre, mas um ambiente feliz, saudável, graças às obras de saneamento e assistência que o Govêrno vem realizando!

### *A política da boa vizinhança*

Só então começamos a compreender o significado da política da boa vizinhança, que muitos não sabem apreciar, e que tem inspirado os mais leais entendimentos entre as nações americanas inclusive os que se realizam entre os presidentes Roosevelt e Vargas!

E qual a política que podia convir ao Brasil? Que política satisfaria a um povo, como o nosso, que deseja trabalhar pela liberdade? Apenas uma: a de boa vizinhança. Porque, vejamos ràpidamente o que se passa na Europa, com o nazismo. Nem mesmo os seus vizinhos mais pacíficos escaparam à sua sanha. Suas fronteiras foram invadidas e seus habitantes, transformados em verdadeiros rebanhos de homens condenados a viver na escravidão! Essa é a política que combatemos e contra a qual contrapomos a política da boa vizinhança, bandeira sob cujas dobras batalhamos pela liberdade, ao lado dos povos livres!

Como prova dessa política de plena colaboração deve-se ainda salientar a criação do Banco de Crédito da Borracha, cujo capital foi subscrito pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos e cujas atividades, orientadas por brasileiros e norte-americanos completam no setor financeiro os esforços que o país realiza para reerguer uma das mais ricas de suas regiões.

E' preciso conhecer os acordos para ver como as boas contas fazem bons amigos, e como depois das boas contas podemos trabalhar de igual para igual, sem receio de espécie alguma.

O acôrdo do café tem sido, às vêzes, alvo de críticas e alega-se que êle não passa de um mero entendimento financeiro. E' uma grande inverdade. Vendemos aos Estados Unidos o restante da nossa safra do ano passado, avaliada em mais de três milhões de sacos, e mais de nove milhões da safra de 1943. Podem alguns argüir que os pagamentos ainda não estão sendo efetuados. E' preciso não esquecer, entretanto, que quando adquirimos apenas um pequeno imóvel ou realizamos um negócio, torna-se indispensável atender a uma série de formalidades, em geral demoradas. Assim sendo, que não ocorrerá numa operação vultosa como essa, de cêrca de 2.500.000,00 de cruzeiros. Há necessidade dos homens de Govêrno passarem em revista inúmeros documentos, verificar dados, o que demanda certo lapso de tempo. Estamos tranqüilos, entretanto, porque os preços do café não caíram e porque a sua colocação está assegurada. E por que há tranqüilidade? Porque quando o ministro Souza Costa assinou o acôrdo com os Estados Unidos, endossava-se naquele momento uma promissória que havia sido descontada sôbre a confiança de tôda a economia brasileira!

Da mesma maneira, pergunta-se porque embarcamos tôda a nossa borracha para os Estados Unidos, quando talvez pudéssemos vendê-la, por maior preço a outrem. E' que os Estados Unidos garantem o preço, durante cinco anos, além de gastarem, neste momento, mais de 20 milhões de dólares, no desenvolvimento do Vale Amazônico. O preço, pago pelos Estados Unidos é, pois, mais do dôbro do que foi convencionado. Ainda mais: se para lá enviamos o saldo exportável da nossa produção gomífera, não é menos verdade que de lá estamos recebendo grandes quantidades de produtos manufaturados de borracha destinados às fôrças armadas.

Tudo isso, entretanto, ainda não pôde ser levado ao conhecimento de uma grande parte do público, por motivos fáceis de compreender. Alguns há, porém, que querem deliberada-

mente ignorá-lo, visto acharem mais interêsse em ouvir a hora de Berlim do que a Hora do Brasil!

*O máximo apôio à amazônia*

E' preciso considerar, portanto, que temos de dar o máximo do nosso apôio para o desenvolvimento da Amazônia.

Tenhamos presente o quanto nos vale a borracha, sobretudo neste momento. Se os nossos lares estão tranqüilos e felizes é porque nossos céus e nossos mares se acham protegidos pelos pássaros metálicos confiados às mãos hábeis dos nossos pilotos que com a Marinha de Guerra são a guarda avançada da soberania da nação! Mas êsses pássaros para alçarem vôo devem estar calçados com pneumáticos de borracha. De igual modo a nossa integridade territorial acha-se confiada ao Exército, cujas fôrças mecanizadas rodam também sôbre borracha.

Ao fundo dêste quadro sobressai a figura do seringueiro, ignorada talvez de muitos que aqui se encontram. Êle é dos mais bravos dos nossos soldados, conquanto tenha por armas apenas a espingarda que o defende das feras e a faca com que sangra a árvore. Humilde e trabalhador, parte antes do alvorecer para a sua colheita diária do látex, levando à cabeça o "araponga", a lâmpada que lhe ilumina os passos, deixando livres as mãos para a defesa e para o trabalho. Assim se sucedem os dias dêsse valente num labor monótono, perigoso e obscuro, cercado pela mais completa solidão. Sòmente na selva se aprende o sentido verdadeiro da palavra solidão!

Os fatos atestam que as promessas contidas no memorável discurso do Rio Amazonas muito cedo se vão tornando em realidade e que o programa nêle delineado executa-se com absoluta fidelidade, já se podendo divisar o sólido embasamento sôbre o qual se está erguendo a estrutura econômica daquela vasta região.

O plantio racional da seringueira, o aperfeiçoamento da técnica de produção, a assistência médico social ao trabalhador, a defesa sanitária da região, o plano geral de transporte, o financiamento da produção, o fomento da produção de gêneros

de primeira necessidade, a colocação e fixação do homem à gleba, asseguram que jamais voltaremos aos negros dias que se sucederam à derrocada da borracha.

Estas máquinas que aqui vemos, cujos modelos foram introduzidos no Brasil, vindos de Singapura, graças à visão do presidente Getúlio Vargas, são hoje construídas em São Paulo e mais de 3.000 já se acham em funcionamento nas regiões produtoras de borracha, laminando e estampando o produto com o que obtemos tipos padronizados de alta qualidade, que poderão concorrer nos mercados mundiais.

Terminando, desejo salientar que o grande caminho já percorrido para a realização do programa de expansão da borracha é o resultado da conjugação dos esforços de tôdas as entidades públicas ou particulares que vêm dando sua infatigável contribuição para o êxito dêsse grandioso empreendimento.

A Mobilização Econômica, através do Semta, vem caminhando para Belém, num esfôrço titânico, 50.000 trabalhadores recrutados em várias regiões do país. Realizando parcialmente esta incumbência, o Semta demonstrou que através do Pirapora, do S. Francisco, do Ceará, do Maranhão, pode-se estabelecer uma rota estratégica que ligará os extremos brasileiros. Melhor do que ninguém, os militares, que conhecem as dificuldades para o transporte de uma tropa de 10 ou 20 mil homens, disciplinados e instruídos, quando precárias as comunicações, poderão avaliar com justeza a soma de esforços e de sacrifícios exigidos daqueles, sôbre cujos ombros pesam as responsàbilidades dessa gigantesca tarefa.

### *Serviços públicos em função do grande vale*

O Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho vem transportando, com suas famílias, aquêles trabalhadores que deverão constituir os núcleos colonizadores da Amazônia.

A Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (Sava) vem promovendo a localização dos trabalhadores nos

seringais protegidos por contratos de trabalho, e amparando-os com medidas destinadas a garantir-lhes saúde e o bem-estar.

O Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) reunindo elementos do Ministério da Educação e dos Serviços de Saúde estaduais e com o concurso de especialistas norte-americanos, vem combatendo sem quartel epidemias e endemias que assolam a região.

O Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (Snapp), do Ministério da Viação e Obras Públicas, controla a navegação de todo o Vale e proporciona tôdas as possíveis facilidades de transporte de trabalhadores, de material e de borracha.

O Instituto Agronômico do Norte, do Ministério da Agricultura, vem pesquisando e difundindo a moderna técnica do plantio, cultura e extração dos vários produtos da região, especialmente a borracha.

O Banco de Crédito da Borracha, já está financiando a produção, plantio e cultura da "hevea" bem como tôdas as atividades ligadas ao comércio da borracha.

As altas autoridades militares, entre as quais se destaca o Sr. Ministro da Guerra, cuja perfeita compreensão do momento que vivemos é dedicação à causa da grandeza nacional se corporificam em medidas de grande alcance, com a que permite aos seringueiros convocados a continuação dos seus serviços nos seringais.

Na pessoa do Bispo Dom Pedro Massa, chefe das Missões Salesianas na Amazônia, aqui presente, desejo homenagear aquêles que ali realizam um trabalho ao mesmo tempo humilde e grandioso. Abandonando o confôrto das cidades, lá vão êles, varando igarapés e igapés, pelos estirões, pelos paranás e lagoas, em busca das populações do interior, levando-lhes o confôrto da religião, a instrução e a assistência médico-hospitalar!

Numa época em que as fôrças do mal pretendem destruir as conquistas do cristianismo, lembremo-nos de que a nossa pátria foi fundada com a celebração de uma missa e de que junto da Cruz então erguida foram pronunciadas as palavras

que abençoaram esta terra de liberdade em que vivemos, à sombra da religião cristã!

Quero ainda ressaltar e agradecer como um dever de justiça, a cooperação que eu e os meus companheiros da Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, Drs. Garibaldi Dantas e Mário Moreira da Silva, vimos recebendo das diversas autoridades do país.

Permiti que por último vos fale do nordestino e especialmente do cearense que povoa a Amazônia. Êsse homem é um símbolo autêntico de brasilidade. Parece que a própria inclemência da natureza lhe temperou a alma, aprimorando-lhe os sentimentos patrióticos! O seu destemor e audácia trazem-nos à memória o povo da lendária Fenícia e de que nos fala Seignobos, aquela esguia faixa de terra, de 250 milhas, confinada pelo Líbano e o Anti-Líbano, debruçada sôbre o Mediterrâneo, êsse mar violeta, eterno convite à aventura, que lhe escreveu o destino de perigos e conquistas.

No Ceará vemos como que repetir-se a epopéia dos bravos fenícios. Também os filhos desta terra rasgam ínvios sertões levando a ermos distantes a vida e a civilização ou, ao impulso de sua alma indômita, arrostam com perigos e os mistérios daqueles mares que o grande Alencar evocou em palavras tão suaves e inesquecíveis: "Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes de carnaúba. Verdes mares, que brilhais como líquida esmeralda aos raios do sol nascente perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros: Serenai, verdes mares, e amansai docemente a vaga impetuosa, para que o barco aventureiro, manso, deslise à flor das águas!"

# O NOSSO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (*)

Desejo inicialmente expressar a minha sincera gratidão pelo esplêndido acolhimento que tenho recebido desde que aqui cheguei.

Há vinte e nove anos venho realizando inúmeras visitas a êste país, sendo, no entanto, esta a primeira vêz que sou procurado por pessoas realmente interessadas em aplicar capitais no Brasil, na construção de fábricas. Verifico com prazer que elas não pedem garantias especiais, nem falam sôbre venda de mercadorias. E' porque sabem muito bem que a melhor garantia para os seus capitais está em associarem-se ao progresso do país, solidarizando-se conosco, não só nos dias felizes, mas, também, nos momentos difíceis.

Ainda guardamos em nossa memória a ansiedade com que muitos capitalistas estrangeiros procuravam retirar seu último centavo do país nos anos de 1929, 1930 e 1931, justamente quando precisávamos do seu apôio. Não desejamos ver repetidos aquêles tempos, quando muitas corporações particulares, tendo obtido concessões de terras, ricas em minerais, deixaram-nas inexploradas por mais de 30 anos, sobrepondo seus interêses pessoais à prosperidade do país; e outras, criando empregos, acreditavam com isso prestar relevante serviço ao Brasil, apesar de não deixarem nêle um só centavo do seu lucro.

Tratavam-nos, além do mais, como se fôssemos colonos, com a diferença única de que recebíamos o nosso pagamento em dinheiro, ao passo que aquêles o recebiam em roupas e ali-

---

(*) Discurso proferido por ocasião do banquete oferecido em sua homenagem pela Associação Americano-Brasileira, no Waldorf Astoria, Nova York, em fevereiro de 1944.

mento. Em tais condições, nunca poderíamos alcançar certo poder aquisitivo, nem aumentar o padrão de vida do nosso povo.

Hoje, felizmente, tudo mudou. Leis oportunas foram promulgadas para proteção da economia do país e dos direitos do trabalhador, sem embargo de mantermos o nosso propósito de acolher a todos aquêles que queiram realmente colaborar conosco. E vejo, com satisfação, que êsses são em grande número, principalmente entre os nossos amigos americanos.

### *Empréstimos externos*

Com a nossa Independência, em 1822, tivemos de assumir a responsabilidade das dívidas contraídas pelo anterior govêrno português no Brasil e, para isso, tivemos de fazer o primeiro empréstimo em Londres, no valor de 3.686.200 libras esterlinas. Desde então, nossas obrigações estrangeiras aumentaram.

Durante o regime imperial, de 1822 a 1889, subiram nossas dívidas a 70.441.900 libras esterlinas e após a República, até Otubro de 1930, a 267.173.023 libras esterlinas.

Muitos dos empréstimos foram simplesmente renovação de antigos, com novos juros, novas comissões, diferença no tipo de emissão e outras despesas, que, no fim, alcançavam somas substanciais. Outros foram empregados em especulações comerciais.

O Estado de Santa Catarina teve também uma bem triste experiência aqui em Nova York. Três milhões de dólares, aproximadamente, foram perdidos do dia para a noite. Antes que êsse dinheiro fôsse empregado por aquêle Estado, haviam-se arruinado os banqueiros americanos. Novo empréstimo, então, tornou-se necessário, não para custear melhoramentos de que Santa Catarina carecia naquele tempo, mas para cobrir os prejuízos da primeira operação.

Outro caso ocorreu com o Estado do Ceará, vítima do mais lamentável empréstimo já emitido no exterior. Dos dois milhões de dólares, a juros de 8%, parte dos quais destinava-se ao pagamento de um empréstimo francês de 25 milhões de francos

a 5%, e os restantes 50% à instalação dos serviços de água e esgotos, sòmente cêrca de 555 mil dólares foram, de fato utilizados pelo Estado do Ceará. O empréstimo francês não foi resgatado, as ruas de Fortaleza foram abertas para a instalação dos canos, mas o trabalho nunca foi concluído. E' que o Banco e os contratantes em Nova Orleans haviam falido. E, no entanto, até 1930, do empréstimo, só em parte recebido, pagamos de juros e comissões, nada menos de um milhão cento e oitenta mil dólares.

*Finanças depois de 1930*

Eis a herança recebida pelo presidente Getúlio Vargas: uma responsàbilidade de 267 milhões de libras esterlinas, representando mais de um bilhão de dólares, além do débito de vários outros milhões em Londres e Nova York por parte do Banco do Brasil. E para atender ao serviço anual da dívida externa, num total de 23 milhões de libras esterlinas, contávamos apenas, naquela ocasião, com um saldo de 12 milhões de libras na nossa balança comercial. Para agravar ainda mais a situação, contribuiu a falta de visão de alguns capitalistas estrangeiros retirando do nosso país todo o capital que nêle dispunham.

Apesar da severa crítica que teve de enfrentar, calmo e consciente de sua responsàbilidade, o Presidente Vargas decidiu reabilitar o nosso crédito ainda que, para isso, fôsse necessário despender a derradeira moeda de ouro que possuíssemos. Nesse empreendimento foi valiosa a colaboração que recebemos dos Srs. Rothschilds, de Londres, e de Sir Otto Niemeyer, bem como dos "Foreign Bondholders Committées", de Londres e de Nova York, representados, respectivamente, por Sir Henry Lynch e Mr. J. Reubein Clark.

Por essa ocasião assinamos o "funding" de 1931 que, servindo-nos de ponte, permitiu atravessássemos a torrente de dificuldades que nos assoberbavam. E, já em 1934, apareciam os primeiros resultados positivos da nova política adotada, tornando-se possível a promulgação do Decreto-lei n. 23.829, conhecido como "Esquema Oswaldo Aranha".

Feita a classificação geral dos empréstimos, uma soma anual de cêrca de sete milhões de esterlinos foi empenhada para o serviço dêsse Esquema de quatro anos.

Em 1935 as finanças e a economia marchavam em boa ordem; novo Congresso fôra eleito e o Brasil prosseguia vagarosa, mas seguramente. Infelizmente, para todos nós, foi essa a época em que se iniciou o ataque econômico nazi-fascista ao comércio mundial e os que tinham pouco ficaram sujeitos a grandes perdas. Em conseqüência, antes do fim de 1937, estávamos em dificuldades e, para evitar um desastre total, fomos obrigados a tomar medidas drásticas — inclusive suspender o serviço da dívida externa. Disso resultaram severas críticas ao Brasil no exterior, nas quais chegamos a ser acoimados de totalitários. Entretanto, o ataque levado a efeito pelo partido nazi-fascista contra o Palácio do Govêrno, cedo mostrou ao mundo que o Presidente Getúlio Vargas estava silenciosa, mas atentamente, ao lado da democracia — não em discursos, mas em ação. Logo após o comêço da guerra, a 8 de março de 1940, o Ministro Souza Costa apresentou e deu início imediatamente a um novo plano de pagamentos, baseado na mesma classificação do "Esquema Oswaldo Aranha". Naquele momento, enquanto a guerra se iniciava furiosamente, e enquanto os mercados europeus eram fechados uns após outros, o Brasil ofereceu-se para continuar o pagamento de sua dívida externa. Nossa balança comercial apresentava-se algo favorável, queríamos pagar aos nossos credores.

### *Logo depois Pearl Harbour*

Eis-nos na memorável conferência realizada no Rio, em princípios de 1942. A despeito das críticas injustas, a que foi submetido no Brasil e no estrangeiro, o Presidente Vargas proclamou o rompimento de nossas relações com os países totalitários.

O Brasil mostrou, pelas atitudes tomadas, que estava solidário com os Estados Unidos, como sempre esteve, há mais de um século. Temos trabalhado esforçadamente desde então.

Muitos acordos têm sido assinados em Washington e no Rio de Janeiro. A produção de materiais estratégicos começou a subir com rapidez. E o Brasil vai trabalhando dia e noite, consumindo seus equipamentos de estradas de ferro, perdendo muitos dos seus navios, depreciando ràpidamente sua maquinária industrial, sem meios para substituí-los, — mas cumprindo seu dever no comum esfôrço para a Vitória.

Por outro lado, vimos acabarem-se pràticamente as nossas importações, devido às restrições impostas pela Grã-Bretanha, e até pelos senhores, em conseqüência do que a nossa balança comercial continua a crescer e hoje temos no estrangeiro um saldo estimado em mais de quinhentos milhões de dólares. Essa imensa quantia não é um presente de Natal, nem lucro de guerra.

E' um simples fundo de reserva, ou, melhor, um fundo de depreciação, que cuidadosamente acumulamos aqui e na Grã-Bretanha. Precisamos dêsse dinheiro para adquirir, tão cedo o permita a condição do mundo, todo o material novo necessário à substituição dos carros, locomotivas, maquinárias, etc., que se estão desgastando.

Os senhores compreenderão que para cada dólar que nos enviam em pagamento de borracha, manganês, minério de ferro, mica, cristal de rocha, cacau, café, etc., na falta de letras para importação, somos forçados a emitir mais moeda, expondo o país ao perigo da inflação.

### *Lucros extraordinários*

O Ministro Souza Costa consagrou a êsse problema particular atenção e, em conseqüência, temos agora uma lei tributando os lucros excessivos. Mas devo informar-vos que existe nela um parágrafo isentando do pagamento do impôsto os que o depositarem em dôbro para aplicá-lo na futura importação de materiais necessários às nossas indústrias. Visa essa providência combater a inflação e obrigar alguns dos nossos a aprender como economizar hoje, para ter amanhã.

No momento, preciso dizer também algumas palavras sôbre o recente decreto que aprovou o acôrdo final sôbre nossa

dívida externa. O Brasil poderia ter deixado êste ajuste para mais tarde, mas preferimos agir imediatamente e prepararnos para o período de após-guerra.

Chegamos, após cêrca de dois meses e meio de entendimentos com os representantes dos portadores inglêses e norte-americanos, a uma solução satisfatória, fixando o início dos pagamentos para janeiro de 1944.

Temos realizado em Nova York as conversações preliminares para pôr em execução o recente acôrdo, o que está dependendo apenas do registo exigido pelas leis dos Estados Unidos e pela Bôlsa de Nova York. Tenho a satisfação de declarar que o Ministro Souza Costa aprovou o trabalho realizado, já tendo enviado cêrca de oito milhões de dólares para o fim especial de cobrir os pagamentos decorrentes dos serviços de janeiro e fevereiro, nos Estados Unidos. Não fizemos nenhuma restrição contra quaisquer portadores ou países. Analisamos cada empréstimo, cada contrato, cada garantia, e o decreto do govêrno brasileiro, de 23 de novembro de 1943, é o resultado de um completo entendimento com os delegados americanos Srs. Mc Cormick, White e Lee, bem como com o Sr. Phillimore, da Inglaterra, que assinaram conosco o acôrdo final no Rio de Janeiro.

### *Acôrdo sôbre borracha*

Muitos acordos foram assinados pelo Brasil desde o início da guerra. Entre êles, desejo salientar, no entanto, o que se refere à borracha. Certamente os Senhores têm ouvido muitos comentários e críticas a êsse respeito. Quase tôda a gente perdera de vista o fato de que americanos e inglêses tinham se desinteressado da produção da borracha amazônica e de que desde 1912, vinham comprando borracha a preço mais baixo em Java, Bornéus, Singapura e Ceilão. A mão-de-obra barata e a abundância de capital, apesar de estarem êsses lugares situados a 7.000 milhas de distância, fizeram com que se esquecesse ter sido o Brasil o primeiro produtor de borracha, no comêço dêste século. Depois de Pearl Harbour, tornou o Vale Amazônico a ser descoberto. O Brasil e a América do Norte

enfrentaram uma tarefa dificílima, devido à falta de saneamento, de trabalhadores, de gêneros alimentícios, de transporte, etc. Não obstante, brasileiros e americanos, unidos, lançaram-se ao grandioso empreendimento.

Milhões de dólares e de cruzeiros foram necessários para pôr em movimento a grande máquina do imenso Vale Amazônico. Lançados em plena guerra, vendo morrer os nossos rapazes e correr grande perigo nossas mulheres e crianças, não podíamos cruzar os braços e esperar que o cidadão particular, — a indústria ou o comércio, — assumisse a grande responsabilidade de transportar homens e suprimentos, num momento decisivo. Tínhamos de transportar o trabalhador, os alimentos, suprimentos de tôda espécie, mas não podíamos transformar em poucos meses, uma região imensa de mais de 3.300.000 quilômetros quadrados, esquecida há quase 30 anos.

Desejamos realizar um programa que nos forneça mais borracha, e o estamos fazendo; mas quando se lida com a natureza, não se pode obrigar o ano a ter oito estações, nem se pode forçar o rio a ter água que permita a navegação durante todo o ano.

Desde a minha chegada a Washington, estamos estudando um novo programa para produção de borracha no Brasil, e, após muitos dias de cuidadosas investigações verificamos que o momento era propício para que fôsse posta em prática uma nova política, que permitisse melhores resultados na produção da borracha. Como resultado, o Acôrdo Suplementar sôbre borracha focaliza vários ângulos da nossa vida econômica, financeira e social, particularidade que merece comentários especiais neste momento.

### *Reajustamento dos preços da borracha*

Os principais itens do acôrdo reajustando os preços da borracha, cuja ratificação deverá ser feita no Rio de Janeiro pelos governos do Brasil e Estados Unidos da América, são os seguintes:

1.º — O preço básico de 45 centavos (moeda norte-americana) assegurado pelo acôrdo firmado em março de 1942, em Washington, pelo Ministro Souza Costa, será acrescido de um prêmio de 33,1/3 por cento, aplicável proporcionalmente a todos os tipos de borracha constantes das tabelas oficiais, o qual se estenderá desde 9 de fevereiro corrente até 31 de março de 1945.

2.º — O aumento de preços decorrente dêsse prêmio visa compensar os produtores de borracha pelo encarecimento do custo de exploração, devendo, por conseguinte, passar integralmente aos produtores, mediante novos preços da tabela "B", do Banco de Crédito da Borracha.

3.º — O Govêrno do Brasil criará um Fundo Especial de 10.000.000 de cruzeiros, destinado ao desenvolvimento da economia gomífera na Amazônia.

4.º — Cessarão determinadas atividades da "Rubber Development Corporation" relacionadas com o abastecimento de gêneros e com o suprimento de combustível, a preços especiais, para os serviços de navegação da Amazônia e, bem assim, as atendidas até agora com o Fundo Especial de Fomento.

5.º — O Banco de Crédito da Borracha providenciará no sentido de, através de medidas adequadas, estimular o financiamento particular na exploração da borracha, bem como assegurará aos produtores a maior participação possível nos prêmios assegurados pelo acôrdo de 9 de fevereiro.

A fundação do Banco de Crédito da Borracha, que tem um capital de sete milhões e quinhentos mil dólares, do qual 60% brasileiro e 40% americano, é um grande exemplo de cooperação financeira entre nossos dois países. Diretores brasileiros e americanos agem em perfeito acôrdo. Os dividendos limitam-se a 12%, devendo o excedente ser aplicado no interêsse da produção de borracha. Um prêmio especial sôbre as exportações acima de 5.000 toneladas foi estabelecido a fim de formar um fundo especial para a plantação racional de borracha.

Os esforços do "Coordinators Office of Inter-American Affairs", no sentido de proporcionar saneamento adequado,

foi de vital importância para nós, neste gigantesco empreendimento. E' de surpreender o número dos seus trabalhadores, que se contam aos milhares, bem como o dos seus médicos e assistentes que sobem a centenas. Damos o testemunho do verdadeiro espírito de amizade e cooperação existente entre os médicos brasileiros e americanos. E' necessário também que prestemos uma grande homenagem à obra de Rockfeller, realizando o intercâmbio de estudantes, trabalho silencioso, mas de importante repercussão nos dias futuros para as nossas relações sociais e comerciais.

Muitos outros acordos foram assinados pelo Brasil e os Estados Unidos. Orientou-os sempre o mesmo espírito que definiu as recomendações da Conferência do Rio: contratos a longo prazo para evitar desequilíbrios econômicos; proteção contra a especulação comercial; garantia de salários apropriados aos trabalhadores da América; garantia de remuneração compensadora para os produtores.

Sabemos e admitimos ser impossível aos Estados Unidos continuar a comprar a preços de guerra materiais ou gêneros de que talvez não precisem. Recomendamos, com interêsse, a realização de um acôrdo comercial adequado que, seguindo o espírito da Conferência do Rio, permita adptarmo-nos ao período de transição. Cedo ou tarde a guerra terminará. Um longo e bem difícil período de ajustamento seguir-se-á ao advento da paz. Todos nós neste Hemisfério devemos estar habilitados a continuar com o nosso comércio normal, em base que nos facilite a formação de um sólido bloco. Será essa uma política segura, em favor dos lares brasileiros e americanos durante a depressão econômica e as convulsões sociais que certamente ocorrerão. Sejamos sinceros e enfrentemos corajosamente o futuro.

# O PROGRAMA DE PRODUÇÃO DA BORRACHA BRASILEIRA (*)

O discurso pronunciado pelo Presidente Getúlio Vargas em Manaus, no mês de outubro de 1940, implantou os alicerces de uma nova política de recuperação econômica da Amazônia, tornando a reclamar para essa imensa região brasileira a atenção de todo o país.

Por essa época, o passado esplendor da Amazônia vivia sòmente na lembrança daqueles que conheceram o áureo período em que o Brasil fôra o maior e quase único abastecedor da matéria prima que começava a galgar uma posição culminante na indústria mundial: a borracha.

Dispensamo-nos de recapitular em pormenor o que foi a ascensão e a queda da borracha brasileira, eixo em tôrno do qual giravam o progresso e a riqueza da Amazônia. E' de todo sabido como e por que fomos derrotados na competição internacional, quais as causas internas e externas que levaram à ruína a produção brasileira de borracha, ruína que trouxe consigo a decadência de quase dois terços do território nacional.

Aferrados a um imediatismo imprudente e anti-patriótico, embalados pelo sonho de lucros fabulosos pela crença displicente num *Eldorado* perpétuo, cegaram-se todos os olhos à realidade, com seu cotêjo de desilusões até um despertar impotente diante dos fatos consumados que o egoísmo não soubera prever.

---

(*) Relatório apresentado ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, em sessão de 20 de abril de 1944, como Secretário dêste Conselho e Diretor Executivo da Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington.

Hoje, em face dêsse exemplo histórico, não será permitido a nenhum brasileiro incidir nos mesmos erros, encorajar as mesmas tendências e alimentar as mesmas ilusões. São males que, em benefício da nacionalidade, devem ser extirpados, até suas raízes últimas.

Isto porque se no mundo de há quatro décadas aquela inconsistente política de *laisser-faire* redundou em fracasso de conseqüências verdadeiramente trágicas, no mundo de hoje seria inadmissível, dentro dos imperativos da nova concepção político-social e econômica que rege os destinos dos povos civilizados.

Pouco mais de um ano após o "Discurso do Rio Amazonas", a guerra que assolava o Velho Mundo atingiu a América com a infame agressão totalitária a Pearl Harbor.

A agressão nipônica abriu um período dos mais difíceis para a indústria bélica das democracias. Embora houvessem elas, nos meses anteriores à entrada do Japão na guerra, intensificando as compras de borracha na Ásia para reforçar seus estoques, é evidente que a suspensão do comércio com o Oriente importaria em sério revés caso não lhes fôsse possível obter, em outras fontes, novos suprimentos de borracha natural. Matéria prima estratégica de importância vital, sem cujo emprêgo em larga escala a guerra moderna não pode ser levada a cabo, a borracha adquiriu, portanto, significação decisiva para os países que defendiam a causa da liberdade.

A realização nesta capital, em janeiro de 1942, da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas deu margem a que fôssem debatidos os problemas da solidariedade econômica do Hemisfério. Entre as resoluções, então aprovadas, uma, relativa à produção de materiais estratégicos, recomenda aos países americanos:

> "Que, como expressão prática da solidariedade continental se faça a mobilização econômica das Repúblicas americanas com o intuito de assegurar

aos países dêste Hemisfério, e especialmente aos que estão em guerra, o aproveitamento de materiais básicos e estratégicos, em quantidade suficiente no mais breve tempo possível; e mais:

> "Que a mobilização compreende medidas de estímulo à produção, e outras destinadas a suprimir ou simplificar as formalidades administrativas, regulamentos e restrições de materiais básicos e estratégicos".

Ao Brasil, pois, antigo grande produtor de borracha depositário das maiores reservas dêsse produto na América, dirigia-se o dramático apêlo das nações democráticas.

Em meados de fevereiro de 1942, viajava para os Estados Unidos da América a Missão Souza Costa, incumbida de ajustar com as autoridades norte-americanas as normas reguladoras do fornecimento das matérias primas requeridas pela indústria bélica daquele país. Foi, então, assinada entre a delegação brasileira e as autoridades norte-americanas uma série de acôrdos conhecidos daí por diante pela denominação de Acordos de Washington.

Senhor Ministro:

Julguei necessário, à guisa de preâmbulo, fazer estas considerações com o objetivo de situar, dentro do quadro das necessidades políticas e econômicas internacionais o problema da borracha brasileira e, como corolário, a execução do programa governamental, desde a celebração dos referidos convênios. Passo agora a relatar sucintamente as atividades em tôrno do programa da borracha.

Pela leitura dos tópicos que constituem êste relatório, poderá Vossa Excelência ajuizar, com a possível exatidão, do notável esfôrço realizado pelos brasileiros para levar a bom têrmo, não obstante as imensas dificuldades encontradas, um dos mais complexos planos de produção até hoje elaborados no país.

E' de ver que o presente relatório não constitue a palavra definitiva sôbre o programa da borracha. Ainda é cedo para

tanto, uma vêz que pela Amazônia fora os trabalhos continuam a pleno rendimento. Mas, embora suscinto, êste relatório permite conhecer e avaliar o esfôrço já realizado pelo Brasil e, sobretudo, assegura ao observador elementos para apreciar, em tôda sua plenitude, o alcance presente e as conseqüências futuras do programa da borracha.

Antes mesmo dos homens do govêrno, a opinião pública referiu-se ao programa como sendo a "batalha da borracha". Nada mais acertado nem mais expressivo. Trata-se, na verdade, de uma batalha gigantesca que exige da parte de quantos nela participam, desde os responsáveis pela direção até os estóicos seringueiros, soldados da linha de frente, uma decisão de vencer e um espírito de iniciativa tais, que dêles nos podemos orgulhar como brasileiros.

E' tempo de iniciarmos o estudo crítico das primeiras fases dessa batalha. Os acertos comprovados atuarão como outros tantos estímulos aos novos esforços em prol da Amazônia; os erros cometidos servirão de advertência para evitá-los no futuro. Um estudo dessa natureza, feito com senso crítico e espírito desapaixonado, evidenciará, no entanto, que o acêrvo de vitórias é bem maior do que o de reveses.

### *O acôrdo sôbre borracha*

Mediante êste convênio firmado por Vossa Excelência a 3 de março de 1942, o Brasil se comprometeu a vender à Rubber Reserve Company, agência oficial do Govêrno norte-americano, tôda a borracha excedente às suas necessidades internas.

Para essas vendas foi fixado o preço básico de 39 centavos, moeda norte-americana, por libra-pêso, f. o. b. — Belém, para a qualidade acre-fina-lavada, com as respectivas diferenças de preço para os demais tipos ou qualidades. A Rubber Reserve Company se comprometeu ao pagamento dos seguintes prêmios: 2 e meio centavos por libra-pêso sôbre tôda a borracha que exceder de 5.000 toneladas e até 10.000 toneladas, comprada nos têrmos do acôrdo em qualquer ano de sua vigência, e 5 centavos por libra-pêso sôbre tôda a borracha

adquirida além de 10.000 toneladas em qualquer ano de vigência do acôrdo; o produto dêsses prêmios seria aplicado juntamente com o fundo de 5 milhões de dólares instituído pela Rubber Reserve Company, no fomento da produção, visando não só aumentar o volume e aperfeiçoar a qualidade da borracha brasileira, como também melhorar as condições de vida dos seringueiros empenhados na extração da goma elástica.

O acôrdo proporcionava, portanto, ao Brasil, além de um mercado garantido por cinco anos para a sua borracha, os elementos financeiros indispensáveis ao aumento e melhoria da produção.

No mesmo acôrdo, o Brasil, reconhecendo que os Estados Unidos precisavam de grandes quantidades de borracha para as urgentes necessidades da guerra, se comprometia a só exportar borracha manufaturada para aquêle país. Ficou assentado que se fariam acordos posteriores referentes à venda dos excedentes brasileiros de artefatos de borracha. Nestes novos acôrdos seriam fixados todos os detalhes referentes à operação, inclusive os preços de venda dos artefatos a serem exportados.

Cabe aqui uma referência a um dos pontos mais debatidos do programa da borracha, isto é, o preço de venda fixado no convênio.

Os preços f. o. b. — Belém que alguns dos interessados, ou críticos afastados há longos anos da Amazônia, consideraram baixos e prejudiciais à economia nacional na época em que foi celebrado o acôrdo, representavam um aumento de 30% sôbre os preços c. i. f. — Santos ou Rio, que vigoravam por efeito da convenção celebrada entre os representantes dos produtores de borracha e os fabricantes de artefatos. A admitir a argumentação dêstes descontentes, o Brasil deveria ter pleiteado e, se necessário, exigido dos Estados Unidos preços altos pela borracha. Miragem inflacionária, resíduo de passadas épocas de falsa prosperidade na Amazônia, que teimava em se perpetuar em época diversa e em momento excepcional. Ninguém melhor do que Vossa Excelência sabe quão acertada foi a orientação seguida pelo Brasil nessa emergência. No

caso da borracha havia que considerar a situação da nossa indústria e os compromissos decorrentes da solidariedade continental. Em telegrama dirigido a Vossa Excelência, durante a permanência da Missão Souza Costa em Washington, o saudoso Dr. Leonardo Truda, então diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, lembrava o perigo de se levantar demasiadamente o preço da borracha pelas repercussões que o fato poderia ter na economia do consumidor brasileiro, que veria talvez inacessíveis à sua bôlsa os artefatos de borracha de produção nacional.

Por outro lado, e afora a grave infração que representaria à solidariedade continental qualquer atitude nossa que visasse ùnicamente assegurar preços de monopólio para a borracha brasileira, há que reconhecer o contrasenso de esgrimirmos a lei da oferta e da procura, em benefício próprio, sem esperarmos a contra-partida de ser ela utilizada pelos demais numa justificável atitude de defesa.

Se, como vendedor de matérias primas essenciais, o Brasil entendesse fundamentar os preços altos com a necessidade urgente que tinham dêsses produtos os Estados Unidos, como consumidor de combustíveis e produtos manufaturados, nada poderia alegar para livrar-se dos preços altos que os norte-americanos resolvessem fixar pelos seus artigos de que tanto precisamos.

O preço da borracha, bem como o dos demais produtos incluídos nos Acordos de Washington, não pode assim ser examinado isoladamente. O seu estudo tem que ser feito dentro do momento e, também, dentro do cenário das vantagens de ordem material que, efetivamente, traz para os produtores e para a região da produção. Se considerarmos os preços logrados pela borracha dêste ponto de vista do conjunto, chega-se à conclusão de que êles foram compensadores para o Brasil e razoáveis para os nossos aliados do norte. Outras conclusões, por sedutoras que pareçam aos produtores, naturalmente empenhados em obter sempre o maior preço possível, carecem de sentido prático e são fruto de um desco-

nhecimento dos verdadeiros têrmos do problema ou, então, de uma idéia fixa bem próxima da má-fé.

Faz-se mister considerar ainda a cooperação do Govêrno americano no programa de aumento da extração de borracha, como também na absorção dos produtos da nossa indústria.

Para conseguir o aumento da produção de borracha eram-nos indispensáveis diversos materiais de importação, quais sejam: armas, munições, ferramentas e utensílios para os seringueiros, fôlha de flandres para fabricação de tijelinhas apropriadas à colheita do *látex*, embarcações e chapas de aço para o seu reparo, motores, depósitos de combustível, materiais de construção marítima e fluvial, material rodoviário, etc. etc.

Embora todos êsses materiais fôssem e continuem a ser difícil, senão de impossível obtenção, por efeito do convênio tivemos o seu fornecimento garantido a preços de custo, pelo único país capaz de abastecer-nos nesta emergência: os Estados Unidos da América.

Foi ainda, graças ao sistema de cooperação estabelecido pelo convênio, que a indústria nacional de artefatos de borracha teve assegurado o suprimento de matérias primas de procedência estrangeira e garantido o seu funcionamento através da aquisição pelo Govêrno americano de todos os excedentes do consumo interno.

Seria oportuno indagar se essas vantagens poderiam ser compensadas por preços ilimitados, porém sujeitos à incerteza das flutuações naturais, que não nos proporcionariam os meios nem de aumentar a produção, nem de garantir à indústria o seu funcionamento normal, nem de escoar os nossos produtos.

A marcha dos acontecimentos, entretanto, veio trazer modificações imprevisíveis às circunstâncias iniciais. O alastramento da guerra submarina, a escassez de praça de cabotagem, a carência de gêneros alimentícios e de outras utilidades nas regiões produtoras, resultantes, em parte do próprio estado de guerra e em parte de manobras especuladoras em setores que, embora estivessem fora do nosso contrôle, in-

teressavam direta ou indiretamente a produção de borracha, determinou a elevação do custo da vida na Amazônia, que procuramos imediatamente compensar por um aumento no preço básico da borracha, além de outras medidas adequadas.

Dêste modo, o acôrdo assinado em Washington, a 3 de março de 1942, foi suplementado por outro ajuste celebrado em 29 de setembro de 1943, que elevou, a partir de julho do mesmo ano, para 45 centavos por libra-pêso, o preço básico da borracha acre-fina-lavada. O acôrdo suplementar ratificou em todos os seus têrmos, não modificados expressamente, o acôrdo inicial.

*Comissão para a regulamentação dos acordos de Washington*

A fim de elaborar, sem demora, os projetos de organização previstos nos acordos, o Sr. Presidente da República designou uma comissão subordinada ao Ministério da Fazenda, sob a orientação do respectivo titular. Com a denominação de Comissão Especial para Regulamentação dos Acordos de Washington, entrou a mesma a funcionar imediatamente, integrada pelos Srs. José Garibaldi Dantas, Israel Pinheiro, Francisco de Leonardo Truda, Alberto de Andrade Queiroz e pelo signatário do presente. Em tempo escasso, foram realizados os objetivos propostos, entre êles o de dar início de execução às medidas adotadas em Washington para estimular a produção brasileira de matérias primas estratégicas, especialmente de borracha.

Enquanto a Comissão de Regulamentação trabalhava para o Brasil, em obediência aos dispositivos do Acôrdo de 3 de março, foi atribuída esta função à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, que recebeu o encargo de comprar e vender, com exclusividade nas operações finais, a borracha bruta no país. Tôdas as operações se efetuaram diretamente nas localidades onde funcionavam filiais do Banco do Brasil, ou, por delegação a firmas especializadas no comércio de borracha nas demais. A Carteira de Exportação e Impor-

tação do Banco do Brasil desempenhou a contento estas funções e a sua atuação contribuiu, decisivamente, para posterior ajustamento prático do acôrdo nas zonas produtoras.

*Banco de crédito da borracha*

Em obediência à obrigação assumida pelo nosso país, no primeiro acôrdo sôbre borracha, de estabelecer ou mandar estabelecer uma única Agência vendedora com autorização competente para comprar e vender às imperiosas necessidades de financiamento aos produtores de goma elástica, deliberou o Govêrno fundar um estabelecimento especializado de crédito, que chamasse a si estas e outras atribuições essenciais ao programa da borracha.

A autorização oficial respectiva foi concedida pelo Decreto-lei n.º 4.451, de 9 de julho de 1942, cujos dispositivos foram, em parte, alterados e completados pelos Decretos-leis números 5.185, de 12 de janeiro de 1943; 5.651, de 5 de julho de 1943, e 5.814, de 14 de setembro de 1943. Êste estabelecimento de crédito recebeu a denominação de Banco de Crédito da Borracha S. A., e teve a sua sede na cidade de Belém. O capital inicial de 50 milhões de cruzeiros foi, posteriormente, em virtude das próprias exigências das operações de financiamento, elevado para 150 milhões de cruzeiros, dividido em 150 mil ações comuns, nominativas, no valor de 1.000 cruzeiros cada uma. O capital está assim distribuído: 87.500 ações subscritas pelo Tesouro Nacional, 60.000 pela Rubber Development Corporation, sucessora da Rubber Reserve Company, e 2.500 por pessoas físicas ou jurídicas de nacionalidade brasileira.

Constitue o Banco de Crédito da Borracha notável realização dentro do programa da borracha, sobretudo porque a sua atuação transcende a esfera dos benefícios imediatos que já se notam e terá, sem dúvida, no futuro, a mais significativa projeção na obra de recuperação econômica da Amazônia. Trata-se do primeiro estabelecimento de crédito especializado, criado no Brasil, para o fomento à economia de um só produto,

que assinala uma nova etapa na orientação político-econômica do Govêrno.

Devo salientar que, com o Banco de Crédito da Borracha foram lançados os fundamentos de uma nova forma de cooperação internacional, cujos frutos pomos de uma perfeita harmonia de vistas, vêm cimentar, cada vêz mais, as relações de duas nações já tradicionalmente amigas.

Sob êsse aspecto o Banco de Crédito da Borracha constitue verdadeiro paradigma, pôsto que nele se associam não só os interêsses financeiros dos Governos do Brasil e dos Estados Unidos, como também sua Diretoria se compõe de elementos de ambas as nacionalidades.

Para dar uma idéia mais completa do papel que o Banco de Crédito da Borracha foi chamado a desempenhar em tôda a extensa região do grande vale amazônico, permito-me enumerar as operações que o Banco está autorizado a realizar de acôrdo com os dispositivos estatutários:

*a*) Realizará as operações finais de compra e venda de borracha de qualquer tipo ou qualidade, quer se destine o produto à exportação, quer ao suprimento da indústria nacional.

*b*) Prestará assistência financeira por meio de empréstimos, aos produtores e a pessoas e firmas dos Estados produtores diretamente interessados na extração, comércio e beneficiamento da borracha, especialmente para:

I — aviamentos destinados aos seringais;

II — aquisição de maquinismos, utensílios e materiais necessários à colheita, beneficiamento e guarda da borracha;

III — desenvolvimento dos meios de transporte entre as zonas de produção e os centros nacionais de distribuição de borracha;

IV — saneamento e colonização das melhores zonas produtoras de borracha; expressamente para nelas serem plantados e cultivados seringais das espécies de *hevea* de maior resistência e rendimento indicadas pelo Instituto Agronômico do Norte;

V — organização de cooperativas de seringueiros e pequenos seringalistas;

VI — plantio e cultura sistemática de *hevea*, por processos racionais, de acôrdo com a técnica moderna;

VII — fomento da agricultura e estabelecimento de fazenda de gado nos seringais para facilitar e baratear o fornecimento de gêneros de alimentação ao pessoal que neles trabalhar;

VIII — melhoria, beneficiamento e padronização da borracha, aplicando para êsse fim, de acôrdo com o plano elaborado pela Diretoria do Banco e aprovado pelo Presidente da República, o Fundo Especial de que trata o art. 9.º, do Decreto-lei n.º 4.451, de 9 de julho de 1942.

*c*) Poderá fazer adiantamentos aos produtores, sôbre títulos descontáveis ou outras garantias, a juízo da Diretoria, por conta de contratos de financiamento ajustados e a serem firmados posteriormente.

*d*) Receberá depósitos em dinheiro a prazo e à vista, mediante condições e taxas a serem fixadas pela Diretoria".

O Banco de Crédito da Borracha, portanto, é eficaz instrumento de que dispõe o Govêrno para efetivação da sua política progressista na Amazônia e, futuramente, quando o atual programa da borracha se ampliar ainda mais, será o Banco um dos mais sólidos esteios da intervenção oficial na região, cujos problemas, os fatos o comprovam, só encontrarão adequada solução na base dêsse amparo continuado e aumentado.

O relatório das atividades de 1943 apresentado aos acionistas do Banco de Crédito da Borracha pelo seu Presidente, é documento muito elucidativo a respeito dos excelentes resultados obtidos com o seu funcionamento. Ao lado das operações de financiamento, que devem constituir principal preocupação do momento, pois dizem respeito diretamente ao aumento da produção da borracha, cuida o Banco de elevar a qualidade da goma amazônica que hoje, graças às rigorosas medidas de fiscalização postas em prática, apresenta uma melhora de 85% na classificação, etapa decisiva do processo de padronização destinado a depurar a borracha da Amazônia das impurezas e fraudes que tanto a depreciaram no passado.

A propósito, julgo oportuno transcrever, como uma prova indiscutível dos progressos obtidos na melhoria da qualidade do produto e na moralização do seu comércio, trecho do parecer do Setor da Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica, firmado por técnicos de reconhecida competência:

"Por uma questão de praxe mais do que necessidade, a indústria de artefatos de borracha habituou-se a utilizar borracha Acre Fina, mesmo quando essa classificação muito difìcilmente podia ser aplicada aos tipos de borracha que os revendedores forneciam, em geral, à indústria. Quando a distribuição se tornou privativa do Banco de Crédito da Borracha, não só a indústria começou a receber tipos perfeitamente definidos, mas ainda em muitos casos os tipos inferiores sobrepujavam de muito a qualidade dos tipos que eram outrora fornecidos à indústria sob a designação de tipos finos."

Dentro da orientação de financiamento intensivo dos seringais, imposta pela necessidade de maior produção, e dentro também das naturais normas de prudência em operações dêsse tipo, o Departamento de Financiamento do Banco de Crédito da Borracha recebeu e estudou no ano de 1943, 807 propostas de empréstimos, no valor global de Cr$ 228.518.432,60 que, acrescidos dos que se achavam em estudo nos últimos meses de 1942, totalizaram pedidos no valor de Cr$ 249.300.592,60. Dêsse total, foram atendidas 583 propostas no valor de Cr$ .. 166.935.759,30 e recusadas 157, no valor de Cr$ ..... 51.411.642,60.

O total dos financiamentos a longo prazo (3 anos) ficou assim distribuído:

| | |
|---|---|
| 1.º ano ..... | Cr$ 98.748.150,70 |
| 2.º ano ..... | Cr$ 45.175.610,50 |
| 3.º ano ..... | Cr$ 23.011.998,10 |
| | Cr$ 166.935.759,30 |

Em abril de 1943, após a instalação de suas Agências e dos armazéns para recebimento do produto e após a seleção do pessoal necessário à pesagem, corte e classificação da bor-

racha, o Banco iniciou as compras em todo o território nacional, compras essas que vinham sendo feitas pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, por intermédio de firmas comerciais que receberam delegação para êsse fim.

De abril a dezembro de 1943, foram adquiridas pelo Banco do Brasil 15.871 toneladas de borracha, excluídas as quantidades compradas anteriormente pelo Banco do Brasil quando se achava investido dessas funções por delegação do Banco da Borracha.

Durante o ano de 1942, que foi o ano mais árduo para nós, como demonstramos em outras partes dêste relatório, a produção de borracha subiu a 21.700 toneladas, das quais foram exportadas 12.100 e consumidas no país 9.600.

Os dados preliminares de que dispomos para o ano de 1943 revelam que a produção embarcada para os centros recebedores, até 31 de dezembro, atinge a 24.574 toneladas, tendo sido exportadas 14.574 e as restantes 10.000 toneladas destinadas ao consumo da indústria nacional. Estima-se, entretanto, que da safra do ano findo, deverão ter sido recebidas ainda no primeiro trimestre do corrente ano, aproximadamente 7.000 toneladas, o que perfaria uma produção de 31.574 toneladas, ou seja um excesso de 10.000 toneladas sôbre a produção do ano anterior.

Quanto ao seu movimento financeiro, no exercício de 1943, o Banco apresentou o lucro líquido de Cr$ 9.211,451,30, tendo a Diretoria, com aprovação do seu Conselho Fiscal, determinado a seguinte aplicação:

| | |
|---|---|
| Dividendos ..... | Cr$ 5.000.000,00 |
| Fundo de Reserva ..... | Cr$ 460.572,60 |
| Fundo para prejuízos eventuais .... | Cr$ 3.750.878,70 |
| Total ..... | Cr$ 9.211.451,30 |

*Comissão de contrôle dos acordos de Washington*

Foram exigências de ordem prática que levaram o Govêrno a criar, pelo Decreto-lei n.º 4.523, de 25 de julho de

1942, a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, com a atribuição de superintender os acordos celebrados na capital dos Estados Unidos da América e os que, posteriormente ao regresso da Missão chefiada por Vossa Excelência, foram firmados pelos governos brasileiro e americano.

Alinham-se entre êstes últimos os seguintes:

1. Aniagem
2. Babaçú
3. Artefatos de borracha
4. Cacau
5. Café
6. Castanha
7. Ipecacuanha
8. Linters e *hull-fiber*
9. Mamona
10. Timbó
11. Acôrdo Suplementar sôbre o preço do timbó
12. Cristal de Rocha
13. Mica
14. Acôrdo Suplementar sôbre o prêço da borracha
15. Arroz
16. Segundo Acôrdo Suplementar sôbre o preço da borracha.

Além dêsses acordos internacionais sôbre produtos de exportação, outros convênios ainda, quer internacionais, quer entre entidades nacionais, foram estudados, promovidos ou tiveram a participação da Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, tais como:

1. Acôrdo para produção de borracha em Mato Grosso.
2. Acôrdo entre a Rubber Development Corporation e o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (S. E. M. T. A.) para o encaminhamento de trabalhadores para o Vale Amazônico.
3. Acôrdo entre o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (S. E. M. T. A.) e o Serviço Especial de Saúde Pública (S. E. S. P.).

4. Acôrdo entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (A.A.V.R.) e a Rubber Development Corporation para colocação de trabalhadores nos seringais.

5. Acôrdo entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S. A. V. A.) e a Rubber Development Corporation para suprimentos de gêneros básicos.

6. Acôrdo entre a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) e o Banco de Crédito da Borracha.

7. Acôrdo para recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores na Amazônia e criação da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (C. A. E. T. A.).

8. Acôrdo entre o Banco de Crédito da Borracha e o Banco Mineiro da Produção para as operações de compra e venda de borracha.

Não se resumiram, porém, sòmente no preparo e celebração dos acordos citados as atividades da Comissão.

A Comissão tem sido o órgão coordenador entre tôdas as entidades públicas ou particulares ligadas direta ou indiretamente à execução dos acordos, tomando as providências que a todo o momento se fazem necessárias junto aos Ministérios, aos governos estaduais, à Coordenação, à Comissão de Marinha Mercante, aos órgãos para-estatais, às representações estrangeiras e às agências oficiais do govêrno americano especialmente as criadas para a execução dos acordos, numa palavra, articulando os inumeráveis elementos que compõem o esfôrço para o cumprimento das obrigações de ordem econômica que, desde a Conferência dos Chanceleres, havíamos assumido.

Planos de organização, instalação e funcionamento de novos órgãos indispensáveis ao cumprimento dos acordos resultaram dos trabalhos da Comissão. Tais planos, submetidos à deliberação do senhor Presidente da República, receberam aprovação imediata e foram executados de forma que nenhuma providência se negou ao árduo trabalho empreendido nos mais longínquos recantos do país. Enquanto êsses órgãos especiali-

zados não entraram em funcionamento, as respectivas atribuições couberam à Comissão de Contrôle dos Acordos de Wasington, cujos trabalhos conduziram sempre à imediata adoção de quantas medidas de ordem prática se fizeram mister nesse difícil período de adaptação.

Se com respeito a todos os acordos a atuação da Comissão presidida por Vossa Excelência foi decisiva, na parte relativa à borracha, essa participação foi de importância fundamental. A simples circunstância de haver cabido à Comissão o encargo de coordenar, superintender e auxiliar as atividades das muitas entidades brasileiras e americanas empenhadas no programa da borracha, permite avaliar, embora de maneira distante da realidade, o que vem sendo o seu trabalho nestes dois anos de existência. Quando se lança um olhar ao mapa do Brasil e nele se assinalam as regiões vinculadas ao programa da borracha e se medita sôbre as dificuldades de tôda ordem, desde a falta de meios de transporte até a crise de trabalhadores ou a escassez de gêneros, é que melhor se ajuiza de quão vasta foi a tarefa imposta à Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington.

### *Acôrdo sôbre artefatos de borracha*

Fiéis ao espírito de real cooperação e assistência mútua que presidiu as reuniões da Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América celebraram, em outubro de 1942, o Acôrdo sôbre Borracha Manufaturada, que veio completar as estipulações contidas no acôrdo principal, de 3 de março do mesmo ano. Por êsse convênio os dois países estabeleceram um sistema de contingenciamento e suprimento de pneumáticos, câmaras de ar e outros artefatos julgados essenciais às necessidades das Repúblicas Americanas.

Ao mesmo tempo foi ratificado o entendimento de 20 de abril de 1942, pelo qual à indústria brasileira de artefatos de borracha ficou reservada a quota anual de 10.000 toneladas,

pêso sêco, de borracha crua. Destinou-se 75% desta quota à fabricação de produtos essenciais, inclusive pneumáticos e câmaras de ar, para o consumo interno do Brasil, e 25% à manufatura dos mesmos produtos reservados à exportação para os Estados Unidos e ao consumo, igualmente indispensável, das Repúblicas Americanas. Ficou convencionado, também, que o nosso país poderá alterar as percentagens indicadas, aumentando-as ou diminuindo-as, com o objetivo de melhor cooperar no esfôrço de guerra em que o Brasil e os Estados Unidos da América se acham empenhados.

A Rubber Reserve Company se obrigou a adquirir, durante a vigência do acôrdo de 3 de março de 1942, todos os pneumáticos e câmaras de ar produzidos no Brasil e excedentes de seu consumo interno, aos preços fixados na tabela aprovada em 27 de dezembro de 1941 pela hoje extinta Comissão de Defesa da Economia Nacional.

Cabe aqui salientar que êsses preços fixados para o mercado externo também o foram para o mercado interno, evitando-se, assim, que o principal produto das indústrias de artefatos de borracha seguisse a curva ascensional de preços que se tem observado noutros artigos igualmente essenciais ao aparelhamento econômico nacional.

Visando reservar para a produção de artigos essenciais maior quota de matéria prima, o Govêrno brasileiro, no acôrdo a que se faz referência, assumiu o compromisso de providenciar no sentido de que os fabricantes de artefatos de borracha suspendessem, na medida do possível, a manufatura de produtos não essenciais. Para salvaguardar os interêsses dêstes industriais estipulou-se que a Rubber Reserve Company faria, em compensação, contratos de compra dos artigos básicos produzidos no Brasil. Finalmente, tendo em vista manter as disponibilidades de borracha bruta, ficou assentado que os industriais brasileiros envidariam esforços para usar a mesma proporção de borracha recuperada que a utilizada na indústria do país. Adiante terei oportunidade de fazer referência específica à campanha da borracha usada, empreendida em todo o território nacional.

Quero ponderar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, a importância do Acôrdo sôbre Borracha Manufaturada. Os algarismos que adiante se encontram, referentes aos suprimentos de pneumáticos e de câmaras de ar aos mercados dêste Hemisfério são prova eloqüente do notável esfôrço realizado neste setor. Não só conseguimos atender às imperativas necessidades do tráfego brasileiro, como também assegurarmos idênticas possibilidades aos países americanos. Se, por qualquer circunstância, a indústria brasileira de pneumáticos e câmaras de ar houvesse ficado desprovida de matéria prima ou, mesmo, não provida à altura das necessidades normais, teríamos enfrentado no país uma crise de transporte tão ou mais grave do que a crise do combustível. Da mesma forma, não houvessem continuado regularmente os suprimentos de matéria prima à indústria, apesar de tôdas as dificuldades, e a esta hora não estariam as fábricas brasileiras de pneumáticos e câmaras de ar desfrutando de sólido prestígio nos mercados externos por elas abastecidos. A feliz solução encontrada para o problema permitiu que a indústria se situasse em condições altamente satisfatórias em diversos mercados importantes de consumo das Américas.

Em 1942, ano em que começou a vigorar o acôrdo, exportamos durante o 4.º trimestre para os países americanos 34.699 pneumáticos e 15.225 câmaras de ar; durante 1943, exportamos 128.427 pneumáticos e 125.425 câmaras de ar; no trimestre do corrente ano, nossas exportações ascenderam a 29.945 pneumáticos e 21.167 câmaras de ar. A quota já fixada para o 2.º trimestre do ano em curso eleva-se a 29.531 pneumáticos e a 21.350 câmaras de ar.

Para os Estados Unidos foram embarcados, no 2.º semestre de 1942, 27.069 penumáticos e 24.069 câmaras de ar, e em 1943, 134.802 pneumáticos e 62.467 câmaras de ar. No corrente ano, até o mês de março, exportamos 6.840 pneumáticos e 5.485 câmaras de ar.

Em 1942 foram vendidos no mercado interno 280.794 pneumáticos; em 1943 o nosso consumo alcançou a cifra de 318.847 pneumáticos.

*Superintendência de abastecimento do vale amazônico (S. A. V. A.)*

Com o objetivo de harmonizar todos os serviços indispensáveis à execução do programa da borracha, foi criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, cuja atribuição é a de superintender o abastecimento de gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade na Amazônia. Subordinada à Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, a S. A. V. A. tem sob sua jurisdição um vasto território, compreendendo os Estados do Amazonas e do Pará, o Território do Acre, a zona sul do Maranhão e o norte de Mato Grosso e de Goiaz.

Atentando para as necessidades básicas daquela região, no que diz respeito ao fomento da produção gomífera, foram conferidas à SAVA as seguintes funções:

*a*) coordenar as medidas a serem tomadas conjuntamente pelos Estados da região amazônica, visando o abastecimento e incremento da produção de gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade;

*b*) providenciar sôbre a aquisição e o transporte, dentro e fora do país, dos gêneros necessários ao consumo da região, sempre que o abastecimento pelos canais normais do comércio se mostrasse insuficiente;

*c*) controlar os estoques e preços dos gêneros de primeira necessidade, estabelecendo o racionamento, se tanto fôsse preciso;

*d*) controlar a exportação de gêneros necessários na Amazônia, em colaboração com os órgãos especializados de transporte;

*e*) controlar o transporte de gêneros necessários na Amazônia, em colaboração com os órgãos especializados de transporte;

*f*) providenciar no sentido de serem formados estoques de gêneros e estabelecer os armazéns e frigoríficos indispensáveis à sua conservação;

*g*) propagar e estimular a utilização de gêneros alimentícios de produção local (como sejam: a castanha do Pará, os óleos de mesa e de cozinha e outros);

*h*) estimular a pesca, a pecuária, a agricultura e as indústrias diretamente ligadas ao probleema de alimentação da região amazônica (como sejam: o sal, o açúcar e outras) em colaboração com os órgãos competentes da administração pública;

*i*) entrar em entendimento no Brasil com a Agência da Rubber Reserve Company ou outras entidades do Govêrno dos Estados Unidos da América, sôbre questões relativas ao recebimento e distribuição de gêneros e mercadorias ao fomento da produção da borracha na Amazônia;

*j*) providenciar no sentido do encaminhamento de trabalhadores às regiões produtoras de gêneros alimentícios.

Cabe salientar, entre as funções da SAVA, não só as que lhe permitem providenciar no sentido de solucionar problemas de caráter imediato, como sejam o abastecimento alimentar, o racionamento, estocagem e outras medidas de emergência, mas, principalmente, as providências de alcance mediato, porém de maior amplitude, quais sejam o estímulo à produção local e o encaminhamento do trabalhador visando a consecução da suficiência da região em face de suas necessidades essenciais.

Havendo sido fixado, no acôrdo firmado entre a Rubber Development Corporation e o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, as cercanias de Belém como ponto de recebimento dos trabalhadores recrutados e encaminhados à Amazônia em virtude do aludido acôrdo, a Rubber Development Corporation solicitou e obteve que a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico interferisse nas operações finais de colocação dêsses trabalhadores nos seringais de destino.

Para regular a execução dêste serviço, cujas despesas foram feitas às expensas da Rubber Development Corporation, esta entidade e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico firmaram, em 1.º de março de 1943, um acôrdo que, em linhas gerais, consistia no seguinte:

1. A SAVA receberia, em acampamentos construídos para o fim em vista, os trabalhadores recrutados e encaminhados pelo S. E. M. T. A., desde que os mesmos apresentassem condições profissionais, morais e de saúde, capazes de constituirem garantia de que de sua aceitação não decorressem, futuramente, problemas das ordens citadas. Desta aceitação ficaria incumbida uma delegação composta de representantes das entidades interessadas.

2. A SAVA se comprometia a providenciar sôbre todos os problemas correlatos à localização final dos trabalhadores que seriam assistidos por um contrato individual de locação de serviços (cláusula VI), que lhes asseguraria prazo limitado de trabalho, abastecimento a preços razoáveis, remuneração nunca inferior ao mínimo permitido pelas leis para a produção de borracha, área razoável de terra para o plantio dos gêneros destinados ao seu aprovisionamento, isenção de juros para as dívidas que contraíssem em razão de sua subsistência, liberdade de mudar de empregador, caderneta individual para escrituração de seus débitos e créditos, assistência, contrôle e inspeção médica para si e para sua família, assistência financeira para sua família, etc.

Foi êste acôrdo elaborado no propósito de incrementar a localização de trabalhadores na Amazônia e, conseqüentemente, de fomentar a produção da borracha, e se achava redigido de modo a proporcionar a indispensável garantia dos direitos dos trabalhadores eventualmente contratados, bem como a possibilitar a identificação do homem com a terra, constituindo, portanto, providência de grande alcance na execução do programa da borracha.

A 1.º de março de 1943, recebeu a SAVA, no seu acampamento de Tapanã, nas vizinhanças de Belém, o primeiro grupo de trabalhadores que o S.E.M.T.A. havia recrutado, num total de 297 homens. Teve, assim, início o seu ingente trabalho de pioneira na colocação de avultado número de trabalhadores numa região que, pela primeira vêz, iria conhecer uma experiência de colonização organizada.

Como é natural, defrontou com os mais árduos obstáculos que, entretanto, não chegaram a constituir empecilho na execução da tarefa que lhe fôra atribuída como uma das entidades do Govêrno Federal empenhadas na recuperação econômica da Amazônia.

A partir da data em que iniciou a execução desta sua atribuição até transferí-la ao Departamento Nacional de Imigração, em virtude do acôrdo de 29 de dezembro de 1943, firmado entre a Comissão de Administração e Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia e o citado Departamento, acôrdo aprovado pelo decreto-lei n.º 14.535, de 19 de janeiro de 1944, recebeu a SAVA um total de 12.637 trabalhadores, dos quais já foram colocados nos seringais da Amazônia, aproximadamente, 10.500 homens.

Grande parte dêsses homens, cêrca de 2.000, durante a sua estada nos grandes centros onde tinham que aguardar o transporte para o interior, bem como receber instruções sôbre a extração da borracha, foram aproveitados em trabalhos de estiva nos portos de Belém e Manaus, na agricultura, na construção de estradas ou como tripulantes de embarcações fluviais, ou ainda noutras atividades direta ou indiretamente ligadas ao programa da borracha, orientação essa que lhes evitava a ociosidade improdutiva e que trouxe um equilíbrio necessário em lugares que se vinham ressentindo da falta de braços, naturalmente atraídos por atividades mais lucrativas.

Em algarismos aproximados, foi a seguinte a distribuição por Estados dos trabalhadores recebidos pela SAVA, a fim de serem colocados nos seringais:

| *Estados* | *Número de trabalhadores* |
|---|---|
| Pará | 1.700 |
| Amazonas | 7.050 |
| Território do Guaporé | 1.000 |
| Território do Acre | 750 |

Posteriormente, entretanto, a Delegacia Regional da SAVA, em Manaus, atendendo a novas necessidades, encaminhou ainda para os Territórios do Guaporé e do Acre respecti-

vamente, 1.100 e 750 homens, o que elevou para 2.100 os trabalhadores colocados nos seringais do Guaporé e para 1.500 os destinados aos do Acre, medida que reduziu para 5.200 os trabalhadores colocados no Estado do Amazonas.

A fim de proporcionar a indispensável assistência aos trabalhadores recebidos pela SAVA, e recrutados pelo S. E. M. T. A., no período em que teriam de aguardar o encaminhamento até o seringal, promoveu a SAVA, em diversas localidades da Amazônia, a construção de acampamentos rústicos, porém dotados dos requisitos exigidos pelos médicos para isto com a valiosa cooperação do Serviço Especial de Saúde Pública e da Rubber Development Corporation, que mantinham consultores junto aos citados acampamentos de Tapanã, em Belém, e de Ponta Pelada, em Manaus, bem como outros menores no interior dos Estados e Territórios interessados.

A fiscalização dos trabalhadores colocados nos seringais, cujas relações com o seu empregador, o seringalista, são controladas pelo Banco de Crédito da Borracha, também mereceu da SAVA especial atenção, procurando esta entidade, por meio de seus fiscais, auxiliar sempre que possível o Banco, tendo em vista a salvaguarda dos justos interêsses do trabalhador, dentro de um largo espírito de humanidade e cooperação social.

Em 3 de abril de 1943, a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico celebrou ainda com a Rubber Development Corporation um acôrdo para a formação de estoques de gêneros básicos necessários ao suprimento dos seringueiros e dos demais trabalhadores da Amazônia, gêneros que também poderiam ser utilizados, em benefício da população em geral.

Tais estoques seriam, inicialmente, formados nas cidades de Belém, Santarém, Manaus, Pôrto Velho, Bôca do Acre e João Pessoa, podendo, na medida das necessidades e mediante prévio entendimento, serem também formados em outros pontos do Vale Amazônico.

Neste acôrdo, foi prevista a fixação dos preços das utilidades necessárias ao suprimento dos trabalhadores da Amazônia em um limite nunca superior ao verificado no mês de

março de 1942, época da fixação do preço da borracha pelo Acôrdo de Washington.

Foi esta uma providência que se enquadrou no programa governamental da borracha e do ressurgimento da Amazônia, preservando as populações dos desníveis causados pelas condições de abastecimento, que não ofereciam as indispensáveis garantias de suprimento normal das necessidades básicas.

A política da SAVA, nos têrmos do Decreto-lei que a instituiu, objetivou principalmente, de um lado, o contrôle dos estoques e das exportações nos principais centros de distribuição, e, do outro, o estímulo às compras pela Rubber Development Corporation e pelo comércio, intercedendo junto às repartições competentes, no sentido de obter aumento sempre crescente nos meios de transporte para o Vale Amazônico e dentro da região.

A intervenção do Govêrno no abastecimento do Vale Amazônico decorreu dos seguintes fatos que se apresentaram de forma alarmante, em fins de 1942, em Belém e Manaus, principais centros comerciais:

1.º) Escassês de mercadorias;
2.º) Elevação de preços.

O primeiro fato proveio da supressão do regime da livre navegação marítima que existia antes dos torpedeamentos dos nossos navios pelos submarinos do Eixo, isto é, em agosto de 1942. Até então, o pôrto de Belém era servido, semanalmente, por um navio do Lóide Brasileiro, e, quinzenalmente, por um da Companhia de Navegação Costeira, e o pôrto de Manaus, quinzenalmente, por um navio da primeira companhia acima citada.

Naquele regime, as diversas regiões do Vale Amazônico eram abastecidas fàcilmente devido ao tráfego mútuo das mercadorias entre as emprêsas marítimas e o Serviço de Navegação e Administração da Amazônia e do Pôrto do Pará, o que permitia, pela armazenagem portuária e baldeação, que vários seringalistas importassem diretamente dos centros de produção as mercadorias de que necessitavam. As praças de Belém e Manaus, sedes do comércio importador e aviador da região,

já não exerciam, como em passado remoto, a exclusividade da distribuição das mercadorias importadas do sul do país.

Os quadros comparativos do volume da exportação, pelo pôrto de Belém, nos meses de janeiro e fevereiro, período mais favorável à navegação dos altos rios, confirma a asserção acima feita. Com a exclusão do arroz e da farinha de mandioca, artigos produzidos no Estado do Pará, os demais gêneros alimentícios exportados, em 1942, ano de navegação e comércio livres pelo pôrto de Belém, foram consideràvelmente menores do que em 1944, isto é, em pleno regime da intervenção do Govêrno através do contrôle da navegação e dos embarques das mercadorias.

A comparação dos volumes das exportações, entre os primeiros meses de 1943 e os de 1944, demonstra que, no novo regime de navegação, a intervenção do Govêrno por intermédio da SAVA e da Rubber Development Corporation, no abastecimento, deu resultados altamente satisfatórios.

Todos os principais gêneros alimentícios exportados pela praça de Belém, registaram considerável aumento em 1944 com relação ao mesmo período de 1943, quando não se achava em vigor o acôrdo entre a SAVA e a Rubber Development Corporation, firmado a 3 de abril dêsse ano.

O aumento do abastecimento, em conseqüência das medidas tomadas durante o ano de 1943, quer pela Comissão de Marinha Mercante, quer pela SAVA, ou pela Rubber Development Corporation, não poderia influir, retroativamente, na safra de borracha de 1943, na zona dos altos rios, principal fonte de produção de borracha, pois os estoques de mercadorias deveriam estar em Belém, ou Manaus, no máximo até dezembro de 1942, de modo a permitir embarques regulares e contínuos até março de 1943 para aquela região.

As encomendas e compras para o abastecimento da safra de 1943 dependiam da iniciativa do comércio aviador ou dos próprios seringalistas importadores. O bloqueio, o afundamento de navios e a encomenda de quantidades inferiores às necessidades, provocaram o colapso do abastecimento da safra de 1943.

O abastecimento da safra de 1944 ficou assegurado com a intervenção do Govêrno e a cooperação da Rubber Development Corporation, exceto quanto à farinha dágua que só pode ser obtida no Estado do Pará. A sua produção, no ano findo, foi inferior à dos anos anteriores devido à evasão de trabalhadores agrícolas para outras atividades mais bem remuneradas.

As críticas contra a ação do Govêrno e da Rubber Development Corporation, formuladas principalmente pelas associações dos centros comerciais interessados e por alguns diletantes dos problemas daquela região, não acautelam os interêsses reais da generalidade da população, nem, tão pouco, o aumento imediato da produção da borracha.

É óbvio que a melhoria do abastecimento, quer quanto à quantidade, quer quanto ao preço de aquisição pelos consumidores, depende, principalmente, de dois elementos, a saber:

1.º) aumento da capacidade do transporte marítimo e fluvial;

2.º) redução da diferença entre o preço de compra, nos mercados de distribuição, e os de venda ao consumidor.

O estabelecimento dos armazéns da Rubber Development Corporation disseminados nos pontos de maior densidade demográfica do Vale Amazônico, isto é, Belém, Santarém, Manaus, Pôrto Velho, Guajará Mirim, Bôca do Acre, Rio Branco, Sena Madureira, João Pessoa, Vila Feijó e Benjamin Constant, onde os seringalistas podiam obter e transportar os gêneros básicos para suprimento dos seringueiros por preços estáveis, baseados no custo c. i. f. Belém, em março de 1942, acrescidos de 15% — foi uma medida que trouxe reais vantagens às populações produtoras de borracha, sem provocar, realmente, a desorganização nem os prejuízos, invocados pelos interessados no monopólio do comércio, das atividades comerciais legítimas das firmas importadoras e aviadoras.

Se fôsse possível à Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington mandar proceder à verificação do movimento de compra e venda das casas aviadoras e importadoras, durante os anos de 1940, 41, 42, 43 e 44, verificar-se-ia, certamente,

sensível aumento de vendas durante o ano passado, precisamente no período da vigência do acôrdo do abastecimento, firmado a 3 de abril, entre a Rubber Development Corporation e a SAVA.

Consideramos uma das mais importantes contribuições da Rubber Development Corporation para o abastecimento da safra de 1944 a obtenção dos navios fretados ao Serviço de Navegação e Administração do Pôrto do Pará e o auxílio financeiro a esta entidade, juntamente com os navios cedidos pelo Govêrno americano que contribuiram com 42.000 toneladas de transporte, carregando tanto mercadorias adquiridas pela Rubber Development Corporation como pelas firmas importadoras de Belém e de Manaus. De acôrdo com a informação do Sr. Vice-Presidente da Rubber Development Corporation, essa tonelagem igualou a obtida pela Comissão de Marinha Mercante durante o mesmo período.

Pela Portaria de n.º 28, de 30 de novembro de 1942, o Sr. Coordenador da Mobilização Econômica criou o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, com a finalidade de recrutar e transportar para as regiões gomíferas, trabalhadores capazes de executar serviços ligados à produção da borracha.

Em 21 de dezembro de 1942 o S. E. M. T. A. celebrou com a Rubber Reserve Company um acôrdo para "apresentar em Belém do Pará, por conta da Rubber Reserve Company, até 50.000 trabalhadores", que seriam recrutados fora do Vale Amazônico e entregues à entidade federal brasileira incumbida de recebê-los e colocá-los nos seringais, encargo êste que coube à SAVA, conforme tivemos oportunidade de mencionar anteriormente.

Em um momento em que as dificuldades de transporte se agravaram de maneira alarmante, em virtude da interrupção da navegação de cabotagem e as rotas interiores do nordeste e norte do país, algumas ainda em estágio de desbravamento, ficaram congestionadas pelo acúmulo de carga e de passageiros a escoar, situação agravada ainda pela crise de combustíveis e de meios de transporte, o número de trabalhadores

levados pelos S. E. M. T. A. até Belém constitue um esfôrço gigantesco.

Cêrca de 13.000 trabalhadores foram entregues nos acampamentos da SAVA em Belém, numa demonstração vigorosa de que através de Pirapora, do São Francisco, do Ceará e do Maranhão pode-se estabelecer uma rota estratégica que ligará os extremos brasileiros.

Não poderia deixar sem uma referência especial a cooperação emprestada pelo S. N. A. P. P. à execução do programa da borracha, cooperação que, desde o início, se fêz sentir da maneira mais franca e patriótica e sem a qual seria absolutamente impossível pôr em prática um plano que depende primordialmente do transporte.

Apesar das dificuldades com que também lutava o S. N. A. P. P. pela falta de combustível, de material de construção naval e de reparo, oriunda da presente emergência, e também da própria falta de embarcações, pôsto que sua frota representa hoje cêrca de um têrço da que existia por volta de 1910, sempre colaborou ìntimamente com os vários órgãos incumbidos da execução dos acordos firmados para o incremento da produção de borracha, colocando todos os seus recursos disponíveis a serviço dos interêsses da região.

Com o objetivo de assegurar participação mais intensa na obra de reerguimento da economia amazônica e visando melhorar o serviço de transporte fluvial na região, com evitar a dispersão de esforços e acelerar a distribuição de gêneros alimentícios e de trabalhadores no grande Vale, de acôrdo com o programa de desenvolvimento da produção de borracha, em que se acham interessados os Governos brasileiro e americano, o S. N. A. P. P. firmou, a 16 de julho de 1943, com a Rubber Development Corporation, sucessora da Rubber Reserve Company, um acôrdo pelo qual assumiu as seguintes obrigações:

*a*) transportar, preferencialmente, tôda a carga pertencente à Rubber Development Corporation destinada ao interior ou dêle procedente;

*b*) transportar a carga pertencente à Rubber Development Corporation, ou a terceiros, destinadas às regiões ori-

entais das Repúblicas vizinhas ou delas procedente, desde que essa carga seja julgada necessária ao fomento da produção de borracha ou ao esfôrço de guerra das Nações Unidas;

*c*) equipar, movimentar, abastecer e reparar a frota que lhe fôr entregue pela Rubber Development Corporation, mantendo-a em condições de navegàbilidade;

*d*) fretar, arrendar e adquirir embarcações pertencentes a armadores particulares para transporte da carga da Rubber Development Corporation, sempre que necessário; bem como construir, por sua conta, em seus estaleiros, embarcações necessárias ao tráfego dos altos rios e montar, também em seus estaleiros, as embarcações trazidas pela Rubber Development Corporation dos Estados Unidos;

*e*) pagar a quantia de Cr$ 20,00 por mês, por embarcação que receber da Rubber Development Corporation; pagar 20% da renda bruta proveniente dos fretes e passagens havidos nos navios entregues pela Rubber Development Corporation e obtidos pelo transporte de passageiros e cargas para terceiros, não incluídos os trabalhadores conduzidos pela SAVA;

Por sua vêz, a Rubber Development Corporation assumiu obrigações que se resumem nos itens seguintes:

*a*) entregar ao S. N. A. P. P. tôdas as embarcações que trouxe dos Estados Unidos e as que futuramente forem trazidas, excluindo-se as que se destinarem aos serviços de navegação explorados por outros países do Vale Amazônico e as de pequena tonelagem destinadas ao transporte de técnicos da Rubber Development Corporation;

*b*) adiantar ao S. N. A. P. P., como pagamento antecipado por conta de serviços a prestar, a importância de Cr$.. 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), em três parcelas, de Cr$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) as duas primeiras e de Cr$ 2.000.000,000 (dois milhões de cruzeiros) a terceira;

*c*) pagar ao S. N. A. P. P. pela carga que fôr transportada por essa entidade em seus navios e nos fretados e ar-

rendados, o frete das tarifas atuais, aumentado de 50% (cinqüenta por cento);

*d*) Pagar mensalmente ao S. N. A. P. P. a importância de Cr$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros) por tonelada bruta de arqueação, pela movimentação das cargas; a importância de Cr$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros), em viagem de cada navio, por milha navegada, para atender às despesas de operação; a importância de Cr$ 30,00 (trinta cruzeiros), por tonelada de carga transportada para a Rubber Development Corporation, a fim de atender às despesas com a estiva e desestiva; a importância de Cr$ 4,00 (quatro cruzeiros) por dia, por passageiro de 3.ª classe, transportado por conta da S. A. V. A., para atender às despesas de alimentação do referido pessoal;

*e*) envidar os melhores esforços para movimentação das embarcações em tráfego operadas pelo S. N. A. P. P., cobrando, pelo carvão, em Belém, Cr$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) por tonelada, e em Manaus, Cr$ 480,00 (quatrocentos e oitenta cruzeiros) por tonelada, e pelos produtos de petróleo o preço de custo à Rubber Development Corporation nos lugares de entrega ao S. N. A. P . P.

Convém assinalar, entretanto, que êsse acôrdo teve algumas de suas cláusulas modificadas e está em vias de ser substituído por outro já elaborado, a fim de ajustar-se às novas circunstâncias determinadas pelo recente acôrdo sôbre preços da borracha, celebrado a 8 de fevereiro do corrente ano entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Do esplêndido esfôrço feito pelo S. N. A. P. P. para atender às necessidades da Amazônia, falam melhor que as palavras os algarismos que tenho o prazer de citar:

| *Ano* | *Viagens* | *Tonelagem transportada* |
|---|---|---|
| 1940 ..... | 79 | 26.823 |
| 1941 ..... | 95 | 32.060 |
| 1942 ..... | 106 | 32.860 |
| 1943 ..... | 148 | 45.000 |

No capítulo de gêneros alimentícios entrados pelo pôrto de Belém, excluído o trânsito, foi igualmente magnífica a cooperação dada pelo S. N. A. P. P., o que melhor se comprova pelos números que transcrevo, os quais constituem também prova de quanto, apesar das inúmeras dificuldades de transporte e de abastecimento da Amazônia, conseguiram os órgãos oficiais incumbidos da execução do programa da borracha:

| *Ano* | *Tonelagem* |
|---|---|
| 1940 | 86.600 |
| 1941 | 110.900 |
| 1942 | 123.700 |
| 1943 | 142.100 |

A título de esclarecimento, é oportuno precisar em números a comparação entre as embarcações existentes na Amazônia em 1910-1913 e em 1943.

Contavam-se há 30 anos 310 barcos com 52.900 toneladas líquidas de carga, ao passo que, no ano findo, existiam 133 embarcações, com 20.700 toneladas, incluídos neste número os seis navios entregues pela Rubber Development Corporation ao S. N. A. P. P.

Vale ainda enumerar como um dos resultados da cooperação brasileiro-americana as seguintes pequenas embarcações entregues ao S. N. A. P. P. pela Rubber Development Corporation:

2 lanchas à gasolina
9 lanchas de desembarque (Diesel)
8 alvarengas tanques
12 alvarengas de madeira

além de quatro rebocadores pertencentes à Rubber Development Corporation e operados pelo S. N. A. P. P.

O programa da borracha, para ser levado à prática de acôrdo com as bases lançadas no "Discurso do Rio Amazonas" e em condições que permitam rendimento satisfatório, exige um intenso trabalho de assistência médico-sanitária nas zonas de produção.

Coube esta tarefa ao Serviço Especial de Saúde Pública criado, em obediência aos Acordos de Washington, mediante

convênio entre o Ministério da Educação e Saúde e o Escritório do Coordenador dos Negócios Inter-Americanos.

Médicos, engenheiros e demais técnicos, brasileiros e norte-americanos, vêm trabalhando dedicadamente no seu Programa da Amazônia, que visa preservar a saúde dos trabalhadores da borracha das populações do grande Vale.

Em seus esplêndidos trabalhos o S. E. S. P. aproveitou as lições dos grandes sanitaristas brasileiros Oswaldo Cruz, Carlos e Evandro Chagas, as tratou de aplicar à base de novos estudos realizados.

As atividades do S. E. S. P. na Amazônia foram iniciadas em julho de 1942 e abrangem o contrôle da malária, saneamento geral e assistência médica às populações.

O que há de mais notável na obra que vem realizando êsse Serviço, surgido em conseqüência dos Acordos de Washington, é precisamente o seu caráter permanente e a sua influência futura no progresso da Amazônia.

Creio cumprir um dever de consciência, Senhor Ministro, reclamado pela minha admiração irrestrita para com os muitos heróis obscuros que mourejam diuturnamente no combate às enfermidades que têm sido os piores inimigos dos filhos da Amazônia, se relatar com detalhes o que é e o que tem feito o S. E. S. P.

Portanto, é o que passo a fazer.

As atividades do S. E. S. P. no Brasil se dividem atualmente em Cinco Programas, a saber:

1. Programa da Amazônia.
2. Programa de Migração.
3. Programa do Rio Doce.
4. Programa de Educação Sanitária.
5. Programa de Enfermagem.

Nos fins de dezembro de 1943, havia 3.006 funcionários empenhados nessas atividades, dos quais 65 norte-americanos e 2.941 brasileiros.

Em 25 de novembro de 1943, foi celebrado um acôrdo entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos, prorrogando

o trabalho da Secção Rural Brasileira até 1948. Segundo os têrmos dêsse acôrdo, o Govêrno brasileiro obriga-se a aumentar, gradualmente, suas contribuições para o Fundo do S. E. S. P., enquanto a cota do Govêrno americano vai proporcionalmente diminuindo.

As contribuições a serem feitas durante o período de cinco anos, a terminar em 31 de dezembro de 1948, montam a Cr$.. 100.000.000,00 por parte do Govêrno brasileiro e a US$.. 3.000.000,00 por parte do Govêrno americano. O total das contribuições a serem feitas por parte de cada Govêrno, desde do início do programa, em 1942, até o seu fim em 1948, é de Cr$ 109.280.000,00 para o Brasil e Cr$ 8.000.000.00 para os Estados Unidos.

Êsse plano prevê a retirada gradativa do pessoal norte-americano do serviço, e assim, transferir a sua administração às mãos dos brasileiros, que em 1948 teriam todo o trabalho, sob sua direção, devendo, então, mantê-lo em caráter permanente a fim de auferir os seus benefícios duradouros.

O programa do S. E. S. P. para a Amazônia começou em julho de 1942, em cumprimento do acôrdo assinado em 17 de julho dêsse mesmo ano, pelos representantes dos Governos do Brasil e dos Estados Unidos. Segundo os têrmos dêsse acôrdo, os serviços de Saúde e Saneamento tinham que ser realizados no Vale Amazônico, neles incluidos o contrôle da malária, saneamento geral e assistência médica aos trabalhadores das indústrias estratégicas. Em aditamento, ficou combinado que seria estabelecido um plano para preparação de médicos, engenheiros sanitaristas, enfermeiros e outros técnicos necessários à realização dos trabalhos.

Após as inspeções e os estudos preliminares, ficou decidida a criação de um escritório central administrativo em Belém, com uma agência em Manaus, a fim de atender aos setores do Amazonas, Territórios do Acre e do Guaporé e de uma parte de Mato Grosso. Êsses escritórios centrais deveriam ser compostos pelos funcionários administrativos necessários, por um departamento de compras, um de finanças, armazéns, departamentos de embarque, de transporte, de pes-

soal para direção e supervisão dos serviços médicos e de saúde pública, para os trabalhos de engenharia sanitária e de construção, bem como escritórios de arquitetura e de desenho.

Em Belém, já se acha montado um estaleiro para construção de barcos e preparo de pessoal de bôrdo.

Ainda em Belém, criou-se um laboratório destinado às investigações sôbre malária e outras graves moléstias que assolam o Vale Amazônico, cabendo-lhe a direção dos trabalhos de contrôle da malária. Nesse laboratório também treinam técnicos especializados. Inaugurou-se na capital paraense uma escola prática para os guardas encarregados do serviço anti-malárico do Vale Amazônico e cêrca de 1.500 guardas já foram ali preparados.

Cedido pelo Govêrno do Pará, foi feita em Belém adaptação de um edifício para o funcionamento de um pequeno hospital destinado ao tratamento de doenças tropicais e ao preparo de novos médicos, enfermeiros e funcionários sanitaristas.

Depois de um completo estudo do Vale Amazônico, trinta sedes de municípios foram escolhidas para nelas serem instalados centros de saúde, dos quais pudesse o trabalho se irradiar. Êstes centros são:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1. | Breves | 16. | João Pessoa |
| 2. | Macapá | 17. | Tefé |
| 3. | Cametá | 18. | São Gabriel |
| 4. | Gurupá | 19. | Benjamin Constant |
| 5. | Abaeté | 20. | Gruzeiro do Sul |
| 6. | Chaves | 21. | Brasília |
| 7. | Monte Alegre | 22. | Maués |
| 8. | Santarém | 23. | Seabra |
| 9. | Marabá | 24. | Lábrea |
| 10. | Oriximiná | 25. | Sena Madureira |
| 11. | Pôrto Velho | 26. | Manicoré |
| 12. | Rio Branco | 27. | Itacoatiara |
| 13. | Guajará Mirim | 28. | Óbidos |
| 14. | Bôca do Acre | 29. | Coarí |
| 15. | Boa Vista | 30. | Altamira |

e mais dois recenteemnte criados.

Em muitos casos, os prédios foram cedidos pelos prefeitos locais, sendo que outros tiveram que ser alugados. Os centros de saúde foram confiados à direção de médicos especializados, compreendendo um quadro de pessoal, funcionários administrativos, laboratoristas e guardas sanitários, em número relativo à importância de cada centro.

O primeiro empreendimento foi o do contrôle da malária. Levou-se a cabo uma inspecção cuidadosa em cada um dos distritos para a determinação da freqüência da doença, do seu transmissor e dos focos que o geram. O laboratório de Belém enviou para o campo funcionários encarregados dessa inspecção.

Em janeiro de 1943, já se havia feito uma inspeção completa da malária no Vale Amazônico, e uma segunda inspecção teve lugar em maio e junho dêsse mesmo ano. Sempre que as medidas de drenagem, indicadas pela necessidade de contrôle, se fizeram mister, foram traçados planos para as mesmas e iniciado êsse trabalho.

Um programa de drenagem em larga escala está sendo executado em Belém, Manaus e Pôrto Velho. Outros programas de menor envergadura vêm sendo realizados em muitas outras zonas, sendo os mais importantes os de Sena Madureira, Rio Branco e Bôca do Acre. Ao mesmo tempo, têm sido tomadas no Vale Amazônico medidas de combate às larvas, juntamente com outras indicadas no caso.

A atebrina para tratamento e profilaxia vem sendo distribuída em todos os centros àqueles que a pedem, uma vêz verificada a necessidade. Até o presente foram distribuídos mais de 15 milhões de comprimidos de atebrina.

À medida que os centros de saúde forem se tornando melhor organizados, serão criadas clínicas para o diagnóstico e tratamento dos pobres ou daqueles que não possam, por outros meios, obter cuidados médicos; tal assistência já está sendo prestada a milhares de pessoas. Estimam-se em 170.000 as visitas feitas a essas clínicas.

Nesse plano também está incluída a aquisição de lanchas destinadas aos centros que atendem às populações das zonas

de difícil acesso. Quarenta e três lanchas estão, presentemente, em serviço — 6 para os grandes rios, 18 para os rios médios, 13 com motor de pôpa para os igarapés e 6 para o transporte de carga, inspeções e treinamento.

Resolveu-se construir hospitais de 50 leitos para as duas áreas-chave de Santarém e Rio Branco, bem como planejou-se um ambulatório e um dispensário de 14 leitos para Breves. A construção dos edifícios em Santarém e Breves está em andamento, devendo concluir-se no primeiro semestre do corrente ano. Foi incorporado ao S. E. S. P. o Instituto Evandro Chagas, de Belém, que hoje conta com um hospital de doenças tropicais.

Devido às dificuldades na obtenção de material, o hospital planejado para Rio Branco não pode ser construído ali. E' possível que êste hospital venha a ser construído em outra localidade. Serão construídos ou adaptados edifícios em cada uma das 32 localidades acima mencionadas, a fim de servirem como sedes para o funcionamento permanente dos departamentos de saúde nessas regiões.

Inspecções gerais de saneamento foram levadas a efeito em muitas localidades do Vale Amazônico, bem como nas fontes de abastecimento de água e nas instalações sanitárias, as quais não são, geralmente, satisfatórias. Dentro do possível, vem sendo proporcionado a cada uma das principais localidades do Vale Amazônico um sistema simples e seguro de abastecimento de água e de instalações sanitárias.

Em outubro de 1942, o S. E. S. P., solicitado a prestar assistência a um grande número de emigrantes doentes no Departamento Nacional de Imigração, em Belém, disso se encarregou um médico e os assistentes necessários, tendo, ao mesmo tempo, fornecido medicamento. A enfermaria foi reformada e posta a funcionar. Finalmente, em dezembro de 1942, foi celebrado um acôrdo com o Departamento Nacional de Imigração, no sentido de ser-lhe dada supervisão médica em seis acampamentos e ao longo das rotas de migração. Em janeiro de 1943, o S. E. M. T. A. também solicitou ao S. E. S. P. igual assistência para os seus acampamentos e ao longo de

suas estradas, tendo sido firmado outro acôrdo com êsse objetivo.

No ano findo, o S. E. S. P. proporcionou assistência médica e supervisionou o saneamento nos acampamentos do Departamento Nacional de Imigração e criou dispensários para o S.E.M.T.A. e para a SAVA em Fortaleza, Sobral, Teresina, Caxias, São Luiz, Belém e Manaus. Foi construído um hospital de 78 leitos no acampamento do Departamento Nacional de Imigração em Fortaleza, o qual ainda se encontra sob a direção do S.E.S.P.. Foram ainda proporcionados serviços hospitalares aos acampamentos do Departamento Nacional de Imigração e da SAVA, em Belém e Manaus.

Durante o ano de 1943, mais de 20.000 trabalhadores passaram por êsses acampamentos, tendo sido todos submetidos a exame médico, recusados aquêles não julgados aptos para a viagem ou para a vida na região amazônica.

Fizeram-se também 80.000 exames médicos, mais de 100.000 tratamentos, 40.000 consultas médicas, 26.000 vacinações e mais de 5 mil pessoas foram hospitalizadas. Os emigrantes foram sempre acompanhados por guardas-medicadores em suas viagens, até chegarem a destino.

Em Fortaleza e Belém são mantidas escolas destinadas ao preparo de certo número de guardas-medicadores, escolhidos entre os emigrantes, de maneira que cada núcleo tenha, eventualmente, um guarda. Êstes são, também, preparados para inspetores sanitários.

Se se pretende que as atividades concernentes ao programa de saúde pública tenham efeitos duradouros, é de capital importância que o público compreenda as razões do programa de saneamento, adquirindo hábitos mais higiênicos.

Assim, ao lado de atividades de drenagem, instalações de esgotos e de sistemas de abastecimento de água e da construção de centros de saúde, o S.E.S.P. planejou uma campanha de educação pública, levada a efeito através dos centros de saúde e em cooperação com as escolas nas zonas onde trabalham.

Está sendo, presentemente, preparado material para essa campanha, tal como cartazes, folhetos, histórias para crianças, palestras radiofônicas e filmes. Serão ministrados cursos para professôres de escolas rurais, os quais aprenderão os métodos de ensino dos princípios de educação sanitária. Mais de 40 bôlsas já foram oferecidas a professôres nas localidades onde o S. E. S. P. exerce suas atividades.

### *Instituto Agronômico do Norte*

A êste estabelecimento especializado do Ministério da Agricultura tem cabido papel de relêvo no desdobramento de importantes detalhes técnicos do programa da borracha.

Graças à operosidade e competência do seu quadro funcional, foi possível introduzir nos métodos de extração da goma nas regiões amazônicas, melhoramentos cujos efeitos refletiram no aumento da produção e na melhoria da qualidade. Em outro lado, o Instituto vem dedicando particular atenção a um dos maiores problemas da borracha amazônica: o da cultura racional da seringueira.

Como não será possível recuperar econômicamente a Amazônia sem lograr estabelecer nas suas terras extensas plantações de seringueiras que permitam enfrentar, vantajosamente, a concorrência dos seringais cultivados da Malásia, há que determinar, prèviamente, qual o tipo de seringueira que melhor se adapte ao cultivo intensivo. Êste trabalho silencioso e de meticulosidade científica vem sendo levado por diante pelo Instituto Agronômico do Norte, com evidente espírito de colaboração.

### *Comissão brasileiro-americana*

A solução do problema da alimentação na Amazônia que, juntamente com a do problema do transporte, se situa na primeira fila das dificuldades maiores que tiveram de ser superadas no decorrer do programa da borracha, recebeu valiosa

colaboração da parte da Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios, cujas atividades abrangem os Estados do Amazonas, Pará e o Território do Acre, além do Nordeste. O plano avícola, distribuição de enxadas, emprêgo de máquinas agrícolas, combate à saúva, crédito agrícola, silagem de cereais e muitas outras providências de ordem técnica foram levadas à prática pela C. B. A.

Neste setor, como nos demais compreendidos no programa da borracha, o espírito de colaboração e boa vontade evidenciado pelas diversas entidades empenhadas na sua execução merecem ser apontados como valiosos fatôres de sucesso prático.

### *Produção de borracha em Mato Grosso*

As dificuldades de abastecimento de matéria prima à indústria nacional de artefatos de borracha, decorrentes de constantes interrupções a que esteve sujeita a nossa navegação de cabotagem, levou a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington e o Banco de Crédito da Borracha a promover entendimentos com o Govêrno do Estado de Mato Grosso com o objetivo de intensificar a produção de borracha nesse Estado.

Mato Grosso já vinha contribuindo com apreciável quantidade de goma para as necessidades do consumo interno e para a exportação: oriunda, porém, essa produção da parte setentrional do Estado, que tem sua economia vinculada ao sistema amazônico, por aí mesmo se escoava, sujeitando-se, portanto, às vicissitudes que isolavam aquela região do sul do país.

Dotado de grande número de seringais em sua parte central, os quais outrora já haviam sido explorados regularmente, Mato Grosso estava em condições de participar substancialmente no esfôrço de produção em que estávamos empenhados, abastecendo de matéria prima os centros industriais do sul que lhe estão próximos, e libertando a produção amazônica.

Dos entendimentos realizados pela Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington com o govêrno do Estado e o

Banco de Crédito da Borracha, participou também a Rubber Development Corporation, e, a 19 de abril de 1943, foi assinado o acôrdo para incremento da produção de borracha em Mato Grosso.

Pelos têrmos dêsse acôrdo, compromete-se o Estado de Mato Grosso a promover a exploração dos seringais abandonados e dos que se achem localizados em terras devolutas, celebrando, para êsse fim, com firmas idôneas, contratos de serviços, nos quais fique estipulado o mínimo de produção anual a ser obtido.

Por sua vêz, os locadores, por conta dos quais correrão as despesas de extração, preparo e transporte da borracha, serão financiados pelo Banco de Crédito da Borracha e pela Rubber Development Corporation.

Tôda a borracha produzida será entregue ao Banco de Crédito da Borracha, mediante fiscalização por parte do govêrno do Estado, cabendo a êste 7% (sete por cento) do valor do produto arrecadado.

Para construção, melhoramento e conservação de estradas de rodagem e desenvolvimento da navegação fluvial, obrigou-se a Rubber Development Corporation a contribuir com a importância de Cr$ 2.000.000,00, durante o ano de 1943, devendo essa contribuição ser fixada nos anos subseqüentes, de acôrdo com os resultados até então obtidos.

Comprometeu-se ainda a Rubber Development Corporation a manter em Cuiabá os estoques indispensáveis ao abastecimento dos seringueiros e seringalistas da região central do Estado.

### *Produção de borracha da Bahia*

Tendo recebido um relatório sôbre a existência de seringueiras nas proximidades de Ilhéus, na Bahia, com interessantes informações sôbre as possibilidades de expansão da produção de borracha, bem como sôbre as necessidades e dificuldades mais urgentes daquela região e verificando o alcance e a importância das reservas já existentes de serin-

gueiras e a possibilidade de incrementar-se o seu plantio, a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington solicitou à Rubber Reserve Company a ida à referida região de um técnico norte-americano para, em companhia de um outro, brasileiro, confirmar, em linhas gerais, as informações que havia recebido.

Tendo sido comprovada a importância da zona seringueira da Bahia, a Comissão entrou em entendimento com o senhor Ministro da Agricultura, solicitando de Sua Excelência várias providências no sentido de intensificar a exploração dessa riqueza natural, as quais foram de imediato atendidas, tendo sido pôsto à disposição da Comissão, para os trabalhos relacionados com a mencionada exploração, os elementos julgados indispensáveis.

A Rubber Reserve Company, estando igualmente de acôrdo sôbre o valor da exploração de borracha, na referida zona, à vista do Relatório que lhe fôra apresentado pelo seu técnico, o senhor Michael Polli, prontificou-se a custear as despesas iniciais com êsses serviços, despesas em grande parte relacionadas com o ensinamento do processo de extração, conservação, preparo e exportação do *látex*.

Depois de várias reuniões entre os técnicos brasileiros e norte-americanos ficou assentado um programa de ação a ser executado, de comum acôrdo, entre o representante da Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington e o da Rubber Reserve, na região produtora.

Por êsse programa de trabalho a Rubber Reserve Company se comprometeu a custear as despesas dos serviços preliminares, dentro do plano estudado pelos técnicos brasileiros e americanos, até a importância de Cr$ 250.000,00, comprometendo-se o Ministro da Agricultura a entrar, no exercício de 1943, com igual quantia para os mesmos serviços.

### *Ministérios militares*

E' meu dever abrir um parágrafo especial para enaltecer a colaboração que desde o início dos nossos trabalhos vimos

recebendo das autoridades militares do país na execução das tarefas que nos foram cometidas, o que vale por uma demonstração impressionante de unidade de pensamento e de ação, em face dos perigos que ameaçaram a pátria, numa hora sombria e incerta da nacionalidade.

Entre as providências que contribuiram para facilitar o nosso esfôrço de produção de borracha, há que ser salientada como medida de elevado alcance a promulgação do Decreto-lei n.º 5.225, de 1.º de fevereiro de 1943, que equiparou a situação dos trabalhadores encaminhados à Amazônia para a extração e exploração da borracha e a dos que ali já estivessem trabalhando nessas atividades, à situação dos combatentes ativos do Exército, adiando-lhes a incorporação enquanto durassem tais atividades.

Êsse decreto foi complementado pelo aviso n.º 1.262, de 18 de maio de 1943, que estendeu a ação do referido decreto aos seringais de tôdas as regiões do país e incluiu no adiamento da incorporação os seringalistas e trabalhadores empregados nas emprêsas de transporte.

O Exército Nacional vem prestando ainda um serviço de excepcional significação para a campanha da borracha com a construção da rodovia ligando Pôrto Espiridão a Vila Bela, no Estado de Mato Grosso. Para a execução dessa obra foi especialmente criada a 1.ª Companhia Rodoviária Independente, com sede em Cáceres.

A estrada Pôrto Espiridião-Vila Bela virá, pelo seu valor econômico estratégico, concretizar uma das mais altas aspirações daqueles que se interessam pelos problemas das nossas vias de comunicações, posto que tornará uma realidade a ligação entre as bacias do Amazonas e do Prata.

A abertura dessa via de comunicação será fertil de resultados porque efetivará a ligação interna entre o sul do país e a Amazônia, pelo Oeste, através da qual se intensificará o intercâmbio econômico dessas regiões.

Foi também de inestimável auxílio ao nosso programa, sempre que lhe solicitamos providências, a ação pronta do Ministério da Marinha. Servem de exemplo as facilidades e au-

xílio que nos foram proporcionados por intermédio das Capitanias dos Portos no caso da coleta dos carregamentos de borracha que deram às nossas praias, em conseqüência de torpedeamentos de navios nacionais e estrangeiros.

Do Ministério da Aeronáutica recebemos também amplo e valioso auxílio na solução dos grandes problemas de transporte criados pela vastidão do nosso país. Não houvéramos, de certo, realizado grande parte dos trabalhos do programa da borracha, ou não a teríamos atendido com a urgência exigida pelas circunstâncias, se não fôsse a solicitude a todos os momentos encontrada por parte dos vários órgãos do nosso Ministério da Aeronáutica.

### *Mês nacional da borracha*

No acôrdo sôbre borracha manufaturada, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, em outubro de 1942, o nosso país concordou em estimular o uso de borracha regenerada na indústria nacional, com o objetivo de manter maiores disponibilidades de borracha crua.

Em obediência a êsse compromisso, o Brasil instituiu, sob o alto patrocínio do senhor Presidente da República, o Mês Nacional da Borracha, em junho de 1943, com a finalidade de arrecadar no país tôda a borracha velha disponível, que se destinaria a ser recuperada para posterior aproveitamento na indústria.

Em todos os municípios brasileiros, as Prefeituras instalaram postos de recolhimento de borracha velha e, com a participação de escolares, conseguiram arrecadar mais de um milhão de quilos de borracha.

A Legião Brasileira de Assistência, que tomou a si a tarefa de orientar em vários Estados a campanha, realizou notável trabalho e conseguiu reunir, em postos prèviamente determinados, apreciáveis quantidades de borracha usada, podendo-se mesmo afirmar que, pelo seu valioso apôio à iniciativa e pela sua eficiente atividade em todo o país, cabem-lhe os maiores louros pelo êxito do Mês da Borracha.

E' de justiça, entretanto, destacar a cooperação recebida do comércio, de entidades oficiais e, principalmente, das emprêsas ferroviárias.

Depois de submetido a uma primeira seleção, foi o material encaminhado a postos de concentração localizados à margem das estradas de ferro, de onde, finalmente, está sendo escoado para os centros de recuperação no Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Até a presente data, já foi ordenado o embarque de borracha usada arrecadada em 1.405 Municípios.

Damos, a seguir as quantidades existentes nos postos de concentração, em março último:

| | | |
|---|---|---|
| Em São Paulo ..... | 884.447 | quilos |
| Em Cruzeiro (E. de S. Paulo) .... | 9.000 | " |
| Em Pôrto Alegre ..... | 170.000 | " |
| No Rio ..... | 142.220 | " |
| Em São Salvador ..... | 1.250 | " |
| Em Recife ..... | 23.500 | " |
| Em Natal ..... | 300 | " |
| Em Parnaíba ..... | 9.000 | " |
| Em São Luiz ..... | 1.900 | " |
| Em Belém ..... | 110 | " |
| Em Manaus ..... | 1.477 | " |
| Total ..... | 1.225.204 | " |

*Mobilização de trabalhadores*

Pela Portaria n.º 28, de 30 de novembro de 1942, criou o senhor Coordenador da Mobilização Econômica o Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (S. E. M. T. A.), o qual, em 22 de dezembro do mesmo ano, firmou com a Rubber Reserve Company, antecessora da Rubber Development Corporation, um acôrdo para o recrutamento e encaminhamento de 50.000 trabalhadores destinados à Amazônia, que deveriam encontrar-se em Belém até 31 de maio de 1943.

Como conseqüência dêsse acôrdo, a Rubber Development Corporation, sucessora da Rubber Reserve Company, firmou,

em 1.º de março de 1943, com a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, órgão criado pelo Decreto-lei n.º 5.044, de 4 de dezembro de 1942 — o acôrdo para colocação dos trabalhadores recrutados pelo S. E. M. T. A.

Em virtude de dificuldades de transportes, e outras surgidas no decorrer do prazo de vigência do acôrdo de 22 de dezembro de 1942, não foi possível ao S. E. M. T. A. recrutar os 50.000 trabalhadores como havia sido previsto.

Em 30 de maio de 1943, antes que expirasse o prazo do acôrdo firmado entre o S. E. M. T. A. e a Rubber Reserve Company, novos entendimentos foram realizados, estabelecendo-se então a maneira pela qual deveria ser feito o recrutamento e o encaminhamento de trabalhadores a partir de 1.º de junho.

Prosseguiu, assim, na medida das possibilidades quer do recrutamento, quer do transporte, o encaminhamento de trabalhadores para os seringais da Amazônia até que, na segunda quinzena de agôsto de 1943, a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington e a Coordenação da Mobilização Econômica iniciaram, com a Rubber Development Corporation, o estudo de um plano definitivo, para prosseguir no recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores na Amazônia.

Dêstes entendimentos resultou um novo acôrdo que consubstancia a forma pela qual as entidades brasileiras e americanas interessadas no incremento da produção de borracha passariam a promover a assistência financeira aos serviços de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores nos seringais, bem como a assistência financeira às famílias dos trabalhadores já encaminhados por fôrça de acordos anteriores e dos que o fôssem em virtude do novo compromisso firmado.

Êste novo convênio prevê a obrigação, para a Rubber Development Corporation, de colocar à disposição do Govêrno brasileiro a importância de US$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil dólares), com os quais são custeadas as despesas decorrentes do recrutamento, encaminhamento e colocação de 16.000 trabalhadores, aproximadamente, como tam-

bém os que decorrerem da assistência a ser prestada às famílias dos trabalhadores encaminhados.

O Govêrno brasileiro comprometeu-se, por sua vêz, a recrutar e encaminhar, aproximadamente, 16.000 trabalhadores, os quais deverão ser colocados nos seringais em tempo de iniciar os trabalhos de extração de borracha na safra do corrente ano.

Para êsse fim, o senhor Presidente da República designou uma Comissão, cujos membros foram indicados por Vossa Excelência e pelo senhor Coordenador da Mobilização Econômica, com a atribuição de movimentar a conta especial aberta pela Rubber Development Corporation no Banco do Brasil, fiscalizar a aplicação dos fundos acima aludidos e administrar os acervos do S. E. M. T. A. e da S. A. V. A., órgãos através dos quais continuariam a ser executados os serviços de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores.

Com a vigência dêsse acôrdo cessaram, para a Rubber Development Corporation tôdas as obrigações, relativas ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores, assumidas anteriormente em acordos firmados com o S. E. M. T. A. e com a S. A. V. A., passando a administração dos serviços de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores nos seringais à exclusiva responsàbilidade de entidades brasileiras, em conformidade, portanto, com o espírito que presidiu a celebração dos acordos firmados por Vossa Excelência, em Washington.

Aprovando o convênio, o senhor Presidente da República promulgou o Decreto-lei n.º 5.813, de 14 de setembro de 1943, com o qual foi também criada a comissão prevista no acôrdo — a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (C. A. E. T. A.).

Esta Comissão iniciou imediatamente as suas atividades transportando para os seringais os trabalhadores recrutados na seguinte escala:

1943

| | |
|---|---|
| Outubro | 337 |
| Novembro | — |
| Dezembro | 483 |

1944

| | |
|---|---|
| Janeiro | 1.499 |
| Fevereiro | 295 |
| Março | 975 |

ou seja um total de 3.589 trabalhadores transportados.

*O contrôle da indústria nacional de artefatos de borracha*

Tendo em vista que, pelos acordos sôbre borracha bruta e manufaturada, celebrados entre o Brasil e os Estados Unidos da América, a 3 de março de 1942 e 3 de outubro do mesmo ano, o Govêrno brasileiro se comprometeu a empregar os seus melhores esforços no sentido de estimular a produção de artigos de borracha considerados essenciais à defesa do Hemisfério a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington entrou em entendimentos com o Setor da Produção Industrial (S. P. I.) da Coordenação Econômica e com a Rubber Development Corporation, promovendo assim o estudo das medidas que deveriam ser adotadas a fim de que a indústria nacional de artefatos de borracha se aparelhasse para desincumbir-se das tarefas que lhe seriam confiadas, em conformidade com o sistema de contingenciamento e suprimento de artigos de borracha às nações americanas, estabelecido nos citados acordos.

Em reunião realizada a 25 de março de 1943, com o comparecimento dos técnicos do S. P. I. e dos representantes da Rubber Development Corporation, a Comissão, após examinar o Relatório apresentado pelo Assistente Responsável pelo Setor da Produção Industrial, resolveu submeter à apreciação de Vossa Excelência um projeto de Decreto-lei, no qual se consubstanciavam as medidas destinadas a promover o contrôle da indústria nacional de artefatos de borracha e que permi-

tiriam ao Brasil o cumprimento das obrigações assumidas nos convênios acima referidos.

Promulgada a lei, a 27 de abril, foi o contrôle da indústria de borracha atribuído à Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, por ser êste o órgão do Govêrno brasileiro incumbido de superintender a execução dos vários acordos celebrados com o Govêrno americano, e, especialmente, de promover a execução do convênio sôbre borracha manufaturada.

Reconhecendo, entretanto, que já existiam órgãos em condições de executar algumas das medidas necessárias ao contrôle da indústria, a Comissão incluiu no projeto que apresentara dispositivos que transferiam parte da execução da lei para êsses órgãos, evitando, assim, a criação de novas entidades ou departamentos especializados.

O Decreto-lei n.º 5.428 incumbiu igualmente a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington de promover entendimentos com entidades oficiais e particulares brasileiras e americanas para garantir o suprimento de matérias primas e equipamentos necessários à indústria nacional de artefatos de borracha, dentro do espírito do acôrdo de 3 de março de 1942, que recomenda ampla cooperação entre as entidades brasileiras e americanas. O fornecimento, pela indústria nacional de artigos essenciais à defesa do Hemisfério ficou também subordinado ao contrôle da Comissão.

Para o Banco da Borracha criou-se, com essa lei, a obrigação de manter, nos centros industriais de artefatos de borracha, estoques das qualidades utilizadas em volume suficiente ao funcionamento dos estabelecimentos manufatureiros, a fim de que as dificuldades que afetavam a navegação de cabotagem não viessem a causar a paralização da indústria.

A principal atribuição conferida ao Setor da Produção Industrial foi a de fixar, periòdicamente, a quota de consumo de borracha destinada a cada fábrica. Mas a êste órgão, pelas demais atribuições que lhe foram dadas, incumbe, realmente, a efetiva orientação da indústria de artefatos de borracha, que passou, inclusive, a organizar os seus programas de produção rigorosamente de acôrdo com a classificação dos artefatos em

três categorias: essenciais, dispensáveis e supérfluos, tendo em vista as necessidades do consumo militar e civil.

E' de justiça assinalar que tôdas as medidas tomadas, quer pela Comissão, quer pelo Setor da Produção Industrial, ou ainda pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, à qual foram dados poderes especiais para controlar a exportação dos artefatos de borracha e fixar as condições de seu comércio, receberam não sòmente o acatamento, mas a colaboração das diversas fábricas que atualmente estão empenhadas em produzir artefatos de borracha úteis ao nosso esfôrço de guerra.

Dispondo do contrôle da indústria, necessitava a Comissão dos Acordos de outros poderes que viessem impedir a evasão de determinados artefatos de borracha, principalmente pneumáticos e câmaras de ar, para países que dêles poderiam prescindir, ou que não os tinham ainda sujeitado a regime de severa restrição e economia.

Solicitou, pois, a Comsisão de Contrôle dos Acordos de Washington do Govêrno Federal, o Decreto-lei que, sob o n.º 6.122, foi promulgado a 18 de dezembro de 1943 e pelo qual foi regulamentada a distribuição pela primeira vêz tomada em nosso país.

Ainda dessa vêz a Comissão pôde contar com o apôio decisivo dos industriais e comerciantes brasileiros, que continuaram a manifestar de maneira efetiva a sua cooperação no programa que vem sendo executado pela Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington.

Assim é que, em reuniões realizadas nesta capital, após demorados estudos, a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington e os representantes da indústria resolveram manter livre o comércio interno de pneumáticos no Brasil, mediante o compromisso assumido pelos industriais de observarem os dispositivos do Decreto-lei n.º 6.122 que visa impedir o desperdício de borracha e o comércio ilícito de seus artefatos.

Como conseqüência dessa decisão, a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington fixou em 328.000 pneumáticos a quota de consumo para o ano em curso.

Ao fixar essa quota, maior do que o consumo em 1942, que foi de 280.794 pneumáticos, e maior também do que o consumo de 1943, que ascendeu a 318.847, a Comissão teve em vista não sòmente permitir que o transporte continuasse a ser feito normalmente, como também evitar que se criasse mais um setor de "mercado negro".

Cabe aqui uma referência à produção de penumáticos no Brasil. O descortino do Presidente Getúlio Vargas tornou possível, já em 1939, o funcionamento das fábricas que agora produzem os pneumáticos necessários ao transporte no Brasil, evitando que no atual momento tivéssemos a nossa situação agravada pela falta dêsse produto vital e, também, que pudéssemos fazer sentir, através do fornecimento de pneumáticos, a nossa participação ao lado das Nações Unidas.

Poucos anos decorridos após a instalação dessa indústria no Brasil, a nossa produção atingia a um nível bastante elevado, como se poderá ver pelos dados seguintes:

| *Ano* | *Pneus* | *Câmaras de ar* |
|---|---|---|
| 1942 (*) ..... | 223.774 | 140.076 |
| 1943 ..... | 459.463 | 299.180 |
| 1944 (*) ..... | 125.219 | 78.792 |

*Rubber Reserve Company e Rubber Development Corporation*

Em virtude das obrigações assumidas no acôrdo de 3 de março de 1942, sôbre borracha, o Govêrno americano estabeleceu no Brasil agências da Rubber Reserve Company que, então, era nos Estados Unidos o órgão oficial controlador dessa matéria prima. Sob a imediata supervisão da Embai-

(*) Os dados de 1942 referem-se sòmente ao 2.º semestre e os de 1944 ao 1.º trimestre.

xada Americana, abriram-se os escritórios dessa entidade nesta capital e nos principais centros produtores de borracha.

Posteriormente, foi a Rubber Reserve Company, por motivos de ordem administrativa do Govêrno americano, substituída pela Rubber Development Corporation, continuando esta com as mesmas atribuições.

Ambos êstes órgãos sempre estiveram em estreito contacto com a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, trabalhando dentro do mais amplo espírito de harmonia e colaboração para atingir os objetivos visados pelo convênio de Washington.

Dispensamo-nos de definir as atribuições dêste órgão, visto que, em se tratando de representantes do Govêrno americano, tinha plenos poderes para prestar sua colaboração em todo e qualquer setor que interessasse diretamente à produção da borracha. Aliás, a ação da Rubber Reserve Company, bem como a da Rubber Development Corporation, é focalizada a todos os momentos no texto dêste relatório, sempre que se tratou de acordos, entendimentos, negociações ou providências de qualquer espécie colimando o desenvolvimento da produção da borracha. Quer, pois, no domínio da produção, da assistência financeira ou técnica, bem como na parte comercial, aquêles órgãos não pouparam esforços no sentido de prestar o mais amplo apôio a tôdas as medidas que objetivassem o incremento da produção gomífera brasileira.

E' evidente que não bastava que os acordos fôssem firmados para que a borracha surgisse em abundância. Longos e laboriosos são os processos para a obtenção do produto em seu estado silvestre atual, sendo hoje de todos sabidos os obstáculos que tivemos e ainda temos de vencer para executarmos o programa da borracha.

Mais do que de dinheiro necessitávamos de materiais, máquinas e utensílios, embarcações e gêneros alimentícios para atendermos às necessidades das regiões produtoras. E foi precisamente sob êste aspecto que, nos momentos mais críticos

da "batalha da borracha", se fêz sentir a ação pronta e decisiva dêsses órgãos oficiais do Govêrno americano.

Apesar de tôdas as dificuldades do transporte marítimo e da escassês nos Estados Unidos de muitas das utilidades de que carecíamos, graças aos esforços da Rubber Reserve Company e da Rubber Development Corporation, sempre recebemos tudo o que era humanamente possível obter da América em guerra.

Para dar uma idéia da colaboração dêsses órgãos no programa da borracha, citaremos, sem nos alongar, alguns exemplos de materiais por êles adquiridos para fornecimento aos produtores de borracha a preço de custo, e dentro das normas estabelecidas pelos ajustes com entidades oficiais do nosso país.

Por esta forma recebemos 25 milhões de comprimidos de atebrina, 30 mil bacias galvanizadas, 173 barcos motores no valor de 13 milhões de cruzeiros, 5 milhões de cartuchos para espingardas, 30 mil espingardas e vários milhões de espoletas, 28 mil caixas de fôlhas de flandres para o fabrico de tijelinhas, 140 mil machados e machadinhas, 370 motores de pôpa, 68 mil tambores de óleo Diesel, afora inúmeras outras utilidades importadas em grande escala e com a isenção de direitos concedida pelo Govêrno brasileiro, em benefício do programa da borracha, totalizando as importações, até 31 de dezembro de 1943, aproximadamente 140 milhões de cruzeiros.

No campo do abastecimento de gêneros alimentícios, a Rubber Reserve Company e subseqüentemente a Rubber Development Corporation, em cumprimento aos acordos firmados, fizeram grandes aquisições de gêneros básicos no sul do Brasil para serem revendidos sem lucro, ou abaixo do preço de custo, na Amazônia. Tais aquisições alcançaram, em 1942, cêrca de 10 milhões de cruzeiros e, em 1943, aproximadamente 100 milhões de cruzeiros.

Ao encerrar êste capítulo, desejo afirmar que, no decurso da execução dos acordos celebrados com o Govêrno americano, como corolário da Conferência dos Chanceleres, encontramos sempre, nos seus representantes, mais do que meros agentes

oficiais adstritos a processos formalísticos, porque êles sempre se mostraram, sobretudo, senhores da grandiosa tarefa de efetiva aproximação de povos, fortalecendo cada vêz mais os alicerces do grandioso edifício da amizade pan-americana.

*Segundo acôrdo suplementar sôbre o preço da borracha*

Em 26 de janeiro do corrente ano fui incumbido, por Vossa Excelência, na qualidade de Diretor Executivo de Contrôle dos Acordos de Washington, de negociar com o Govêrno norte-americano modificações a serem introduzidas no acôrdo sôbre borracha. Mediante troca de cartas com o presidente da Rubber Development Corporation, ficaram assentadas as novas bases para o fornecimento da borracha aos Estados Unidos, bases essas que, aceitas pelo nosso Govêrno, constituem o Segundo Acôrdo Suplementar sôbre o preço da borracha, celebrado pelas notas reversais trocadas, a 8 de fevereiro, nesta capital, entre o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada Americana.

Por êsse acôrdo, o preço básico estipulado em US$ 0,45 — moeda norte-americana, por libra-pêso de borracha "acre-finalavada", foi acrescido de um prêmio de 33 1/3%, passando a ser, portanto, o equivalente a US$ 0,60, por libra-pêso.

Essa majoração destinava-se a atender a um objetivo primordial: compensar os produtores de borracha do aumento do custo de produção, em virtude do encarecimento do custo da vida em geral.

Dita majoração, concedida a título de prêmio, estendeu-se a todos os tipos de borracha constantes das tabelas em vigor, quer o produto se destine ao mercado interno, quer à exportação, e é paga sôbre tôda e qualquer borracha negociada a partir de 9 de fevereiro de 1944 e até 31 de março de 1945.

De conformidade com o preço médio anterior de aproximadamente Cr$ 14,00 por quilo, o valor da safra de borracha, a ser negociada de 9 de fevereiro do corrente ano a 31 de março de 1945, calculada em 35.000.000 de quilos, seria de Cr$..

490.000.000,00, enquanto que, de acôrdo com o novo preço (Cr$ 14,00 mais 33,1/3%, ou sejam Cr$ 18,60), atingirá Cr$.. 651.000.000,00, donde um aumento favorável à economia nacional de Cr$ 161.000.000,00.

Em compensação, a Rubber Developement Corporation deixou de prestar a assistência financeira a diversas entidades ligadas ao programa da produção de borracha, sendo substituida pelo Govêrno brasileiro, que, para isto, contará com um fundo especial de 10 milhões de cruzeiros, previsto neste acôrdo, além da diferença de preços obtida com a venda dos estoques em mãos do Banco do Borracha na data da celebração do presente convênio, e ainda com o produto dos prêmios de exportação, que continuam em vigor.

Senhor Ministro:

Eis-me chegado ao fim do relato das atividades desenvolvidas em tôrno ao programa da borracha. Nele procurei dar, tanto quanto possível, idéia precisa do trabalho realizado e em andamento. Sobretudo, tratei de fixar a complexidade da obra empreendida, cujo alcance excede, de muito, os limites de tempo demarcado pela guerra.

A grande verdade nesta matéria é que o programa da borracha, embora surgido de contingências do momento, não foi traçado tendo em vista apenas o período de duração do conflito. Pelo contrário, advertidos do pensamento do Presidente da República sôbre o problema da Amazônia, souberam os brasileiros chamados a participar do respectivo planejamento e execução projetá-lo com os olhos no futuro. Por isso, o que se realizou e o que se continua a realizar na Amazônia são esforços destinados a servir de fundamento às obras ciclópicas que o Brasil está fadado a executar na Amazônia.

Haverá, certamente, quem afirme que mais se devia ter feito pensando no futuro, da mesma forma que há quem pretenda que melhor fôra que tudo se fizesse pensando apenas no presente. Entre os primeiros, que ignoravam a guerra e os deveres impostergáveis que ela trouxe para o Brasil, e os segundos, que almejavam fazer da conflagração mundial simples pretexto para lucros fabulosos, situamos o programa, como

síntese objetiva dos deveres e dos direitos do Brasil e como expressão prática do trabalho atual servindo de base à continuidade do trabalho futuro.

O programa da borracha deixa de ser, assim, mero programa de produção de tempo de guerra, para se transformar em capítulo da história econômica do Brasil. A sua significação para os futuros empreendimentos destinados a estimular em bases racionais o processo de industrialização e o de elevação da capacidade produtora do país, é imensa. Pela primeira vêz, neste programa, o Estado brasileiro se atirou à conquista de objetivos, definidos e essenciais, de tamanha amplitude.

Tanto maior é a significação do empreendimento quanto mais árduas foram as dificuldades a vencer. Se meditarmos atentamente sôbre êste ponto, veremos quão gigantescos foram os obstáculos antepostos ao sucesso da ação oficial. Não só obstáculos criados pelo meio mundo ainda em formação, onde a natureza exibe uma pujança insuperável, mas, também, obstáculos decorrentes do homem. Neste capítulo, referente ao homem, houve que vencer igualmente a escassez do braço trabalhador e a abundância de imaginação em determinados grupos de habitantes da Amazônia, incapazes de libertar o pensamento da velha idéia do *Eldorado*, do ouro negro como fonte inexaurível de lucros sem limitação.

A experiência que a administração brasileira adquiriu com o programa da borracha é, pois, das mais valiosas e variadas. Um só aspecto dessa experiência bastaria para compensar règiamente todos os sacrifícios feitos. E' o da capacidade de realização dos brasileiros. Realmente, os nossos patrícios deram nesta prova, demonstração prática de quanto podem realizar quando devidamente orientados em um esfôrço de conjunto de proveito coletivo.

O programa da borracha, como Vossa Excelência bem sentiu nas páginas anteriores dêste relatório, desdobrou-se por uma vastíssima região de território pátrio e suas exigências de serviços movimentaram milhares de brasileiros, desde os centros de direção da capital do país até os de produção em plena selva amazônica. Todos êles, em qualquer dos trabalhos a que se dedicaram, souberam desempenhar de maneira altamente satis-

fatória a missão recebida. Houve e ainda há exemplos impressionantes de dedicação e vontade de servir; da mesma forma que se verificaram e ainda continuam a se verificar diàriamente episódios que atestam a excelência do material humano empenhado nesta gigantesca obra.

Também precisa ser indicada como conquista inapreciável do programa da borracha a magnifica lição de colaboração eficiente e de amistoso entendimento dada pelos brasileiros e norte-americanos que vêm participando da execução do programa. Pela primeira vêz, na história dos dois países, teve lugar um trabalho conjunto dessa amplitude. Pela primeira vêz, portanto, puderam, tanto os brasileiros quanto os norte-americanos, apreciar devidamente as qualidades uns dos outros. Povos por tantos títulos distintos revelaram, não obstante, número bem maior de afinidades, o que lhes permitiu obter, em trabalhos de âmbito tão amplo e diversificado, resultados como os que assinalei nas páginas anteriores Considero, Senhor Ministro, o programa da borracha como antecipação feliz do que poderá ser, nos dias da paz futura, a colaboração entre brasileiros e norte-americanos para a valorização das riquezas do Brasil e o fortalecimento da América.

Como exemplo do campo de ação aberto a essa colaboração, nada mais ilustrativo que o Banco de Crédito do Borracha. Capitais brasileiros e norte-americanos se congregam neste estabelecimento de crédito, cuja direção partilham igualmente brasileiros e norte-americanos, para fomentar a produção de matéria prima essencial à movimentação da indústria bélica dos dois países. Para os norte-americanos sempre interessará dispor de produção de borracha natural abundante e econômica, no Hemisfério, e para isso nenhuma região melhor dotada do que a Amazônia, nem nenhum instrumento de fomento mais capaz de alcançar êste objetivo que o Banco de Crédito da Borracha.

Disse e repito que o acêrvo de vitórias é bem maior que o de reveses no programa da borracha. Creio firmemente que outra não será a convicção de Vossa Excelência, Senhor

Ministro, à leitura dêste suscinto relatório. Quantas providências oportunas e quantos resultados benéficos decorrentes dêste programa. Entre os muitos que caberia apontar aquí se não fôra o risco de incidir em repetição do que já se disse, estaria o dos preços de pneumáticos e câmaras de ar no mercado interno, pràticamente estabilizados no nível anterior à guerra, e isto em época de notório aumento no preço das utilidades básicas. Não só os preços de pneumáticos e câmaras de ar escaparam à onda altista que se fêz sentir no país em conseqüência da guerra, também, o seu comércio permaneceu livre o que constitue a melhor maneira de evitar o "mercado negro" de produto tão essencial. Estaria ainda, a melhoria da qualidade da borracha brasileira para não falar no aumento do seu volume. Estaria a movimentação continuada da nossa indústria de artefatos de borracha e a conquista, pela mesma, de importantes mercados externos. Estaria, finalmente, a presença do Banco de Crédito da Borracha, que parece abrir ao fomento da produção brasileira de amplitude insuspeitada.

Os reveses experimentados, inevitáveis em obra humana dêste porte, não decorreram, no entanto, jamais do propósito deliberado de prejudicar ninguém. Pelo contrário, o espírito que animou a execução do programa da borracha foi, precisamente, o de salvaguardar sempre os interêsses do maior número. Por vêzes, houve necessidade de lançar mão de medidas de amparo e proteção ao trabalhador desconhecidas na Amazônia e não praticadas no passado. Mas, isto não só era imperativo da ordem social vigente no país, como, também, decorrência do espírito de continuidade que animava o programa. Os interêsses particulares, fôssem quais fôssem, mereceram sempre o devido acatamento e as limitações surgidas foram, em todos os casos, imperiosas necessidades de impedir que o extravasamento de interêsses restritos pudesse comprometer o equilíbrio dos interêsses gerais. Por isso a orientação oficial não pretendeu jamais ignorar ou desprezar a iniciativa particular. O que se propôs e conseguiu foi coordenar e mobilizar essa iniciativa em proveito próprio e em proveito do Brasil, objetivo lógico e natural, uma vez que ambos se completam e fortalecem mùtuamente.

O programa da borracha, Senhor Ministro, foi criticado e continuará a sê-lo. E' natural que tal aconteça, pois a livre discussão e o amplo debate nas democracias, longe de ser clima de desordem, é fonte de esclarecimento e motivo de estímulo. Todos têm, portanto, o direito de criticar para ajudar a construir. O que a ninguém cabe, no entanto, é o direito de criticar para destruir.

Está, assim, Senhor Ministro, relatada a primeira parte da execução do programa de produção da borracha brasileira, que enfeixou os resultados de um trabalho comum dos diversos órgãos da nossa administração pública e entidades oficiais do govêrno norte-americano sendo de ressaltar a contribuição dos governos estaduais e municipais, não só dos Estados compreendidos na região amazônica, como das outras unidades da Federação.

Quem se detiver na análise dêste Relatório, por certo não deixará de notar que existe um prêmio sôbre a exportação da borracha, pago pelos Estados Unidos em virtude do que dispõe o acôrdo firmado em 3 de março de 1942, e ainda mais que, pelos Estatutos do Banco de Crédito da Borracha, criou-se a obrigação expressa de se constituir um fundo especial destinado à produção da borracha e formado pelo excesso dos lucros, quando êstes ultrapassarem de 12% nos dividendos.

Terá notado também que existem diferenças de preços obtidas na data da assinatura do acôrdo de 8 de fevereiro do corrente ano, e que a venda dos salvados de borracha também proporciona recursos. Tudo isso representa importâncias que, acrescidas dos dez milhões de cruzeiros previstos no acôrdo de 8 de fevereiro, permitiu que constituíssemos uma reserva especial para atender ao programa da cultura racional da seringueira. Êsse fundo, que hoje atinge a dezenas de milhões de cruzeiros proporcionará, na forma estatutária do Banco de Crédito da Borracha, a realização da segunda parte do programa de recuperação econômica da Amazônia, com o concurso dos trabalhos técnicos iniciados em 1940 pelo Instituto Agronômico do Norte.

Foi possível, dessa maneira, em meio a grandes embates, e sob críticas as mais violentas que tinham em resposta um

silêncio absoluto, foi possível a constituição de um fundo que já agora permitirá encarar o futuro da Amazônia em bases que possam assegurar solidez para sua economia dos dias de paz. Todos sabem que a obtenção dêsses recursos e que a preparação de mudas e sementes não se consegue de um dia para outro. Era preciso elaborar um programa e ter uma diretriz e foi o que fêz em trabalho árduo e paciente a Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington, assim como o fizeram os técnicos do Ministério da Agricultura que, através do Instituto Agronômico do Norte, conseguiram, em plena guerra e entre as maiores dificuldades, selecionar plantas adequadas e manter o intercâmbio de mudas e sementes, não só com a Plantação Ford, como também com países estrangeiros.

Um dia, quando se escrever a história, o Brasil saberá discernir a verdade sôbre êsse trabalho ingente, o qual não aproveita a imediatistas, mas não pode deixar de ser visto com o máximo interêsse por aquêles que não olham apenas o dia de hoje, mas têm a visão do Brasil de amanhã.

## ECONOMIA CAFEEIRA (*)

"Volto profundamente impressionado com o interior de S. Paulo; acabo de percorrer o extenso território que vai de S. Pedro até a Fazenda Cataguá, observando as regiões de Rio Claro, Araras e Mogi Guaçú. Daí, segui para Ribeirão Preto, visitando Pinhal, Pirassununga, Palmeiras, Santa Rita, S. Simão e Cravinhos. Tive oportunidade de observar detidamente o grande empreendimento dêsse notável e dinâmico homem da terra e do ar que é Antonio de Moura Andrade, durante a permanência em sua fazenda Piratininga, em Pitàngueiras, percorrendo após Sertãozinho, Pontal, Viradouro e Colina, para repousar novamente em Ribeirão Preto. Dirigi-me em seguida à Fazenda Guanabara, nas cercanias de Andradina, apreciando êsse vasto lençol de terra trabalhada compreendido por Jaboticabal, Monte Alto, Fernando Prestes, Santa Adélia, Ariranha, Pindorama, Itajobi, Novo Horizonte, Salto do Avanhandava, até Ilha Sêca, um pouco acima do salto de Itapura. Observei as ruínas das obras executadas pelo nosso Exército por ocasião da guerra do Paraguai, aproveitando a descida do Tietê. Desejo recordar a grandiosidade da Fazenda Guanabara, em pleno sertão do noroeste, onde se compreende como o Brasil pode e deve ser cada vêz maior, desde que se tenha coragem de encarar com decisão e firmeza o nosso interior, berço das nossas maiores riquezas e baluarte de nossa independência econômica.

Não menos grandioso é o espetáculo que a nossos olhos se desvenda do famoso salto do Urubupungá, onde milhões de

---

(*) Entrevista coletiva concedida à imprensa no "Roof" da "A Gazeta" de São Paulo, em 25 de novembro de 1944.

cavalos de fôrça aguardam a mão condutora do homem de amanhã. Andradina, Valparaiso, Tupã e Marília são outras tantas revelações. A criação do gado, a lavoura do café, a de algodão e de inúmeros cereais, ao par das amoreiras, dão-nos igualmente entusiasmo, e confiança.

Marília, êsse extraordinário símbolo de trabalho e de organização, com apenas 17 anos, representa talvez o mais insigne exemplo do que pode o gênio bandeirante em pleno século XX. Fundada pelo emérito batalhador paulista que é Bento de Abreu Sampaio Vidal, Marília constitue, pelo desenvolvimento de sua lavoura e de sua indústria, impressionante demonstração de ação coletiva. Marília deveria tornar-se um ponto obrigatório de visitas não só para estudantes, mas também objeto de análise meticulosa para todos os homens de negócios. E' costume afirmar-se que Nova York é a capital dos homens de negócios, — eu diria que Marília é a capital do moderno esfôrço brasileiro. Visitando-a, não sabemos que mais admirar; se os seus bem cuidados cafezais, se sua modelar lavoura de algodão, se as suas indústrias originadas da produção do próprio solo, como a do algodão e a da sêda. E tudo isso construído em três lustros! Podemos afirmar que assim como Ouro Preto simboliza uma joia de tão caras tradições nacionais, Marília é a joia que encarna o futuro da nacionalidade. E parece que o destino reservou de fato algo de grandioso a êste recanto do Brasil; é de Marília que nos vem o primeiro soldado brasileiro a ser condecorado nos campos de batalha da Europa. Quero referir-me ao soldado Marcílio Luis Pinto que acaba de receber a medalha de prata, por ato de bravura na frente de batalha da Itália, — Marília grandiosa na paz, Marília orgulhosa na guerra.

Mas, outras regiões despertaram-me igualmente o interêsse, natural em quem deseja apreciar o labor nos campos. Vera Cruz, Garça, Baurú, Pederneiras, Jaú, Mineiros, Dois Córregos, Torrinha e Santa Maria, destacaram-se no itinerário de volta a São Pedro. Já percorrera, antes, parte da Serra de Brotas, almoçando na Usina Jacaré, magnífica obra que se deve ao espírito realizador de Eloi Chaves. Desejaria mencionar o nome de todos os que hospitaleiramente nos acolhe-

ram, procurando dar-nos uma visão da realidade do nosso interior, receio, entretanto, que, por involuntária omissão, viesse a ser injusto para com aquêles que tão amàvelmente nos proporcionaram a grata oportunidade de admirar os gigantescos esforços que todos desenvolvem pelo engrandecimento do país.

Farei agora observações de ordem geral, buscando resumir o que penso sôbre o nosso futuro, com base no aproveitamento e defesa da terra.

Inicialmente devo dizer que é um gravíssimo êrro pensar que poderá haver fortunas solidas em um país que não tenha uma robusta estrutura econômica, capaz de manter, sem o sacrifício contínuo do povo um perfeito sistema militar defensivo. Esta guerra provou que temos necessidade de encarar os problemas da defesa pacional como os nossos antepassados o faziam outrora, bordando, durante o período colonial e o segundo Império, com mais de 177 fortes e fortalezas, não só o litoral como as nossas próprias fronteiras.

Os históricos fortes do Recife, Salvador, Rio de Janeiro e muitos outros ao longo do Atlântico, são o testemunho dêsse cuidado dos nossos maiores. O famoso forte de Gurupá, junto à foz do Xingú, é outro imponente marco da preocupação que embalou desde o berço os sentimentos patrióticos do nosso povo. Não menos impressionante é o grande e majestoso forte Príncipe da Beira, cujos enormes canhões foram para ali transportados entre as mais sérias dificuldades, num vitorioso desafio à agressividade da selva amazônica, e ainda hoje as vias de comunicação percorridas por essas peças são objeto de interessantes estudos. Quem se der ao trabalho de assinalar no mapa do Brasil essa extensa rede de defesa melhor poderá compreender o motivo pelo qual conservamos intacto o vasto território que nos pertence desde 1500.

Convém notar, entretanto, que já naqueles tempos a exploração do solo, — a extração das madeiras, a produção do açúcar e, mais tarde, a extração do ouro, — constituia importante fator na manutenção da nossa soberania territorial.

Com o correr dos anos e o advento do século XIX, surge uma nova riqueza: o café. Em pouco tempo êsse produto nobre torna-se rei e com êle o Brasil tem o seu maior impulso

de prosperidade. Com êle desenvolve-se uma civilização que constitue uma herança da qual nos devemos orgulhar profundamente. E' êle que nos proporciona a assegura a marcha progressista do país no inicio do presente século, garantindo-nos igualmente os elementos necessários à manutenção da mesma política de defesa nacional indispensável a nossa perpètuidade.

Remodelam-se então os nossos fortes e em 1910, em plena prosperidade nacional baseada no café, o Brasil adquire a sua melhor esquadra, cujos navios, desfraldando o sagrado simbolo auri-verde, haveriam de, nesta como na primeira guerra mundial, assegurar em cooperação com a marinha norte-americana, a liberdade das rotas marítimas essenciais à preservação da democracia no Hemisfério.

Passando em revista as férteis regiões que outrora tanto deram ao Brasil pela contínua produtividade de seus magníficos cafezais, não se pode esconder a grande mágua ante o espetáculo que se observa: o desaparecimento dessa formidável usina produtora dos lingotes de ouro-verde, — a nossa lavoura cafeeira. E' doloroso recordar os tempos em que Ribeirão Preto cobria a sua famosa terra roxa com os seus 3 milhões de pés de café, hoje reduzidos a pouco mais de 5 milhões. O imenso mar de cafeeiros está sendo substituido na sua maioria pelo algodão, e com essa mudança estamos, a meu ver, cometendo um grave êrro econômico. O café, com suas fazendas, representa a semente de onde germinaram as vilas e as cidades. O seu conjunto forma um dos mais fortes núcleos de civilização, já que sua atividade requer uma completa cooperação entre a terra, o homem e o trabalho.

Os cafezais desempenham, na região onde repousam, não apenas aquela ação civilizadora a que acabo de me referir, êles são também o sustentáculo da terra, evitando a erosão e concorrendo para a melhor distribuição das chuvas conservando os rios equilibrados em seus leitos e as suas águas mais límpidas. Quem quizer certificar-se do axioma, que percorra as terras onde existem ainda os cafezais e aquelas onde êles foram substituidos por outras culturas periódicas. Onde existe o café, nem sombra de erosão. Entretanto, onde a terra foi

amanhada e tem de permanecer nua durante algum tempo, surge a erosão e os rios apresentam suas águas tingidas pela terra.

*Os males da erosão*

Desejo abrir aqui um parênteses para fazer, ainda que ligeiramente, uma referência aos males que nos vem causando a erosão. Estamos diante do dever imperioso de dar combate à devastação das nossas florestas. Não se justifica que continuemos a cavar a própria ruína, permitindo o sacrifício de imensas áreas em holocausto à indústria siderúrgica dos pequenos fornos alimentados pelo carvão vegetal. Promessas de reflorestamento são feitas continuadamente, mas a verdade é que um dia teremos de fazer o cálculo sôbre quanto ganhou o Brasil na obtenção do seu ferro guza à custa da alarmante destruição de suas matas, atualmente mais acentuada pela falta de combustíveis que importávamos. Nem sempre, entretanto, é tarde para remediar. O Brasil tem hoje Volta Redonda que é sem dúvida alguma o alicerce da grande e verdadeira indústria siderúrgica nacional, consumindo carvão mineral. Devemos insistir, portanto, para que cesse a indústria do guza a menos que os consumidores do carvão vegetal possam provar que realmente praticam o reflorestamento das áreas que vêm sendo sacrificadas. Os exemplos de Minas Gerais e de S. Paulo são bastante sérios e devem alertar-nos a fim de que impeçamos que outras regiões, como a do Vale do Rio Doce no Espírito Santo, por exemplo, venham a ter a mesma sorte.

*Os preços especulativos das utilidades*

Voltando às apreciações sôbre o café, desejo acentuar que combati os preços especulativos de outrora, quando as utilidades e a mão de obra permitiam, na composição do custeio, elevados saldos aos nossos lavradores. Atualmente, porém, a situação modificou-se. O preço ouro que recebemos é quase metade daquele que então nos era pago e o custo das utili-

dades subiu de tal modo que é de se ficar assombrado antes as cifras das faturas que nos foram apresentadas por lavradores que bem se poderia chamar de heróicos. Citemos algumas para ilustrar a afirmativa: (base — Zona da Jaú, preço em cruzeiros).

| *Utilidades* | *1937* | *1944* | *Obs.* |
|---|---|---|---|
| Enxada nacional | 9,50 | 20,00 | Unidade |
| Enxada estrangeira | 12,00 | 80,00 | " |
| Chapa | 5,50 | 16,00 | " |
| Peneira | 7,00 | 32,00 | " |
| Machado nacional | 12,00 | 35,00 | " |
| Machado estrangeiro | 18,00 | 75,00 | " |
| Pá, sem cabo | 7,00 | 45,00 | " |
| Lima nacional | — | 5,00 | " |
| Lima estrangeira | 2,50 | 8,00 | " |
| Alfange nacional | — | 34,00 | " |
| Alfange estrangeiro | 8,00 | 50,00 | " |
| Arame farpado estrangeiro | 45,00 | — | Rôlo |
| Arame farpado nacional | — | 400,00 | " |
| Formicida | 17,00 | 70,00 | — |
| Sal | 0,30 | 0,80 | Quilo |
| Açúcar | 80,00 | 144,00 | Saco |
| Farinha de trigo | 60,00 | 100,00 | " |
| Algodãozinho, metro, nacional | 1,00 | 4,00 | Metro |
| Calçado-sapato | 18,00 | 45,00 | Par |
| Riscado listrado | 1,10 | 3,80 | Metro |
| Riscado xadrez | 1,40 | 5,50 | " |
| Brim de calça | 2,20 | 6,50 | " |
| Flanela | 2,00 | 6,50 | " |
| Chita | 1,50 | 4,00 | " |
| Cobertor | 4,80 | 12,00 | Unidade |
| Colcha | 16,00 | 50,00 | " |
| Custo de uma carroça | 700,00 | 3.000,00 | " |
| Muar | 500,00 | 1.500,00 | Cabeça |
| Barbante oficial | 9,00 | 30,00 | Rôlo |

Vejamos agora o custeio, em período recente, de uma fazenda de 100.000 cafeeiros, na base de Cr$ 500,00 por mil pés, por ano: na safra 1943-1944 o custeio importava em Cr$ 111.818,80; na safra 1944-1945 eleva-se a Cr$ 173.100,00. O aumento principal está no tratamento dos pés de café, que elevou-se de 50% na atual safra sobre a de 1943-1944. Os "camaradas" custam 25% mais. As diárias de Cr$ 3,00 passaram para Cr$ 8,00. Os demais itens, com poucas exceções, subiram na mesma proporção. O aumento verificou-se também nos im-

postos, que da média de Cr$ 1.500,00 passou para Cr$ 2.200,00.

Em resumo: Enquanto as utilidades multiplicam seus preços e diminuem sua prestabilidade, enquanto permanecem taxas e sacrifícios dispensáveis, enquanto sobe a mão de obra, o preço do produto conservou-se fiel aos compromissos assumidos, isto é, sujeito ao "ceilling price".

Tenho acompanhado de perto os enormes esforços do nosso Govêrno para defender o café; e posso garantir que se há algum produto ao qual o Sr. Presidente Getúlio Vargas mais dedique a sua atenção êsse produto é o café. Infelizmente, quando se trata de assuntos que estão ligados a interêsses de ordem internacional, temos de conduzí-los muitas vêzes por estradas que nem sempre correspondem integralmente a nossa vontade. Por outro lado, temos de observar e de levar em conta, tudo o que diz respeito aos interêsses nacionais em seu conjunto, e não apenas atendendo exclusivamente a um determinado setor. O mundo deve ser conduzido para o bem do homem nos quadros do bem coletivo e não subordinando os direitos o bem da coletividade ao interêsse puramente individualista.

Mas acordos e preços subordinam-se evidentemente a determinadas épocas e a determinadas condições que possam imperar eventualmente.

### *O que se deve fazer*

Não desejo discutir mais o passado. Todos os bons ou maus resultados devem ser observados como lições de alto valor, pelo preço elevado que por elas já tenhamos pago. Dentro dêsse ponto de vista, parece, entretanto, oportuno sugerir uma solução urgente que se nos apresenta como recomendável para o café e que se resume nos itens abaixo:

1 — Resgate do empréstimo Coffee Realization Loan, de cêrca de US$ 35.000.000 — Pagamos atualmente 3 1/2% de juros por ano e, por outro lado, dispomos de saldos no exterior sobre os quais não recebemos juros;

2 — Venda dos estoques do D.N.C., aplicando-se àquele resgate parte do resultado dessa venda;

3 — Eliminação das taxas ou outras sobrecargas que pesam sobre o café, como por exemplo, o impôsto de exportação;

4 — Remodelação do D. N. C., transformando-o em órgão orientador da produção nacional;

5 — Restituição, à lavoura, — na base de Cr$ 1,00, por pé de café em produção rigorosamente apurada, — do saldo mencionado pelo Sr. Ministro da Fazenda, por determinação expressa do Sr. Presidente da República, acrescido do que fôr obtido como resultado da venda dos estoques do D. N. C. e do resgate do empréstimo de 1930 (Coffee Realization);

6 — Fomento à imigração;

7 — Fiscalização técnica e econômica necessárias à lavoura, com a proibição da venda das julgadas antieconômicas;

8 — Adoção de métodos racionais na produção, incluindo o emprêgo de adubos;

9 — Acôrdo com os Estados Unidos da América para melhoria dos preços-ouro.

Na devolução dos saldos apurados pelo D.N.C. poderiam ser tomados por base os créditos estabelecidos, por safra, — obedecido o rítmo do custeio, — para cada lavrador e por intermédio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, cuja organização é reputada excelente e muito eficiente.

O fomento à imigração é ponto básico e urgente. Ela constituiu no passado, pelo seu processamento normal e regular, o que se poderia comparar a uma corrente de água ininterrùptamente dirigida para a reprêsa de onde se faz o abastecimento sistemático para o consumo. Com a paralização operada sentimos hoje que a reprêsa se esgota, gerando sobressaltos.

As correntes imigratórias que se encaminhavam à lavoura, com o tempo, forneciam naturalmente aos centros urbanos a mão de obra de que êstes careciam, proporcionando acentuados benefícios a nossa expansão econômica nos mais vários setores e regiões. A constante vinda de imigrantes permitia a substituição regular dos que deixavam o interior. Tam-

bém poderíamos comparar êsses movimentos aos de um imenso exército em marcha que conservasse as suas linhas de comunicação com a retaguarda, a qual continua a produzir para o abastecimento dos que se encontram nas linhas de frente. No momento a situação é diferente e grave, pois com a falta de importação em virtude da guerra verificou-se um formidável surto na indústria que no afã de obter mão de obra para os seus misteres incentivou a procura das cidades ocasionando o abandono dos campos. Em resumo: cresceram as populações urbanas, cresceram os consumidores dos produtos dos campos e diminuiu o número daqueles que produziam na lavoura. Existe maior demanda de gêneros nas cidades como conseqüência do aumento dos consumidores, e existe inegàvelmente decréscimo na produção agrícola. Como resultado os preços sofrem os efeitos das leis normais da economia.

O Govêrno, no louvável propósito de corrigir essas anomalias, buscou, através de várias medidas, controlar os preços dos gêneros, mas infelizmente nem sempre a boa vontade e a pronta ação dos governos se pode impor ao domínio das leis naturais. Há necessidade de um entrosamento perfeito entre os vários setores de atividade no país, visando eliminar, sempre que possível os fatôres determinantes de situações como aqui analisamos.

### *A melhoria dos preços do café*

Com relação à melhoria dos preços do café, não posso deixar de lastimar profundamente a resolução americana. Conheço bem aquêle formidável povo amigo e seus governantes, e por isso mesmo causam-me estranheza os telegramas que os jornais nos transmitiram. O café é para o povo americano, muito mais mesmo do que para nós. Tive ocasião de, percorrendo várias regiões dos Estados Unidos, verificar o abalo sofrido pela sua população nos dias de racionamento do café. Êste produto é um grande e democrático companheiro, que tanto se faz notar sôbre a mesa mais rica, como na mais modesta caixa-marmita do mais humilde operário. E essa neces-

sidade imperiosa se transmite hoje a todos os recantos do globo onde quer que esteja um soldado americano oferecendo a sua vida em defesa da liberdade. Ninguém desconhece que nos momentos mais cruentos das batalhas, quando o servir regular das refeições se torna irregular ou impossível, é o café que tempera a sanduiche que os homens recebem por alimento. Por isso mesmo, os jornais americanos ("New York Times" especialmente) manifestaram-se profundamente gratos ao nosso Presidente pelo régio presente de 400.000 sacas ao valoroso exército daquele país aliado.

Estou certo, de que Govêrno e povo dos Estados Unidos, que já pagaram preços muito mais elevados pelo nosso café, noutras épocas, em que podíamos adquirir por muito menos as utilidades e em que podíamos custear as fazendas por muito menos, não teriam dúvida em considerar como ponto de reconhecimento político-econômico, um aumento imediato no preço do café.

E' preciso ter percorrido as fazendas, como eu o fiz; é preciso verificar o que foram as nossas fazendas. E' preciso observar e meditar sôbre as conseqüências econômicas que se aproximam muito mais ràpidamente do que julgamos para nos tornarmos aliados dessa nobre e brava gente da lavoura do café.

O café representa em seu conjunto um baluarte da democracia e da civilização. A sua defesa é hoje um imperativo nacional e continental; não é um favor que se procura obter. O que se busca é a manutenção de uma política de justiça.

O nosso govêrno, pelas mãos firmes de seu Chefe e de seu ilustre Ministro da Fazenda, comprometeu-se em que não faltaria o café para as necessidades normais americanas até o fim do ano. Mas pelo fato do café ser entregue pelo D. N. C. não se pode deixar de lado o seu preço. Ele, como disse o Sr. Presidente da República, pela voz autorizada de seu Ministro da Fazenda, pertence à própria lavoura.

O preço que deve ser observado nos Estados Unidos, não é o preço baseado na conversão da nossa moeda interna. A alegação de que no mercado interno o preço alcança atualmente um nível como jamais alcançou, não procede. O que deveria-

mos fazer compreender aos nossos amigos americanos, é o seu valor ouro, o que êles nos pagaram no passado e o que pagam hoje; quanto nos custava o custeio de uma fazenda então, e quanto ela nos custa hoje. O povo americano, prático e justo, não deixará de concordar com a melhoria dos preços ouro. Causará menos abalo um aumento de preço do que o racionamento do produto e as conseqüências que seriam más no presente, tornar-se-iam talvez alarmantes para o futuro, no terreno político-econômico entre nossos países.

Contraria-me ter de alongar tanto êstes meus conceitos, mas estou certo de que não haverá nenhum brasileiro que não esteja capacitado de que é necessário salvar a grande riqueza que é o café. Êle foi o alicerce dêste notável monumento que é o Brasil de hoje. O café representa a raiz do possante jequitibá com que costumamos figurar a nossa resistência econômica. Deixando que sucumba por falta de auxílio eficaz e imediato, estaríamos assistindo impassíveis à destruição lentamente processada nas raízes do jequitibá a cuja sombra nos abrigamos. Salvemos o café. Êle comporta todos os sacrifícios. Êle foi no passado a nossa grandeza. No presente e no futuro ainda será a apólice de seguro da nossa prosperidade.

O café é bem o emblema do mercado interno. Sòmente com um mercado interno forte e desenvolvido, pode o Brasil ser uma grande potência. Os Estados Unidos são disso um grande exemplo: 91% da sua produção é consumida no mercado interno e apenas 9% constituiam sua exportação. O café é entre os demais produtos de nossa lavoura e da nossa pecuária o que corresponde às águas que se encaminham para as reprêsas geradoras de energia elétrica, fazendo mover suas turbinas. Os centros industriais representam aquelas turbinas. Se, entretanto, uma grande sêca sobreviver não haverá água para movimentá-la. O nosso grande receio diante do que acabamos de observar é que os responsáveis pelas turbinas, julguem que os manancias donde recebem o elemento para sua propulsão, sejam inesgotáveis. Nessa imperdoável suposição, deixariam de buscar no aperfeiçoamento técnico e na coragem da concorrência sadia, o produto melhor e mais barato. A volúpia de

uma ira que está prestes a findar, tem cegado, da maneira mais triste, os seus maiores responsáveis. A lista dos preços a que acabo de me referir é disso uma demonstração insofismável. Quem disso quiser ter a prova vá ao interior, deixe a comodidade dos cassinos ou dos clubes das metrópoles. Verão o nosso caboclo dizer que um instrumento agrícola importado custando três ou quatro vêzes mais, fica-lhe mais barato do que o nacional...

Para combater essa volúpia das alturas que tudo desorganiza, fazendo esquecer até o aperfeiçoamento técnico e as suas consequências econômico-sociais, deveríamos buscar o exemplo dos Estados Unidos: Nação preparada para a prosperidade o confôrto da paz, com base em uma indústria sólida e numa lavoura pujante, ambas racionalizadas, puderam oferecer êsse magnífico espetáculo colocando ràpidamente em pé de guerra cêrca de dez milhões de soldados, equipados com os mais modernos instrumentos de guerra. Seus laboratórios, onde se examinavam e se examinam nos mínimos detalhes a peça menos valiosa de qualquer aparêlho ou máquina e a sua alta técnica tornaram ainda mais forte uma nação que já era forte.

Produzir ùnicamente pela vaidade de produzir, sem método nem eficiência não é engrandecer o país, mas escravizar o seu povo, diminuindo-lhe o poder aquisitivo de sua moeda. De nada servirão os altos salários, porque êles serão insuficientes para cobrir o preço de utilidades produzidas em condições anti-econômicas e de pouca duràbilidade. Que o diga o nosso caboclo, quando tem de cavar a terra para plantar o seu feijão ou a sua batata...

### *Salários e indústria nacional*

Sou por uma grande indústria nacional e, mais ainda, partidário de que o país lhe preste auxílio substancial e direto, mas nunca para que a sua produção seja custeada por preços elevados, pagos com o sacrifício do consumidor e à custa de favores disfarçados que redundam fatalmente na perda

do estímulo para que o industrial produza melhor; na limitação da circulação da riqueza; no enfraquecimento do poder aquisitivo da moeda, anulando os esforços do Govêrno na sua faina de obter melhores salários para o trabalhador; no maior embaraço a uma melhor distribuição da riqueza, porque permite a um grupo limitado acumular mais em detrimento da coletividade.

A confirmação do que assevero está em que todos os esforços para elevar os salários têm sido anulados pelas constantes altas dos gêneros de primeira necessidade, do vestuário, do calçado e etc.

Nunca entretanto, o Brasil teve diante de si melhor oportunidade para promover a defesa de seus interêsses econômicos quer internamente, quer externamente. Ninguém por certo se esqueceu ainda do caso que representava a nossa pesada dívida externa, abrangendo os compromissos da União, dos Estados e dos Municípios. Em 1930, herdava o Govêrno um débito externo num total superior a 267 milhões de libras esterlinas. O serviço anual exigia mais de 23 milhões de libras, ou sejam quase 100 milhões de dólares. E êsses compromissos representavam para a Nação Brasileira, as mesmas algemas que representa para um particular, um serviço de prestações mensais superiores às suas fôrças. Era a perda da nossa independência, que nos sujeitava muitas vêzes a tragar a taça de fel dos acôrdos internacionais que tantas vêzes feria os nossos interêsses econômicos. Indiscutìvelmente o Presidente Getúlio Vargas deu a êsse problema o melhor de seus esforços. Meses após meses, anos após anos, lutando com tôda sorte de dificuldades, onde se entrechocavam os mais profundos interêsses da finança internacional, o Brasil, metódica e pacientemente consegue fazer uma verdadeira devassa em todos os contratos, analisando contas de banqueiros, investigando os têrmos contratuais, fazendo recolher aos cofres do Tesouro as importâncias direta ou indiretamente desviadas em mãos de terceiros. Ainda é cêdo para que se possa conhecer dessa memorável obra de saneamento financeiro porque a sua reação e as suas conseqüências sòmente poderão ser analisadas com o tempo. A verdade é que o esque-

ma Oswaldo Aranha e mais tarde o esquema Sousa Costa foram os degraus que permitiram alcançar o patamar definitivo para obter as conclusões com a Inglaterra e os Estados Unidos a 23 de novembro do ano passado. Com êsse acôrdo final definida ficou a nossa política dos empréstimos, iniciada em 1924, e que através de mais de um século, havia crescido como uma bola de neve. Poderíamos mesmo dizer: Se a 7 de setembro de 1822 obtivemos a nossa independência política, a verdade é que automàticamente nessa mesma data amarramo-nos à finança internacional.

*Estamos habilitados a discutir nossos interêsses com o estrangeiro em pé de igualdade*

Com a revisão definitiva dos nossos compromissos, os serviços da nossa dívida não vão hoje além de 33 milhões de dólares, ou seja justamente um terço dos compromissos anuais que sobrecarregavam os nossos orçamentos em 1930. E também pela primeira vêz, após 120 anos, o Brasil vê decrescer a sua dívida externa.

Habilitou-se, portanto, o Sr. Presidente da República a poder discutir com mais liberdade, os nossos interêsses econômicos quando êles estejam de alguma forma entrelaçados com os interêsses de outros países. Tem hoje o Brasil a oportunidade de falar de coração aberto e de cabeça erguida a outros países e muito particularmente ao nosso grande aliado americano para obter acôrdos sôbre: a) preços do café; b) algodão; c) seda natural; d) borracha natural.

Não devemos jamais perder de vista a memorável reunião dos Ministros de Relações Exteriores, realizada na Capital da República naqueles tão sombrios dias de janeiro de 1942.

A par de compromissos de ordem política, não menos importantes foram as resoluções tomadas no setor econômico com a finalidade de impedir que desequilíbrios causados na produção dos países americanos viessem a acarretar dificuldades

internas, que indubitàvelmente causariam reflexos em todo o Hemisfério. Quanto mais folhearmos aquêle admirável pacto das nações livres da América, mais nos convenceremos de que êle representa uma verdadeira Bíblia para encaminhar e iluminar as mais importantes soluções a serem tomadas no período que agora surge com o após-guerra.

*Política econômica equívoca*

Convém recordar que os milhões de dólares enviados anualmente pelos Estados Unidos ao Japão, na compra da seda natural; que os milhões de dólares anualmente obtidos pelo Japão através da expansão da sua exportação de tecidos e que os milhões de toneladas de ferro velho cedidos cada ano pelos Estados Unidos áquele país asiático por preços irrisórios, apenas consistiu numa política que serviu para abastecer e robustecer um inimigo feroz, cuja máscara tombou por terra ante o mundo civilizado estarrecido com o crime de Pearl-Harbor, a 7 de dezembro de 1941. Entretanto, um pouco mais ao Sul, no mesmo Hemisfério, varios outros povos chamados irmãos viviam não raro uma vida obscura, pleiteando a adoção de uma política de expansão econômica que lhes permitisse, em ambiente fraternal e pacífico, uma situação de prosperidade real e efetiva.

O Brasil produzia borracha, mas os industriais nossos amigos e hoje aliados preferiram empregar seus capitais na Ásia, ali se abastecendo dessa importante matéria prima. E assim perdemos a nossa posição nos mercados mundiais até descermos à casa de 1%, quando havíamos figurado nas estatísticas de exportação da goma elástica com mais de 90%!

*Brasil e Estados Unidos*

E' inegável que também tivemos a nossa parcela de culpa nesse desastre que a guerra comprovou não haver atingido sòmente o Brasil. Devemos, portanto, ter sempre presente um exemplo que é dos nossos dias e que deve nortear os entendimentos entre o nosso país e os Estados Unidos, fazendo-os com-

preender que os nossos interêsses econômicos acham-se ìntimamente entrelaçados e envolvem em conseqüência os interêsses de todo o continente americano.

Desde 1942 vem o Brasil cumprindo religiosamente as obrigações que assumiu na cooperação com os seus aliados e em defesa de sua própria soberania. Sem contar com os formidáveis recursos que fizeram a prosperidade do Japão, o nosso país construiu, em colaboração com as fôrças armadas norte-americanas, as bases navais e aéreas que se transformaram no "trampolim da vitória". Preparou ainda na medida dos seus recursos econômicos o seu Exército, a sua Armada e as suas Fôrças Aéreas que agora lutam, derramando o nobre sangue brasileiro, pela preservação da liberdade e da dignidade humanas de que tanto se orgulham os povos civilizados. Pela primeira vêz a história regista os feitos dos filhos de um povo latino-americano em solo europeu, marcando com o sacrifício de suas vidas a conquista de uma nova éra de que se beneficiará êsse novo mundo que há de surgir como o advento da paz.

Ao Brasil assiste, pois, o direito não de solicitar ou de pedir, mas de cordialmente promover a discusão dos problemas em cuja solução os nossos aliados são tão interessados quanto nós. Não podemos nem devemos esperar o dia de amanhã. A exemplo do que se tem feito em várias conferências internacionais, como Bretton Woods, Dunbarton Oaks, Hot Springs e etc. realizadas antes mesmo que os nossos exércitos alcancem a vitória final, impõe-se a nós brasileiros o estudo imediato de questões que são vitais para a economia nacional, mas que pela sua natureza sòmente poderão ser resolvidas mediante entendimentos com os nossos aliados.

O Brasil tem direitos adquiridos e sacrifícios duramente suportados. A falta alarmante de transportes e muitas outras deficiências que enfrentamos são conseqüência de compromissos assumidos e fielmente respeitados. Cabe, pois insistir: sobram-nos razões para promover desde logo negociações que nos habilitem, a encontrar solução adequada para os nossos problemas econômicos.

Não poderia terminar sem render homenagem ao ilustre Interventor Federal, Dr. Fernando Costa, e ao seu não menos ilustre Secretário da Agricultura, Dr. Melo Morais, em face das medidas adotadas no sentido de amparar a lavoura, promovendo o reflorestamento, o sombreamento dos cafezais e o combate à erosão, reafirmando dêsse modo o seu devotamento ao país pelo carinho demonstrado no exercício dos altos cargos que desempenham, para o que não lhes há de faltar, por certo, o mais decidido apôio do Govêrno Federal."

# O DISCURSO DE RIBEIRÃO PRÊTO (*)

Desejo, inicialmente, expressar os meus melhores agradecimentos ao ilustre Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto, bem assim, aos ilustres doutorandos pela honra com que me distinguiram, escolhendo-me para paraninfar a turma de 1944.

Ainda hoje ao percorrer, em visita, diversas fazendas, que circundam a cidade, voltando a ouvir alguns de seus nomes, veio-me a recordação de um trecho de meu passado, quando, em Santos, trabalhando em casa comissária, movimentava as contas de venda dos proprietários dessas mesmas fazendas.

Recordo-me bem da classificação dos diferentes tipos de café que seguiam desta terra roxa para o pôrto de Santos, onde se atulhavam aos milhares as famosas e velhas carroças de duas e quatro rodas, ao longo dos armazéns, que, a essa época, se estendiam do Valongo ao Paquetá.

Por outro lado, recordo-me que, nessa mesma data, 20 de dezembro do ano de 1909, recebia eu, também, o mesmo diploma que hoje é entregue aos Contadorandos de Ribeirão Preto, e o fazia por intermédio do meu paraninfo, o saudoso paulista Valdomiro Silveira, cujo nome e cuja tradição foram, para mim, um grande guia espiritual.

Correspondendo às saudações que me foram dirigidas, não só pelo ilustre orador da turma, como pelo professor e

---

(*) Pronunciado em dezembro de 1944, como paraninfo dos doutorandos da Faculdade de Ciências Econômicas, de Ribeirão Prêto.

Diretor que acaba de me preceder, mencionando as minhas responsabilidades no setor da vida pública, vejo-me obrigado, neste instante, a prestar ao povo de Ribeirão Preto breves contas das missões que me têm sido atribuídas.

Na parte que se refere ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, que efetivamente sucedeu à antiga Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, temos de reportar-nos às primeiras incumbências, e estas foram no sentido de analisar todos os compromissos externos que pesavam sôbre a União, os Estados e os Municípios.

Na história do Brasil, a data de 7 de setembro de 1822 regista o famoso grito do Ipiranga, que representava para a nossa Pátria sua independência política. Mas a história omitiu que, nessa mesma época, o Tesouro Nacional iniciava a política dos empréstimos estrangeiros, como conseqüência dos compromissos assumidos em Londres pelo Govêrno que antecedera a D. Pedro I.

E essa dívida se transformou em 1824, em empréstimo consolidado, num total de três milhões e meio de libras, que foi rolando, como uma bola de neve, ao longo do primeiro e do segundo Império e da República, até os últimos dias do ano de 1930, quando fomos encontrar o débito total do Brasil representado, aproximadamente, pela quantia de 267 milhões de libras esterlinas.

Essa formidável soma, com os juros e o serviço de resgate anual custava, aos cofres da Nação, a importância de cêrca de 23 milhões de libras, ou seja, cêrca de 100 milhões de dólares ou, ainda por outras palavras, 2 bilhões de cruzeiros.

Procuramos, por ordem do Govêrno Provisório, perscrutar a origem e o estado de cada um dêsses empréstimos, não tendo poupado nenhuma das Secretarias de Estado, nem o próprio Tesouro Nacional, ao exame dêsses documentos, e quando verificamos que faltava o teor de muitos dêsses contratos, fomos, não só aos Estados Unidos, como também ao outro lado do Atlântico, em busca de elementos que elucidassem a situação de cada empréstimo.

Três anos levamos nessa via crucis, sem ônus para os cofres públicos.

Hoje, quando já passaram muitos anos após as primeiras investigações, há uma tendência para tudo esquecer, mas é necessário que não se olvide, nestes dias difíceis que atravessamos, que às minudentes investigações e análises dos erros acumulados em mais de 110 anos se deve a volta aos cofres públicos da União, dos Estados e dos Municípios de somas importantes, verdadeiramente astronômicas, que se encontravam em mãos de terceiros. Resultou, ainda, dêsse trabalho ingente, a consolidação, no ano que corre, da nossa dívida externa, representada hoje apenas por um serviço equivalente a 33 milhões de dólares, ou seja, cêrca de 600 milhões de cruzeiros, porém, já agora com redução da importância capital da dívida. É preciso não esquecer que sòmente agora, após o início dos nossos empréstimos em 1822, verificou-se, pela primeira vez na história do Brasil, redução do capital de seus compromissos.

Seria necessário percorrer e ler mais de 14 volumes denominados — "Das Finanças do Brasil" editados pelo nosso Conselho Técnico de Economia e Finanças — para se ter uma verdadeira idéia do que foi essa obra ciclópica, que deu ao Brasil a possibilidade de declarar, no ano de 1943, a sua independência financeira, como um complemento à independência política que havia sido declarada por D. Pedro em 1822.

O decreto 23.829, de 5 de fevereiro de 1934, também chamado "Esquema Oswaldo Aranha", foi o primeiro passo dado, na gestão do ilustre Ministro que deu seu nome a êsse esquema, no sentido de que o Brasil visse expurgados os erros iniciais assinalados nesse verdadeiro drama dos empréstimos estrangeiros.

Também o decreto 2.085, de 8 de março de 1940, denominado "Souza Costa", constituiu uma afirmativa da decisão do Govêrno em cumprir com o seu dever dentro das possibilidades nacionais e corresponder à sua obrigação como Nação devedora.

A 23 de novembro de 1943, pelo decreto n. 6.019, obteve-se a consolidação dos entendimentos que culminaram com a vitória da justiça sôbre êsses compromissos que pesavam sôbre a Nação Brasileira. Finalmente, o decreto n. 6.410, de 10 de abril dêste ano representa, por assim dizer, o término de uma grande batalha, que o Govêrno de Getúlio Vargas encetara, há 14 anos. Posso garantir, foi uma das batalhas mais árduas da história do Brasil, batalha de uma guerra defensiva, em benefício de altos interêsses do povo de nossa terra. Batalha destinada a impedir que continuássemos a pagar, às escuras, as contas que nos apresentavam os banqueiros internacionais. Porque a ausência de um serviço de contrôle não nos permitiria saber se as nossas remessas representavam o que era certo e justo. A prova disto tivemos durante êsse árduo período do ajuste de contas, em que fomos encontrar milhões de contos, como já referimos, em mãos de terceiros e que deviam estar recolhidos ao Tesouro Nacional e aos cofres dos Estados e Municípios.

Felizmente, tudo foi obtido.

Mas nunca é demais relembrar alguns pontos, porque não será para estranhar que muitos daqueles que ajudaram a cometer êsses erros formidáveis do passado, involuntàriamente ou não, inculquem-se hoje em orientadores da opinião pública em matéria de economia e finanças.

Permito-me citar o caso do empréstimo do Estado do Ceará, periòdicamente flagelado pela sêca e cujos filhos não podemos deixar de reconhecer como verdadeiros símbolos da alma brasileira sofredora. Êsse Estado contraíra um empréstimo de dois milhões de dólares nos Estados Unidos, em Nova Orleans, no ano de 1922. Em 1930 havia pago, apenas de amortização, 20 mil dólares e, de juros, mais de um milhão e 100 mil dólares. No entanto, segundo apuramos na época, da escrituração da Secretaria da Fazenda do Estado apenas constava o recebimento de 155 mil dólares, por conta do empréstimo total, e quando procedemos ao seu exame, de acôrdo com os seus assentamentos, o Estado ainda devia um milhão e 980 mil dólares.

O empréstimo francês, que deveria ser resgatado e representava 25 milhões de francos, ainda permanecia sem pagamento.

E as obras de águas e esgotos, que deviam ter sido executadas nesse Estado, nunca chegaram a ser concluídas: apenas ficaram abertas, nas ruas de Fortaleza, as valas por onde devìam passar os canos, que nunca chegaram a ser colocados.

Empreiteiros políticos nacionais e banqueiros estrangeiros, num regime proposital de confusionismo, mantinham em estado caótico os compromissos externos dessa unidade nacional.

Santa Catarina é um outro exemplo, também, com a quebra dos banqueiros logo após o lançamento do primeiro empréstimo, na praça de Nova York.

E, para não ir muito longe, aqui no Estado de São Paulo, o empréstimo chamado — do Instituto do Café, do anos de 1926, num total de 10 milhões de libras esterlinas, ao juro de 7½%, deu ao Estado, como crédito inicial, apenas oito milhões e meio de libras e hoje, passados dezoito anos, esta unidade federativa ainda deve sete milhões e 800 mil libras. Em garantia exigira-se, da lavoura de São Paulo, um mil réis ouro por saca de café que transitasse por suas Estradas de Ferro, porque os negociadores dêsse empréstimo não acreditavam nos nossos mil réis como não acreditariam hoje no nosso cruzeiro. E, assim, o lavrador só sabia quanto tinha de pagar pelo trânsito da sua saca de café quando calculasse a taxa do câmbio, ao dia do embarque, e cabe-me, neste momento, dizer que na exposição que fizemos no ano de 1933 ao Presidente Getúlio Vargas, obtivemos a aprovação de Sua Excelência para que ficasse limitada a 3$500, ou seja, a Cr$ 3,50 essa taxa, pois que se continuássemos a cobrar na base-ouro-, não saberíamos até quando somariam os compromissos que pesavam sôbre cada saca de café.

É triste dizer-se que muitos dêsses brasileiros, que tantos benefícios receberam de tão imensa riqueza como é o café, hoje a desprezem, em busca de amores novos em outros setores da atividade nacional, esquecendo-se, entretanto, de que

ainda é o café a fonte principal dos nossos saldos ou no balanço comercial.

Os homens públicos, ou todos aquêles que ocupam cargos de responsabilidade, têm, a meu ver, a obrigação de dizer estas verdades ao povo, porque se não as dizem, se não as expõem, muitas explorações e extorsões se podem fazer. É necessário que a franqueza paire por tôda a parte e que os responsáveis perante o Govêrno Federal, tenham a coragem de mostrar aos dirigentes do país a verdade da situação em qualquer oportunidade, prestando assim, um serviço à Nação e ao sossêgo do povo.

Os homens de Govêrno devem ser julgados não apenas pelos erros que supomos eventualmente hajam cometido, mas tendo em conta igualmente o crédito representado pelos trabalhos ao país. E da mesma forma por que apreciamos os saldos das nossas contas em qualquer atividade, também devemos julgar assim os outros homens e os próprios Govêrnos.

O povo deseja conhecer a verdade. O povo não quer paliativos. Pede justiça e não caridade — palavra muito explorada, no momento, para focalizar espalhafatosamente quem dá, humilhando quem recebe.

Ao aproximar-se o Natal, a festa de todos os lares, vemos que o trabalhador, com as dificuldades que enfrenta em virtude dos preços absurdos, mal tendo com que viver, não poderá festejar o grande acontecimento.

Atingida em seu poder aquisitivo, cumpre-nos pensar profundamente na defesa da moeda, porque a moeda é, no país, a bandeira econômica do povo. É preciso evitar que, pelo excesso de moeda, esta se vá depreciando, como o leite adulterado pela água, cujo volume não exprime seu valor intrínseco.

Aproxima-se o fim da guerra. A volúpia e a tentação dos preços altos tudo dominaram. Impõe-se neste instante histórico, sabedoria e resolução para enfrentar corajosamente os problemas decorrentes da própria guerra. É em um ambiente de paz que se deve processar o reajustamento, que trará benefícios a todo o povo e não apenas para um pequeno número, em detrimento da grande massa nacional.

Os preços altearam-se, atingindo um tal nível, que hoje sufoca o trabalhador.

Li agora, com surpresa e estupefação, que nos debates do Congresso da Indústria, ora reunido em São Paulo, recomendava-se o aumento das tarifas alfandegárias o que representa, sem dúvida, mais uma barreira que se levanta para reforçar a defesa do interêsse industrial em detrimento da vida do povo.

O caso do arame farpado é significativo: vinha êste produto do estrangeiro importado em rolos com metragem em dôbro daquela em que é fornecido hoje pela indústria nacional, e o seu custo ficava bem distante do preço cobrado atualmente. Enquanto o rôlo de arame importado tinha 400 metros, o produto nacional é distribuído em rolos de 250 metros e custa precisamente o dôbro, isto sem contar as exigências criadas pelas dificuldades das circunstâncias atuais.

Não somos contra a indústria nacional. Não somos contra os industriais honestos e conscientes, podemos afirmá-lo, porque nós, que não temos recursos empregados na lavoura, nem na pecuária, temo-los, entretanto, investidos na indústria.

Insurgimo-nos, sim, contra aquêles que, sem técnica e sem conhecimentos do custo da produção, fixam-no arbitràriamente, tornando-se aproveitadores da situação e obtendo lucros excessivos.

O salário mínimo foi instituído para dar um nível de vida mais adequado ao trabalhador: mais alimento, mais tecido e mais confôrto. Os aproveitadores, entretanto, contornando a situação e burlando o espírito da lei, inutilizam tão bela iniciativa do Govêrno da República, fazendo duplicar, triplicar, quadruplicar os preços.

Com a aproximação do fim da guerra, quando se estabelecem as facilidades das comunicações e com elas a concorrência, é condenável procurar sustentar, através de tarifas e de favores protecionistas inadequados, êsses preços altos do custo das utilidades, porque perderia o Brasil a maior e melhor de todas as oportunidades, para efetivamente dar um melhor

padrão de vida às classes menos favorecidas, mantidos os níveis de salários assegurados pelas leis sociais.

Portanto, repito: não somos contra a indústria, porque o ciclo industrial reflete um estágio mais avançado de civilização. Mas não devemos transformar a indústria em arma de exploração. Baseamo-nos na gente de Nação Americana: ali o lema é produzir muito, mais e mais barato e bom, oferecendo em qualidade e quantidade o necessário para o povo viver confortàvelmente.

É um êrro e uma infâmia deixar-se que aquêles que defendem êste ponto de vista, têm interêsses em que o Brasil não se desenvolva industrialmente, a fim de que fique permanentemente um satélite da grande Nação Norte Americana ou dela dependente. Quem vos dirige a palavra neste instante, por várias vêzes ouviu o Presidente Roosevelt afirmar ao Govêrno Brasileiro que o grande desêjo do Govêrno Norte Americano é ver o Brasil industrialmente organizado e desenvolvido, porque, no entender de Sua Excelência, como disse e consta de relatório reservado do Embaixador Assis Brasil, no Itamarati, a industrialização significa civilização.

E para maior prova da verdade dêste pensamento, temos essa obra formidável de Volta Redonda. Enquanto num passado de dezenas de anos a Velha Europa jamais nos ofereceu essa facilidade para a montagem de nossa grande siderurgia, o Presidente Getúlio Vargas obteve do Presidente Roosevelt a prova definitiva e real dessa política sadia de bons vizinhos. Não devemos esquecer que essa usina está sendo transportada para o Brasil durante a época mais difícil, talvez, da história dos Estados Unidos, num período em que, ali, cada quilo de ferro ou de aço é tão importante e o seu emprêgo considerado de maneira tão rigorosa, que nenhuma habitação, nenhuma construção pode ser erguida sem uma licença prévia, e sem que se declare que é essencial para a guerra. Enquanto isso, dezenas e dezenas de milhares de toneladas de aço têm sido transportadas dos Estados Unidos para o Brasil, para permitir-lhe a criação de uma verdadeira indústria baseada técnica e econômicamente na grande siderurgia, que não utiliza carvão

de madeira, responsável pela devastação de nossas florestas e pela erosão, essa desgraçada herança que legaremos a nossos filhos.

E' essa a siderurgia que nos vai permitir forjar as armas com que o Brasil se defenderá sempre que alguém ouse atacá-lo.

Cumpre-nos, entretanto, não acorrentar o futuro desenvolvimento do Brasil exclusivamente à sua expansão industrial. A nossa situação presente constitui severa lição que não mais deveremos esquecer.

Nunca no Brasil foi tão imperiosa a necessidade de desenvolver a produção agrícola. Estamos assistindo ao despovoamento dos campos e à expansão ingovernada dos grandes centros urbanos, com as inelutáveis conseqüências da escassês dos produtos de primeira necessidade, a alta dos preços e o progressivo encarecimento da vida.

A produção agrícola, em um desajustamento perigoso; prenúncio de funestas conseqüências, não tem acompanhado o rítmo nem o desenvolvimento industrial acelerado, nem do crescimento da população do país. As estatísticas revelam que o acréscimo da produção de substâncias alimentares que foi de 25% no decênio 25-34, no quinqüênio 35-39 deceu a menos de 10%, para caír assustadora, abaixo de ½% no período de 40-43. Essas percentagens do rítmo de desenvolvimento agrícola do país revelam de modo constrangedor que caminhamos diretamente para a estagnação das atividades da terra, num momento em que a população se expande com vigor aumentando em progressiva escala os reclamos de alimento.

Enquanto êsses dados indicam-nos de modo persuasivo o amortecimento da produção agrária, permitem-nos vislumbrar, como efeitos objetivos, o ingente drama do êxodo dos campos. Como que vemos as colunas intermináveis de fugitivos rurais em demanda das cidades, atraídos por suas enganosas promessas.

O espetáculo atual dos nossos grandes centros urbanos em que se disputam lugares nas casas, nos hotéis, nos veículos, nos cinemas e nos teatros, tem as suas raizes mais profundas

nesse abandono da gleba, a fonte eterna e primeira da riqueza da vida. Multiplicam-se os palácios, multiplicam-se os arranha-céus, multiplicam-se as fábricas numa polarização urbana dos investimentos os quais também, seguindo o homem em sua fuga, abandonam o campo para fazerem enganosamente florescer as cidades.

Nesse florescimento, a indústria se apresenta em profundo contraste com aquêle quadro desolador do estrangulamento progressivo das atividades agrárias. Assim, no decênio 25-34, a produção industrial dobrou de valor, para novamente dobrar no período 35-43!

Poderíamos nos orgular dêsses resultados, e dêles de fato nos orgulharíamos se não refletissem um progresso feito, em parte, à custa do despovoamento de nossas lavouras e declínio de suas atividades. Não pode haver progresso industrial sem progresso agrário. As cidades vivem do que os campos produzem. E se êsses não produziram o suficiente, os gêneros escasseiam, e, com a escassês, advirão todos os males da procura sem oferta bastante. Os preços sobem, os racionamentos aparecem, as filas se organizam tornando a vida intolerável e transformando as remunerações, dantes elevadas e tentadoras, em poderes de aquisição ridículos perante o encarecimento geral. Só há prosperidade verdadeira quando ela coincide com um fortalecimento das atividades agro-pecuárias. Se estas se desajustam das demais, caindo em declínio, a prosperidade é efêmera, encarregando-se o tempo de desmentí-la mediante o fenômeno reajustador e dramático das crises.

Contra isso nos devemos prevenir, considerando o problema na realidade de suas causas, na extensão dos seus efeitos e na justeza dos remédios que reclama. Devemos lançar corajosamente o brado pela volta à terra, porque sòmente na correção dos desajustes entre a indústria, agricultura e demais atividades poderemos encontrar os elementos de equilíbrio para a vida econômica e social do país.

Para lutar contra o despovoamento do solo e favorecer o retôrno aos campos, é indispensável firmar vínculos sólidos e permanentes entre o homem e a terra. Êstes laços, porém,

só começam por se estabelecer quando o homem não é estranho à terra que êle fecunda com o seu suor, mas, fruto de seu trabalho honrado e sem tréguas ela é efetivamente sua. Além de justo e de humano, facilitar-lhe o direito à respectiva propriedade é o modo mais eficaz de fixação do lavrador ao campo que cultiva. Se almejamos conter a hipertrofia urbana realizada à custa do despovoamento rural pela solidificação dos vínculos que o seguram firmemente ao campo, cumpre instaurar, organizar e defender a propriedade rural, garantindo ao lavrador autêntico a terra que êle trabalha.

Não se deve limitar à segurança dêsse direito o vínculo forte que há de prender o homem à gleba. Mister se faz melhorar e proteger o lavrador pela educação rural e pela assistência médica; trazer até o campo as vantagens essenciais de que desfruta o homem da cidade e assistir o agricultor em suas humanas aspirações de saúde e de instrução. Fortificado na certeza de que sua família, seus filhos e sua gente não estão segregados dos recursos da medicina e dos benefícios da cultura, não pesarão em seu ânimo aquelas fôrças negativas que terminam por quebrantar-lhe a resistência, levando-o à deserção do seu pôsto. Se desejarmos criar, dentro da nossa vocação histórica, uma civilização agrária resistente às vicissitudes econômicas, cumpre emergir do primitivismo dos nossos processos agrícolas para técnicas mais evoluídas que assegurem um alto rendimento do trabalho, a melhoria da qualidade dos produtos e o aumento da produção, proporcionando fartura, riqueza e estabilidade. Sem racionalização das atividades, sem a mecanização do trabalho que além de reduzir o custo e aumentar a produtividade virão minorar o déficit do nosso potencial humano, não constituiremos nunca o farto celeiro que há de prover o nosso povo com abundância e fortalecer a nossa posição no Comércio Internacional.

A grande variedade de solo e clima de que dispomos, abrindo para as nossas atividades agrícolas o campo extenso e largo da policultura, oferece ao nosso futuro as mais fundadas garantias de solidez econômica de que a monocultura, por si só, é incapaz.

Para alcançar, entretanto, tão legítimos objetivos e tão promissoras perspectivas, indispensável se tornará instituir um sistema econômico de crédito agrícola e de financiamento das safras, que promove a defesa do lavrador.

Econômicamente protegido, será possível garantir-lhe preços remuneradores, preços que, cobrindo o custo real da produção lhe permitam realizar excedentes com que melhorar a terra, renovar os seus equipamentos agrícolas e intensificar a mecanização do seu trabalho.

Porque, se os preços forem insuficientes, jamais conseguirá o lavrador desvencilhar-se de seus compromissos cujos resíduos, de ano para ano, vão crescendo até conduzi-lo ao desespêro, e, do desespêro, ao abandono do chão que já era parte de seu sangue e fonte de suas esperanças. Na verdade, entre o lavrador que lavra de sol a sol os campos, em perene combate à praga, ao tempo e às vicissitudes inerentes à agricultura, e o consumidor, localizado nos centros urbanos, interpõe-se uma coorte de não produtores, de agentes intermediários, alguns dos quais cubiçosos das colheitas para sôbre elas desenvolverem malsinada especulação em detrimento de quem produz e de quem consome.

Êsses agentes, enquanto exercem pressão sôbre os lavradores para lhes aviltar os preços de seus produtos até arrancá-los de suas mãos calejadas a níveis inferiores ao custo integral da produção, exercem de outro lado não menos poderosa pressão mediante manobras e ardís condenáveis para lançá-los na torrente circulatória a preços cada vez maiores. Enquanto o lavrador fica a se debater na teia de seus sagrados e insolváveis compromissos, os agentes aproveitadores se locupletam, invertendo os seus lucros fáceis nas suntuosas edificações que fazem a grandeza e o brilho das cidades. Tão terrível é essa técnica de empobrecimento rural que ela se pode comparar à erosão. A especulação comercial com os produtos agrícolas devasta os campos, transportando os frutos da fertilidade de suas terras para as áreas urbanas onde se transformam em palácios, cassinos, confôrto e luxo. Urge, portanto, racionalizar o ciclo da circulação das riquezas da agri-

cultura, com eliminação dos agentes nocivos e fortalecimento do comércio sadio, a fim de que se possa redimir a lavoura, com a retenção, no seio das economias rurais, dos mais legítimos frutos e benefícios de suas atividades.

Nessa tarefa racionalizadora é indispensável garantir o escoamento das safras qualquer que seja a conjuntura eventual dos mercados. Nunca é demais insistir que êsse escoamento tem a sua primeira condicional na existência de comunicações fáceis, prontas, rápidas e, sobretudo, de baixo custo. Essa é, nesse setor, a missão precípua do Estado que, no magno afã de promover o bem estar geral e o progresso econômico equitativo de tôdas as atividades, não se deve deter nem mesmo diante da necessidade de subsidiar os transportes, onde e quando o subsídio constituir um interêsse vital de quem produz e de quem consome. Assegurada a mobilidade da riqueza produzida, o escoamento das safras exige um sistema de armazenamento que resolva, de um só golpe, os mais graves e contumazes problemas ligados ao abastecimento uniforme e adequado dos mercados, ao descongestionamento e utilização racional dos meios de transporte, à absorção dos excessos desmoralizadores da produção e à estabilidade dos preços dos produtos agrícolas. Ferimos aqui matéria de alta relevância econômica, largamente apreciada pela tecnologia agrária, e objeto precípuo de debates e de valiosas conclusões de Congressos internacionais.

Quando por aqui passei, há pouco, e procurei, do alto do avião, rever aquêles tapetes verdes que criaram a riqueza do país, com as lavouras do café, que fizeram pontilhar cidades e promoverem a civilização dos sertões, e deparei com as existência de outras plantações, confrangeu-me o coração. O café é a semente que traz o progresso, é a casa grande do homem da fazenda, é a casa do colono, são os núcleos que se transformam em vilas e cidades, e que em seu conjunto formam êste grandioso São Paulo, que tanto ouro tem carreado para os cofres da Nação. Abandonar o café é abandonar o Brasil, porque o café é tudo isto que traz consigo: são os cereais, é a pequena pecuária, a pequena civilização que se forma em tôrno

de cada fazenda. E a prova ainda a temos hoje: nas zonas em que foi arrancado o café, para se plantar em seu lugar o algodão, nessas regiões de onde foi abolido o cafezal, não existem nem cereais, nem a pequena criação, que se desenvolvem entre os cafezais. Hoje, no entanto, é preciso levar os cereais para essas zonas, enquanto a região do norte do Paraná está cheia de cereais, cultivados nas próprias lavouras do café.

Falemos com franqueza, usemos a linguagem do povo para o povo.

Nestas festas de Natal e Ano Bom, quando todos se reunem em tôrno de suas famílias, também nós, da Família Brasileira, devemos reunir-nos, para que possamos tornar a ver e admirar sua grande atividade e ter a coragem necessária para dizer ao Govêrno o que de verdade existe, afastando a neblina que se pretende interpor entre êle e o povo. A verdade sobrepaira a tudo.

E verdadeiros, teremos realizado obra duradoura, pondo o povo em contato direto com o Govêrno da Nação que, assim, melhor agirá em prol de nossa grandeza.

## SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA (*)

Meus Senhores:

Para medir as palpitações significativas de um país como o Brasil — extenso como um continente, populoso, jovem e em plena formação, era necessário um instrumento sui-generis, que realizasse ao mesmo tempo, conciliando-as, duas condições: possuir uma envergadura gigantesca, proporcional ao volume físico do trabalho, e em considerável refinamento, correspondente à delicadeza da tarefa de medir.

Êsse instrumento foi criado quase de repente, desenvolvido e completado no curto espaço de sete anos: é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Quando o observador isento, preocupado apenas em conhecer os fatos e não em adaptá-los a posições doutrinárias prèviamente tomadas, examina as realizações brasileiras da última década, não pode deixar de se maravilhar ante a quantidade e a qualidade espantosa da obra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Sob a influência da afinidade de propósitos, é natural que a Sociedade Brasileira de Estatística se incline a apreciar encomiàsticamente o trabalho realizado pelo Instituto. A apologia seria compreensível, talvez inspirada na gratidão, porque a Sociedade renasceu, envigorou-se, cresceu e tem vivido à sombra do Instituto.

---

(*) Discurso pronunciado, como Presidente da S. B. E., em 27 de dezembro de 1944.

Mas cumpre observar que o tom encomiástico, na boca de um representante da Sociedade Brasileira de Estatística, relativamente à obra dêsse grupo corajoso, encarniçado, de estatísticos brasileiros que se reuniram no Instituto, não decorre de uma predisposição para exaltar incondicionalmente o amigo, a quem se deve muito. Trata-se, ao contrário, de um impulso deliberado de ser justo. Ninguém veja, pois, em nossas palavras apologéticas senão o produto do raciocínio frio, da análise imparcial, da observação detida. Se nessas palavras reponta algum calor, é a emoção de convicção, o sentimento de justiça, o desêjo humano e sadio de reconhecer e proclamar a benemerência das instituições realmente beneméritas.

Seria longo e desnecessário analisar a fôlha de serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Observatório colossal, de mil olhos e mil ouvidos abertos ao registro e enumeração dos fatos sociais que ocorrem no Brasil; sistema administrativo tri-dimensional, que enreda na mesma urdidura todas as unidades do govêrno existentes no Brasil; grupo coêso de vigilantes, espalhados, onipresentes, ao longo e ao largo de tôda a extensão territorial da Pátria, é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a resultante de esforços integrados, a soma de recursos antes dispersos, a convergência de vontades e de inteligências postas a serviço da explicação do Brasil.

Mas não é só na sua materialidade, na sua estrutura, nos seus recursos em homens e coisas, na sua engrenagem administrativa, — verdadeira invenção social, com que o Brasil contribuiu para a ciência da organização — que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se impõe ao exame atento do observador. Acima e além dessas manifestações visíveis e tangíveis, o que em verdade emociona, no Instituto, é o espírito que o domina, cheio de fé e coragem. Fé nas intenções dos homens, fé no potencial do país, fé nos que virão depois. Coragem para desafiar a rotina, coragem para enfrentar o carrancismo, a coragem para descobrir e expor os desajustamentos e miséria sociais, coragem física, enfim, para reali-

zar, dia a dia, indefinidamente, infindàvelmente, a tarefa obscura e monótona de registrar, contar, apurar e ordenar os pequeninos fatos individuais que, somados, constituem os índices de progresso ou de decadência de um povo, tais como a natalidade, a nupcialidade, a mortalidade, a mortabilidade, a produção agrícola e industrial nos seus vários aspectos, a troca dos artigos produzidos, e outras manifestações mais elevadas da vida social, como sejam as atividades intelectuais e as espirituais.

Ao fazer o elogio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entidade que honra a cultura brasileira e obriga o homem justo a reverenciar a obra do homem, automàticamente fazemos o elogio de seu preclaro presidente, o embaixador José Carlos de Macedo Soares.

José Carlos de Macedo Soares formou a sua personalidade nos meios culturais e industriais de sua própria terra, São Paulo. Bacharel em ciência e letras e doutor pela Faculdade de Direito de São Paulo, tornou-se naturalmente um homem culto, pelas viagens numerosas que fêz pelo mundo, despertou as curiosidades do seu espírito, tornando-o um verdadeiro polígrafo. Criador e diretor de emprêsas industriais, o nosso homenageado habituou-se ao objetivismo da vida, adquirindo a visão clara dos problemas e habituando-se a procurar as melhores soluções. Em 1942, José Carlos de Macedo Soares reuniu em suas mãos 3 presidências das mais altas instituições culturais brasileiras: Instituto Histórico e Geográfico, Academia Brasileira de Letras e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Como se desempenhou de tão difíceis investiduras? Sendo eleito presidente perpétuo do Instituto Histórico, reeleito presidente da Academia de Letras a despeito da tradicional regra de não reeleição do presidente da Academia; e, realizando no I. B. G. E. o programa cultural que tão largos aplausos tem merecido. Em dezembro de 1944, corrente, o ilustre brasileiro reune de novo 3 das grandes presidências culturais: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Todos

sabem que o Instituto Histórico foi a associação cultural predileta de D. Pedro II, que presidiu a 506 das suas sessões. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro era o sodalício da predileção da Princesa Izabel e sobretudo do Conde d'Eu, que constantemente lhe presidia as sessões. O I. B. G. E. é criação do atual govêrno que lhe dá todo apôio e se vê cercado de grande prestígio da opinião pública.

José Carlos de Macedo Soares sabe servir ao Brasil, no Brasil ou fora dêle. Para se formar uma idéa de sua projeção no estrangeiro, basta lembrar que sua Exa. foi condecorado com 18 gran-cruzes, afora grande-oficialatos e comendas. Isto afirma a estima e a consideração em que é tido também fora do Brasil. E não ficam aí tão altas e contínuas demonstrações. E' êle sócio de muitas das mais altas instituições culturais do mundo. Lembraremos de passagem, que José Carlos de Macedo Soares é membro entre outras, da Academia Argentina de Letras, da Academia Uruguaia de Letras, da Academia Nacional de História da Argentina, do Instituto Histórico e Geográfico de Montividéu, da Sociedade de Geografia de Lima e da Sociedade Chilena de História e Geografia. Recordaremos ainda que S. Exa. é doutor honoris causa da mais importante universidade pontifícia dos Estados Unidos: A América Catholic Universits de Washington.

Todos se recordam da atuação triunfal de José Carlos de Macedo Soares por ocasião da mediação feita em 1935 pelas principais repúblicas Americanas para o restabelecimento da Paz. Depois de 18 tentativas, 2 das quais em que tomou parte a Sociedade das Nações, e todas fracassadas, o Brasil, a pedido das chancelarias da Bolívia e do Paraguai, resolveu tomar a iniciativa da 19.ª mediação, e para isso o Ministro das Relações Exteriores da época que era José Carlos de Macedo Soares, estabeleceu as condições para um novo processo de mediação. Em Buenos Aires, reunidos representantes de 6 países mediadores, na sessão inaugural José Carlos de Macedo Soares redigiu o projeto de protocolo, que discutido várias semanas, foi por fim aprovado, inclusive pelos dois Ministros das Relações Exteriores da Bolívia e

do Paraguai, que se achavam presentes, permitindo assim, o restabelecimento das boas relações, entre as duas repúblicas irmãs. Daí o cognome que o grande jornal portenho "La Prensa", atribuiu a José Carlos de Macedo Soares de "Chanceler da Paz". Realmente no dia em que José Carlos de Macedo Soares embarcou para o Brasil a bordo do couraçado argentino "25 de Maio", posto à disposição de José Carlos de Macedo Soares pelo Presidente da República vizinha, Augustin P. Justo, "La Prensa", o conceituado órgão da imprensa de Buenos Aires, publicou em artigo de fundo, sob o título "Chanceler da Paz", notável artigo salientando a atuação preponderante do Chanceler do Brasil, na conquista da Paz do Chaco.

Finalmente José Carlos de Macedo Soares, assumida a responsabilidade da suprema administração do I. B. G. E., firmou-se ainda mais na estima de todos os brasileiros. Tôda instituição não é mais do que a sombra alongada de um homem, segundo um filósofo. No presente caso, a identidade do homem com a instituição, a comunhão do realizado com a obra realizada ainda mais se acentua, porque o embaixador Macedo Soares não encontrou a obra iniciada, não substituiu ninguém, não é um continuador. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde o dia memorável de sua instalação — 29 de maio de 1936, desde o momento inaugural de suas atividades, teve a sorte de ser presidido por êsse brasileiro eminente, tão carregado de serviços a seu país, tão dígno de nosso respeito e de nossa estima.

Disse um cientista moderno que o verdadeiro lider prescinde de aparelhos de seleção: sabe escolher, melhor do que quaisquer especialistas em testes, os próprios auxiliares.

Também nisso o Embaixador Macedo Soares revelou mais uma vez suas qualidades positivas de dirigente de homens e instituições. Soube êle cercar-se, desde a primeira hora, de um pujilo de competências e dedicações, à frente das quais se destaca a figura singular do Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, exemplo irredutível de devotamento sem limites ao bem geral, espécie de caixa de ressonância das emoções sociais, que nele se expandem sob a forma de patriotismo como

homem público, de dignidade funcional como servidor do Estado, de conhecimento específico como profissional, de curiosidade insaciável como estatístico, de lealdade, bondade, lhaneza no trato como colega, do cumprimento dos deveres como cidadão, de retidão e generosidade como chefe. Êsse grupo de técnicos, que sob a harmoniosa liderança de Macedo Soares, meteu ombros à tarefa ingente, primeiro, de lançar as bases do Instituto, e, depois, de iniciar e prosseguir o seu tremendo programa de trabalho, certamente tem sido uma verdadeira brigada de choque da civilização brasileira. E ao embaixador Macedo Soares cabe legìtimamente o crédito de os haver reunido e inspirado com a sua palavra estimulante e serena de homem experimentado nos negócios públicos e com o seu exemplo reto e tranqüilo de quem sabe vencer dificuldades e realizar obras úteis. Ao conferir-lhe o primeiro diploma de sócio honorário, a Sociedade Brasileira de Estatística, aqui representada por sua diretoria, nada mais fêz do que reconhecer, de público e irrestritamente, o pôsto que o Embaixador Macedo Soares já ocupava, de fato, na vanguarda dos reformadores e dos impulsionadores da estatística brasileira.

O famoso magistrado Oliver Wendell Holmes — que depois de se aposentar como ministro da Suprema Côrte dos Estados Unidos, aos 92 anos — ainda lia Platão para desenvolver a inteligência — quando era juiz do Estado de Massachussets, há 50 anos passados, predisse que o homem do futuro é o homem da Estatística e o dominador da Ciência Política. Estas palavras proféticas, que tanto encarecem a visão daquêle grande magistrado, vieram-nos automàticamente à memoria, no momento em que, carinhosa e amigàvelmente, voltamos o pensamento para a pessoa do nosso querido Léo d'Affonseca, a quem igualmente a Sociedade Brasileira de Estatística, levada por um impulso de irresistível inclinação para a justiça, conferiu, na mesma ocasião, o diploma de sócio honorário. Sim, Léo de Affonseca, pelo papel que desempenhou no desenvolvimento da cultura brasileira, é uma confirmação viva e impressionante do valor do homem da estatística.

Aqui representado pelo seu dileto amigo Dr. Paulo Martins e pelos seus filhos, Léo de Affonseca, antigo diretor da Estatística Comercial, possui uma fé de ofício que deve justamente encher de orgulho os estatísticos e servidores públicos brasileiros. Afastado temporàriamente, por necessidade de repouso, do convívio de seus colegas, a muitos dos quais ensinou, orientou, guiou e protegeu durante a sua carreira, Léo de Affonseca continua a entreter com êles, pelo milagre da comunicação espiritual, o mesmo convívio e a receber de todos nós o mesmo acatamento, o mesmo respeito, a mesma estima colorosa, que tão belamente soube grangear.

Ao conferir-lhe êste diploma, a Sociedade Brasileira de Estatística não teve em vista distinguir um profissional consciencioso, já tantas vêzes consagrado, mas tão sòmente testemunhar o reconhecimento de seus pares a um colega e lider de clases, que tanto a tem dignificado pelo seu saber, pela finura de seu espírito e pela sua brilhantíssima vida funcional.

Léo de Affonseca, paulista de nascimento, fêz seus estudos secundários nos velhos e respeitáveis colégios Tijuca e Abilio. Em 1893 entrava para a Escola Militar da Praia Vermelha, onde a revolta da armada contra Floriano Peixoto o vai encontrar defendendo a legalidade.

Não ingressa na carreira das armas porque antes de terminar o curso não quís aproveitar-se do favor que uma anistia concedera aos alunos, que já no último ano não concordaram com as diretrizes do comandante da época.

E' pelo pórtico do Ministério da Viação que Léo de Affonseca entra para a vida pública, enfrentando o concurso para estatísticos. Um ano mais tarde, em 1899, ingressa na Diretoria de Estatística Comercial, recem-criada.

Começa ali a afirmação de sua especialização técnica, vendo seu nome conduzido à chefia da seção em 1904, para em seguida assumir por várias vêzes no período de 10 anos o alto cargo de sub-diretor.

Quando o Brasil entrou na grande guerra em 1917, vamos encontrar Léo de Affonseca já na Chefia Suprema da sua

Repartição e a êle é atribuida a penosa mas patriótica tarefa da Sub-Comissão da Alimentação Pública.

São incontáveis os dias em que a inteligência e o saber do nosso homenageado deram o seu predominante concurso.

Os funcionários públicos não se esquecerão jamais da grande e dedicada cooperação de Léo de Affonseca na confecção da Tabela Lira, proposta pelo Senador Tavares de Lira em agôsto de 1922, e mais tarde em 1926 incorporada em caráter permanente na tabela dos vencimentos.

Em 1929 fomos encontrá-lo em París no desempênho da árdua tarefa da liquidação dos cupões atrazados dos empréstimos franceses julgados pelo Côrte de Haia.

De 1931 até há bem pouco, Léo de Affonseca tem seu nome constantemente ligado à obra da maior responsabilidade no setor da Estatística e da Economia na alta administração pública do país.

A obra de Léo de Affonseca não superada até hoje, felizmente salva e integrada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de que êle foi um dos iniciadores, avulta no cenário técnico-administrativo brasileiro como um bloco maciço e singular, belo nos seus contornos, grande na sua significação. Trata-se de uma obra que se levanta como um apêlo à competência, à dignidade, ao desêjo de servir, ao espírito inventivo dos jovens estatísticos, e que se impõe como um exemplo altaneiro a ser seguido e uma fonte perpétua de inspiração, onde o profissional acaso decepcionado poderá beber novas doses de coragem e energia, de serenidade e de coerência, para retomar as suas lides, permanecer na estacada e jamais desertar. Tanto a conhecemos, e exatamente por conhecê-la tanto, é que aqui, no mais justo dos preitos, nos achamos reunidos para lhe transmitir, materializados num pergaminho, as nossas homenagens e os nossos agradecimentos pelo muito que fêz em benefício da profissão e da classe.

Ao entregar a cada um dos homenageados os diplomas de sócio honorário da Sociedade Brasileira de Estatística, sinto a emoção da incumbência e regozijo-me como brasileiro — e

como um da paróquia — pelo fato de ser possível, em nosso grupo, o rendimento de homenagens tão justas, tão merecidas.

Sr. Embaixador Macedo Soares, êste diploma simboliza a gratidão e a estima dos estatísticos brasileiros congregados em nossa Sociedade.

Sr. Representante do Dr. Léo de Affonseca, êste diploma, que vos peço entregar ao nosso querido homenageado ausente, traduz o aprêço e a aprovação calorosa da Sociedade Brasileira de Estatística.

# REALIDADES DA ECONOMIA BRASILEIRA NA GUERRA E NA PAZ (*)

Com emoção e alegria muito especiais eis-me aqui, em vossa generosa companhia, para vos falar sôbre alguns problemas brasileiros, que, estou seguro, aos vossos espíritos mineiros assumem importância a que nada logra exceder.

Sinto-me, na verdade, feliz em poder conversar convosco — que esta minha digressão de hoje nada mais aspira a ser senão cordial palestra entre amigos — acêrca de questões que dizem de perto com o presente e o futuro próximo do Brasil. Certamente os nossos ganhos neste encontro hão de ser bem desiguais. Enquanto vós pouco ou nada de novo ireis encontrar nas minhas palavras eu, pelo contrário, descobrirei, ao calor da vossa acolhida, novos motivos para prosseguir nos trabalhos a que me votei, de constante atenção pelas questões econômicas brasileiras.

E' por tal forma contagiante a vossa lição de fidelidade ao Brasil, de apêgo às suas melhores tradições, de prudência que fortalece o empreendimento, que ninguém virá até aqui sem experimentar o influxo benéfico dessas velhas, mas sempre pujantes virtudes mineiras.

Hoje, mais do que nunca, o sentido de equilíbrio e de bom senso que nelas se encerra é indispensável à nossa pátria. A guerra, depois de penosos e continuados sacrifícios de todos os povos amantes da liberdade, se aproxima felizmente do seu

---

(*) Conferência pronunciada em fevereiro de 1945, na Associação Comercial de Belo Horizonte.

término, e é tempo de nos prepararmos para as atividades construtivas da paz. A hora em que vos falo, certamente, ainda milhares de homens dão a vida pela causa que também defendemos. Isto não obstante, o fato é que a vitória se torna cada vez mais próxima, para não dizer iminente. Acuadas por todos os lados as nações que quiseram espesinhar as conquistas humanas de milhares da anos de evolução para substituí-las por uma filosofia da violência, mal resistem hoje aos golpes que lhe desferem os soldados das democracias — os brasileiros entre êles — e por isso dá sinais iniludíveis de próximo esgotamento. E' chegado, pois, o momento de tratarem as nações da paz, já que a guerra souberam enfrentar em tempo e com resultados que a vitória exalta melhor do que quaisquer palavras.

*Guerra e Paz*

Em se tratando de assuntos econômicos, falar, agora, em paz significa falar em transição da economia de guerra para a de paz. E' mister retornar sôbre o caminho feito; dar, novamente, à economia o seu sentido tradicional de produção, distribuição e consumo de bens civís; de finalidade construtiva; de abundância e não de restrições; reconverter, na palavra consagrada, as atividades econômicas da nação, encaminhando-as para o bem estar do povo.

Não é nem poderia ser minha intenção, devo dizer-vos, traçar aqui planos desa reconversão, ao qual, nesta hora, os organismos oficiais e privados dedicam sua melhor atenção. Desejo, apenas, insistir em dois pontos: um, referente à imperiosa necessidade de ser ajustada, dentro de orientação segura e traçada com antecedência, essa volta à economia de paz; outro, atinente aos valiosos ensinamentos colhidos no período da guerra. Mas sôbre o segundo que sôbre o primeiro falarei eu nesta ligeira palestra.

A experiência pessoal que por fôrça das circunstâncias pude adquirir nesta matéria, permite-me expor algumas conclusões que, naturalmente, poderão constituir subsídios para aquê-

les sôbre quem pesarem os encargos decorrentes da fase de reconversão.

Como exemplo de trabalho articulado, para cuja realização foram traçados planos prévios, levados à prática com êxito indiscutido, quero apontar o esfôrço do govêrno brasileiro nos vales do Amazonas e do Rio Doce para fazer face às exigências da guerra. A ingente tarefa realizada nessas futurosas regiões brasileiras, as dificuldades que tiveram de ser sobrepujadas para movimentar outra vez núcleos econômicos que o abandono e o desestímulo de muitas décadas havia paralizado perigosamente, podem figurar, em posto de honra, entre as manifestações mais concretas e positivas do espírito de iniciativa e empreendimento do homem brasileiro.

Dizer, embora de forma sumária — porque relatá-lo em detalhe demandaria volumes — o que se fêz nesses vales que a natureza, qual mãe extremosa, defende ciosamente da conquista do homem, importa em exemplo e lição que exalça nossa fôrça criadora. Pode-se falar, sem temor ao exagêro, em "batalha da borracha" e "batalha do ferro". Ambas campanhas foram, na verdade, batalhas extremamente árduas para e, de minha parte, não hesito em dizer que jamais se louvará quantos dela participaram. Os fatos aí estão a comprová-lo, em excesso o heroismo anônimo dos milhares de brasileiros, e, façamos-lhe justa homenagem, muitos dos nossos amigos americanos que, naquelas regiões, trabalharam e ainda trabalham para assegurar às indústrias bélicas aliadas as matérias primas estratégicas com as quais se forjam as armas da liberdade.

### *Borracha e Ferro*

Outros, dotados de recursos maiores, ou mais favorecidos pelas circunstâncias, poderiam ter feito melhor do que nós. Uma coisa, porém, estou certo de que não admite contestação: com os recursos de que dispusemos, e falo num sentido amplo, pela frente os obstáculos que fomos obrigados a superar, seria pouco provável que alguém apresentasse rendimento maior do que aquêle que nós, brasileiros, apresentamos. Eis um tí-

tulo de merecida glória para os filhos dêste país, que devemos, corajosamente, reivindicar sempre.

As naturais objeções que se pretenda erguer, já o tenho respondido muitas vêzes, com sinceridade e senso objetivo: sim, houve erros e falhas nestas duas tremendas batalhas; mas tanto na da borracha quanto na do ferro a contagem das vitórias ultrapassa de muito os inevitáveis revezes. Ação pronta e enérgica era-nos exigida nos muitos setores, e o tempo era escasso para as longas meditações das atividades pacíficas que podem trazer o sêlo da perfeição. Mas as análises tendenciosas, fatais em qualquer ação humana, jamais lograrão reduzir o alcance dos resultados colhidos, nem mesmo obscuros a luminosa lição de quanto pode o trabalho sistemático e fecundo, orientado por um plano preestabelecido.

Imaginam muitos, por compreensível desconhecimento da matéria, dada a sua complexidade, que o programa de intensificação da produção da borracha foi uma simples continuação, em maior escala, do trabalho tradicional que vinha sendo realizado até então na Amazônia. Mas a verdade é muito diversa. Ali tivemos, pràticamente, que partir de um ponto muito aquém de qualquer expectativa, uma situação a bem dizer desanimadora em face das circunstâncias, para construirmos sôbre as ruínas de um pasado grandioso, mas que nem por isso deixavam de ser ruínas, herança de nossa imprevidência em 1876 quando permitimos que Mr. H. A. Wickham fôsse o intermediário científico da transferência das sementes e mudas da nossa hévea, via King Garden em Londres, para as selvas da Ásia e protegido pelo cartel britânico e holandês. Tivemos que montar toda uma máquina de produção básica de guerra, destinada a funcionar nas piores condições imagináveis, com o conflito que assolava o mundo às portas da Amazônia, e com submarinos eixistas operando na própria foz do rio-mar.

### *Plano Brasileiro*

Pràticamente sem transportes, sem trabalhadores, sem crédito, sem víveres, sem defesa sanitária, a Amozônia, tal qual

se encontrava à época do início do programa da borracha, parecia jamais alcançar a produção da goma elástica desesperadamente solicitada pelas Nações Unidas. Sem dúvida o homem era o mesmo de sempre, aquêle admirável e impávido brasileiro, que nem a grandiosidade hostil da floresta ou a precariedade dos recursos regionais conseguem vencer. Mas êstes homens, e aquêles que formam acorrendo posteriormente ao grande vale, não poderiam sòzinhos operar o milagre. Era mister ajudá-los, e foi o que se fêz segundo plano traçado pelo govêrno brasileiro.

No setor dos transportes, artéria vital da circulação das riquezas, encontramos a Amazônia com a sua frota fluvial reduzida a um têrço do que era em 1910. Houve, pois, que aumentá-la sem tardança, para o que foram obtidos navios fluviais, lanchas de vários tipos e rebocadores, dos Estados Unidos, num momento em que aquêle grande país era atacado e por sua vez necessitava de todo o material disponível. Também aviões foram utilizados como meio de assegurar ligações entre os seringais e os portos de escoamento da borracha. A presença dos gigantescos "Catalinas" nos céus da Amazônia encerra um simbolismo que a todos impressiona: O de que para vencer a natureza pujante e indômita daquela região o homem precisa conjugar todos os recursos que lhe oferece a técnica mais moderna.

Para conduzir êstes trabalhos e canalizar todos êstes esforços nos mais variados setores, foi criada pelo Sr. Presidente da República a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, em julho de 1942.

Essa Comissão, presidida pelo Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Arthur de Souza Costa, e da qual tenho a honra de ser o Diretor Executivo, tem sido o órgão coordenador entre tôdas as entidades públicas ou particulares ligadas direta ou indiretamente à execução dos acordos, tomando as providências que a todo momento se fazem necessárias junto aos Ministérios, aos governos estaduais, à Coordenação, à Comissão de Marinha Mercante, aos órgãos para-estatais, às representações es-

trangeiras e às agências oficiais do Govêrno americano, especialmente criadas para a execução dos acôrdos; numa palavra, articulando os inumeráveis elementos que compõem o esfôrço para o cumprimento das obrigações de ordem econômica que havíamos assumido desde a Conferência dos Chanceleres.

*Tarefas Ingentes*

Planos de organização, instalação e funcionamento de novos órgãos indispensáveis ao cumprimento dos acordos resultaram dos trabalhos da Comissão. Tais planos, submetidos à deliberação do Senhor Presidente da República, receberam aprovação imediata e foram executados de forma que nenhuma providência se negou ao árduo trabalho empreendido nos mais longínquos recantos do país. Enquanto êsses órgãos especializados não entraram em funcionamento, as respectivas atribuições couberam à Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, cujos trabalhos conduziram sempre à imediata adoção de quantas medidas de ordem prática se fiseram mister nesse difícil período de daptação.

Se com respeito a todos os acordos a atuação da Comissão foi decisiva, na parte relativa à borracha essa participação foi de importância fundamental. A simples circunstância de haver cabido à Comissão o encargo de coordenar, superintender e auxiliar as atividades das muitas entidades brasileiras e americanas empenhadas no programa da borracha, permite avaliar, embora de maneira distante da realidade, o que vem sendo o seu trabalho nestes dois anos de existência. Quando se lança um olhar no mapa do Brasil e nêle se assinalam as regiões vinculadas ao programa da borracha e se medita sôbre as dificuldades de tôda ordem, desde a falta de meios de transporte até a crise de trabalhadores ou a escassez de gêneros, é que melhor se ajuiza de quão vasta foi a tarefa imposta à Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington.

Não insistirei em aspectos outros da batalha da borracha, pois creio que poucos há no Brasil que os não tenham conhecido, através da imprensa ou mesmo do cinema, podendo, conseqüen-

temente, avaliar o esfôrço dispendido para criar um mecanismo de crédito que funcionasse com flexibilidade naquela imensa região, qual é o Banco de Crédito da Borracha; para levar milhares e milhares de trabalhadores do nordeste, sem deixar ao desamparo as suas famílias, tarefa confiada à Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia; para canalizar para a região Amazônica víveres em quantidades sem precedentes e em prazo exíguo, e isso na época áurea da ofensiva submarina, em plena batalha do Atlântico, quando a navegação de cabotagem chegara ao ponto crucial do seu baixo rendimento em conseqüência da perda de barcos e vidas preciosas de brasileiros.

*Defesa da Saúde*

Devo, no entanto, chamar vossa atenção para o capítulo da defesa sanitária das populações amazonenses, as antigas e as novas, e para a assistência assegurada aos novos seringueiros que, verdadeiros soldados da borracha, se adestraram novamente na floresta que o homem desertara após a derrocada da goma em razão da concorrência asiática. Coube o ambicioso programa de defesa sanitária, cujos efeitos práticos ultrapassam de muito o período atual, ao Serviço Especial de Saúde Pública criado, em obediência aos acordos de Washington, celebrados pela Missão Souza Costa, mediante contrato entre o Ministério da Eduacção e Saúde e o Escritório do Coordenador dos Negócios Inter-Americanos, médicos, engenheiros e demais técnicos, brasileiros e norte-americanos, empenham-se em obra de cíclopes destinada a assegurar adequadas condições sanitárias a uma região que, em virtude da própria pujança da natureza tropical, se apresenta particularmente hostil ao homem em inúmeros trechos do seu território. O programa amazônico do SESP compreende serviços de saúde e saneamento, entre êles o contrôle da malária, o saneamento geral e a assistência médica aos trabalhadores empenhados na produção da borracha. Trinta centros de saúde em pleno funcionamento, laboratórios, hospitais, lanchas que percorrem os rios em busca dos

que precisam ser assistidos, fazem parte dêsse trabalho memorável, que nos anima a projetar e realizar programas audaciosos, muitos embora possam afigurar-se aos tímidos e aos céticos como impraticáveis ou de resultados duvidosos.

*Libertação dos Seringueiros*

O outro tópico que não posso deixar de assinalar é o da assistência social aos seringeiros. Constitui, também, um dos muitos capítulos positivos do programa da borracha. Graças ao cuidado e à constante vigilância das autoridades encarregadas de levá-lo à prática, ou seja a Comissão do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia e o Departamento Nacional de Imigração, trabalhando em estreita colaboração, não mais se verificam as deprimentes cenas de escravização do trabalhador por "senhores" gananciosos e sem escrúpulos. A presença do Poder Público deu a êstes homens corajosos que se embrenhavam em plena selva uma segurança de que jamais haviam desfrutado seus antepassados. Êste fato, tão simples de expôr, mas tão complexo na sua realização, explica por que motivo não há, nesta nova investida contra a selva, a repetição dos dramáticos episódios de outrora. Ainda aqui, nesta oportunidade, quero chamar a vossa atenção, o cuidado no planejar o trabalho a ser feito permitiu afastar a possibilidade de uma forma de servidão do braço operário que, para muitos observadores superficiais, era inseparável da extração de borracha na Amazônia. Precisamos, neste capítulo prestar uma homenagem a êsse grupo abnegado de senhoras que na Legião Brasileira de Assistência, naquela região longínqua das terras amazônicas, dão um grande exemplo de amparo social, confortando as famílias dos nossos trabalhadores.

O programa da borracha, no entanto, não se impõe ùnicamente pelo trabalho realizado na Amazônia. Esta é apenas a primeira fase, a que se seguem outras talvez menos impressionantes, porém igualmente complexas. Mas para autenticar-lhe o sucesso aí estão outros resultados práticos para quem

se der o trabalho de observar. São fatos concretos e dados positivos diàriamente comprovados que, para espíritos objetivos como os vossos, se revestem de significação tôda especial. O aumento logrado na produção, a despeito de todos os fatôres adversos, é um fato que se não discute. Apenas ousam negá-lo ou subestimá-lo os que esperam milagres, ou, então, desconhecem as mais rudimentares verdades em tôrno à extração da hévea, principalmente no momento dramático em que se enfileiraram as hostes para a grande luta pela goma elástica. Em 1944 o Banco de Crédito da Borracha S. A., que possui o monopólio das operações finais de compra e venda do produto, adquiriu 28.000 toneladas, representando um aumento de, aproximadamente, 6.000 toneladas em relação às compras de 1943. Como ainda faltam cêrca de 4.000 toneladas a entrar na presente safra, esperam os técnicos que, com base no ano corrente, e atendendo às novas providências tomadas pelos órgãos responsáveis, a produção de 1945 próximo alcance cêrca de 40.000 toneladas. Naturalmente êstes resultados com o programa, bastando que se diga que o número de trabalhadores encaminhados para os seringais amazônicos, em 1944, pela Comissão do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, foi superior a 14.000, restando ainda outros 2.000 que lá estão sendo esperados no início do corrente ano.

### *Artefatos de Borracha*

Ainda outro, aspecto do multiforme programa da borracha que não quero deixar sem uma referência, nem sempre devidamente apreciado por lhe ignorarem a estrutura, é constituído pelos artefatos de borracha. Não são poucos os que desconhecem o fato de ao programa governamental e aos acordos de Washington dever o Brasil a situação excepcional que desfruta em matéria de pneumáticos e demais artefatos. Graças à visão do Presidente Getúlio Vargas, com a promulgação de uma lei geral, viu o Brasil em começos de 1939, a fundação

de 3 grandes fábricas: Firestone, Pirelli e Goodyer e ainda a Michelim que não concluiu suas instalações em S. Bernardo em virtude da guerra. Realmente, nenhum país no mundo de hoje, sem excetuar os EE. UU., goza neste particular de situação comparável à nossa. Para bem se aquilatar o que significa semelhante situação, basta ùnicamente lembrar que, apesar da alta generalizada de preços a que assistimos, os pneumáticos e câmaras de ar são vendidos ao consumidor brasileiro, sem maiores limitações, e apenas cumpridas as formalidades necessárias ao contrôle do produto, ao preço da tabela aprovada em dezembro de 1941. O que isto representa, em época de escassez de mercadorias e preços exagerados, pode ser fàcilmente compreendido por quantos necessitam lançar mão dêsses artefatos de borracha para a movimentação das suas atividades econômicas. Convém salientar, no entanto, que a matéria prima sofreu substanciais aumentos de preço, passando de um preço vil a uma retribuição compensadora ao produtor.

Graças ao programa da borracha, no caso representado pelo acôrdo sôbre borracha manufaturada, assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, em outubro de 1942, pôde a nossa indústria de artefatos realizar progresso verdadeiramente substancial. Enquadrando a respectiva produção no esfôrço de guerra das Nações Unidas, foram os artefatos divididos em indispensáveis, necessários e supérfluos. Enquanto a fabricação dêstes últimos era suspensa e a dos segundos limitada rigorosamente, a dos primeiros foi incentivada a fundo. Dêsse modo se canalizava para o esfôrço de guerra o máximo de borracha disponível. Para isto se tornou necessário uma readaptação da indústria, e perto de 100 fábricas se adaptaram ao novo tipo de produção. Esta tarefa foi levada a cabo pela Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington através do setor da Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica. Parece dispensável demonstrar a soma de esfôrços e de cuidados exigidos por uma tarefa dêste gênero, especialmente nas condições em que foi realizada.

*Hévea para os Estados Unidos*

A nossa indústria pôde, enfim, trabalhar sempre em regime de alto rendimento, e não ficou jamais privada de materia prima, embora o seu abastecimento às vêzes nos causasse sérias preocupações. À medida que as necessidades de hévea brasiliensis aumentavam nos Estados Unidos, cujos estoques diminuiam perigosamente, tratamos, sempre que possível, de utilizar outra matéria prima na indústria nacional, a fim de permitir maiores remessas para as necessidades de guerra dos nossos aliados e nossas também, pois que nossas tropas receberam grande cópia de material bélico manufaturado nos Estados Unidos com a nossa insuperável borracha natural. Assim as fábricas brasileiras passaram a utilizar progressivamente maiores quantidades de borracha velha regenerada, borracha oriental salvada de naufrágios no nosso litoral e as borrachas fracas de maniçoba e mangabeira, das quais o vosso Estado é apreciável produtor. Em determinado momento, atendendo a novo apêlo dos generais dos exércitos aliados, que reclamavam mais borrocha do que soldados, assentamos a viagem aos Estados Unidos de diversos técnicos brasileiros, a fim de estudar os métodos de aproveitamento da borracha artificial, vulgarmente chamada síntética. De regresso, êstes técnicos patrícios introduziram nos processos fabrís vigentes entre nós as indispensáveis alterações, de modo a podermos consumir a borracha denominada sintética. Em virtude desta medida, estamos, agora, aptos a liberar maiores quantidades de borracha natural de hévea para as necessidades bélicas vitais, sem que isto prejudique o nosso surto industrial, de vez que as fábricas brasileiras poderão trabalhar com a borracha artificial, chamada também elastômeros, enquanto durar a guerra. E' de prever, inclusive, o aumento do volume de produção de determinados artefatos, pois os elastômeros se acham disponíveis em quantidades pràticamente ilimitada nos Estados Unidos, que, por sua vez, têm o maior interêsse em assegurar o rendimento máximo das nossas indústrias. Há, portanto, que reconhecer que, dentro do programa da bor-

racha, conseguimos dar aos nossos aliados as maiores quantidades possíveis de hévea, sem que isso importasse na menor redução à nossa capacidade fabril de artefatos. Vale dizer que logramos unir dois extremos aparentemente irreconciliáveis.

### *Suprido o Mercado Interno*

Outro receio carente de fundamento, e que vimos recentemente expresso nos diários, é o de que possamos vir a ficar desfalcados de pneumáticos ou câmaras de ar no mercado interno, devido ao fornecimento dêstes produtos às Repúblicas americanas, ou, então, que os artigos brasileiros classificados como essenciais possam destinar-se a países não empenhados no esfôrço comum de guerra das Nações Unidas. Quero valer-me dêste ensêjo para afirmar: quanto ao primeiro receio, é êle de todo improcedente, pois, segundo ficou expressamente convencionado no citado acôrdo de outubro de 1942, só serão exportados os excedentes do consumo interno do Brasil. Foram fixadas percentagens determinadas da nossa produção para êste fim, e nosso govêrno se reservou o direito de aumentar aquela percentagem, caso se revelasse insuficiente. Quanto ao segundo receio, a sua improcedência é igualmente flagrante. Nossas exportações de pneumáticos ou câmaras de ar só se fazem aos países das Américas, para atenderem às suas necessidades essenciais, mediante cotas trimestrais tendo em vista a defesa continental, de acôrdo com os dois governos signatários do convênio. E', como se vê, uma ação conjunta que se processa segundo princípios assentados em instrumento adequado e que exclui, conseqüentemente, o receio a que fiz referência.

Desejo salientar um aspecto de muita importância nesta questão. Refiro-me aos preços dos pneumáticos e câmaras de ar exportados segundo as quotas outorgadas, os quais são rigorosamente os da tabela de 1941, já citada, vigente para o mercado interno. E' fácil avaliar o que significa para o conceito do comércio brasileiro a venda de artigos tão disputados pelos

mesmos preços a que vendíamos antes de participarmos do conflito mundial. Os países, dessa forma beneficiados, hão de considerar com natural simpatia uma política econômica que tão previdentemente impede abusos comuns em épocas de guerra. Desejaria ainda, aproveitando esta oportunidade, aconselhar a alguns patrícios meus que, antes de darem cursos a aleivosias e notícias tendenciosas sôbre estas questões, com isto desservindo o país e fazendo o jôgo do inimigo em semear a confusão, estudassem cuidadosamente o assunto, os acordos firmados, sua estrutura e seu funcionamento, pesando bem nossas responsabilidades como beligerantes. Feito isto, estamos certos que as críticas, aliás bem recebidas, pautar-se-iam por normas sadias e construtivas.

### *Prática Condenável*

Para finalizar êste capítulo sôbre a borracha, em que já me alongo, chamo vossa atenção para um aspecto infelizmente inevitável, dadas as fraquezas humanas. Alguns industriais, por fortuna poucos, mal compreendendo o alcance das medidas que vos acabo de expor, e não integrados no sentido do esfôrço de guerra brasileiro, procuraram obter matéria prima no interior do país por meios fraudulentos, fora das quotas que lhes são normalmente atribuidas. E' um êrro e uma vergonha tal procedimento nesta hora em que nossos soldados dão o seu sangue pela nobre causa que defendemos, pelo desequilíbrio que viria trazer a um plano conjunto, delineado com todo o cuidado em função do esfôrço bélico. Mas estamos em condições de identificá-los, o que não deixaremos de fazer, para levá-los a abandonar êsse caminho cujos parcos proveitos isolados não compensam os males causados.

Estamos dispostos a agir com o mais extremo rigor contra estas tentativas aliás pràticamente frustas, para a criação de um mercado negro, do produto, da mesma forma como estamos agindo contra máus brasileiros que procuram favorecer o contrabando. Entretanto, a eficiência do aparelhamento existente para o contrôle da borracha, que é exercido

ùnicamente em proveito dos superiores interêsses do Brasil e das Nações Unidas, está suspensa como a espada de Dámocles sôbre todos os infratores.

*Vale do Rio Doce*

Vejamos, agora, algo sôbre o trabalho programado para o Vale do Rio Doce, do qual sois conhecedores, pois é natural a extremada atenção com que acompanhais êste empreendimento que irá, estou certo disso, abrir para Minas Gerais, novas e seguras possibilidades de progresso. Quero referir-me à Companhia Vale do Rio Doce S. A..

O objetivo dessa grande Companhia é produzir e transportar até o cáis em Vitória 1.500.000 toneladas de minério de ferro anuais. Para isso precisou montar todo o quadro das suas atividades sôbre o acêrvo recebido, parte do qual, especialmente as minas de Presidente Vargas e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, se encontrava em péssimas condições.

Com relação à ferrovia, basta indicar que o seu leito de 581 quilômetros apresentava rampas e contra-rampas até de 2,8% e curvas de 100 metros de raio, permitindo o tráfego de trens com a capacidade máxima de 100 toneladas líquidas. Os estudos concluídos, cuja execução vai adiantada, mostram o acêrto da existência de planos de conjunto em empreendimentos de tal monta. Assim, as rampas máximas para a exportação passaram a ser de 0,5% com curvas de 200 metros compensadas. Para a importação as rampas serão de 1% com curvas de 200 metros compensados. Construir-se-ão mais de 200 quilômetros de linhas novas, um túnel de 1.000 metros de extensão, 42 pontes 42 estações, 220 casas de agentes e de turmas; 387 quilômetros da linha antiga serão retificados, e grandes oficinas em Governador Valadares com área de 15.000m2 surgirão pròximamente. Êsses trabalhos, orçados em cêrca de 190 milhões de cruzeiros, farão da Vitória-Minas a primeira das estradas de ferro brasileiras em capacidade de transporte. Os trabalhos de aparelhamento das minas obedecem ao mesmo critério de aplicação da técnica moderna e de sãos princípios econômi-

cos, ùnicos elementos capazes de garantir ao nosso minério as indispensáveis condições de sucesso, não só para a sua exportação, como também para o aproveitamento no país, alicerçando a nossa siderurgia.

No Rio Doce, como na Amazônia, o programa governamental tem os olhos postos no futuro. Da mesma forma que no extremo norte, nesta parte mediterrânea do Brasil, o saneamento do vale foi empreendido visando transformá-lo em região habitável e, portanto, passível de constituir um nucleamento social e econômico de alta produtividade. O trabalho de defesa sanitária do SESP é no Rio Doce da mesma importância que no Amazonas, e abrange o contrôle da malária, o saneamento de cidades, a proteção profilática de populações, etc. Torno a afirmar, pois, a significação que um programa adequado encerra para o sucesso de qualquer obra de magnitude como aquelas que sem dúvida irão desafiar a ação dos brasileiros no futuro que se avizinha.

### *Desenvolvimento Regional*

Para se aquilatar convenientemente a fôrça propulsora que representa um empreendimento dêste tipo, convém citar o fato relevante de que, como conseqüência das atividades da Cia. Vale do Rio Doce, foram organizadas e se acham em fase de desenvolvimento na região as seguintes emprêsas: Cia. Agro Pastoril, em Governador Valadares, com o capital de 7 milhões de cruzeiros; Cia. Açucareira Rio Doce, em Governador Valadares, com o capital de 15 milhões; Cia. Ferro e Aço de Vitória, com o capital de 10 milhões; Cia. Ferro e Aço de Itabira, em Presidente Vargas, com o capital de 50 milhões, e em organização uma Companhia para a fabricação de aços especiais elétricos, em Presidente Vargas, com o capital provável de 150 milhões. Estas realizações e êstes números são mais expressivos do que qualquer adjetivação.

O alcance dêsses empreendimentos e o crescimento das indústrias ali existentes, entre as quais a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira S. A. constituem a garantia de uma sólida valorização

econômica da região. E' fácil prever-se o magnífico futuro dêsse Vale que se abre ao progresso e à riqueza, se levarmos ainda em conta as obras realizadas pelo Govêrno Federal, as próximas ligações rodoviárias e ferroviárias de Teófilo Otoni a Governador Valadares e Presidente Vargas a Belo-Horizonte, que darão escoamento a vultosa produção de novas regiões não só do Estado do Espírito Santo, como igualmente de Minas Gerais, que assim ficam incorporadas ao sistema econômico.

*Dívida Externa*

Se os dois exemplos que acabo de citar, do Amazonas e do Rio Doce, não bastassem para abonar minha tese da vantagem de um planejamento adequado para a estruturação da nossa economia, que favoreça por sua vez a eclosão das iniciativas individuais, eu pediria permissão para dizer algo sôbre o probelma da nossa dívida externa. Por que, precisamente, êste problema? Apenas pela circunstância de ter sido êle um dos mais intrincados de toda a nossa história financeira, cuja solução, favorável aos interêsses do Brasil, só logramos obter graças a um longo e profundo estudo, finalmente consubstanciado pelo Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, ora em vigor, e que, como veremos, trouxe para o nosso país indiscutíveis vantagens, retribuindo generosamente as fadigas de uma ação constante e pertinaz do Presidente Getúlio Vargas.

Não escondemos os muitos dissabores que nestes 15 anos temos sofrido, todos êles oriundos dessa missão, que nos foi confiada, de estudar, analisar e examinar minuciosamente a nossa Dívida Externa. Os interessados, representantes de banqueiros franceses, inglêses, americanos, suiços e holandeses, não cessaram um só instante de oferecer-nos constantes dificuldades, buscando muitas vêzes, ferir-nos em outros setores. Durante mais de um século, um simples bilhete, enviado por um agente daqueles banqueiros constituia ordem para a remessa de milhões de dólares, libras e francos. Foi titânica a luta. A redução dos juros diminuiu automàticamente os pro-

ventos dos agentes internacionais e êstes não se conformaram. Dir-vos-ei apenas isto: Na última viagem aos Estados Unidos, lutamos mais de 2 meses para a concretização dos decretos ns. 6.019 e 6.410. No último instante, quase às 6 horas da tarde, portanto, na véspera da assinatura oficial do acôrdo por todos os banqueiros e com a presença das autoridades americanas, um grupo de banqueiros resolveu não aceitar a diminuição de suas percentagens e declarou não firmar o acôrdo geral no dia seguinte. Três outros banqueiros declararam-se solidários com os recalcitrantes. Não hesitamos, embora passadas 11 horas da noite, em telefonar para o Departamento de Estado em Washington, para lhe comunicar aquela atitude insólita. Às 2 ½ da madrugada, os advogados dos banqueiros nos procuraram em nosso gabinete de trabalho no Waldorf Astória, para concordarem com as reduções... Entretanto, já estávamos preparando os papéis para a destituição de tais agentes. No dia seguinte, 9 de junho de 1944, às 9 1/2, no Edifício City Bank New York, encerrava-se definitivamente essa última etapa da nossa velha Dívida Externa. Wall Street fôra vencida pela primeira vez pelo Brasil, com o apôio do Departamento de Estado.

### *Ordenando a Matéria*

Nós pessoalmente, nutrimos particular predileção pelo tema da dívida externa brasileira, na qual vimos trabalhando desde 1930, e, por isso, procuramos, sempre que o abordamos, como agora, sopitar os nossos naturais entusiasmos e mantermos dentro dos limites razoáveis de uma referência esclarecedora. Como hoje é notório, graças à discussão ampla do problema pelo nosso govêrno que o despiu do seu antigo caráter esotérico, velhos erros herdados do Império e agravados na República haviam levado nossa dívida externa a uma situação verdadeiramente desanimadora. De 1824 a 1930, nosso país havia tomado empréstimos no valor de 9.306.651.000 cruzeiros, pagara 10.007.789.000 e ainda devia 11.753.475.000!

Era, sem sombra de dúvida, o cáos, oriundo de abusos inomináveis e da leviana política de contrair empréstimos para liquidar empréstimos. E nem siquer possuia o Brasil em muitos casos a contabilidade dêsses empréstimos, deixada ao sabor dos financistas internacionais.

Começamos, então, a partir de 1931, num trabalho de paciência oriental, a pôr em ordem a casa, tarefa ingente que demandava desde a reconstituição de dados inexistentes, desaparecidos ou propositadamente ocultados, e até mesmo, pois que não os tínhamos em nosso poder, o descobrimento de contratos de dívida nas capitais financeiras do mundo. Dêsses estudos resutlou o Decreto número 23.829, de 5 de fevereiro de 1934, conhecido por "Esquema Oswaldo Aranha", que veio classificar os empréstimos em diversos gráus, pelos quais se assegurava uma proporção equitativa na aplicação das cambiais disponíveis pelas várias entidades devedoras. O efeito real dêsse acôrdo pode ser avaliado pelos seguintes algarismos: dos noventa milhões de libras exigidos pelos contratos, para satisfazer os diversos serviços dos empréstimos no prazo de quatro anos, foram gastos, ùnicamente, 23 milhões para a liquidação integral dos cupões vencidos nesse período.

Em 1937, os maléficos efeitos de uma crescente depressão mundial forçaram o govêrno a proclamar a necessidade de reconsiderar os serviços futuros da dívida externa. Dois anos de estudos e negociações foram consumidos neste propósito, elaborando-se, em março de 1940, um novo plano que melhor atendia às reais possibilidades do Brasil. Embora transitórios e correspondendo a exigências da época, os dois planos foram vantajosos para o país, tanto assim que dos 267 milhões de libras, que a tanto somavam as nossas dívidas em 1930, circulavam 232 milhões em 1942.

### *Plano Definitivo*

Soluções de emergência, ambos os planos não afastaram a necessidade de plano definitivo. Antes, demandavam-lhe a elaboração, para melhor consolidar o crédito externo do Brasil.

Foi o que o govêrno compreendeu ao determinar, em 1943, o início de novos entendimentos em busca dessa solução final. Iniciados em setembro daquele ano os trabalhos, puderam, dois meses depois, os delegados brasileiros e os representantes dos credores estrangeiros ajustar a fórmula aprovada pelo Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, mais conhecida pela designação de "Plano Souza Costa". Dispenso-me de descer a maiores detalhes sôbre êste plano, que estabelece um sistema de alternativas, no qual as taxas de juros, diferentes para ambas ofertas, ficaram reduzidas, de modo permanente. Saliento, entretanto, duas vantagens magnas para o Brasil, que significam havermos alcançado o objetivo colimado: ajustamos nossos encargos às possibilidades efetivas de pagamento e consolidamos o crédito do Brasil no exterior.

O Ministro Souza Costa muito bem definiu, com sua costumada acuidade, ambos êsses benefícios nestas palavras lapidares: "Não se pode compreender que uma nação trabalhe para transferir, sistemàticamente, os seus recursos às mãos dos credores, sem possibilidade de reservar, dêsses recursos, a parcela suficiente ao custeio de suas necessidades. Os encargos das dívidas não podem anular o direito de subsistência dos povos; da mesma maneira, normas contratuais que se tornarem extorsivas, em face das possibilidades econômicas, não podem subsistir."

E, ainda: "O Brasil, com uma situação de perfeito equilíbrio entre a sua capacidade de pagar e os compromissos assumidos, sem ter dívidas em atraso, sem ter casos pendentes de regularização, com recursos que lhe asseguram a estabilidade da moeda e o reequipamento de suas fôrças econômicas, pode sentir-se à vontade e sem constrangimento, no meio das demais nações".

Nossa Dívida Externa é o verdadeiro drama de um povo. Um dia os brasileiros conhecerão, em seus mínimos detalhes, que estamos preparando, tôda esta imensa tragédia, que encerrava uma dívida avaliada em 1930, em cêrca de 267 milhões de libras esterlinas, ou seja mis de um bilhão de dólres.

No entanto, o que os brasileiros precisam ter sempre presente é o papel decisivo do Presidente Vargas na luta pelos interêsses nacionais. Foi a visão esclarecida e o ânimo de preservar os direitos do país evidenciados, nestes anos todos, pelo Chefe do Govêrno que tornaram possível a elaboração do "Plano Souza Costa", que tão bem preserva a economia do Brasil. Intrigas, pressões, empenhos, tudo fracassou ante a vontade presidencial que quís e soube dar solução compatível ao secular problema da nossa dívida externa.

*Exemplo Eloqüente*

Existem inúmeros capítulos já publicados, porém há outros que têm passado desapercebido porque a sua maioria se refere aos nossos débitos e não aos nossos créditos. A propósito, citarei o famoso caso da South American Railway Company, no Ceará.

O Brasil tinha em 1917, em mãos dos agentes daquela Estrada em Londres, a importância de 1 milhão de libras esterlinas, que por sua vez a haviam depositado no Russian Bank. Avizados por nosso Govêrno para que retirassem o dinheiro daquela instituição bancária, não o fizeram, porque deviam dinheiro àquele Banco. Garantiam, assim, nem mais nem menos, os seus débitos particulares, com o dinheiro do povo brasileiro. Com o movimento revolucionário de Kerenski, na Rússia, aquêle estabelecimento quebrou, e com sua falência, o Brasil perdia um milhão de libras!

Passam-se os tempos e lá pelo ano de 1935, aparece no Tribunal de Contas um processo para que o Brasil pague 35.000 contos de indenização àqueles Senhores da South American Railway. Submetido aquêle processo à Comissão de Estados Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, pelo Tribunal de Contas, encontramos nêle um simples engano de cêrca de 18.000 contos contra o erário público, engano êsse proveniente da taxa de conversão de câmbio. Ainda mais: de posse de documentos que mandamos vir de Londres, garantimos a responsabilidade daqueles mesmos representantes da South

American Railway, no prejuizo de 60.000 contos (um milhão de libras) que o Brasil havia sofrido. Assim, propusemos o reconhecimento de nossa dívida dos 17.000 contos, mas após o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do equivalente àquele milhão de libras esterlinas. O Tribunal de Contas aprovou nosso parecer. Escusado é dizer que o milhão de libras ainda não ingressou no Tesouro, mas as tentativas para receber os 35.000 contos continuam periòdicamente...

Estamos certos, portanto, que haveis de concordar conosco quando proclamamos os méritos da ação empreendida pelo govêrno em muitos setores da economia nacional, ao planejar oportunamente a solução dos problemas de forma a não sermos tomados de surprêsa pela complexidade que em geral traz em seu bôjo o jôgo das fôrças econômicas. E' êste exemplo que eu apreciaria que todos seguissem como norma de conduta em face das questões que teremos em breve de resolver. Os exemplos dos dois vales que estamos redescobrindo econômica e socialmente, e o da dívida externa, que conseguimos solucionar satisfatòriamente, não obstante todos os obstáculos semeados no caminho, provam à saciedade a importância de uma evolução bem orientada, na qual cada problema receba adequado tratamento e cada programa seja levado à prática com a deliberada decisão de construir e vencer.

### *Temas Industriais*

Não era intenção minha neste agradável convívio entrar em apreciações minuciosas, que refugiriam ao meu objetivo, em tôrno às questões do período de transição para o qual todos os homens conscientes volvem agora ansiosamente os olhos. Espero, porém, que não abusarei da vossa paciência se formular alguns poucos conceitos gerais acêrca de determinados pontos de marcante atualidade em face do futuro que nos aguarda. Mormente se considerarmos que, ao falar da forma por que o faço, tenho ùnicamente em vista procurar um justo equilíbrio entre todos os interêsses em causa, e de maneira alguma o predomínio de uns em detrimento de outros.

Desde logo entendo de meu direito proclamar com tôda a franqueza e sinceridade que não sou avêsso à indústria nacional como, por vêzes, desejam insinuar certos julgadores menos serenos de palavras e atos meus. Muito pelo contrário, longe de ser inimigo, fui, sou e serei sempre defensor intransigente da nossa industrialização, pela qual me venho pugnando há muitos anos. Estou convencido, como o estão todos os brasileiros, que na industrialização do nosso país está a única chave de um futuro grandioso de nação emancipada. Apenas, e esta restrição é importante, não subordino todo o conjunto da economia nacional aos interêsses de um grupo, seja êle o da indústria, ou outro qualquer, nem concebo que se possa assistir impassível à hipertrofia de um ramo de atividade à custa das demais classes da população. Isto constituiria, à luz do mais modesto bom senso e dos mais elementares princípios econômicos um estado patológico no quadro das atividades nacionais.

### *Conceito de Industrialização*

Para mim, desejo definí-lo claramente: industrialização é, acima de tudo, indústria pesada, indústria de bens de produção, indústria de máquinas que fabricam máquinas. E' preciso, no entanto, que se entendam minhas palavras num sentido amplo de relatividade, pois tôda generalização absoluta é uma hipótese que resta ser demonstrada, no dizer do grande matemático francês Poincaré, e evidentemente pode conter a exceção ou o êrro. Não sou, por certo, sistemàticamente contrário às indústrias leves, às indústrias de bens de consumo. Apenas entendo, e considero-o ponto pacífico de doutrina e realidade prática, que estas sem aquelas não emprestam categoria industrial ao país, e, em certas circunstâncias, ao invés de beneficiá-lo, servem ùnicamente para prejudicá-lo quando não se baseiam em condições de solidez. Da mesma forma, entendo que o protecionismo é na maioria das vêzes um mal necessário, e, como tal, deve ser compreendido em têrmos de moderação. Grandes nações industriais formaram-se à sombra de tarifas protecionistas, e de nossa parte podemos tirar partido desta arma ter-

rível. Mas é um alfange de dois gumes que há mister manejar cuidadosamente, isto é, promovendo a racionalização e o aperfeiçoamento industrial, a fim de que, cessado o período inicial de desenvolvimento, estejam criadas as condições para produzir bom e barato. A proteção aduaneira justifica-se, pois, durante o período indispensável à fundação e consolidação de uma indústria. Como a uma criança se dá a mão que a ajude a ensaiar os primeiros passos, assim deve atuar a tarifa aduaneira. Querer, porém, eternizá-la e transformá-la, precìpuamente, em privilégio, em pretexto de lucros extorsivos, sobe a feudalismo econômico. E' o mesmo que pretender continuar a criança crescida a ser amparada e assim prosseguir pela vida fora na idade adulta. Ou a criança, passado certo tempo, caminha sem apôio, por si mesma ou, então, está doente e há que corrigir o mal sem demora. O mesmo se dirá da indústria: se passados os anos iniciais ainda continua inválida, e precisa da muleta das tarifas, algo não funciona direito e está a exigir correção pronta em benefício da saúde econômica do país.

### *Lesivos ao Povo*

Se me insurjo, por outro lado, contra os preços vigentes em certos setores à sombra da situação anormal que atravessamos, é por julgá-los lesivos aos interêsses do povo e do país, e, também, um perigo para a própria indústria. Só a cegueira impede ver que êsses preços de exceção atuam como um boomerang que, finda a parábola do seu trajeto, volta ao ponto de regresso ameaçando ferir quem o arremessou. Preços altos resultam em redução do consumo e restrição do mercado, fatôres que, sem demora, serão sentidos pelo próprio produtor cerceado em suas possibilidades de escoamento fácil para as mercadorias. E' um axioma econômico que os grandes mercados exigem preços baixos e que só os grandes mercados permitem a existência de uma grende indústria, tal qual a sonham, mui justamente, os industriais brasileiros. Não sou, como vêdes, adversário ou desafeto da indústria. Muito pelo contrário sou, digo-o com orgulho, seu amigo leal. Ùnicamente não confundo

vantagens ocasionais com interêsses permanentes, nem denomino ganhos excessivos como a justa retribuição que a iniciativa e os capitais industriais têm o direito de exigir.

*Delmiro Gouveia*

E quando falamos na industrialização do Brasil, o nosso pensamento volve para a imensidade dêste território onde devem florescer por tôda a parte suas várias atividades, para que assim desapareça para sempre êsse espetáculo de regiões representando simples colônias produtoras de matérias primas. Ao norte dêste pujante e orgulhoso Estado corre o majestoso São Francisco e lá ao longe, após seu imenso percurso, projeta-se aos borbotões formando a majestosa queda de Paulo Afonso. E o seu recordar nos traduz à mente o nome daquele bravo e denodado nordestino que se chamou Delmiro Gouveia. Natural de Pernambuco, dotado de espírito forte e empreendedor, fundou a famosa Fábrica de Linhas da Pedra, cujos produtos após grangearem popularidade no Norte, se espraiaram pelo Brasil inteiro. Mas espreitava-o a ganância de cartel estrangeiro. Certa noite, soaram tiros e a fatalidade roubava a vida àquele valente e empreendedor nortista. Meses e anos transcorreram durante os quais se foi diluindo aquela nova e próspera indústria de Alagôas. O cartel estrangeiro via extinguir-se o corajoso e notável concorrente nacional. Compra aquêle o material que Delmiro Gouveia e seus sucessores haviam obtido na Inglaterra e nos Estados Unidos. Algumas máquinas servem ainda hoje, possivelmente, aquêle grupo estrangeiro. Outras foram atiradas, como num requinte de vingança à própria cachoeira. As águas de Paulo Afonso, entretanto, não cessaram de clamar por um desfôrço e é com prazer enorme que todos nós vemos neste instante vibrar de entusiasmo o Norte e o Nordeste, com a perspectiva do aproveitamento da energia hidráulica de Paulo Afonso, não para ressuscitar uma fábrica, mas muitas fábricas, como um preito de gratidão àquele industrial que foi Delmiro Gouveia.

*Agricultura Modernizada*

Também são conhecidos meus pontos de vista relativos à agricultura, atividade que a industrialização em país como o nosso exige seja modernizada, ampliada e intensificada em proporções gigantescas. E' êste, certamente, um dos pontos capitais de qualquer programa econômico brasileiro. Precisamos dar à agricultura aquelas condições de assistência financeira e técnica que lhe permitam romper, definitivamente, a rotina que ainda a traz prêsa aos processos produtivos de baixo rendimento. Para mim, a agricultura está a exigir maior rendimento e melhor remuneração para o seu trabalho, o que se pode conseguir, em tempo reduzido, pela aplicação dos métodos de racionalização e mecanização da lavoura. As palavras que, sôbre êste particular, pronunciou o Presidente Getúlio Vargas na instalação da Comissão de Planejamento Econômico, valem pelo melhor programa de ação que poderia desejar: "Urge mecanizar a lavoura e industrializar os seus produtos, para enfrentarmos as necessidades do crescente aumento das populações e as exigências da exportação. E' processo retrógrado de produção o que despreza os sub-produtos, limitando-se às formas primárias de utilização. Até agora temos trabalhado empìricamente, instalando indústrias ao sabor das perspectivas eventuais do lucro. Necessitamos, daqui por diante, atender com maior cuidado às questões de rendimento e às possibilidades de exportar produtos transformados em vez de matérias primas e gêneros de alimentação. Para atingir tal objetivo impõe-se reequipar as indústrias existentes e criar outras que lhes sejam complementares."

Sòmente desta forma se entrosarão no ciclo econômico progressista a indústria e a agricultura, uma prosperando em função da prosperidade da outra, e ambas crescendo paralelas para a maior riqueza do país. Há poucas semanas, em uma cerimônia de colação de gráu em Ribeirão Preto, tive a oportunidade de abordar êste tema que me é muito simpático, para salientar que a grandeza futura do Brasil está, não resta dúvida, na conjugação fundamental dos interêsses industriais e

agrícolas. Existem, todos o sabem, divergências ocasionais entre êstes e aquêles, que, por vêzes, assumem feição de serem irremovíveis. No entanto, se melhor as analisarmos, verificaremos que são crises de crescimento, que uma política previdente e acertada poderá resolver, e é nesse sentido que devemos trabalhar.

*Período Crítico*

Assim penso sôbre êstes dois temas fundamentais da nossa produção, e acredito que as minhas idéias a respeito, se analisadas com isenção de ânimo, hão de conduzir à certeza de que estou profundamente convencido da necessidade de industrializar o Brasil.

As nações em guerra podem comparar-se aos homens que são atacados por doenças graves e cuja cura ou morte é a vitória ou a derrota.

Mas não devemos esquecer que existe um período crítico em que tôdas as cautelas devem ser tomadas. E' a convalescença. Após a vitória, vem fatalmente o reajustamento, e dos cuidados que possamos ter depende nosso completo restabelecimento e nossa marcha para um futuro grandioso.

O Brasil tem atualmente, no estrangeiro, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, grandes saldos disponíveis. Não são, entretanto, lucros de guerra.

O que o Brasil possui lá fora, é uma reserva de depreciação, correspondente às máquinas, ao material desgastado durante a guerra, e que não pôde importar, para sua renovação. Tivéssemos podido importar, por exemplo, material de transporte, não disporíamos daqueles saldos vultosos, como também não sofreríamos a falta de gêneros e utilidades em várias regiões do país.

Por iso mesmo, uma grande cautela se recomenda no emprêgo dêsses saldos. Não podem destinar-se ao pagamento ùnicamente de objetos ou mercadorias de consumo, cuja importação poderia ser adiada, a fim de darmos prioridade aos materiais cuja ausência de importação motivada pela guerra originou a formação daqueles saldos.

Eis aí Volta Redonda alicerce de nossa independência econômica, cujas máquinas nos vieram e continuam vindo dos Estados Unidos, em plena guerra, quando cada quilo de ferro ou aço lhes é necessário para atender às suas frentes de batalha na Europa e na Ásia.

Eis aí também a fábrica de alumínio do ilustre e dinâmico mineiro Américo Gianetti, cuja coragem e decisão vimos patenteadas na montagem dêsse soberbo aparelhamento industrial em Ouro Preto. Foi ainda dos Estados Unidos, em plena guerra, que recebeu Minas Gerais êsse valioso ativo de nossa expansão econômica.

E, ao contemplarmos aquelas máquinas, precipitadores, depósitos, caldeiras, instalações elétricas, tudo obtido em plena guerra, não podemos deixar de admirar a grandiosidade da obra, fruto da pertinácia e patriotismo dêsse bravo mineiro.

A velha Europa tem diante de si a enorme e pesadíssima tarefa de seu reerguimento. Esta luta que ainda cobre de sangue suas terras, tem primado pela destruição. Seus parques industrias estão profundamente destruidos, abalados ou infinitamente gastos. Seu sistema de transporte exige uma profunda remodelação e restauração. E, não nos iludamos com promessas e sonhos de importações imediatas daquele Continente sofredor.

### *Manobras Derrotistas*

No terreno financeiro, não menos penoso é o espetáculo que se nos depara. E se isso não bastar, se isso não vos revelar o que é e o que será a velha Europa, pergunto-vos porque foi criada a UNRRA, porque motivo nosso país subscreveu em seu favor 30 milhões de dólores ou sejam 600 milhões de cruzeiros. Não foi para importar, mas sim para exportar o que possamos produzir em nossos campos agrícola e industrial.

Tudo isto se torna necessário esclarecer para evitar que o quinta coluna, que não nos pôde vencer na guerra, não possa pretender vencer na paz, iniciando a sua ação traidora e nefasta neste período que já se desenha de transição.

Esquecendo que nossa política de solidariedade continental é já secular para com os Estados Unidos, esquecidos de que têm sido êles o nosso melhor cliente, esquecidos de que o pouco que pudemos receber, inclusive nossa Usina de Volta Redonda, foi de lá que recebemos em plena guerra, esquecidos de que nossos heróicos soldados sob o comando dos gloriosos generais Mascarenhas, Cordeiro de Faria e Zenóbio, lutam ombro a ombro com os seus irmãos do pavilhão estrelado, já se denota uma nova forma do quinta colunismo, querendo apontar todos os nossos esforços conjugados com os nossos aliados americanos, como elemento suspeito.

E' a forma de derrotar na paz o Brasil. Os responsáveis responderão mais cêdo do que pensam, por essa manobra derrotista.

Os Estados Unidos, por sua organização financeira e industrial, são as fontes que se podem considerar intáctas para atender às necessidades do mundo, que procura reconstituir-se. Aí estão os últimos telegramas do General de Gaulle, falando na importação imediata de centenas de locomotivas, com o início de uma importação astronômica. A Rússia já colocou nos Estados Unidos, pedidos no valor de centenas de milhões de dólares para o aparelhamento de usinas elétricas.

Como, pois, lançar na desconfiança nossos convênios político-econômicos com a grande República irmã?

Sòmente o desêjo de escravizar o povo brasileiro ao consumo de materiais de pouca durabilidade e alto preço, nos impedirá de receber dos Estados Unidos as máquinas modernas de que precisamos para produzir melhor e mais barato.

### *Solução Recomendável*

A Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce representam, por sua organização e forma de operar, uma das modalidades mais recomendáveis ao Brasil, no momento. E' o Estado, o seu maior acionista, porém, na feitura de Sociedade Anônima, não pesam elas diretamente nos

orçamentos da nação, e assim mantém uma flexibilidade para sua contínua expansão, sem ficar sujeitas às naturais normas rígidas das administrações do Govêrno.

Podem efetuar operações de crédito a curto ou longo prazo e não imobilizam de outra forma os dinheiros públicos.

Êsse tipo de organização está sendo estudado para o Serviço de Navegação e Administração da Amazônia no Porto do Pará, e deveria ser, a meu ver, estudada e aplicada a outros empreendimentos industriais dos governos da União e dos Estados.

Se me fôsse permitido, lembraria essa fórmula para o Pôrto de Vitória, numa conjugação de esforços como acionista, entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e o público, sempre assegurado um lugar de Diretor às minorias, independentes dos Governos.

Também deveríamos pensar em uma organização semelhante para a navegação do rio São Francisco, com a cooperação entre os Estados de Minas e da Bahia.

Essas organizações, além de descongestionarem os capitais empregados pelos governos, possibilitando outras operações de crédito para seus portadores garantidas por suas ações, permitiriam, por outro lado, que as emprêsas realizassem operações de crédito para a sua expansão, sem necessidade de sobrecarregarem os orçamentos públicos, que sempre ficam obrigados a recorrer aos contínuos aumentos de impostos para a conservação e a expansão de seus serviços industriais.

Ainda outro ponto que desejo ressaltar é o da necessidade de evitarmos, no período de transição da guerra para a paz, certos erros em que incorremos ao terminar a primeira conflagração mundial. Naquela época, quando o comércio se normalizou, tornou-se o nosso mercado pletórico de uma quantidade imensa de mercadorias, muitas delas de utilidade duvidosa para o país, como as reservas cambiais de que dispúnhamos no exterior eram insuficientes para atender a todas as solicitações de dívisas que surgiram, deu-se o inevitável: dificuldades cam-

biais, e perigosa crise generalizada, da qual muitos de vós hão de lembrar-se.

*Lição do Passado*

No próximo após-guerra devemos evitar que o fato se repita. Embora as nossas disponibilidades de divisas sejam bem maiores que as de então, ainda maiores são, no entanto, as nossas necessidades de material indispensável ao reequipamento da nossa economia. Haverá, portanto, que disciplinar as importações e dar preferência àquelas que correspondam, de fato, às necessidades do país. O govêrno, felizmente, já se muniu de uma das armas adequadas para êsse fim com o estabelecimento do regime de licença prévia de importação. Temos, ademais, a garantia dos ministros da Fazenda e do Exterior de que a licença em questão não será, em caso algum, utilizada para proteger indústrias anti-econômicas, que só podem subsistir à custa do sacrifício do povo. Já é muito esta garantia, embora seja de almejar que a licença prévia, como remédio heróico que é, seja sempre usada em tal caráter, para prevenir males ocasionais à economia do país. Insisto neste ponto pela experiência que tenho da matéria, vendo providências semelhantes hàbilmente deturpadas das suas elevadas finalidades pela ação solerte de interessados menos escrupulosos. A opinião pública vigilante, desta vez impedirá, estou certo, qualquer conseqüência semelhante, pois as vantagens de uns poucos não devem, como deixaram claro aquêles dois esclarecidos ministros de Estado, importar no sacrifício de todo o povo.

Sejam, porém, quais forem as dificuldades e tropeços inevitáveis do período de transição, a verdade é que nosso país está hoje mais bem aparelhado que no passado para sobrepujá-los. Temos, em primeiro lugar, a experiência do que se pode alcançar através do trabalho orientado e deliberado. Temos, pois, o espírito de cooperação internacional que, para fe-

licidade dos povos, predomina hoje de forma inequívoca nas suas decisões.

*Nova Era*

Apesar de certos reveses temporários dêsse espírito, que os adversários das democracias ou os agentes do inimigo buscam debalde sobreestimar, havemos de reconhecer que a Carta do Atlântico assinalou uma nova era na história política dos povos, e muito tem progredido a humanidade neste terreno desde então. O quinto princípio da famosa Carta, ao proclamar que os signatários desejam promover, no campo da economia, a mais ampla colaboração entre tôdas as nações com o fim de conseguir, para todos, melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança mundial, serviu de ponto de partida à série de conferências internacionais destinadas, precisamente, a assegurar essas condições materiais como bases essenciais à paz justa e fecunda que as Nações Unidas almejam construir depois da guerra.

Nesse quadro de conferências fundamentais, às quais o Brasil vem dando a sua plena adesão, merece ser situada, com particular relêvo, a de Bretton Woods, que assentou os princípios destinados a assegurar a estabilidade monetária internacional e os princípios reguladores da criação de um banco internacional de fomento, instituto de crédito sem precedentes na história, e que visa a abrir, como já o proclamaram tantas vozes autorizadas, novo ciclo na história da finança internacional.

Insisto no fato de que muitas cassandras teimam em apontar os pequenos malogros inevitáveis para distrair a atenção dos grandes êxitos, da mesma forma que, incansàvelmente pugnazes, pretendem que os princípios são meras utopias que os acontecimentos não confirmarão na prática. Pobres homens de pouca fé que não alcançam vislumbrar a fôrça portentosa do ideal em sua luta pelo mundo melhor! Que fazermos para anular-lhes a ação deletéria, senão persistir na prática dos princípios que as suas vozes de triste agouro teimam em condenar?

*Desenvolvimento Latino-americano*

Foi precisamente o que fizemos nós, os componentes da delegação brasileira à Conferência das Comissões de Fomento Interamericano, reunida em meados do ano último na cidade de Nova York. Imbuídos da certeza de que o mundo futuro é o da colaboração entre os povos democráticos e amantes da paz, trabalhamos, juntamente com as demais delegações, para a elaboração de um programa que consubstanciasse tais princípios de forma prática e compreensível. Para satisfação nossa o logramos e, por isso, não posso furtar-me à tentação de transcrever algumas das resoluções finais que interessam diretamente à tese que venho defendendo perante vós.

A resolução terceira, por exemplo, referente às novas bases para o desenvolvimento latino-americano recomenda :

1. Que, mediante acôrdo entre as nações da América, se concedam créditos de caráter especial aos países que os necessitem para realizar projetos de desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção, tendo em vista o seu aceleramento e com êste intensificar o comércio internacional em benefício de todos;

2. Que êstes créditos se concedam para as compras de equipamentos a largo prazo e juros baixos, e de forma que sirvam para fomentar efetivamente o objetivo das obras, evitando ao mesmo tempo entorpecer o fomento com uma amortização rápida realizada durante o período de construção;

3. Que os projetos mencionados se desenvolvam mediante programa de execução que abarquem períodos determinados, uns para realização imediata e outros para o após guerra; e

4. Que os programas, preparados por técnicos e economistas nacionais com a colaboração de especialistas estrangeiros, quando seja conveniente, se destinem:

a) — ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção industrial e agrícola, tomando em consideração todos os fatôres como fôrça motriz, combustíveis, transportes, preparação de operários e técnicos; e

b) — a renovação do equipamento desgastado durante a guerra e a readaptação das indústrias improvisadas neste período anormal.

A resolução seguinte, a quarta, trata da iniciativa particular e da intervenção governamental para recomendar:

1. Que se estimule a iniciativa particular para empreender o desenvolvimento econômico dos países do continente americano;

2. Que a ação oficial com referência às emprêsas particulares não exceda os limites de uma justa proteção de interêssse público;

3. Que os governos adotem como princípios o de não competir direta ou indiretamente com as emprêsas particulares, a menos que isto seja absolutamente necessário para o interêsse público; e

4. Que tão pronto o permita o interêsse público, os governos abandonam as atividades e regulamentações comerciais requeridas pela guerra.

*Minas e o Brasil*

Eis-me chegado ao término desta minha despretenciosa palestra. Por mais generosa que seja a vossa atenção, sinto que não devo abusar.

Quero, porém, ao finalizar, que me permitais vos renove as expressões de minha confiança nos destinos do Brasil e, também, nos desta admirável terra da Minas Gerais, de tão grandioso passado e tão promissor futuro, e a cujo Governa-

dor, Dr. Benedito Valadares Ribeiro, desejo prestar neste instante as minhas mais respeitosas homenagens.

Ainda trago gravado na retina o espetáculo magnífico que me foi dado contemplar na visita que realizei à indústria de aluminio nos arredores de Ouro Preto. São as melhores fôrças criadoras do gênio mineiro que ali se congregam para dotar o Brasil com uma indústria destinada a influir decisivamente no processo industrial da nossa economia.

São fatos desta ordem que me fazem confiar nos destinos de Minas Gerais. O desenvolvimento do vale do Rio Doce, por exemplo, assegurando uma nova e magnífica porta de penetração para o planalto trará ao norte dêste Estado condições que durante séculos lhe faltaram, permitindo-lhe surto progressista semelhante ao das outras regiões situadas para o meio-dia. Sua antiga estrada de ferro, a Vitória-Minas, que será uma das melhores estradas de ferro do Brasil, não se limitará a descer o minério das inesgotáveis jazidas de Itabira. No regresso, os trens galgarão a serra trazendo as mercadorias indispensáveis ao florescimento da prosperidade regional. Carvão, combustíveis líquidos, e produtos industriais chegarão livres dos atuais trajetos, que tanto lhes oneram o preço, às zonas que esperam ansiosamente pelo sangue novo que o combustível e as máquinas soem representar em países como o nosso. Vitória e Santa Cruz, no Espírito Santo, serão portos aparelhados para atender ao movimento crescente dêste magnífico intercâmbio que prevejo. A ligação ferroviária de vossa bela capital à estrada Vitória-Minas estenderá, ainda mais, o raio de ação do processo renovador que o vale do Rio Doce, domado na sua natureza, contribuirá para trazer a Minas Gerais.

Os cinemas brasileiros apresentam atualmente um documento sôbre o nosso país que reafirma em quantos o vêem a certeza no futuro da nossa terra. Nesse filme Belo Horizonte, fotografada com requinte de técnica, surge em todo o esplendor das suas feições límpidas de cidade moderna. Aquêle documentário faz da vossa capital o símbolo do Brasil novo que

o século vinte vem revelando ao Universo. Não creio houvesse possibilidade de lograr melhor expressão visual da nossa realidade de país em pleno florescimento. E assim como soubemos levantar nas montanhas esta formosa cidade de audacioso traçado, assim levantaremos nas terras brasílicas, tenho certeza, uma civilização tropical como outra igual jamais foi dado ao homem conhecer.

## CRITICAR PARA CONSTRUIR (*)

*Cinqüenta cruzeiros em* 1905

Consideremos, inicialmente, os acertos e os erros do passado como um grande espêlho onde devemos nos mirar todos os dias.

Uns e outros representam excelente matéria prima que o passado fornece ao presente para que êste prepare melhor o futuro.

Foi justamente há quarenta anos, neste mesmo mês de Junho (1.º de junho de 1905), que no escritório da Construção das Docas de Santos, iniciava aos treze anos a minha vida de trabalho, percebendo 50 mil réis mensais, como menino de escritório, e que hoje chamamos de "office boy."

Naquele tempo iniciávamos o trabalho às 7 horas, tínhamos uma hora para o almôço, das 10 às 11, e terminávamos às 5 horas da tarde, que agora dizemos 17 horas.

O menino de escritório ia buscar a correspondência ao Correio, atendia aos chamados e ajudava todos os empregados do escritório, inclusive os serventes, hoje denominados contínuos.

Os serventes distribuiam as chícaras de café e, quando havia visita graúda, o menino de escritório "subia" para ajudar a servir. Foi assim que tive a honra de oferecer, em 1906, uma chícara de café ao ilustre Presidente Affonso Pena e, de outra feita, ao grande diplomata Joaquim Nabuco.

Mas voltemos aos 50 mil réis. Equivaliam a cêrca de 4 libras ouro! Hoje pagamos, aparentemente, mais por um oí-

---

(*) Série de artigos publicados no semanário carioca "Sete Dias".

fice boy, 300 cruzeiros ou mais, mas na verdade êle recebe menos, uma vez que não é a soma do salário que vale, mas sim o que êsse dinheiro pode comprar.

E' a ilusão da política simplista em que nos vemos constantemente lançados, premidos pelos interêsses particularistas, ora duma classe ora de outra.

O poder de compra do dinheiro é o que nos deve interessar.

Logo, quando alguém nos fala em exigir salário, em dôbro, devemos responder que preferimos que nos reduzam os preços dos gêneros alimentícios ou das utilidades que compramos.

Com aquêles 50 mil réis eu comprava 23 dólares (valia 2$200 réis cada um). Hoje só podemos comprar, se o Banco do Brasil o permitir, 2 dólares e meio!

Hoje, quem ganha 300 cruzeiros, pensa que está recebendo 6 vêzes mais do que o "office boy" de outrora, mas a verdade é que está recebendo quase metade.

Essa política de desvalorização da moeda é o maior atentado à bolsa do pobre, porque torna o rico mais rico e o pobre mais pobre.

E' preciso, portanto, defender outra política econômica financeira, começando pela defesa da moeda.

A moeda é o que se troca pelo serviço prestado pelo trabalhador no campo, ou pelo operário na cidade.

E é criminoso enganar o homem que trabalha, dando-lhe papel pintado com números mais altos, 100, 200, 500, em vez de 50, mas que afinal de contas, compra menos alimento, menos roupa, menos calçado.

(Sete Dias — 14/6/1945)

## *Democracia e Confôrto*

Vimos há algum tempo uma expressiva estatística norte-americana, pouco tempo depois confirmada pelo govêrno soviético. Entre as suas parcelas se contavam 16 milhões de toneladas de gêneros alimentícios embarcados para o povo russo pelo povo dos Estados Unidos da América. Milhares de transportes de guerra escoltados por belonaves inglesas e ameri-

canas mantiveram, durante três anos, aquêle fluxo constante de mercadorias.

Logo após o golpe traiçoeiro dos nipônicos contra Pearl Harbour, em dezembro de 1941, os americanos devotaram-se à imensa tarefa da produção de guerra. Da noite para o dia milhares e milhares de fábricas que serviam ao confôrto civil, adaptaram suas instalações, transformando-as em produtoras de armas de guerra de todos os tipos, e de equipamentos essenciais, entre os quais os utensílios e máquinas agrícolas. Mobilizaram-se alí homens e mulheres aos milhões, e a falta de braços nos campos encontrou na maquinária substituto imediato para produzir mais do que anteriormente para o abastecimento da frente interna e das frentes de todo o mundo.

E aquelas máquinas que se destinavam a produzir artigos de confôrto dos tempos de paz, rádios, geladeiras, enceradeiras, automóveis, passaram imediatamente à fabricação de armas e munições para os soldados de Tio San e seus aliados.

Oxalá que no Brasil nos encontremos algum dia também nessa privilegiada posição dos Estados Unidos de hoje, podendo produzir e continuar a consumir em crescendo todos os produtos de confôrto civil, e, ao mesmo tempo, aptos a produzir, na paz, os instrumentos do nosso progresso econômico e, na guerra, as armas de defesa da nação.

Seguir o exemplo dos Estados Unidos, não é sòmente prosseguir em nossa política de mais de um século de boa vizinhança, como também haurir nas fontes que inspiram aquêle povo livre e valoroso, a verdadeira concepção de Democracia.

Sete Dias — 21/6/1945)

*Impostos e Prosperidade*

Ha que orientar o Brasil para uma expansão econômica que permita o progresso financeiro e não forçar um progresso financeiro sacrificando a expansão econômica.

Os impostos e taxas, federais, estaduais e municipais crescem verticalmente, porque, quando os governos precisam

de dinheiro, adotam o método simplista do aumento de tributação. Selos, estampilhas e outras imposições regulamentares, são verdadeiros cravos que impõem uma série de gastos ao contribuinte, além do consumo de tempo precioso que podia ser empregado em melhorar os negócios.

Olhar um lenço, um chapéu, um par de sapatos, é divisar logo o suplício do sêlo. E' lembrar a irritação e perda de tempo do fabricante ou negociante para colar, perda de tempo e irritação do público para arrancar. E para êsse fim o govêrno gasta tempo e dinheiro em máquinas e papel que apenas servem de veículo para uma arrecadação que poderia ser obtida por processos mais fáceis, modernos, econômicos.

Precisamos reformar corajosamente o nosso sistema tributário (exceto o impôsto sôbre a renda), numa verdadeira revolução para transforma-lo em poderosa fonte de arrecadação em função de uma contínua e não menos poderosa expansão econômica. E' preciso simplificar todo êsse emaranhado de leis fiscais anti-econômicas e deixar o produtor, o comerciante, o agricultor, o industrial, com os braços livres e a cabeça sossegada para produzir mais e ser um bom cidadão, pagando cada vez maior soma pelo progresso, e não escorchá-lo para que busque nas poucas rendas um maior lucro, tornando a mercadoria mais cara.

Fisco e contribuinte devem ser norteados por estes dois princípios sadios o primeiro, para a eliminação de impostos e taxas absurdos, regulamentos superambundantes, suprimindo tudo o que possa estorvar maior expansão de riqueza; o segundo, para que limite ao mínimo possível, seus lucros por unidade, pois com essa prática venderá mais, conquistará mercados firmes e acrescerá seus benefícios.

Taxar menos por unidade, é multiplicar a arrecadação. Limitar ao mínimo o lucro por unidade, é multiplicar as vendas. Esta prática permitirá estimular a produção e a circulação das riquezas e formar um Brasil econômico forte, com um povo de maior capacidade aquisitiva

(Sete Dias — 28/6/1945)

*Franklin Delano Roosevelt*

4 de julho faz-nos recordar com profunda saudade o grande Presidente Franklin Delano Roosevelt. Foi êle o fiel intérprete da política de boa vizinhança. Foi quem teve a visão profética dos problemas da política internacional dos dias presentes. Foi também quem procurou orientar seu povo, preparando-o para aceitar, sem convulsões violentas, as mudanças que a justiça social-econômica trouxe aos povos. Tôdas as suas palavras se impregnavam de fé, de esperança, de coragem, de persistência e de bondade, tornando-o o grande condutor da humanidade em busca de um mundo melhor. Êle sabia pensar, programar e executar, tendo como objetivo a Humanidade. Mas sua mensagem cheia de sabedoria foi compreendida, e, pela primeira vez na história dos EE. UU., um Presidente foi reeleito por quatro períodos consecutivos. A sua generosa e sábia política nacional e internacional alcançou sucesso inigualável porque sempre falou a linguagem clara e simples da verdade. Não conhecia o interêsse particularista. Assim o compreendeu dentro do seu país e o fêz compreender ao mundo inteiro, jamais abrindo exceção para sua pátria no concêrto universal.

Conhecí-o pessoalmente e com êle falei várias vêzes, a primeira em 1933, quando acabava de salvar o país da bancarrota que começara nos primeiros dias do ano de 1930. A 4 de março de 1933, lançou o grande apêlo de confiança e prescreveu o remédio heróico do ferido bancário por oito dias. Ao iniciar-se a 11 de março, a semana seguinte não proclamou a alta do doente, porém deu-lhe uma dieta que foi alterando à medida que os anos corriam. Salvou as finanças de sua pátria, e buscou a salvação do mundo no programa econômico, financeiro e social que se seguiu. Ao iniciar o seu mandato, em 1933, manifestou seu grande desêjo de ver um Brasil forte e industrializado. Aboliu a intervenção armada nos países dêste hemisfério.

Em 1939, tive a honra de ouvir do Presidente Roosevelt, palavras que jamais esquecerei. Com excepcional vigor e pre-

cisão, com genial visão política, traçou o panorama futuro do mundo, se seu povo e seu Congresso não lhe dessem os meios de preparar imediatamente um EE. UU. coeso e forte. Infelizmente, ambos só o ouviram e compreenderam a 7 de Dezembro de 1941. E aquêle espaço de tempo custou aos EE. UU. e à humanidade milhões de vidas, bilhões de dólares, e uma desastrosa situação econômico-social, cujo fim ainda não sabemos como nem quando virá.

(Sete Dias — 5/7/1945)

*Pratos Novos, Mas Vazios*

Na louvável intenção de a tudo prover, a indústria ão se descuidou de fabricar pratos, talheres e fogões. A mesa está posta pois, mas começa a haver demora em serví-la. Na casa do remediado já não há mais a cozinheira, nem a copeira. Na casa do pobre nunca houve empregadas, mas os gêneros sobem e escasseiam. Os campos estão se despovoando... A cidade paga melhores ordenados, as fábricas pedem mais gente e continuam a aumentar os salários por bem ou pelas greves.

O industrial não tem contrôle para a sua produção, nem limite oficial ou de consciência para os seus preços de venda. O intermediário de tôdas as classes segue-o na esteira, como os tubarões seguem os navios. O industrial tem ainda como compensação a proteção das tarifas aduaneiras, a taxa cambial, a dificuldade criada pela guerra para as importações do estrangeiro e, finalmente, a nova lei do impôsto de consumo que atirou sôbre a fatura do consumidor o tributo que sempre foi absorvido no preço de custo do produto manufaturado.

O agricultor, ao invés, tem contra si todos os encargos do contrôle oficial na sua produção. Há o Departamento Nacional do Café, o Instituto do Sal, do Pinho, do Alcool e do Açúcar, do Cacau, de Carnes, do Arroz, etc. Para exportar recebe a moeda estrangeira a uma taxa reduzida. Para vender no país tem de sujeitar-se aos preços oficiais

Para exportar uma saca de café, é necessário preencher 60 documentos diversos!

Em qualquer país do mundo a exportação é facilitada por tôdas as formas, mas entre nós é uma lança em África. Quando, há pouco, em Santos, visitei um velho comissário exportador e me contou êle as dificuldades que deve sobrepujar para exportar uma saca de café fiquei perplexo. E' necessário frequentar uma escola de paciência e de resignação!

Mas, tenhamos paciência. E esperemos que para a salvação de todos o engenho humano muito breve invente o meio rápido e remunerador de fabricar na cidade o arroz, o feijão, a carne sêca, o café e o açúcar, sem os aborrecimentos que nos causam os agricultores e os seus campos. Então as cidades florescerão em tôda a sua glória e os campos serão definitivamente esquecidos.

(Sete Dias — 12/7/1945)

*Futebol e Feijão*

Em maio de 1944, em Nova York, afirmávamos a necessidade em noso país, de um sério contrôle dos preços. Em novembro de 1944, após percorrer o interior de S. Paulo, vendo a crise dos cafesais e o "bom" do algodão pedimos o socorro aos cafesais e gêneros alimentícios. Em dezembro de 1944, em Ribeirão Prêto, condenamos a política dos preços crescentes, a concorrer para a deserção dos campos e a escassez de alimentos. Em janeiro de 1945, em Belo Horizonte, novamente procuramos acautelar os interêsses do povo. Como resposta, tivemos a guerra contra nosso grito de alarme.

Tudo porque apelávamos para uma mentalidade mais técnico-econômica.

Enquanto isso, gêneros e utilidades subiam sem parar. A inflação, de sí já um mal, servia de escusa para tôda a sorte de exploração do povo. E, afinal, sai a nova lei do impôsto de consumo, outra fonte de lucros para industriais e comerciantes.

Começa a inquietação nas cidades. As massas agitam-se, as filas aumentam. Em Chapultepec, não tivemos dúvida em reconhecer o direito de greve. Era a válvula da caldeira das

indústrias para evitar-lhe a explosão desastrosa, porque êsse direito é o tribunal a que o operário recorre contra os excessos do capitalismo. Os operários das cidades, podem, assim, obter o lenitivo; mas apenas lenitivo e não cura, porque o mal é profundo. Há que alimentar o povo. Daí o Plano de Emergência para fomentar a produção do feijão e do arroz.

Para o Partido Comunista, entretanto, o meio mais fácil não é dar crédito à lavoura nem garantir preços mínimos: é apenas distribuir as terras. E os aplausos se compreendem porque no Pacaembú não estavam nem lavradores, nem camponeses; estes perguntariam de que serve a terra sem o crédito e garantia de preço.

Mas o atual Plano de Emergência não foi elaborado na Capital, e sim no campo, pelas cooperativas que representam mais de 120.000 pequenos lavradores e donos de terra. O que pretendem e o que o Plano deu, foi justamente o que qualquer possuidor, por compra ou por doação, precisa: Crédito e Preços Mínimos.

Seria interessante aproveitar a oportunidade e fazer a mesma recomendação às Indústrias. Naturalmente deve ser a segunda etapa!

Somos por uma melhor distribuição de justiça, econômica e social, porque compreendemos, pela experiência da vida, o sofrimento causado pela falta de leis que amparem os trabalhadores. Mas prefirimos bater-nos por uma democracia como aquela da carta americana de setembro de 1787, à sombra da qual se abrigam homens de tôdas as nações, formando a verdadeira democracia de homens livres, de homens que lutaram e lutam contra o totalitarismo avassalador, conscientes de seus deveres de cidadãos. Eis a política preconizada pelo Presidente Roosevelt, que foi tão grande amigo do nosso Brasil.

O brasileiro, homem simples da cidade ou dos campos, anseia pela liberdade, seja a política, seja a de torcer pelo seu clube de futebol favorito. O brasileiro não quer ver um só clube e um só team "bater" bola num só goal, só como passa tempo...

O Brasil e os brasileiros que, em 7 de setembro de 1822 declararam sua Independência, não podem admitir que um século depois se lhes queira impor uma madrasta.

(Sete Dias — 19/7/1945)

*Dois Discursos — Duas Desilusões*

Em julho de 1939, visitando os países bálticos, verificamos o que é a felicidade de um povo. O alto gráu do cooperativismo na Suécia, p. ex., extinguiu os milionários, mas também a miséria. O cooperativismo foi a fórmula mais inteligente e humana demonstrada para melhor distribuição da riqueza. Todos sabem ler e escrever. A exploração do intermediário, foi pràticamente abolida. Conversamos longamente com o fundador dessa grande obra na Suécia, Albin Johansson, Presidente da Kooperativa Forbundet. Quase octogenário, falava ainda com a vivacidade dos seus 20 anos. Contou-nos o início da sua vida como menino de recados e a origem do seu entusiasmo por aquela obra. Hoje, o cooperativismo beneficia a maior parte da população suéca.

Em S. Paulo, recentemente, quando os representantes das Cooperativas, com mais de 132.000 associados, se reuniram para propor um plano de Emergência de fomento à produção de gêneros aquêles pequenos proprietários, lavradores da terra, lembraram-nos o povo suéco. Tudo devemos fazer por êles. E assim lhes demos nossa modesta, mas decidida cooperação. O assunto se resolveu em menos de 10 dias. E em meio de entusiasmo dos beneficiados, surgiram as críticas do Pacaembú, feitas pelo Crefe do P. C. B. Se as cooperativas não representam os grandes capitais, se representam os pequenos lavradores, por que essa oposição? Onde a lealdade de atitudes? Apenas conveniência partidária! Desilusão!

Os comentários sôbre a dívida externa feitos pelo candídato da oposição, em Minas, não foram felizes. Ou S. S. desconhece o assunto e deixou-se levar por informações inverídicas ou então enveredou pela estrada que tudo subordina a interêsses partidários, desviando-se da verdade. Mas nós, demos a

maior parte do esforço, da energia, do tempo a êsse problema, que conhecemos nos mínimos detalhes o drama da nossa Dívida Externa; que assistimos às investigações de Otto Niemeyer, que fomos a todos os Estados em busca de elementos; que percorremos os gabinetes de quase todos os banqueiros, nossos credores no estrangeiro, à procura de informações, pois o govêrno não possuia em muitos casos, sequer a cópia dos contratos da dívida do país; nós que investigamos o doloroso caso do empréstimo do Ceará, o que pode testemunhar o major Carneiro de Mendonça; nós que colaboramos com Oswaldo Aranha na feitura do Decreto 23.829, de 5-2-1934 (Esquema Oswaldo Aranha); nós que assistimos ao expurgo dessa triste chaga que roía o povo brasileiro; nós que discutimos cada empréstimo, cada cláusula, cada taxa de juros, tivemos, ao ouvir aquêle crítico, outra grande Desilusão.!

(Sete Dias — 26/7/1945)

*A lição da Commonwealth*

A Grã-Bretanha acaba de dar ao mundo diretrizes para a tranqüilidade social dos Povos, através do programa do Partido Trabalhista. O caminho está aberto. As nações que se decidirem a trilhá-lo construirão melhores destinos, livres de convulsões. O Capitalismo tem diante de si a sua última oportunidade. Ou aceita a cooperação leal do trabalho, ou êste, em legítima defesa, o subjugará. Entre os extremismos comunistas e capitalistas, o programa do Partido Trabalhista inglês é uma grande conquista do bom-senso.

Vejamos alguns itens do programa, que constituem uma síntese das aspirações humanas:

1.º — O Interêsse da Comunidade antes do particular.

2.º — Emprêgo para todos, elevando a produção ao máximo e extinguindo o sub-consumo.

3.º — A Indústria servirá à Nação, ou falhará a finalidade, cabendo então a intervenção do Estado. Nacionalizar-se-á a indústria pesada, a dos combustíveis e enrgia, e dos

transportes internos, mas subsistirão as pequenas indústrias úteis.

4.º — Supervisão pública dos Cartéis e dos Monopólios, com a proibição das práticas restritivas e anti-sociais.

5.º — Programa claro para o comércio exportador, auxiliando-se a indústria mas exigindo-lhe seja eficiente e progressista.

6.º — Estabelecimento de um contrôle econômico e de preços, durante o período de transição, para combater a ascenção dos preços e a inflação.

7.º — Agricultura e alimentação do povo, através do planejamento da Agricultura.

8.º — A Terra: Se o proprietário não puder ou não quiser dar facilidades aos colonos, o Estado desapropriará a terra e pagará por ela o seu justo valôr.

9.º — Educação e Diversão: Educação gratuita. Facilidades para o adulto. Fim principal: Preparar o cidadão para pensar por si. Criação de salas de concêrto, teatro, centros cívicos, bibliotecas modernas, etc.

10.º — Saúde — Assistência à infância — Investigação das causas das enfermidades. Hospitais. Facilidades para médicos e enfermeiros. Assistência e pensões para a infância e as mães. Auxílio à família.

11.º — Seguro Social: E' uma necessidade, precedida porém de educação, saúde e serviços sociais.

12.º — Contra a liberdade: de explorar o povo, de pagar salários de fome e elevar os preços para satisfazer interêsses egoistas.

O homem cuja existência só é possível pelo trabalho de outros homens, tem direito a felicidade, mas esta emana daquela que êle proporciona aos que o auxiliam. Nem todos têem a mesma inteligência, preparo, fôrça de vontade, dinamismo ou dedicação, mas também é certo que num capitalismo despeado poucos gozam o benefício das oportunidades. Daí o sentido do programa do Partido Trabalhista. Não nivela os homens para baixo, como o comunismo, em seu esquecimento rígido

e inumano, reduzindo-os a simples máquinas burocratizadas. Aquêle programa dá oportunidade aos que estão em baixo, porém limita os excessos do capitalismo. Prevê justa recompensa aos méritos, mas evita que o individualismo se torne um Estado dentro do Estado.

Êste sistema é como uma reprêsa: o indivíduo póde construí-la, mas sem o direito de reter ou desperdiçar o precioso líquido. Haverá que dotá-la de válvulas que permitam o escoamento necessário quando atingir o nível. Do contrário, o Estado dela se apossará, dotando-a do sistema que o egoismo individual não permitiu funcionar em benefício dos demais...

O Brasil tem aí sua oportunidade e um exemplo a seguir.

Meia hora após a visita do grande Churchill ao Rei Jorge VI, subia as escalas do Buckinghan Palace o novo Premier Clemente Attlee. Sem sangue, sem vinganças, sem alarde, a Grã-Bretanha transmudara naqueles 30 minutos uma velha época numa outra que o mundo melhor exige.

(Sete Dias — 2/8/1945)

*Cavalinhos de Páu*

Diàriamente os jornais estampam notícias sôbre greves e aumentos e, logo a seguir publicam comunicações sôbre o aumento de fretes, de passagens, de taxas portuárias e, conseqüentemente, dias após surgem os aumentos de preços dos gêneros e das utilidades.

Estamos, incontestàvelmente, lançados em uma roda de cavalinhos de páu, onde, montados, corremos uns atrás dos outros sem sair do lugar...

O fator principal é a inflação, não como invenção nacional, e sim como uma conseqüência da guerra, que atinge a todos os povos.

Compete, não só ao govêrno, mas a todos os setores de atividades, encontrar uma solução compatível com o momento angustioso do mundo.

A verdade é que quando alguém, como nós, procurava chamar a atenção contra os preços altos, contra a falta de ra-

cionalização na produção industrial, encontrava sempre uma tremenda oposição que se externava não só através das atas das entidades de classe, como também em entrevistas à imprensa, concedidas pelos seus dirigentes.

---

Os Estados Unidos impuzeram os preços teto para todos os gêneros, utilidades e material do seu consumo. Não só para o que vendiam, mas também para o que compravam. Vejam o exemplo do café, da borracha, da mica, do cristal de rocha, do minério de ferro, enfim de tudo. Nós pràticamente limitamos nossos preços teto para a agricultura, para os gêneros alimentícios ou para os produtos nos quais os Estados Unidos nos impuzeram o seu "ceiling price". Deixamos, por outro lado, a indústria e o comércio à vontade. Fizeram até fortunas com materiais importados dos Estados Unidos aos preços teto, mas que aos consumidores eram vendidos aos preços do câmbio negro.

Os gêneros, representando menor valor, não comportavam o afastamento das dificuldades na obtenção de transporte...

Os produtos manufaturados, em matéria de transporte, fazem lembrar o abastado que sempre encontra um bom lugar nas cadeiras da primeira fila, mesmo quando chega à última hora à porta do teatro...

---

Enfim, o que precisamos agora é pensar sèriamente e agir sem demora em busca da solução do problema que aflige a todos. Emitir mais dinheiro para pagar despesas que podem ser adiadas ou que podem e devem ser pagas com a arrecadação devida dos impostos ou com o lançamento de empréstimos internos, é o mesmo que misturar água no leite da economia do povo. O mesmo acontece com a ilusória obtenção de aumentos de ordenados que no final não são aumentos, mas, apenas, mais água no leite.

(Sete Dias — 9/8/1945)

*Seu Dia Chegará...*

Sempre que o abastado malbarata seus haveres em exibições ou ostentações públicas, está gerando uma atmosfera de revolta entre os que, menos favorecidos, são obrigados a servílo. Desempenham o mesmo papel que aquelas faixas do P. C. B. que ora vemos balançando aos ventos e atravessando os pontos estratégicos das ruas da nossa Capital.

Aquêle espetáculo degradante da Sociedade, chamada alta e bordada pelos granfinos, nós o presenciamos nas boites e nos Cassinos, cujos proprietários e acionistas prosperam de maneira alarmante entre nós, para infelicidade da família brasileira.

Entre êles, no entanto, figuram os nomes de alguns cujas espôsas dedicam-se a cruzadas de caridade, destinadas a curar as chagas abertas pelas atividades financeiras dos próprios maridos.

Homens de responsabilidade (aparente) tornaram-se, hoje em dia, verdadeiros pilotos do mal, conduzindo jovens de ambos os sexos e mesmo récem-casados, para êsses antros públicos da perdição, onde o jôgo e a bebida se desafiam na tarefa desgraçada de ver quem faz mais vítimas.

E tôda essa gente alta, êsses abastados não compreendem que são servidos por uma multidão de homens simples e modestos, por aquela avalanche anônima de empregados que têm coração e cérebro como nós.

Quem lê história do Império Romano e se detém nas orgias de Calígula ou Nero, quem, como eu, ouviu do grande Eurico Caruso as narrativas das bacanais que os grão-duques da velha Rússia Imperial fizeram-no presenciar em Varsóvia, antes da guerra de 14, pode bem compreender a razão por que tanta gente corre em busca de ideologias extremistas.

São os grandes senhores que, servidos pelo escravo, se banqueteiam pùblicamente, dando espetáculos degradantes montados no ágil "cavalo branco" nacional com falso pedigree escocês.

E quando se retiram cambaleantes, às vêzes carregados por amigos cujos interêsses são muitas vêzes outros, jogam sôbre a mesa as migalhas humilhantes das gorgetas em troca do sorriso de circunstância do escravo.

E quando os últimos personagens se retiram e as portas se fecham, êles, os escravos, riem-se de verdade, porque sabem que o "seu dia chegará"...

(Sete Dias — 16/8/1945)

*Com Medo da Própria Sombra*

Há dias falava com amigos, sôbre o esfôrço dos Estados Unidos que, nesta guerra, dera ao mundo a maior quota de produção material, ao mesmo tempo que seus filhos se cobriam de glórias nas duas batalhas sustentadas em todos os setores. Efetivamente, poucos poderiam crêr que um país onde há tanto confôrto material pudesse dar grande lição de despreendimento.

A 1 de Dezembro de 1941 tinham os Estados Unidos 7695 navios, dos quais, apenas 383 eram de guerra. Em Agôsto de 1942 aquêle número subia a 12.001 unidades. Em Julho de 1943, com 20.111 navios os Estados Unidos já podiam enfrentar o desembarque na África do Norte. Quando o último dia de Dezembro dêsse mesmo ano se extinguia o total das embarcações atingia a 32.179. E, seis meses depois, quando se preparava o desembarque na Normandia e o ataque a Saipan, o número de unidades que desfraldavam o glorioso pavilhão estrelado, já se fazia representar pelo total de 55.229. Veio, em Janeiro de 1945, o ataque a Luçon, para reconquista das Filipinas, já agora estribado num poderio naval representado por 73.862 unidades. Trinta dias depois, quando Iwo-Jima era sacudida pelos nossos aliados americanos, já o número de unidades subira a 80.582.

Finalmente, cairam de joelhos os inimigos na Europa e no Pacífico, e agora, quando o sorriso nipônico se transformava num amarelo de mêdo e submissão, aquêle total assombroso tinha ultrapassado a fantástica cifra dos 100.000. De 383 unidades de combate, ei-la agora, a grande nação da livre Amé-

rica, após ter arrastado tantas perdas, com um total de 1322 navios de guerra. Tudo isso foi possível porque mais de um milhão de jovens americanos, cientes e concientes do que significa uma verdadeira democracia, deram-lhe as suas vidas. Não tinham êles o místico do eslavo, nem os 2.600 anos de entorpecimento cerebral dos nipônicos. Pelo contrário, tinham muito bem gravado em sua memória o amor à pátria livre, cheia de progresso e confôrto. Não tiveram necessidade de transformar um mar de sangue, os seus próprios lares para ensinar como se ama a liberdade, como se pode ser irmão dos outros povos auxiliando-os nos momentos de angústia.

---

Pois bem, entre os que comigo palestravam, notava-se em suas palavras, como que o renascer da intriga pela possível aparição do imperialismo americano. A mesma tática usada por Hitler e seus asseclas, para semear entre nós a confusão e a desconfiança, já se começa a desenhar novamente.

Legar por êsse infundado receio, o progresso do Brasil, para as Kalendas gregas, como se não nos bastassem as criminosas idéias nacionalistas que, no mau sentido, foram desenvolvidas durante certa época, é gerar outra vez medidas e atos que só servirão para retardar nosso progresso político e econômico. E' entregar uma terra rica e inexplorada à ganância e à tentação dos mais fortes.

---

O momento é, pois, propício para encorajar o lançamento de uma REVOLUÇÃO ECONÔMICA, começando por dar um golpe de morte no antiquado e secular critério de buscar recursos financeiros, quase que exclusivamente em leis com mentalidade fiscal, em vez de cultivá-los no desenvolvimento econômico. Não é possível deixar durante meses nas alfândegas, mercadorias, máquinas, aparelhos do mais alto valor de rendimento econômico, sòmente porque a sua classificação pode oferecer uma nova orientação fiscal, com maiores direitos e multas. E' o

caso de um motor que veio junto a um guindaste para uma usina de alumínio e que por causa de um sêlo de consumo no valor de 10 cruzeiros, ficou prêso na alfândega, quase um ano, e a fábrica retardou sua instalação. A guerra findou e o progresso do Brasil aguardará outra chance na próxima...

Porém, o Brasil para progredir, para dar tudo quanto lhe estão a exigir suas fôrças armadas, precisa de desenvolver-se econômicamente, mas para isso é possível olhar com inveja o brasileiro empreendedor, nem considerar o leal e trabalhador estrangeiro como indesejável, dificultando a entrada de bons imigrantes e apropriados capitais estrangeiros.

Os Estados Unidos receberam nos últimos 80 anos dezenas de milhões de imigrantes. Tornaram-se ricos, prósperos, dando à nação americana filhos dignos, cujo patriotismo recebeu sua prova máxima, nesta cruenta guerra. Seus recursos foram obtidos através de uma política de desenvolvimento econômico e não no regime lento do papelório fiscal com vistas estreitas. O Brasil que há 80 anos possuia marinha superior à americana, não pode permanecer nessa incrível diretriz econômica.

O Brasil é grande. Grande deve ser a visão de seus filhos. Não devemos ter mêdo da nossa sombra. Ela apenas reflete a grandeza de nossa terra.

(Sete Dias — 23/8/1945)

*Palpites e Realidade*

E' incompreensível que um matutino carioca tenha abrigado uma série de comentários sôbre a Dívida Externa, onde se procura denegrir uma das maiores obras realizadas em benefício do crédito e da economia do Brasil. E poderíamos prová-lo com tal abundância de argumentos, que demandariam volumes. Nesta ligeira nota, basta no entanto lembrar:

1.º — Os protestos surgidos nunca foram de portadores, mas de banqueiros, os famosos intermediários. Isso se deu tanto em nosso país, como nos países credores.

2.º — O único protesto e o que mais dificultou o acôrdo definitivo, em Nova York, o ano passado, foi o da casa Schroe-

der, que não se conformava em que suas comissões de intermediárias fôssem alteradas.

Queriam que, embora os portadores tivessem concordado com o abatimento de juros, ou unificação das taxas para 3,75%, no caso do Plano B, as suas comissões fôssem sôbre o capital e taxas de juros dos contratos primitivos. E' êste o "calcanhar de Achilles" destas campanhas, quando se procura confundir interêsse de portadores com interêsses de intermediários...

3.º — Tanto o esquema Oswaldo Aranha (Dec. 23.829 dec 15-2-34) como o denominado Souza Costa, (Dec. 24.085 de 8-3-40), e o acôrdo definitivo d e23-11-43 (Dec. 6.019) tiveram a assistência dos Governos da Inglaterra e E.E. U.U., mas a verdade é que tôdas as negociações foram realizadas com as respectivas Associações Protetoras dos Portadores de títulos naqueles países.

4.º — Para provar que o crédito do Brasil se beneficiou com o acôrdo, basta citar:

a) que a cotação dos novos títulos emitidos (Plano B) com a responsabilidade do Govêrno Brasileiro, subiram a níveis muito mais elevado em relação a 1929 e 1930;

b) que os nossos empréstimos primitivos condicionavam a hipotecas e de todas as nossas rendas, não só da época como do futuro;

c) que os novos títulos eleminaram tôda clásula de penhor ou hipoteca:

d) que nossa dívida foi reduzida em mais de 300 milhões de dólares;

e) que o serviço anterior de 23 milhões de libras anuais, passou a 7,5 milhões.

5.º — O acôrdo relativo aos juros atrasados, bem como a tabela de redução dos juros teve em vista não só as taxas, consideradas absurdas, como também a natureza dos têrmos contratuais de vários empréstimos.

6.º — Os contratos primitivos previam que os juros reclamados ficariam, na maioria, sempre em poder dos banquei-

ros, o que proporcionou não pequenas fortunas a muitos banqueiros e intermediários...

7.º — O acôrdo definitivo exige que os juros não reclamados sejam devolvidos ao Brasil e êste se compromete a pagar aos portadores que se apresentem dentro do prazo previsto.

8.º — Só em mãos de um banqueiro e relativo a um empréstimo, encontramos 1,5 milhão de dólares, que conseguimos rehaver em maio de 1944. Esta importância representava juros não reclamados talvez por títulos perdidos, extraviados, etc. São estas as "beiradas" extintas, que fazem ainda sebastianistas...

São inúmeros os argumentos, mas bastam por ora estas notas. Como é admissível, no entanto, que brasileiros protestem porque o seu Govêrno baixou de 8% para 3,75% os juros dos seus títulos nacionais? Se um comerciante ou industrial paga pouco mais de 6% no Brasil, e de 2% na Inglaterra e E.E. U.U., porque pagarmos taxas leoninas em empréstimos nacionais?

O que interessa não são taxas altas.

O que interessa é pagar os compromissos em dia.

O que determina o crédito do país, não são juros altos, mas a pontualidade do serviço. Eis porque os nossos títulos hoje têm cotação mais elevada, apesar de pagarem um terço da primitiva taxa de juros.

(Sete Dias — 30/8/1945)

## *A Prova Dos Nove*

A nossa imprevidência, desde o início da guerra, deixando de controlar todos os preços, trouxe-nos a uma situação angustiosa. O carro dos nossos homens da indústria e do comércio, diante da estrada livre da concorrência estrangeira, lançou-se na disparada louca dos preços, esquecendo que a estrada tinha fim e que de um momento para outro surgiria a curva perigosa do caminho da paz. Naturalmente, quem se manteve em marcha normal, nada tem a receiar, mas quem não soube freiar a tempo, está na iminência da catástrofe.

Entretanto, quando procurávamos acenar com a bandeira do perigo, já de New York, já de S. Paulo, Ribeirão Prêto ou de Belo Horizonte, até de asneira qualificavam nosso aviso aos descuidados condutores. Apegados sempre à escusa da inflação, comentavam a falha mas não ofereciam conselhos práticos. Aquela falha oficial, era novo argumento para correr mais ainda na estrada despoliciada.

Onde nos encontramos hoje? Com a extensão do conflito, todos os operários e empregados em geral, não podendo mais resistir à alta dos preços, apelaram para vários recursos, inclusive a greve, em busca de melhor remuneração. As circunstâncias deram ganho de causa àqueles que não mais podiam suportar o custo da vida, tão elevado estava e está. Entretanto, como as leis trabalhistas garantem a estabilidade dos salários e dos lugares como irão agora os nossos industriais e comerciantes solver o problema da transição da guerra para a paz!

Continuar com os preços altos? Mas como, se a concorrência estrangeira aí está batendo à porta! Não formamos técnicos, não preparamos nossos operários, não temos máquinas modernas.

Controlando a importação por meios das licenças prévias? Mas êsse recurso é apenas um dique de emergência que não poderá resistir à maré do entrelaçamento econômico que surgirá fatalmente!

Levantando as tarifas, ou desvalorizando nossa moeda? E' um recurso que apenas salvaria aquêles que não souberam corresponder ao sacrifício do povo.

Essa morfina, faria a nossa ruína econômica: a) Porque obrigaria o nosso povo a pagar caro por maus produtos, como acaba de provar a guerra; b) Porque não poderíamos exportar produtos manufaturados, mas apenas matérias primas.

E isto nos conduziria à política econômica dos países colônias. Teríamos moeda fraca e tarifa protecionista, que nos forçaria a pagar o nosso algodãozinho ao preço da seda.

De outro lado, as grandes nações industriais utilizariam à vontade nossa matéria prima, porque, com meia-dúzia de

dólares ou de libras, os compradores estrangeiros poderiam transformá-las em grossos maços de cruzeiros, que no fim mal chegariam para o nosso trabalhador comprar o seu feijão e vestir a calça de brim feita de sacos de farinha de trigo importado, continuando a ser um pária...

Senhores dos preços altos: Chegou a hora da prova dos noves!

(Sete Dias — 6/9/1945)

*O Nosso Cruzeiro*

Que é o cruzeiro?

E' a moeda nacional. E' o que trocamos pelo nosso trabalho. E' o que o povo chama o "fruto do meu suor" — Por isso é preciso que o defendamos, que dêle cuidemos como de um filho.

Entretanto, que vemos? Uma verdadeira guerra de nervos, de descrédito e desabôno contra o que devemos proteger a todo custo: a reputação da nossa moeda.

E o mais triste é que aquêles que mais porfiam em desmoralizá-lo são, em geral, os que se aproveitaram das circunstâncias para enriquecerem, extorquindo ao máximo as parcas disponibilidades dos mal aquinhoados brasileiros. Resultado: o rico fica cada vez mais rico e o pobre mais miserável.

Contrastando com essa atitude, os ilustres paladinos do descrédito concentram os seus elogios, a sua confiança noutra moeda: o dólar de Tio Sam.

Por que? Porque receiam a verdadeira reputação do nosso cruzeiro no exterior. — Mas expliquemos:

Por que causa da guerra, o Brasil não podia comprar mercadorias no estrangeiro. Os países que nos vendiam passaram a comprar mais de nós, principalmente os chamados materiais estratégicos. O Brasil viu-se de um dia para outro com muito que vender e pouco que comprar. — Noutras palavras: recebemos muitos dólares e muitas libras, que não podiamos utilizar, porque nem os Estados Unidos nem a Inglaterra podiam fornecer-nos o que precisávamos. E aconteceu o seguinte:

1. O Govêrno, não podendo entregar libras e dólares aos nossos exportadores, acumulou aquelas moedas nos Estados Unidos e Inglaterra, como se as tivéssemos depositado em bancos estrangeiros.

2. Entretanto, como o exportador brasileiro precisava de dinheiro equivalente aos dólares e libras que ficaram lá fora, a crédito do país, o Banco do Brasil deu-lhes os cruzeiros para com êstes continuarem êles a produzir.

3. Mas como o preço que pagavam no estrangeiro por nossos tecidos, por exemplo, era muito superior ao que sempre pagamos em casa, e como do exterior nada vinha, os nossos preços enlouqueceram.

4. E quanto mais vendíamos, mais se empobrecia o povo, porque infelizmente não houve bom senso para se adotar as providências de estabilização de preços que salvaram outros países em guerra.

5. Não se pensou que com a elevação constante e absurda dos preços os operários não podiam mais continuar a calçar-se, vestir, comer, morar. E como resultado temos a espiral de greves e aumentos de salários numa corrida sem fim, porque deixamos aberta a porta de nossa imprevidência.

Agora, um exemplo para a mulher brasileira: Uma empregada comum de escritório, nos Estados Unidos ganha 100 dólares e pode comprar um vestido para uso diário por 5 dólares, isto é, 5% do seu ordenado mensal. Aqui, a mesma empregada ganharia 600 cruzeiros, e teria de pagar hoje por vestido semelhante 300 cruzeiros, isto é, 50% do seu ordenado. Pago em cruzeiros, ao câmbio atual, o vestido americano custaria apenas 100 cruzeiros.

Que significa isso? Que o nosso cruzeiro vale e vale muito! Se é verdade que temos grande circulação de cruzeiros, não é menos verdade que temos o seu equivalente depositado lá fora em dólares e libras. Essa circulação de cruzeiros poderá ser equilibrada com importações úteis e com o aumento da produção nacional.

O que mais vemos é uma campanha de especuladores para forçar os preços altos, obrigando o brasileiro a comer e vestir-se mal.

Mas assim como nos Estados Unidos se pode produzir barato, aqui com muito mais razão. Que se estimulem os aperfeiçoamentos técnicos e o reaparelhamento industrial e agrícola, que torna tudo melhor e mais barato, contribuindo para a melhor distribuição da riqueza. Que se limite o lucro por unidade para expandir o consumo.

O nosso cruzeiro é digno de respeito. Êle pode, comprando no estrangeiro, mostrar que é forte e concorrer para que o Brasil seja realmente um país de indústria real e não "de estufa".

Defender o valor do cruzeiro é defender a economia do povo.

(Sete Dias — 20/9/1945)

*Nunca é Demais Lembrar*

Que o Brasil recebeu dos Estados Unidos, durante a guerra, cêrca de 200 milhões de dólares, em material por conta da lei de "Empréstimos e Arrendamentos".

Que o Brasil foi o primeiro país a remeter prestações para cumprimento do acôrdo: 35 milhões de dólares, se não nos enganamos.

Que a Rússia recebeu 9 bilhões e 129 milhões de dólares e que, por conta, forneceu aos Estados Unidos serviços ou material no valor de 2 milhões e 139 mil dólares.

Em outras palavras, a Rússia recebeu mais de 45 vêzes que o Brasil e, por conta, pagou, apenas, 6% da quantia por nós amortizada.

---

Para que se tenha uma idéia do que significa a ajuda da democracia capitalista à democracia proletária, façamos uma relação:

MATERIAL DE GUERRA

a) 7.000 aviões;
b) 3.200 carros encouraçados;
c) 2.200 caminhões para munições;
d) 52.000 caros jeep;
e) 363.000 caminhões de transporte;
f) 35.000 motocicletas.

MÁQUINAS

a) Maquinária, inclusive ferramentas, 320 milhões de dólares;
b) Laminadores, 35 milhões de dólares.

SERVIÇOS

Auxílio ao programa da remoção das usinas soviéticas para leste, quando os alemães ameaçavam a Rússia a sudoeste.

E' preciso não esquecer ainda os formidáveis carregamentos de gêneros alimentícios, formando contínuos comboios de navios protegidos pela valente maruja anglo-americana.

---

Estas notas servem para lembrar ao nosso modesto, mas digno povo que temos razões para continuar a nos orgulhar do nosso passado, das nossas tradições e do pavilhão verde-amarelo, mormente quando sabemos que êle tremula e simboliza a soberania de um povo livre no livre e feliz continente americano!

(Sete Dias — 27/9/1945)

*Patriotas de Borracha*
*Especialmente dedicado aos condutores de automóveis, caminhões — auto-ônibus e autos-lotação*

O que êles precisam saber:

1.º — Que o Brasil foi o único país no mundo que durante a guerra não teve mercado negro de pneumáticos nem de câmaras de ar.

2.º — Que os preços de venda dêsses artigos foram os mesmos estabelecidos em época anterior à guerra.

3.º — Que houve rigoroso racionamento entre nós, controlado através da entrega do pneumático usado, mas que o consumidor não se apercebeu dêle, pela confiança em sua execução.

4.º — Que o Brasil vendeu a outros países latino-americanos um têrço da sua produção de pneus e câmaras de ar, mediante acordos de entregas sob quotas e aos preços vigorantes em nosso mercado interno.

5.º — Que inúmeros interessados procuraram agir como intermediários para romper aquelas medidas de contrôle.

6.º — Que diante da firmeza do govêrno brasileiro intermediários e interessados, muitos deles usando cartolas e dispondo de magníficas posições, procuraram lançar mão do subôrno arma para satisfazer seus interêsses.

7.º — Que não podendo vencer por êsses meios, êsses mesmos interessados atiraram-se ao contrabando e que na repressão ao mesmo, já muitos brasileiros perderam a vida.

8.º — Que a onda dos interesados e seus protetores tende a crescer, mesmo agora nêste período de transição.

9.º — Que a audácia dêsses personagens é tão forte que chega a invadir, com sua tentação, até os lares brasileiros.

10.º — Que há jornais que, através de suas colunas, pela infiltração sorrateira de pequenas notícias, sem o sentir, e talvez de bôa fé, estão servindo contra os interêsses nacionais, especialmente contra os das nossas classes menos favorecidas.

11.º — Que nortistas que há mais de 15 anos, tendo abandonado seus próprios Estados, hoje arvoram-se em defensores da Amazônia, mas na verdade, são defensores de interêsses privados que sempre escravizaram os seringueiros e seringalistas.

12.º — Que êsses mesmos ilustres defensores abusaram da boa fé de grandes jornais brasileiros para ajudar os seus constituintes a explorar os pobres "catadores" de castanhas do Pará.

13.º — Que êsses "honrados e ilustres patriotas" estão ganhando verdadeira fortuna na atual venda de castanhas aos Estados Unidos, castanhas essas compradas a preços miseráveis dos seringueiros e seringalistas.

14.º — Que êsses mesmos abnegados patriotas que tanto querem ver distribuidas as Reservas do Banco da Borracha, não falaram ainda em distribuição dos seus gordos ganhos na castanha com os "miseráveis seringueiros e seringalistas", e de quem compram a preços miseráveis...

15.º — Que a onda que surgiu para denunciar o acôrdo com os Estados Unidos, no que respeita à borracha, se vingasse, deixaria o brasileiro em condições as mais aflitas: a) Porque com a falta do atual regime de distribuição, cresceria o interêsse desabusado para a exportação; b) Porque o aumento da exportação traria falta para o mercado interno; c) Porque essa falta faria perecer em escala alarmante, o mercado negro para os pneus e câmaras; d) Porque só particulares e automóveis para os cassinos poderiam calçar suas viaturas com pneus a preços fantásticos; e) Porque os poucos ônibus que servem à nossa população ver-se-iam impossibilitados de pagar tais preços, ou então pediriam aumento dos preços das passagens; f) Porque o mesmo aconteceria com os taxis e com os autos-lotação; g) Porque mais se agravaria o nosso transporte no interior, especialmente para os caminhões que se dedicam ao transporte de gêneros de primeira necessidade.

16.º — Que os preços de pneus fora de nossas fronteiras, são tão tentadores, e se prestam à formação de fortunas fáceis, que já se procura insinuar que passar contrabando de pneus e mesmo de caminhões, é um meio de fazer entrar ouro no Brasil, mas

*Esquecem-se*

de que contra o ouro que entra para o bolso do intermediário e do interessado, sai a vergonha e o caráter, abrindo-se a porta para a traição aos mais altos interêsses nacionais.

(Sete Dias — 4/10/1945)

*Queremos é Liberdade no Duro!*

O "Brasil, bem brasileiro," com a sua "casa branca da serra", com o seu violão lançado no desafio, tão do gosto dos nossos bons e desempenados caboclos; o Brasil do nosso futebol, cheio de paixões e de lances esquentados, e ainda com o seu popular e bem gaiato carnaval, não pode, em absoluto, ser terra de "burguesses progressistas", que falam em camponeses...

Não sejam os otários!

O que o Brasil deseja e quer é ser livre, como livre é o povo americano; pensar, trabalhar e progredir como seu grande irmão do norte.

Desejamos é ter o prazer de tocar e ouvir os nossos sambas com o mesmo sentimento de alegria que a letra e a música do "fox-trot" encerram. A música é a linguagem do povo, e que fala diretamente ao coração, onde as notas interpretam a alegria e a tristeza.

O "fox" e o samba têm a mesma fonte de inspiração — a alegria de viver. Entre nós não cabem os lamentos do tango, nem muito menos os sons dos escravos do Volga, alimentando em cada nota a mística dos dias frígidos e tristes... Somos um povo alegre, que sente o prazer de viver em liberdade.

---

Quando falamos em liberdade, em democracia, é para obtê-las tal qual as vemos estampadas na realidade implantada por George Washington em 1776, e que tão humanamente foi interpretada pelo grande Franklin Delano Roosevelt. O que desejamos não são as lições da Rússia Soviética, mas as que nos oferece a Democracia Americana.

Contra ela se erguem hoje vários encapotados, extremistas da esquerda e da direita, entretanto, em meio as ambições de ambos, conserva-se como o mais alto símbolo da verdadeira liberdade a democracia de Roosevelt e a do trabalhismo inglês. A prática dêsses princípios, que só o coração humano pode compreender, é a causa de virem os nossos pracinhas tão

entusiasmados com os seus companheiros de lutas: o soldado americano. O samba e o "fox" embora cantados em idiomas distintos, falavam a mesma linguagem da alegria de viver.

---

Queremos é liberdade no duro!

(Sete Dias — 11/10/1945).

*Revolução dos Salários Versus Exploração dos Preços*

Assistimos neste instante histórico a um dos episódios mais sérios da nossa vida econômico-social. Ninguém desconhece a imperiosa necessidade do aumento dos salários e vencimentos, não apenas como compensação pelo encarecimento da vida, mas também como inadiável início de vida decente para todos os que dependem de ordenados.

Com raríssimas exceções, o que se paga é apenas um vencimento fixado abaixo da média das necessidades para que o homem possa comer, vestir e morar. Não se cogitou, jamais, de pequeno saldo que sempre é formado pela economia individual, e, com essa falha, temos estrangulado o desenvolvimento do nosso mercado interno.

O mal da guerra e a conseqüente inflação, forçou a alta dos preços, porém, os donos dos preços de venda, fixados sob a DESORIENTAÇÃO DO GANANCIOSO "OLHOMETRO" de cada um em vez de procurar na técnica e na racionalização da produção e das vendas, um equilíbrio para aquêle desiquilíbrio, ainda mais concorreram para agaravar a situação.

O preço dos tecidos, dos gêneros, do calçado, da moradia, enfim, de quase tudo, foi sendo elevado, como alguém que estica um fio de borracha, sem se dar conta que um dia êle arrebentará. De fato, as greves foram o sinal da falta de paciência dos assalariados.

Os salários e tôda sorte de vencimentos já foram ou estão a caminho de serem ajustados mas, infelizmente, os senhores dos preços, os responsáveis pela alta, esquecem-se dos cuidados que merece o doente que está em convalescença e já se preparam para continuar a esticar o fio da ganância e da ex-

ploração. Começaram pela "cândida promessa e decisão" de estabilisar os prêços, como se isso fôsse honesto e bastasse.

Precisamos de um Brasil próspero e êste só o poderá ser através de um grande mercado interno. Mas, como formar êsse mercado interno, se quase todos os responsáveis por seus setores de produção e de circulação, não estudam, não se aperfeiçoam. Estamos procurando vencer as batalhas da vida com as mesmas armas que usaram nossos descobridores, arcabuzes de muito barulho e pouco alcance. E isto senhores, na época do avião e da bomba atômica!

E' incrível, mas é verdade!

Há dias recebi carta de um industrial paulista que me censurava acerbamente, porque não defendia uma contínua lei "tarifária-protecionista". Acenava-me com o exemplo americano que antes de se tornar um grande exportador, tornou-se protecionista. De acôrdo, porém, êles lá limitaram o uso da chupeta aos primeiros anos, enquanto nós, queremos usar a chupeta protecionista, mesmo depois de adultos.

Meus caros amigos! Chegou a hora do povo impor a lei de sua própria defesa, que no fundo, é a defesa da própria Economia Nacional!

1.º) Somos favoráveis a salários compensadores e justos que permitam vida decente, onde se compreenda o que é poupança, para aquisição de objetos de confôrto. 2.º) Somos favoráveis a uma indústria nacional forte e próspera, baseada na racionalização, com base na produção em larga escala, ganhando menos por unidade, e mais pela quantidade produzida, vendida e consumida. 3.º) Somos favoráveis a uma revisão drástica dos gastos públicos (União, Estados e Municípios) para que os novos e justos aumentos de vencimentos não impliquem em novos impostos e para que cesse imediatamente o fluxo das emissões. 4.º) Somos favoráveis a uma revisão e mesmo diminuição de muitos impostos (União, Estados e Municípios), e por outro lado, favoráveis ao aumento do impôsto sôbre a renda. 5.º) Somos favoráveis à cessassão de tôdas a medidas que determinam os impostos disfarçados de fronteiras de países estrangeiros. 6.º) Somos favoráveis às medidas

que permitam a livre circulação das pessoas e das mercadorias, dentro do país, sem barreira de espécie alguma, para evitar o espetáculo triste de vermos num mesmo país, sob a mesma bandeira, um automóvel ou caminhão com várias chapas e licenças, correspondentes a vários Estados e vários Municípios. 7.º) Somos favoráveis à imposição de uma comissão oficial de inquéritos sôbre prêços e lucros, como existe no Senado Americano, capaz de zelar contìnuamente pela bolsa do consumidor. 8.º) Somos favoráveis a um regime para deter o custo de produção em nossas atividades, capaz de orientar o govêrno, não só na sua política fiscal como na sua política alfandegária.

Somos favoráveis, enfim, a que os govêrnos, em face da diminuição inicial das rendas provocada pela reforma dos impostos antiquados e anti-econômicos, obtenham empréstimos a longo prazo e juros módicos, que lhes permitam o equilíbrio entre a arrecadação e a despesa até que surja, logo a seguir, o período de nossa inevitável expansão econômica.

(Sete Dias — 18/10/1945)

*A Crise do Crescimento*

Poucos são, talvez, os países que se apresentam com maior crise, neste momento, do que o nosso, em matéria de transporte. De providências imediatas para a sua solução depende a consolidação do nosso mercado interno e o fortalecimento do nosso mercado externo.

A revisão e os estudos do problema, tão bem conduzidos na Comissão de Planejamento Econômico, demonstram que o Brasil precisa começar a pensar e a agir como adulto e não mais como criança.

Em princípio, precisamos, para a excução de um plano nacional ferroviário, de cêrca de 8 milhões de cruzeiros (prazo de 10 anos), enquanto, para a plano rodoviário proposto necessitaremos cêrca de dois e meio bilhões. Aí estão, sòmente para os transportes terrestres, 10 e meio bilhões de cruzeiros!

A verdade é que, quando confrontamos êsses algarismos com as nossas possibilidades federais e estaduais, parece que

estamos planejando no mundo da lua. Mas, a realidade é que, infelizmente, o Brasil de hoje, em matéria de transportes, está muito aquem de suas possibilidades econômicas. Precisamos, apenas, de coragem, decisão e ação. Devemos compreender que os recursos dos orçamentos não são mais que juros ou dividendos, obtidos em função da nossa expansão econômica e que esta só se consegue com transportes, mais transportes, sempre transportes.

O Brasil está hoje desenvolvendo a produção siderúrgica e é real, igualmente, o progresso na extração e industrialização da borracha. Está, portanto, habilitado com recursos básicos para o engrandecimento econômico, os quais, por outro lado, constituem fontes de florescimento de regiões como a Amazônia, onde a extração da goma elástica está proporcionando benefícios dos maiores àquele extenso território. Disto decorre a formação de um capital para que muito em breve sejam aumentados os dividendos da economia nacional, determinando o rápido crescimento dos orçamentos da União, dos Estados e Municípios. Êsse crescimento não será motivado pelo aumento dos impostos e taxas, mas pelo volume de uma arrecadação eficiente, que será indiscutìvelmente maior, na razão direta do desenvolvimento dos nossos meios de transportes. Não falamos do transporte marítimo, cujo programa já está sendo executado, mediante a obtenção do recente empréstimo de 38 milhões de dólares, aos juros de 4% e pelo prazo de 20 anos.

Olhemos com confiança o futuro, pois que as riquezas do nosso interior valem bem o sacrifício dos empréstimos, por maiores que sejam, desde que destinados integralmente aos transportes. Dez ou vinte bilhões de cruzeiros será um capital modesto em face da grandeza do Brasil e da expansão de sua economia. Não tenhamos mêdo do nosso crescimento e enfrentemo-lo com decisão e coragem.

(Sete Dias — 25/10/1945)

*Matando a Galinha dos Ovos de Ouro*

Já temos afirmado várias vêzes que o Brasil só poderá fazer frente às suas necessidades orçamentarias (União, Es-

tados e Municípios), quando o govêrno empreender uma real cooperação no fomento da produção. Ninguém pode arrancar sangue de uma pedra. Mas — falemos com franqueza as nossas leis tributárias e fiscais pretendem conseguir êsse impossível.

Os impostos são, indiscutìvelmente, juros que o govêrno cobra pelos serviços que presta relativamente ao movimento econômico. Logo, quanto mais razoável fôr a taxa dêsse juros, maior será o incentivo para a nossa expansão econômica. Se êsses juros sobem, ou são incertos, gera-se automàticamente a desconfiança geral. E o problema ainda mais se agrava, com o regime das multas, pois o comerciante, o industrial e o agricultor, ante a incerteza em que vivem, procuram cobrir-se elevando os seus preços.

O vício dessa taxa de juros dá a impressão de que o Brasil é governado por método bancários e não com visão econômica.

Os juros são altos no Banco do Brasil. Mais altos ainda nos outros bancos. O nosso sistema tributário acompanha o rítmo e, assim, todos dansamos a mesma cirandinha.. O govêrno federal paga juros mais altos ao seu próprio banco, do que um industrial ou comerciante paga a um banco particular nos Estados Unidos. Nesse país, o custo da produção é banco mais barato e o govêrno concorre, por sua vez, através da eliminação da burocracia, para que todos se empenhem vigorosamente na produção em larga escala, em bases realmente econômicas.

Oxalá se convertam em realidade as recomendações da Conferência de Bretton Woods, para que, com a reforma bancária, reformemos também a mentalidade que nos orienta em matéria de produção e arrecadação, evitando que continuemos a matar a galinha dos ovos de ouro.

(Sete Dias — 8/11/1945)

*Avaliadores Das Fortunas Alheias...*

Recentemente, um dos nossos matutinos, a título de bem informar o público divulgou, firmado por um de seus cola-

boradores, uma lista dos chamados afortunados porque possuem largos capitais ou cousa que isso representa.

Infelizmente a classificação se fêz sob a influência do jôgo do bicho, isto é, do palpite corriqueiro, do "diz que diz".

O resultado é que, para o grande público, a divulgação de tais palpites, serve única e exclusivamente a dois fins: "ódio" e "mordidas".

Quando se critica desleal indiscriminalmente do capital acumulado daqueles que o possuem, o que se ofende é a decisão a iniciativa o trabalho, a honestidade de espíritos empreendedores. No entanto, apontam-nos como exploradores perante a opinião pública. Ford, neste caso, seria um ignobil explorador!

Óra, todos sabemos que essa é uma prática muito ao saber dos que combatem o regime capitalista, um sistema muito usado pelos satélites de Stalin. Incapases de vencer pelo trabalho paciente, persistente, constante, não de tais recursos para denegrir aquêles que pelos seus esforços contribuiram para o progresso com realizações concretas.

O mais curioso é que sempre há qualquer cousa de extrangeiro no interêsse dessas críticas, quer seja da direita ou da esquerda...

Muitos conhecemos essa prática por ocasião do advento da época hitlerista entre nós, e não podia falhar a mesma prática na época moscovita. Mas o que mais admira é o papel a que se prestam certos pretensos orientadores da opinião pública, como se esta fôsse uma massa informe que se presta a confecções fáceis.

Enfim, êstes casos não são novos entre nós. Lembra-se até um que me causou grande impressão, isto lá pelo ano de 1924.

Os homens públicos eram, como hoje o são, atacados, criticados, velipendiados. Acusava-se, por tôda a parte, o grande político L. M. Era senhor de grande fortuna, que, como de hábito, diziam não a ter no país. Só no Banco da Inglaterra possuia um depósito superior a 700.000 libras esterlinas. A história correu mundo — Eu não conhecia pessoalmente o acu-

sado, mas, cheguei também a fazer juizo, alcançado pela desconfiança, tais eram as críticas.

Mais alguns anos se passaram, e um dia assisto à evidência da pobreza financeira em que viveu aquêle grande prócer republicano. Honesto, tinha seus bens hipotecados para que não faltasse aos que nêle confiavam. Família grande, com despesas elevadas, êsse homem ocupava proeminente situação na orientação financeira dos orçamentos públicos. Mas nunca transigira com os altos interêsses da nação!

E as críticas partiam muitas vêzes daqueles poderosos que não podiam vencer com seu dinheiro a pobreza honrada do velho homem público.

Morreu deixando empenhados até os seus móveis.

Vieram outras épocas, outros homens, e êstes da nova orientação política inventaram até Tribunais de Correção. Fecharam-se mais tarde, por falta de clientes...

Os homens da República velha não mereciam as críticas que se lhes procuravam fazer de afogadilho, e em breve desaparecia a onda.

Os críticos satisfaziam-se com a pobreza de seus desafétos... Infelizmente ainda não temos clima para um Lincoln e um Ford.

(Sete Dias — 22/11/1945)

Barreiras — 25-10-1945.

### *Tenhamos Coragem de ser Grandes*

O Brasil é, afirmo-lo sem receio de errar, um país pobre de capitais. Êste fato determina, em face de nossas recentes tendências ultra nacionalistas, uma perspectiva de marcha lenta em nosso desenvolvimento econômico. Estas tendências se acentuaram precisamente com o advento do nazi-fascismo, o que bem se compreende, uma vez que ambos os países que lhe deram origem não eram exportadores de capitais. Combatendo a importação de capitais, aplicavam êles sua tática no preparo de países de grandes extensões, como o nosso, mas que sem um sólido desenvolvimento econômico seriam, cêdo ou mais

tarde prêsa fácil, verdadeiras colônias sob seu domínio imperialista.

Ficamos, assim, reduzidos em muitas atividades a nossos próprios recursos, ou, noutras palavras, condenados a um desenvolvimento econômico mantido sob a marcha de câmara lenta. Muitas fábricas que para aquí quiseram vir, não o puderam fazer, pois nossas exigências de maioria de acionistas brasileiros, obrigou-nos a outra orientação, mais ou menos baseada em empréstimos externos, garantidos pelo Banco do Brasil, o que prova não termos, em absoluto, capitais suficientes para o nosso próprio desenvolvimento.

Até hoje, em conseqüência das comoções provocadas pelos nazistas e fascistas e pela guerra, não notamos muito êsse grande perigo de leis ultra-nacionalistas. Entretanto, o mundo se transforma ràpidamente, e nós precisamos encarar com rapidez e coragem o programa a realizar, se não quisermos ficar para trás, e assumir a mais grave responsabilidade perante nossos decendentes, pelo abandono em que vamos deixar as nossas riquezas.

Volta Redonda, Vale do Rio Doce, Banco de Crédito da Borracha, Companhia de Alcalis, só puderam ser organizados com a maioria das ações tomadas pelo Poder Público, pois as contribuições particulares são irrisórias. Isso nos deve fazer meditar sèriamente. Não é possível continue, tal situação, pois estaremos fugindo ao verdadeiro caminho democrático, e enveredando por perigosos extremismos.

A guerra demonstrou pràticamente que só uma verdadeira democracia é capaz de resistir a todos os embates, e a verdadeira democracia não é apenas praticada em palavras mas em ações. Os Estados Unidos são disso o maior e o mais poderoso dos exemplos, que deveria servir-nos de lição. Suas leis imigratórias no início de sua expansão, sua liberdade de aplicação de capitais tornaram possíveis àquela nação, com a cooperação de indivíduos de quase todos os países, formar a indústria e a agricultura mais poderosas da Terra.

Assim pôde aquela nação desarmada levantar, em menos de 12 meses, a maior das organizações de guerra que a hu-

manidade jamais conheceu em qualquer época. Os homens que de todos os países para ali haviam acorrido nos últimos 75 anos, por si e seus descendentes, conservando lealdade absoluta para com o país acolhedor, deram o que possuiram: vidas e riquezas.

E a grande República, que nunca conheceu os pruridos do ultranacionalismo, ergueu-se como um só homem e esmagou as 3 mais feroses máquinas militares criadas por nacionalistas doentios e absorventes.

Meditemos, pois, profundamente na imensidade de nosso território, meditemos nos números que classificam as 10 mais populosas nações do mundo:

| | |
|---|---|
| China | 458.000.000 |
| Índia | 353.000.000 |
| Rússia | 192.700.000 |
| Estados Unidos da América | 132.000.000 |
| Alemanha (decadência) | 79.300.000 |
| Japão (decadência) | 72.200.000 |
| Reino Unido | 46.200.000 |
| Itália (decadência) | 45.350.000 |
| Brasil | 44.115.000 |
| França | 42.000.000 |

Aí vemos o Brasil em 9.º lugar, mas se considerarmos os efeitos da derrota da Alemanha, do Japão e da Itália, pertencer-nos-á breve o 6.º lugar. Portanto temos gente temos território, temos usinas mas falta-nos o capital; e êste deve ser atraído e estimulado por leis que, dando-nos a segurança de sua boa aplicação, também inspirem confiança ao estrangeiro que quer acreditar em nós.

Não é possível que continuemos com nossas minas por explorar, nossas quedas dágua a desbaratar milhões de HP, e tão pouco que nossos homens tenham de aguardar semanas e meses a fio para se locomoverem, já que nossos meios de transporte são precários. Enquanto isso, aviões estrangeiros percorrem nossas costas de um lado para outro, usam nos-

sos campos de pouso, mas não podem ajudar a mitigar a deficiência de nosso transporte porque não se permite receberem passageiros dentro do Brasil.

Do mesmo modo os navios de longo curso, quando passam em portos nacionais, não podem transportar para outros portos nacionais mercadorias nossa e bem nossa, de que temos vital necessidade. E' algo inacreditável, mas assim é.

Oxalá, todos nos dediquemos a construir um Brasil forte, grande, próspero. Mas não apenas grande no papel.

Façamos nossas leis, protejamos nossos interêsses, mas tenhamos coragem de ser grandes!!

Pôrto Rico, 30-10-1945.

(Sete Dias — 15/11/1945)

*Faliu há* 20 *Anos — Hoje é Presidente da República*

Descobertos poucos anos antes do nosso Brasil, começaram os Estados Unidos a povoar-se muito mais tarde. Mas isso não obstou a que, no último século e meio, se transformasse na maior e mais rica nação do globo.

Inúmeras foram as dificuldades que enfrentaram os seus primeiros colonisadores, vencida e sem dúvida a árdua luta foi com a imolação de milhares de vidas que se perdiam em constantes embates, anos após anos mas persistentes, confiantes no futuro, não desanimavam e faziam de cada revez um motivo para prosseguirem na grande marcha civilizadora de seu imenso território.

Suas leis, baseadas na Constituição, foram a afirmativa do Direito que florescia progressivamente no terreno fértil que é o respeito à liberdade do homem.

Quem analisar a mentalidade que ali preside a cada ato oficial ou a determinação da vontade de cada corporação, verificará que tudo se funda no incentivo ao progresso moral e material.

O homem é analisado em seus atos e no que êle produz ou que possa produzir. Aquêle que tomba ante o impresto, pode ter a certeza de que, em breve, tem diante de si a oportunidade

para reerguer-se. Por outro lado, o homem que progride em qualquer setor da vida normal americana, é citado imediatamente como grande exemplo a ser seguido. O ciclo das estradas de ferro, com os chamados "Four bigs", a época do petróleo com os Rockfeller, a era dos automóveis com Henry Ford, Studebaker, Chrysler e outros e ainda agora Kaiser com os seus formidáveis estaleiros, que produziu na guerra maior tonelagem em navios que a nossa tonelagem de algodão...

Seus nomes são citados como exemplo e orgulho para a Nação Americana. Entre nós, infelizmente, há quem procure denegrir, atacar, aniquilar os que trabalharam produziram, pretendendo apontar como incompreensível que alguém honestamente tenha vencido. Mas isso, até certo ponto, se justifica: a ignorância, a incompetência, a falta de persistência geram aquêles sentimentos de inveja.

E se o homem empreendedor tomba a meio caminho, poucos ou quase nenhum lhe estendem a mão. Mas se êste, após duros esforços, se ergue, a estupefação é tão grande que, não podendo acreditar procuram lembrar a todos os instantes a sua queda. Pretendem paralisar a marcha do tempo, para que permaneça eternamente tombado. E deveria justamente ser o contrário, pois o homem que se levanta após ter caído, sem dúvida merece consideração e respeito.

O exemplo de Truman nos Estados Unidos é como um aviso ao nosso país, se quisermos progredir: — Falido comercialmente em 1923, em 1945 é Presidente da maior República, do mundo.

Houve em nosso país reajustamento econômico dos lavradores para evitar a sua falência, tendo a Nação concorrido com mais de dois bilhões de cruzeiros para êsse fim.

Houve anistia fiscal, política, inclusive dando-se liberdade aos que assassinaram em 1935 os seus compatriotas que dormiam.

Mas os que por fatalidade tombaram, independentemente de sua vontade no terreno comercial ou industrial êsses têm de ficar sujeitos às imposições do opróbrio, e marcados com

o ferrete da ignomínia, impedidos de reabilitar-se e prosseguir na marcha do progresso.

E' preciso modificar essa mentalidade.

Truman jamais poderia ser um grande homem, no Brasil...

Miami, 29-10-1945.

(Sete Dias — 29/11/1945)

*O Minério de Itabira e o Vale do Rio Doce*

Quando em Março de 1942, tivemos ocasião de colaborar no acôrdo com os Governos Inglês e Americano, pelo qual o Brasil adquiriu a posse das famosas ações da Itabira-Iron Ore e iniciou a reforma da Linha Férrea Vitória-Minas, não julgaríamos que, em tão pouco tempo nos víssemos diante de um novo problema: o de retomar o estudo do projeto de Pandiá Calogeras que tendo sido expressado pràticamente pelo engenheiro americano Percival Farquhar, recebeu o nome de "Projeto da Itabira", que referimo-nos ao traçado que terminou no Porto de Santa Cruz.

Logo que a estrada Vitória-Minas passou a melhorar, embora em pequena escala, verificou-se tal acúmulo de cargas e passageiros que o minério que deveria representar no mínimo 75% de sua capacidade, apenas teve livre em média, cêrca de 25%, pois a mercadoria geral e o movimento crescente de passageiros foi empurrando para trás a prioridade que deveria gozar o minério de ferro.

Não desejo, entrar em detalhes quanto à administração porque, em geral, mesmo havendo falhas, elas de fora são vistas com demasiada simplicidade com o desconhecimento de fatôres que só a prática pode apreciar.

O que desejo é lembrar o seguinte: Minas tem diante de si um futuro de poderosa expansão econômica porém está prisioneira da capacidade de transporte que lhe possam oferecer a Central e a Leopoldina. Além disso, ambas estas Companhias se dirigem para o Sul, aumentando as distâncias das comunicações com seu interior.

O novo aparelhamento da Vitória-Minas, criou um natural interêsse pelo famoso Vale do Rio Doce favorecendo-lhe expansão econômica, e por isto mesmo exigindo o transporte de mais mercadorias e produtos nas duas direções.

Por outro lado, se não acudirmos ràpidamente a êste estado de coisas, desencorajaremos a exportação de minério e, conseqüentemente, reduziremos a expansão do Vale ao rítmo de câmara lenta.

Daí a necessidade premente de encarar com coragem, patriotismo, decisão e urgência, o problema tal qual se apresenta para dar-lhe em linhas gerais o seguinte curso:

1 — construir mais ao Norte, entre Presidente Vargas e Santa Cruz, uma via férrea, bitola 1,60 m especial para minério de ferro, que resista a um transporte anual nunca inferior a 10 milhões de toneladas;

2 — construir o porto de Santa Cruz, aparelhando-o, especialmente para o embarque de minério de ferro, podendo receber, no mínimo, 2 a 3 vapores por dia;

3 — promover a ligação daquela via de 1,60 m, de Presidente Vargas a Belo Horizonte, para encontrar a Central do Brasil;

4 — destinar a Vitória-Minas para passageiros e carga geral, melhorando-lhe contìnuamente o material rodante, pois sua capacidade será verticalmente crescente, porquanto assim o exige o progresso de Minas.

Em resumo Belo Horizonte teria o seu problema de combustível resolvido com a importação de carvão de pedra ou outro.

O Estado do Espírito Santo seria um grande produtor de ferro guza verdadeiramente econômico.

Teríamos portos mais ao Norte (Santa Cruz) ligados pela bitola de 1,60 m aos dois maiores portos do Brasil: Santos e

Rio, além de reunir por essa forma os maiores centros econômicos da República.

Eis aí uma papeleta de lembrança para a lapela dos nossos dirigentes.

Camaguay, Cuba — 2-11-1945.

(Sete Dias — 13/12/1945)

*Ou Oito ou Oitenta*

Ninguém poderá negar que os excessos e os abusos no passado foram os maiores causadores de muitas das leis extremamente nacionalistas hoje em vigor entre nós.

Infelizmente, abusos de tôda a ordem se sucederam com tal ímpeto, que a Nação não teve dúvida, embora sem maior exame, em aceitar uma diretriz que mais parecia, a seu tempo, uma verdadeira defesa nacional.

Inúmeros foram os setores de nossa atividade econômica onde mais acentuadamente se fizeram sentir a influência daquelas decisões. Ao acaso temos o que refere ao funcionamento dos Bancos estrangeiros. Para aqui vinham êles se estabelecer em geral, com pequeno capital declarado que, só ao cabo de muito tempo e eventualmente era integralizado e isso mesmo à custa dos recursos já então ganhos entre nós. Daí as nossas providências drásticas, mas infelizmente drásticas demais, porque em vez de exigirmos um capital mínimo, elevado e realizado, resolvemos barrar "in totum" a cooperação do capital estrangeiro. Êsse sempre, ou quase sempre, o nosso mal ou 8 ou 80. Dificilmente buscamos o meio têrmo, como recomenda o bom senso. Deveríamos corrigir essa anomalia que muitos danos pode trazer à nossa expansão econômico financeira, uma vez que precisamos, e nos convém, de relações comerciais com o estrangeiro. Exijamos um capital mínimo realisàvel, digamos, de cem milhões de cruzeiros. Incluamos nessa exigência, outros itens que possam atender à defesa de nossos altos interêsses econômicos, neles compreendidos os de natureza industrial e comercial.

Não podemos perder de vista que um Banco estrangeiro, sendo poderoso, pode chamar para si uma alta soma de depósitos de tôda a espécie empregando tais disponibilidades com acentuada tendência no desenvolvimento apenas de organizações que estejam ligadas aos interêsses diretos ou indiretos do país de sua origem, isto é, da séde de sua Matriz. A concessão do Banco de Crédito da Borracha, já é entretanto um bom exemplo de como pode ser recebida e permitida a cooperação estrangeira. O caso City Bank, do London Bank, do Holandez e do Italo Belga, embora a título precário, já mostra felizmente uma acentuada tendência, para corrigir, em parte, a falta em que íamos incorrendo com os pendores ultra nacionalistas.

Oxalá, procuremos incentivar a colaboração do capital de bancos estrangeiros, mas sem nos esquecermos das exigências de um alto capital, com garantia de sua integralização em tempo útil e definitivo. Não nos esqueçamos também de regulamentar o limite nos depósitos à vista e a prazo, estabelecendo "em ratio" com capital realizado.

E, sobretudo, que na aplicação de suas responsabilidades, haja sempre uma linha equitativa entre os chamados interêsses estrangeiros e os genuinamente nacionais.

O momento atual é o mais propício para começarmos a eliminar a prática do oito ou oitenta, começando a instituir no Brasil uma nova lei e uma moderna mentalidade bancária...

New York, 8-12-1945.

(Sete Dias — 20/12/1945)

## *Dá Cá — Toma Lá*

Aviação — Semente de nossa Expansão econômica.

Quem, como nós, está acostumado a percorrer por via aérea o nosso país em várias direções não pode deixar de observar os magníficos surtos de desenvolvimento do nosso interior, em tôrno dos campos de aviação. A magnífica tarefa teve início ao longo de nossas costas, com o corajoso e inesquecível serviço da Latecoére, mais tarde Air-France, vindo em seguida

a Nyrba, precursora da Pan American Airways. Tivemos mais tarde a Condor, a Latti e em seguida as nossas linhas nacionais.

Se olharmos os lugares onde existem campos de pouso, verificaremos como em tôrno dêles se implanta a civilização.

Não se poderá fazer distinção entre os esforços despendidos pelas organizações nacionais ou estrangeiras, tôdas merecem elogios. A verdade é que o Brasil tem logrado progresso com a política de transportes aéreos que adotou. Sabemos que existe entre nós uma grande tendência nacionalista para que nossos céus apenas sejam cortados por aviões portadores de nossa bandeira. Parece-nos, entretanto, que poderíamos optar por uma política mais liberal, que muito contribuiria para o nosso predomínio no Continente Sul.

Não há negócio algum que seja duradouro, nem que seja lucrativo com segurança, se êle não obedecer ao regime de "dá cá toma lá'". Parece-nos que as nossas concessões deveriam ser sempre de natureza recíproca e, quando se tratasse de grandes nações que pudessem impedir com limitações por meio desenvolvimento das organizações nacionais, de cláusulas obrigatórias, visando assistência técnica, financiamento e outras, exigências em favor da aviação nacional.

O Brasil tem que agir como nação que possui um grande território e não como nação de visão estreita que não acredita na sua própria grandeza e magnífico futuro.

Estamos cercados por uma infinidade de pequenos países que nossas linhas nacionais aéreas poderiam cobrir num movimento como os que realizam os auto-lotação, ou sejam os taxis aéreos, contribuindo assim para uma verdadeira política de boa vizinhança, com sólidas bases econômicas.

Essas nações difìcilmente poderão competir conosco. Se enveredarmos, entretanto, por uma política de impedir o tráfego de aviões estrangeiros sôbre nosso território, estaremos barrando a possibilidade de obtermos êsses mesmos favores ou direitos nos outros países, onde deveremos, por tôda a forma, exercer uma influência decisiva a favor da nossa política econômica.

Quem hoje passa por Barreiras, Corumbá, Baurú, Carolina, Lapa, Rio Branco, Porto Velho, Aragarças ou Iguassú, bem pode compreender, e com entusiasmo, porque motivo devemos considerar a expansão da aviação entre nós, como a melhor irradiação da sementeira de uma nova civilização.

(Sete Dias, 27/12/1945)

New York, 15-12-1945.

*"Enquanto Apenas Pensas, Alguém Já Esta Realizando"*

A inflação e os Bonus da Vitória

Quando, entre nós, foi lançada a idéia dos Bonus de Guerra, lembrei a conveniência de se fazer uma propaganda tal qual a que foi feita nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Dos Estados Unidos, veio por interferência do Escritório do Coordenador dos Negócios Inter-Americanos, um técnico do Tesouro. E foi criada um Comissão, que teve como seu Presidente, o próprio Diretor do DIP, para fazer a propaganda. Mas, os dias se foram passando e nada apareceu de concreto, e assim esfriou, o entusiasmo, sem qualquer explicação, em tôrno de um dos mais notáveis serviços que poderia ter ajudado bastante a combater a inflação.

O técnico do Tesouro Americano, desgostoso, não compreendia o motivo de tal apatia. Procurou-me certa ocasião e resolvemos trabalhar confiando em um novo programa. Mudar-se-ia o nome de Bonus de Guerra, para Bonus da Vitória, uma vez que os primeiros já haviam caído em desconfiança por parte do público. Lembro-me de que a Casa da Moeda, gentilmente elaborou um desenho especial para os selos, parte do programa, e que o noticiário foi elaborado com a cooperação técnica de nosso pessoal.

Quando tudo estava quase pronto, iniciamos, de acôrdo com o técnico americano, uma aproximação com alguns membros da Comissão da Propaganda dos Bonus de Guerra... mas faltava entusiasmo, faltava tudo... Outras investidas fizemos em outros setores mais elevados, mas, infelizmente, pa-

rece que a onda de fria indiferença atingira também outras camadas. Prosseguimos trabalhando, embora não fizéssemos parte da Comissão, pois acreditávamos no sucesso do Plano dos Bonus da Vitória. Parecia que venceriamos, derrotando a apatia, a indiferença, quando a espôsa daquêle digno funcionário do Tesouro dos Estados Unidos foi vítima de um acidente de automóvel em New York, o que determinou a partida brusca do mesmo. Tudo ficou interrompido.

Os meses se passaram e, quase dois anos decorridos, vimos que o Secretário do Tesouro Americano, Sr. Vicent Vinzon, lançou os Bonus da Vitória, nos Estados Unidos, com o fito de obter 12 bilhões de dólares.

Ficamos a meditar naquele famoso aviso que há anos, vimos em São Francisco da Califôrnia:

"Enquanto pensas, alguém já está realizando...

* * *

Creio que deveríamos pensar outra vez, sèriamente neste assunto, se desejarmos concorrer para paralização da inflação. Ainda é tempo de levar adiante êste urgentíssimo programa. E' um trabalho árduo, que exige muitos sacrifícios por parte de seus executores, pois será o mesmo que levantar uma grande organização comercial de vendas, para, em vez de mercadorias, vender Bonus, visando, como lucro, o seguro de nossa prosperidade e de nosso futuro. Pelo nosso estudo, não pagaríamos 6% mas apenas 5%, mas os títulos não venceriam juros semestrais pois que os juros já seriam descontados no ato do pagamento de aquisição do título. Os títulos seriam resgatáveis no prazo de 10 anos, condição *sine qua non*, para ser completo sucesso, o que tornaria tal título líquido e certo ou, por outra forma, excelente aplicação de Capital.

Asim quem subscrevesse um título — Bonus da Vitória — 1.000 cruzeiros, só pagaria de fato 500 cruzeiros, visto como os outros 500 cruzeiros corresponderiam aos juros nos 10 anos. Entretanto, haveria a obrigação do Tesouro, em resgatar a vista os ditos títulos, quando qualquer portador se apresen-

tasse apenas pagando, no caso do título de 1.000 cruzeiros, os 500 cruzeiros do pagamento inicial, mais os juros correspondentes ao prazo em que o mesmo foi posto em circulação.

Por outra forma, só ao fim de 2 anos, o portador de um título de 1.000 cruzeiros pelo qual apenas pague 500 cruzeiros, tem direito aos 500 cruzeiros correspondentes aos juros de 5% anuais, isto é, naquele prazo de 2 anos. Ainda de acôrdo com o referido plano, os títulos Obrigações de Guerra, deveriam cessar e o seu resgate deveria ser feito o mais breve possível, dentro de um plano de conversão. Não seria possível ao Tesouro Nacional manter na rua um título de 6% com a sua cotação profundamente desmoralizada.

Os Institutos de Seguro Sociais, poderiam cooperar para o restabelecimento do equilíbrio monetário, já que êles, direta ou indiretamente, tanto concorreram para várias modalidades que conduziam invariàvelmente ao regime inflacionário. Para que êles estejam de fato seguros precisam, desde logo, assegurar o apôio de uma política de valorização da moeda.

(Sete Dias — 3/1/1946)

## *Os Sebastianistas do Café*

Há tempos, de passagem para São Paulo, parei alguns dias em São Paulo, afim de visitar, a convite, a Sociedade Rural Brasileira, onde, mais uma vez, fui recebido com aquêle magnífico acolhimento paulista, tão cheio de entusiasmo.

Foi a propósito do Plano de Emergência que ali compareci, pois o meu velho amigo, Mello Morais, competente Secretário da Agricultura, conduzia importante estudo para abordar vários aspectos da maneira por que se deveria encaminhar o programa do Fomento à produção dos gêneros de primeira necessidade.

E' preciso ter assistido às discussões da Rural, para se ter uma idéia nítida de como naturais e compreensíveis direitos e interêsses particulares, em sua soma final, representam o mais alto interêsse econômico nacional. De fato, da iniciativa particular, corajosa e patriótica, depende a prosperidade nacional.

Quando se apela entretanto, demasiadamente para proteção dos Governos, ganha-se aparentemente, no bôlso, mas perde-se na fôrça moral da independência particular, única fôrça geradora de uma verdadeira democracia em tôdas as ramificações.

Por isso mesmo, passada a hora da borracha, não vemos como justificar, nos mesmos têrmos de sua atividade inicial, a continuação do D. N. C., verdadeira organização autoritária para controlar um regime agrícola e comercial que deve ser, nos tempos normais, puramente liberal. Não sou dos que combatem o D. N. C. " *outrance*". Não, e isso, porque não podemos deixar de reconhecer que no passado, nos momentos críticos, êle foi, quando os excessos da produção do café se acumulavam, a verdadeira Emprêsa de Seguro Cafeeiro, contra a qual emitiam suas apólices de tranqüilidade, agricultores e comerciantes de café e até banqueiros. Essa instituição que teve sua origem no antigo Conselho Nacional do Café, bem pode um dia ajudar a escrever a história da Revolução Paulista de 32, quando os planos traçados por um grupo de banqueiros, com café apinhado em suas carteiras até a alma, compareceram ao Ministério da Fazenda em Outubro de 1931. Ali foi proposto o famoso empréstimo de 600.000 contos para o restabelecimento do equilíbrio estatístico do café...

Em Maio de 32, diziam banqueiros e agricultores, já o equilíbrio estará obtido com a retirada do excesso do café do mercado! O Govêrno autorizou a operação! O Banco do Brasil deu os 600.000 contos, os bancos paulistas livraram-se do abacaxi... O programa do equilíbrio só foi para os grandes interessados... No vencimento, por falta de pagamento inicial do compromisso, inicia-se o movimento revolucionário...

De qualquer maneira, o D. N. C. surgia como uma lembrança ou proposta dos interessados nos negócios de café, e isso devemos considerar como se fôsse o lançamento de uma ponte que lhes permitisse alcançar o outro lado sem molhar os pés. Já passamos para o outro lado e de fato não existem mais motivos para manter tão dispendiosa estrutura, pelo menos, com a finalidade para que foi criada, e cujo sucesso, não se pode

negar, foi alcançado há longo tempo o restabelecimento do equilíbrio estatístico, origem da intervenção do Estado, a pedido...

Mas voltemos à Rural.

Aproveitamos aquela visita para abordar a questão da possível industrialização entre nós do café, obtendo o extrato em forma que possa ser exportado, com menor pêso, com menos volume e com maior valor. Esta guerra demonstrou que caminhamos para a época das comunicações rápidas, principalmente aérea. Todo e qualquer pedaço de terra por mais longíqua em que se encontre, pode ser hoje alcançado com rapidez extraordinária dentro de poucas horas, pelo avião. Ora, se assim é, porque não pensar, sem demora, profunda e maduramente na REVOLUÇÃO industrial que já nos bate às portas? Não pode nela ser considerado o preparo do café?

Pode! E isso, hoje, é uma verdade que não necessita de prova. Podemos e devemos deixar de desenvolver apenas uma política colonial. Temos de industrializar nossos produtos.

Durante a guerra, os soldados americanos movimentaram-se em todos sentidos, e onde havia um soldado americano, havia indiscutìvelmente um consumidor de café. Êles o beberam em todos os cantos da Terra, mas ninguém jamais viu nas trincheiras, nos campos de aviação, nos seus navios em suas inúmeras bases militares um só torrador, ou um só moinho. O café já vinha, em pacotinhos, destinado a cada soldado ou marinheiro. Inúmeras marcas foram criadas nos Estados Unidos para o consumo civil e basta atentar para as revistas e jornais e vêr como se venderá o café no futuro, tal qual o consumia o soldado ou o marinheiro.

Certamente que, nos Estados Unidos, os grandes torradores não podem estar de acôrdo com esta nova modalidade. E' natural, são seus interêsses. 1.º) Porque perdem êles uma de suas rendosas indústrias; 2.º) porque perdem o grande contrôle sôbre os produtores da rubiácea, uma vez que são êles os grandes intermediários entre produtor e consumidor.

Mas encaremos pelo nosso lado, o que representa a vitória dessa nova orientação: 1.º) não mais exportaremos apenas

matéria prima, mas sim, o produto também industrializado: 2.º) incentivaremos as investigações dos sub-produtos, criando uma nova fonte de riqueza nacional; 3.º) eliminaremos as despesas adicionais com a sacaria, bem assim o custoso transporte de mais de 75% de matéria dispensável (celulose); 4.º) eliminaremos a intervenção dos moinhos e torradores auxiliares e, conseqüentemente, com essas economias poderemos obter para o nosso produto um preço melhor, mais remunerador, e caminhar-nos para a industrialização de nossos próprios produtos.

Teremos aberto novas e melhores possibilidades para os consumidores no mundo inteiro, sem ficarmos sujeitos quase que exclusivamente a um só cliente.

Isso não representa novidade para assegurar o seu sucesso. Basta olhar a Economia da Dinamarca e vêr os exemplos que ela nos dá para os seus produtos e que se poderiam aplicar especialmente para o caso do nosso café. As cooperativas dos Agricultores de café deviam ser as organizadoras dessa nova indústria do café preparado, como o vai exigir o mundo de amanhã. Olhemos para a frente e não tenhamos receio da crítica que nos possam fazer. Mas olhemos com decisão, com coragem estudando, acompanhando a evolução do mundo moderno.

Após o debate daquele problema da industrialização do café, na Sociedade Rural, lia eu nas Águas de S. Pedro, dias depois, que a seguir, em uma outra reunião, um dos seus nobres associados, propunha que se procedesse a uma investigação para saber o que estava escondido atrás daquela idéia da industrialização do café... Parece mentira, mas é verdade. Não sei se investigaram e se não o fizeram, lastimo!

Também foi assim, em 1915, quando os sebastianistas da Amazônia, desprezaram os conselhos que a realidade do Oriente apresentava nas plantações e industrializações da borracha.

Lá dedicaram-se à sua expansão moderna com modernos métodos. Só produziam e exportavam a borracha pura, em lâminas, que podiam ser empregadas na indústria, no mesmo momento que ali chegavam. Eliminaram-se os intermediários: do produtor ao consumidor diretamente. Nós, no Brasil, na Amazônia, por nossos técnicos de então, e que ainda hoje escrevem,

não acreditamos naquele progresso e continuamos a recomendar a exportação das bolas de borracha que continham água, terra, pedras e tudo que fizesse pêso.

Assinalamos aquêle nosso ponto de vista, numa entrevista, que causou comentários na imprensa carioca em Dezembro de 1915... O oriente prosperou, a Amazônia naufragou. Não é para admirar que a história se repita... Os sebastianistas brotam periòdicamente...

New York, 20-12-1945.

(Sete Dias — 10/1/1946)

# REHABILITAÇÃO ECONÔMICA

*Função Dos Novos Empréstimos*

Na fase inicial do após-guerra buscam os países que foram envolvidos no conflito lograr uma recuperação retornando ao equilíbrio antigo rompida na quadra de perturbação contínua. Nesse período ainda são vivas e fortes as repercussões da guerra. Os países mais atingindos nas suas reservas, nas suas disponibilidades procuram, no momento, a sua rehabilitação. E' um novo comêço de vida. Para conseguirem essa desiderata se vêm na necessidade de empenharem-se para a obtenção de acordos financeiros por meio de empréstimos a prazo longo de juros anuais inferiores a 2%, com amortizações a partir de cinco anos da data do empréstimo. Incluem-se, entre os que se dispõem a conseguir operações financeiras nessas bases, a Grã-Bretanha, a França, a China, a Bélgica, a Rússia e a Holanda e várias outras entidades públicas. Todos êsses países compreenderam que a rehabilitação só será possível com a obtenção de capital estrangeiro para o financiamento dos planos de recuperação nacional. Êles se inclinam a aplicar o quantum dêsses empréstimos na aquisição de material nos Estados Unidos para, pela renovação da outilhagem dos seus estabelecimentos fabrís, reequiparem os seus parques industriais, e dessa forma, ingressarem no limiar de uma nova éra econômica que substitua aquela que a guerra destruiu.

---

(*) Artigo publicado no "O Observador Econômico e Financeiro", n.º 123, de abril de 1946.

*Bretton Woods*

A norma a registrar assentada na Chamada Conferência de Bretton Woods, da qual o Brasil participou, possibilita, de maneira prática e eficaz, o reerguimento econômico e financeiro do mundo no período de "post-guerra". Várias nações, naquele conclave, realizado ainda no curso da guerra, fixaram as normas de um comportamento ideal para o combate dos males legados pelo conflito nos setores da economia e da finança. Dentro dêssse propósito, cada país tomou o compromisso de subscrição de determinada soma para o "Fundo de Estabilização" e para o "Banco Internacional", elementos de disciplinação erigidos como instrumentos capazes de oferecerem soluções compatíveis com as condições das várias nações signatárias. O Brasil, entre estas, comprometeu-se a fazer parte das duas importantes entidades mundiais. Devemos agora alicerçar a nossa posição naqueles institutos. Devemos saber defender essa posição. E' possível que nos caiba, numa e noutra entidade, a posição de destaque. Para tanto, basta que o Brasil conte com os votos de dois países latino-americanos para ter assegurado um lugar de Diretor Administrativo.

*Política Do Ouro*

Essas organizações, oriundas da Conferência de Bretton Woods, são de interêsse vital para todas as nações, mas é forçoso reconhecer que as mais interessadas são as chamadas nações profundamente capitalistas. Já que as bases das duas instituições assentam na defesa do ouro. Ora, os Estados Unidos são automàticamente os mais interessados, dada a posição que desfruta aquêle país no mundo monetário. A América do Norte acumulou bilhões de ouro e, não colocando em movimento essa massa excepcional, retiraria ao mundo uma soma incalculável de benefícios, não falando na possibilidade de desacostumá-lo a uma política secularmente experimentada e adotada com sucesso (exceto para o critério dos comunistas). A própria excessão citada não é, atualmente, tão rígida. Basta lembrar que, no caso, a própria Rússia, hoje grande produtora de ouro, acor-

reu à Conferência de Bretton Woods, concordando em fazer parte das duas organizações: o Fundo e o Banco.

*Empréstimo Para a Grã-Bretanha*

A Inglaterra, signatária de Bretton Woods, procurou, em imediato, obter nos Estados Unidos um grande empréstimo de 4 e meio bilhões de dólares, fazendo saber ao govêrno norte-americano que, na falta daquele empréstimo, estaria impossibilitada de tomar parte efetiva no Fundo de Estabilização e no Banco Internacional. Ora, para os Estados Unidos, a prosperidade da Grã-Bretanha tem uma importância fundamental, porque significa o fortalecimento de um dos grandes Impérios, elemento de salvaguarda da política capitalista baseada no ouro. Por outro lado, auxiliando de forma decisiva a recuperação inglesa, torna aquela nação uma grande cliente, uma vez que, quanto mais industrial seja um país, mais amplo se torna o seu poder aquisitivo e, conseqüente, a sua capacidade de importação.

*Reservas Brasileiras no Estrangeiro*

Durante a guerra o Brasil acumulou grandes saldos no exterior, (reservas essas hoje apresentadas pela soma avaliada mais ou menos em $ 600.000.000,00 dólares americanos). Para muitos, principalmente os ignorantes, isto representa um lucro de guerra à conta do qual podemos programar fantasias.

*Fundo De Depreciação*

E' preciso acentuar, entretanto, tantas vêzes quanto forem necessárias, que aquela importância não é, nunca foi, nem será, um lucro de guerra, e, sim, exclusivamente, representa um Fundo de depreciação. No seu montante geral essa soma diz das nossas restrições e dos nossos sacrifícios na quadra da guerra. Ela corresponde aos materiais do nosso consumo normal, exportações adiadas, pelas contingências da guerra. Essas divisas são apenas caminhões, navios, embarcações, material

ferroviário, que deixamos de comprar com sacrifício, para aparelhamento dos nossos transportes e máquinas de tôda a espécie para equipamento do nosso parque industrial, que se transformaram em ouro. São o fruto de continuados saldos favoráveis em balanças comerciais hauridos não porque as nossas exportações em moeda tivessem ultrapassado, satisfatòriamente, as nossas necessidades de importação, mas sim porque esta não se podia processar, já que a nossa fome de produtos não podia ser satisfeita, e, sequer, atendidas as nossas necessidades mais imediatas. Envelheceu a maquinária do nosso parque industrial, os veículos de transporte tornaram-se obsoletos, reduzimos a nossa capacidade de transportes, baixamos a nossa capacidade de produção, tudo isso porque o material que viria oferecer sangue novo a todos êsses setores da vida nacional se transmudava em ouro. Tanto os Estados Unidos como os países para os quais vendíamos nossos produtos exportáveis, não estavam em condições, devido à guerra, de nos dar a contra-partida, isto é, os materiais de que tanto carecíamos. Se os Estados Unidos e a Inglaterra nos houvessem fornecido o material ferroviário e todos os demais produtos de que necessitávamos ávidamente, não possuiríamos aquêles saldos fabulosos, mas estaríamos em melhores condições de transporte. O que possuímos, portanto, nos Estados Unidos e na Inglaterra são Fundos de depreciação, que como tal devem ser encarados, e não lucros conseguidos por nossa habilidade econômica de homens de negócios ou de gestão de pastas fazendárias.

### *Empréstimos a Longo Prazo e Juros Baixos*

Ora, se a Inglaterra e os demais países já mencionados como a França e a Rússia se acercam dos Estados Unidos para obtenção de empréstimos de alta monta a juros módicos e longo prazo, não se compreende que o Brasil não procure fazer o mesmo, com tôda a urgência, condicionando como o fêz a Grã-Bretanha, que o cumprimento do pacto de Bretton Woods dependeria também da receptividade que os EE. Uni-

dos viessem a nos dar em matéria de empréstimo especial, com aquelas características: prazo máximo e juros reduzidos, empréstimo êsse que se destinaria à aquisição, por parte do Brasil, de maquinárias para a nossa industrialização, material para as nossas estradas de ferro, navios, e para aparelhar o nosso sistema rodoviário convenientemente. Os saldos que possuimos nos Estados Unidos se encaminhariam então exclusivamente para o pagamento das nossas compras de rotina, material de consumo, pagamento da dívida externa e subscrição dos compromissos de Bretton Woods.

*Comissão de Planejamento e Expansão Ferroviária*

Se não nos resolvermos a fazer isso imediatamente, a seguir essa política consentânea com as nossas condições e necessidades, poderemos sujeitar o país, em breve futuro, a andar de pires na mão, se quiser obter recursos para o seu grande programa de expansão econômico-industrial. Nesse sentido é conveniente salientar que a Comissão de Planejamento já possui elaborado um grande programa de rehabilitação das nossas ferrovias, estradas de rodagem, usinas hidro-elétricas, etc. Importa assinalar que, em relação ao nosso programa, que é modesto, precisaríamos, para a sua execução, só na parte ferroviária, de cêrca de dez bilhões de cruzeiros, ou sejam, 500 milhões de dólares em cinco anos.

*Emissões*

Uma política da ordem da que venho aconselhando neste trabalho é o único e eficaz remédio para os males que nos afligem no momento. O Brasil, no curso da guerra, viu-se na contingência de emitir, e emitiu demais, além da capacidade de absorção do nosso campo monetário. E infelizmente, as providências que deveriam ter sido tomadas para evitar a crise de preços e salários, que ainda hoje tanto nos apavora, não foram tomadas. Optou-se pela forma mais fácil: a emissão.

Era mais simples lançar novos jatos de papel-moeda no meio circulante do que estudar e levar adiante um programa que requeria muito estudo, muita tenacidade, muita dedicação e constância, sem olhar horas de trabalho, dia e noite absorvidos pelo exame dos problemas, pela pesquisa, até encontrar a solução mais aconselhável, esfôrço do tipo de que tivemos exemplo o que foi feito nos Estados Unidos e na Inglaterra durante a guerra.

*Obrigações De Guerra e Bônus Da Vitória*

O autor dêste trabalho sente-se bastante à vontade para fazer êstes comentários, porque muitas vêzes chamou a atenção a quem de direito, acentuando aquêles receios em entrevistas pessoais e pela imprensa. Do Tesouro dos Estados Unidos, por sugestão nossa e do escritório do Coordenador dos Negócios Inter-Americanos, veio um compentente técnico, para auxiliar a organizar e a lançar um grande programa de obrigações de guerra e bônus da vitória. Não era uma novidade, era apenas a experiência dos Estados Unidos e da Inglaterra, tanto na primeira como na segunda guerra mundial. E êsses recursos de que tanto precisava o Brasil poderiam ter sido conseguidos, em grande parte, sem se recorrer a essa avalanche incontida de emissões. Era um grande plano. Aquêle técnico foi apresentado em vários locais, inclusive na Casa da Moeda, onde se prepararam desenhos para Bônus e Selos, com uma comissão designada. Mas, infelizmente, os seus elementos componentes, muito atarefados, nada puderam fazer para aproveitar a oportunidade que o Tesouro Norte-Americano nos oferecia, sem ônus de espécie alguma para os cofres do Brasil. Após inúmeras tentativas infrutíferas para interessar aos órgãos administrativos, aquêle técnico americano viu-se obrigado a retornar para o seu país sem nada de prático ter feito a nosso favor, tão sòmente por culpa nossa. E aí temos como conseqüência de tôda essa tragédia: salários contra preços — preços contra consumidores.

*Inflação e Deflação*

Temos assim êsse grande mal: a inflação: E' uma gravíssima moléstia, que não pode ser combatida e liquidada de um momento para outro. Uma deflação rápida, empregando as teorias preconizadas pelos médicos ortodoxos, seria baseada na retirada rápida de grande parte da massa de moeda fiduciária em circulação. Sim, seria, aparentemente, a forma que os alunos de Joaquim Murtinho e Campos Sales preconizariam. Mas isto foi em outras épocas, ao tempo das diligências, e não hoje, quando os automóveis e caminhões dominam as distâncias. Isso praticado hoje, criaria um dos mais graves problemas sociais, porque paralisaria inúmeras atividades e faríamos o jôgo da política comunista.

*Tranportes*

A solução não é imediata, mas é estável, sólida e não obrigará o nosso organismo a sofrer reações violentas. O que precisamos é pensar e agir de conformidade com a grandeza do Brasil. Combater a velha escola européa, onde os nossos passadistas sempre beberam os ensinamentos de economia e finanças. Esssas lições são magníficas para os países daquele velho continente: países gastos, terras que já deram o que tinham de dar. O Brasil, país novo, quase não explorado, tem que adotar outra escola, a escola do aumento da produção e do consumo. E o remédio no caso é: Transportes.

O dinheiro empregado em rodovias e ferrovias não é despesa, é investimento de capital. E' progresso. Uma estrada de ferro ou uma rodovia, quando não oferece, de imediato, lucro financeiro, possibilita tais somas de lucro econômico que compensa até vultosos deficits. Sòmente com um transporte

---

O potencial monetário, resultado da soma da moeda em circulação e dos depósitos bancários, diminuída da moeda em caixa, existentes nos estabelecimentos bancários, subiu extraordinàriamente. Do índice 100 de 1933 passou a índice 625 em 1945 (30-11-45), com 44.272 milhões de cruzeiros. Em 34 o índice foi 113, em 35, 118, em 36, 131, em 37, 147. Em 40 foi de 191, 24 de 300, em 43 de 441, em 44 de 566...

fácil poderemos escoar nossas riquezas ilimitadas para o litoral e para os centros consumidores. Construir estradas é caminhar ràpidamente para a nossa independência econômica.

*Defesa do Nosso Futuro*

O Brasil precisa igualmente pensar no seu moderno aparelhamento militar e não será com a continuação de minguados orçamentos, oriundos de uma produção precária, incompatível com a grandeza territorial do Brasil, que poderemos dar de fato o que êle precisa. Nós possuimos um compromisso frente às gerações de amanhã. Nós deveremos oferecer aos homens do futuro um país econômicamente estruturado, aparelhado eficazmente, para que essas gerações porvindouras não sintam o pêso do ônus que a nossa imprevidência e os nossos erros de orientação armaram. As gerações do porvir precisam olhar para o nosso passado com a reverência com que ainda hoje nós cultuamos a memória dos nossos maiores: os velhos estadistas do Império, as grandes figuras da República. O Brasil de amanhã é o nosso Tribunal.

## DIREITO DE GREVE (*)

Litchfield Park, Arizona —

Incluímo-nos entre os que consideram necessária a regulamentação do direito de greve. A medida do nosso govêrno coincidiu com o ponto de vista que defendemos em Chapultepec. Efetivamente reconhecemos que êsse direito deve ser regulado a fim de que se impeçam os abusos possíveis na sua utilização. Abrir mão da prerrogativa de disciplinar matéria de tal relevância seria, para o Estado, o mesmo que admitir para o indivíduo o uso da bebida, sem contrôle, que determina a embriaguês.

Os Estados Unidos oferecem, sôbre o assunto um sugestivo exemplo. Aqui as greves e a formação das chamadas Uniões, que tanto ódio tem causado aos industriais são, no nosso modo de ver, uma grande arma social de defesa contra o abuso do capitalismo. Só mesmo quem conhece a fundo os métodos explorativos do capitalismo ganancioso, é que pode avaliar o que representa esta luta neste país. Os industriais, os banqueiros, os donos de emprêsas não perdoam ao Presidente Roosevelt a ação que êste teve no sentido de prestigiar as Uniões Trabalhistas, mas, a nosso ver, os americanos mais razoáveis, cheios de bom senso, hão de considerar Roosevelt como o melhor protetor do próprio sistema capitalista. O que agora faz o Govêrno de Truman, apoiando as reivindicações operárias, prestigiando o aumento de salários, e, ao mesmo

(*) Artigo publicado no "O Observador Econômico e Financeiro", n.º 124, de maio de 1946.

tempo, dando todo o seu apôio à nação controladora da OPA, é opôr um dique a essa mentalidade extremamente particularista, onde apenas se procura salvaguardar, proteger e aumentar os lucros ou os dividendos dos acionistas.

Neste país não existem ainda aquelas leis que possuímos e que dão direito à estabilidade. O homem aquí, em pequena ou grande emprêsa, pode ser rebaixado, sem motivo plausível, da noite para o dia assim como qualquer empregado ou operário pode ser demitido sem qualquer direito sôbre o esfôrço empregado no passado, em benefício daqueles a quem êle serviu.

Sabemos por experiência própria, que nós, os chamados patrões, sofremos muito com as leis que temos aí, pois não são poucos os abusos e extorsões por que temos passado. Mas é preciso raciocinar que tudo isso depende também de um período de educação e adaptação e que êste virá a seu tempo. Nós mesmos devemos dizer que é preferível tais aborrecimentos periódicos do que fazer do empregado ou do operário, uma espécie de peça de máquina que se pode substituir ou atirar fora quando bem nos agradar.

Êsse período de adaptação e educação nós o concebemos como uma taxa de segurança social contra o virus do comunismo. Estamos, portanto, pagando essa taxa.

O operário, o empregado, em geral é uma ser humano e portanto com o direito de ser assim tratado. O que devemos, porém, na recíproca, é ter a coragem de levar ao Tribunal Trabalhista aquêles operários e empregados que não correspondem à defesa dos interêsses da corporação pois que ela, dentro do espírito da mútua cooperação e respeito humano é a garantia daqueles que alí trabalham, sejam administradores ou administrados.

São êsses os casos que precisamos enfrentar, sem mêdo, mostrando que êsses elementos não são elementos trabalhistas, muito pelo contrário são elementos de exploração ignóbil.

Mas voltemos aos casos das Trade-Unions, nos Estados Unidos para julgarmos da necessidade das mesmas em face do tratamento profundamente materialista que os operários rece-

biam dos seus patrões. Para enfrentar uma política desumana tornou-se imperativo criar uma arma de defesa capaz de contrabalançar a incompreensão patronal. Daí o direito de greve que, como tivemos ocasião de declarar em Chapultepec é uma côrte suprema onde o operário tem o direito de apresentar a sua última apelação.

Quando em 1933, êste país passou por sua maior crise econômica e financeira, quando todos os bancos estavam à porta da bancarrota, e que Roosevelt a 4 de março daquele ano resolveu decertar o feriado bancário por uma semana, estava êle protegendo as próprias instituições capitalistas, principalmente as grandes potências bancárias. E de fato essas organizações que viviam e vivem da confiança do público não tiveram meios de convencer a êsse mesmo público de como resguardar os seus recíprocos interêsses. Foi preciso que Roosevelt a 11 de março daquele mesmo ano, na véspera de findar-se o feriado bancário viesse pelo rádio, a dizer ao povo americano o que era um banco, a função que desempenhavam os depósitos públicos no desenvolvimento econômico da nação.

Quando no dia seguinte se abriram os bancos, êstes ao invés de sofrerem a corrida que vinham sofrendo uma semana antes passaram a receber maior número de depósitos do que de retiradas. Salvara assim o grande Franklin D. Roosevelt as grandes instituições capitalistas e a própria tranqüilidade nacional.

Agora estamos diante de uma outra encruzilhada. Os acordos de aumento de salário foram firmados mas o Govêrno por intermédio do "Office Price Control", OPA, não permite que se aumentem os preços de venda ao consumidor: êste tem de ser defendido. Se o preço de fabricação tem de subir então se reduzam as margens de lucros dos intermediários que se colocam entre a produção e o consumo.

E' êste de fato o primeiro real combate e meio prático de cumprir uma das recomendações da Carta Econômica das Américas, aprovada na Conferência de Chapultepec, quando reco-

mendava a eliminação rápida e quanto possível dos intermediários.

Que tudo iso seja uma grande lição para os Estados Unidos, para o Brasil e para o mundo. A nosso ver o mundo caminha, indiscutìvelmente para uma éra de socialização. Não quero dizer socialização à maneira soviética, porque nunca consideramos, nem podemos considerar socialização o que alí está demonstrado ser a maior máquina de escravatura de operários e soldados. E quem disso duvidar que leia nos jornais as respostas que 33 soldados comunistas soviéticos acampados em Viena deram às perguntas de um jornalista norte-americano. A entrevista foi feita pelo correspondente do jornal do Exército Americano "Star and Stripes", Sr. Arthur Noyer, o qual desejava situar a reação daqueles soldados livres, e que se julgam professores do mundo provocada pelo famoso discurso pronunciado por Winston Churchill, em Missouri. Como detalhe ilustrativo escolhemos a êsmo algumas respostas. O primeiro soldado abordado pelo periodista americano respondeu: "Roosevelt, Churchill, todos muito bons"... O segundo disse apenas: "O Exército Vermelho é o mais poderoso do mundo". O terceiro entrevistado limitou-se a dizer: "A política é para os políticos". O quarto afirmou: "A Rússia é o país amigo de todos. Churchill? Pensava que fôsse americano". Truman? "Nunca ouvi falar".

Ao todo foram entrevistados 33 soldados soviéticos, em plena rua de Viena e nenhum dêles jamais ouviria falar de Churchill e muito menos do seu discurso.

Mas, continuando o nosso raciocínio, julgamos que caminhamos para uma socialização, onde não haja a ditadura operário-militarista como hoje se colocou na Rússia, nem tampouco extremamente capitalista como ainda querem os grandes senhores da grande indústria norte-americana. No meio como se diz que está a virtude e por isso é que cremos muito no modêlo que Bevin começa a apresentar na velha e experimentada Grã-Bretanha.

Nos primeiros embates entre Bevin e Molotov, incontestàvelmente aquêle dominou o ambiente na reunião da UNO. E para êsse caminho é que devemos levar os nossos sentimentos, os nossos pensamentos, os nossos programas, as nossas ações se desejamos conservar nossas tradições intactas e sobretudo a nossa liberdade.

# ASPECTOS DA LUTA PELA BORRACHA (*)

*Aspectos Da Luta Pela Borracha*

Até 1942, os Estados Unidos da América do Norte abasteciam-se normalmente de borracha oriunda das plantações de Java, Sumatra, Ceilão, Malaia e outras regiões orientais. Durante longo período desfrutavam essas regiões de grande prosperidade decorrente das disponibilidades em mão de obra barata e de uma produção sistematizada. No transcurso dêsse período, já porque a nossa mão de obra fôsse mais cara, já porque o nossa produção fôsse mantida, o Brasil permaneceu pràticamente esquecido à margem do mercado da borracha.

Essa fase terminou com o deflagrar da guerra no Oriente. O conflito armado eliminou, para os Estados Unidos, a possibilidade de abastecimento do "latex" nos seus mercados habituais. A grande nação do norte apelou então para o Brasil que derrotado pela concorência no período da paz, reavia, dessa forma, em face da segunda Grande Guerra, aquela mesma posição em que o fim do século último o havia deixado no setor da indústria da boracha nativa.

Era o advento de um novo ciclo para o produto brasileiro. Aproveitando a oportunidade firmou o Brasil em 1942, entre outros acordos, um para fornecimento de borracha aos Estados Unidos. Ao proceder dessa forma agiu o nosso país não só movido pelo interêsse de promover o renascimento econômico da Amazônia, como ainda pela compreensão da gravidade da si-

---

(*) Artigo publicado no "O Observador Econômico e Financeiro", n.º 125, de junho de 1946.

tuação internacional e o sincero desêjo de cooperar com as armas aliadas a fim de, com uma contribuição efetiva, aliviar-lhes a tremenda necessidade de borracha.

Ao desempênho do citado acôrdo críticas foram formuladas e ainda hoje são repetidas. Dentre elas releva citar a dirigida à estabilização do preço consignada pelo acôrdo e levantada por quantos enxergavam nos preços livres o regime acautelador dos nossos interêsses. A decisão tomada pelo acôrdo, foi entretanto tomada exatamente porque, além de equitativa, respondia melhor pelos interêsses da nossa economia, premunido o produtor e o consumidor da ação especuladora do intermediário, e assegurando para o futuro, na época em que as condições normais do mercado internacional se restabelecessem, condições naturais e não artificiais de vitalidade para que a bacia amazônica prosseguisse no seu florescimento não condicionado o ciclo de recuperação apenas ao espaço da quadra anormal.

Acresce ponderar, ainda, que apreciáveis motivos, radicados no nosso mercado interno esteiavam fortemente a decisão tomada, pois era essencial e comezinho o cuidado de se evitar a desorganização da nossa indústria nascente de borracha manufaturada, tão promissora ao nosso país e igualmente responsável pelo novo alento que a economia amazônica experimentava com a utilização da borracha brasileira na feitura de nossos pneumáticos e câmaras de ar.

As críticas, porém, não se fizeram apenas em nosso país. Nos Estados Unidos não poucas vozes se levantaram contra o seu Govêrno pelas obrigações que êste assumia junto ao nosso (39 cents, 45 cents, 60 cents por libra-pêso f. o. b.). Mas tôdas essas incriminações com o tempo mostraram-se insubsistentes em presença dos frutos obtidos com a execução do acôrdo. Esta execução teve os seus percalços, e numerosos, pois impossível é, em empreendimento dêsse porte, evitarem-se as falhas acima das previsões normais e dos recursos disponíveis, mormente quando abravadas pela dificuldades em se remover a barreira dos interêsses imediatistas, sempre fechados à compreensão do sentido das necessidades impostas por uma guerra da qual o nosso país era parte.

Firmado o acôrdo, e dadas as circunstâncias, era óbvio que se impunha desde logo a necessidade do aumento da produção e que deveria ser rápido porquanto em período de guerra, não há tempo a perder-se e a guerra lá estava a exigir que tudo se fizesse em benefício das armas aliadas cujas necessidades eram prementes e graves. Êsse aumento constituiu um problema novo e sério, em virtude de ser nativa a nossa produção de borracha. Um incremento substancial e rápido ficaria na dependência de um suprimento abundante de mão de obra realizado prontamente, e portanto na dependência da existência de braços humanos disponíveis que pudessem ser transportados, com presteza, para o Vale Amazônico.

Verificado assim, que a produção gomífera da Amazônia não poderia ser ativada sem um rápido encaminhamento de novos trabalhadores, a Rubber Development Corporation, agência do Govêrno dos Estados Unidos da América do Norte, promoveu entendimentos com o Sr. Ministro João Alberto Lins e Barros, então Coodernador da Mobilização Econômica. Êsses entendimentos visavam formar uma organização especializada em condições de recrutar e encaminhar trabalhadores para o Vale Amazônico. Assim fundou-se o "Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia", o S. E. M. T. A., sob a orientação daquele denodado brasileiro, sempre pronto para os grandes e patrióticos empreendimentos, diretamente auxiliado por seus ilustres cooperadores, os Drs. Paulo de Assis Ribeiro e Manuel Ferreira e o Comandante Hercolino Cascardo, que iniciaram uma obra de largas proporções.

A colocação dos trabalhadores no Vale Amazônico, por sua vez, impunha a necessidade de se atender às exigências da nossa legislação trabalhista, do que foi encarregado o Dr. Henrique Dória de Vasconcelos, Superintendente da S. A. V. A. (Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico).

O desenvolvimento dos trabalhos, os óbices que se avolumavam em conseqüência das dificuldades inerentes a uma obra de tal gênero, como a experiência haurida na prática de serviços realmente novos em sua espécie, a conselhavam a conve-

niência e determinaram a oportunidade da unificação dos órgãos encarregados da batalha da produção da borracha.

Após entendimentos entre as várias entidades já citadas deliberou-se promover a reestruturação das mesmas num órgão único, o que foi feito com a criação, pelo Decreto n.º 5.813, de 14 de setembro de 1943, da "Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia" "C. A. E. T. A."

Antes da criação dêsse novo órgão o "S. E. M. T. A." já havia conseguido recrutar, encaminhar e colocar na região 10.123 trabalhadores, cujos dependentes, em cifra de alguns milhares, permaneciam hospedados no núcleo de Cocoroto em Fortaleza, e vários municípios do Nordeste, à espera de transporte que, em virtude das dificuldades da própria guerra, não foi possível realizar.

A "C. A. E. T. A.", ao fundar-se, recebia a incumbência precípua de promover o encaminhamento de aproximadamente 16.000 trabalhadores e o de dependentes cujo número atingiu a apreciável soma de 8.065, como se pode inferir do relatório dos trabalhos apresentado por aquela organização ao Senhor Presidente da República.

E' conveniente assinalar que o compromisso relativo ao transporte de trabalhadores além de fielmente cumprido, foi ultrapassado pois conseguiu-se recrutar, encaminhar e colocar 16.235 homens e 8.065 dependentes.

Nesse novo período de batalha da produção da borracha a "C. A. E. T. A." sob a nossa presidência funcionou com a imediata responsabilidade executiva do Sr. Olímpio Flores, Assistente Técnico da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

Agora, que nos livramos da guerra, que estamos experimentando o período de transição para uma paz duradoura cujos planos já assumem formas definitivas, é oportuno rememorar à Nação o que houve em dificuldades, preocupações e esfôrço para a migração dirigida de cêrca de 35.000 brasileiros. Determinou isso a falta de estradas terrestres de ligação

interna entre as cidades de São Luís e Belém que obrigou ao transporte exclusivo por via marítima, por águas infestadas pelo inimigo solerte cuja presença ameaçadora fêz transformar as viagens realizadas em episódio de ser registrado perenemente nos fatos da história dos nosso emprendimentos. Não importaram nem as críticas, nem as falhas. Essencial era recrutar o elemento humano e transportá-lo. E isso foi feito.

Tarefa tão ingente, missão tão árdua que a guerra impôs só poderia ter sido cometida com êxito se amparada pelo alto espírito de compreensão de nossa gente cujo devotamento às grandes causas é proverbial, e a cujo estímulo e cooperação devemos tributar a homenagem do nosso reconhecimento.

Cedo é ainda estimar-se nas suas proporções exatas o que custou em esforços, cuidados e dificuldades o recrutamento e o transporte de 35.000 pessoas do seu "habitat" para o seio da floresta virgem do Vale Amazônico. Nem a escassez dos abastecimentos, nem a precariedade dos meios de transporte, nem o perigo das rotas marítimas situadas no raio de ação da guerra submarina, nem mesmo as críticas e o derrotismo das campanhas negativistas se constituíram em barreira capaz de deter a marcha da legião que se movimentou para junto dos seringais. Nessa marcha, mercê de Deus, nenhum óbito se verificou por causas ou motivos incrimináveis aos nosso serviços, pois as mortes que se verificaram ocorreram devido a razões que lhe foram estranhas ou independentes.

Justo é exalçar como fator ponderável da vitória nessa marcha de legião, a bravura, o heroísmo e a rijeza do nordestino a cuja fibra, audácia, coragem e espírito de sacrifício cederam as vicissitudes e tropeços de um movimento migratório por centenas de quilômetros, do sertão à caatinga, da caatinga às selvas do grande Amazonas, término de um cruzeiro de peripécias e emoções.

Tão extenso sacrifício não foi vão, apesar das opiniões de alguns no considerar diminuta a produção da borracha brasileira durante a guerra, e das de outros no entender de que o rumo acertado seria o do plantio racional e cultivo organizado.

A natureza, porém, tem suas leis e ciclos inflexíveis, mais fortes do que as exigências de uma guerra e não conhece poder capaz de obrigá-la a produzir em um ano o que ela só pode fazer em seis, sete ou oito.

A guerra pedia borracha com urgência, e esta se encontrava exclusivamente nas árvores disseminadas pelo imenso vale. Só o homem poderia ir buscá-la. E êle foi e trouxe o quanto pôde trazer. Se pouco, êsse pouco representou muito para a conclusão da Vitória; o suficiente para impedir que os estoques de borracha americana, em posição crítica e alarmante nos últimos dias de 1944, não caíssem a zero; o estrito necessário para que não diminuísse, em seu rítmo, a produção de guerra de pneus e câmaras de ar para aviões e viaturas militares de todos os tipos. Se pouco, foram essas poucas toneladas de borracha, tantas vêzes ridicularizadas em sua quantidade e subestimadas em sua importância, que nos permitiram cooperar em manter intacta a segunda linha de batalha, a batalha da produção bélica.

Foi pouco mas valeu bastante.

Valeu muito pela possibilidade que nos deu de remeter para os Estados Unidos matéria prima de tão alto valor estratégico num momento crucial e de aguda penúria de borracha, como valeu muito pelo que nos permitiu em manufatura de numerosos produtos, relevando notar entre êles os pneumáticos e câmaras de ar para os nossos mercados interno e externo.

A contribuição para o desafôgo de nossas necessidades internas foi de tal monta que assegurou ao Brasil, no período difícil da guerra, um abastecimento regular e completo de pneumáticos e câmaras de ar, ou seja, um suprimento regular de produtos dos quais o mundo sentia necessidade. Além dêsse acontecimento de excepcional expressão econômica, é importante observar que o suprimento daqueles produtos manufaturados se fêz a preços rigorosamente estáveis, destacando-se o Brasil como único país do mundo que conseguiu manter o seu mercado interno de pneus e câmaras de ar de preços inalterados e inteiramente liberto da exploração do mercado negro.

Êsses benefícios inestimáveis que uma parte da nossa considerada diminuta produção de borracha — transformada em pneus e câmaras — permitiu oferecer ao nosso país não se circunscreveram ao âmbito do seu mercado interno. Estenderam-se equitativamente os Estados Unidos e aos vários países latino-americanos, Costa-Rica- Colômbia, Cuba, República Dominicana, Honduras, El Salvador, Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Panamá, Venezuela, Equador Guatemala, México, Haití Perú e Nicarágua, signatários da ata final da Conferência Inter-Americana de 1942, havida na cidade do Rio de Janeiro.

Exatamente em virtude da nossa política de compreensão inter-americana posta em têrmos de ação prática e objetiva, foi possível àqueles países amigos, com câmaras de ar e pneus brasileiros, assegurar o tráfego das suas rodoviaturas, na época em que tudo era difícil para tudo e para todos.

Na execução dessa política de apôio mútuo e de fraternidade continental, não só empreendemos o abastecimento em sua expressão física, mas realizamos em têrmos de alto sentido moral e econômico, pois o suprimento daqueles artefatos de borracha se fazia aos preços em vigor em nosso mercado interno, isto é, aos preços estabelecidos para o consumidor nacional.

Para assegurar, em seus efeitos, o espírito dessa política americana fazíamos preceder à entrega de pneumáticos e câmaras de ar, de assinatura de um têrmo pelo qual os países importadores se obrigavam a não consentir que os preços em seus mercados internos, sofressem majorações superiores aos limites normais do comércio honesto. Essa condição, se era uma exigência, ajustava-se entretanto de modo coerente à política de equilíbrio de preços e de distribuição que o Brasil adotara para si próprio achando seu dever pelos motivos sólidos que a determinaram, estendê-la também aos demais países aos quais servia. Convicção nos sobrava em compreender que, se tal procedimento não adotássemos com firmeza, poderíamos indiretamente contribuir para expor o nome do Brasil a severas

críticas de consumidores estrangeiros a cujos olhos e em outras circunstâncias nos apresentaríamos vestidos de aproveitadores da guerra. Essa política de tão salutares efeitos houvera sido generalizada para outros ramos de nossas atividades econômicas e muitos dissabores, de primorosas incriminações se teriam poupado ao renome do nosso país nos mercados externos.

Servindo à comunidade americana, a ela adstrito no fiel cumprimento dos seus acordos e de seus ideais, não pôde o Brasil deixar de ser alvo de muitas tentadoras propotas de variadas formas, provenientes de países não aliados ou neutros, ansiosos por desafogarem as suas tremendas necessidades de borracha.

Não faltaram àquelas propostas nem a sedução dos preços nem o amparo de intermediários que, influentes e poderosos, invocavam sempre as razões de um "profundo patriotismo" para defender e justificar as vantagens da prática de uma política mercantilista. Para êles afigurava-se, ou faziam figurar ser de maior interêsse vender a bom preço uma partida de pneumáticos a um país estranho não aliado. Isso traria mais ouro para o Brasil", como se compromissos de honra, o alevantado ideal de cooperação inter-americana, o espírito da luta pela vitória de uma causa comum pudesse avaliar-se em ouro e constituir objeto de joguete da política materialista e pouco digna daqueles que mais oferecem.

Não poucas insinuações se fizeram nas mais altas camadas administrativas no sentido de se fazer "tabula rasa" dos acordos vigentes em virtude de lhes parecer inferior ao que outros países nos poderiam pagar, o preço contratual de 60 cents por libra. Essa atitude provinha, em verdade, do julgamento parcial de uma situação de conjunto cujas proporções escapam a um exame perfuntório e apressado da realidade. Para o "patriota-intermediário" havia mais interêsse em defender suas finanças particulares oriundas de transações com países "neutros', do que resguardar a vida de nossos soldados irmãos que nos campos de batalha da Europa, se sacrificavam na defesa

dos compromissos assumidos por nossa tradição político-histórica. Se o preço direto era de 60 cents, o valor que indiretamente se obtinha em decorrência da cooperação prestada pela Rubber Development Corporation no conjunto dos fatos ligados à batalha da borracha, era bastante superior.

Cem milhões de cruzeiros foram colocados pelo Govêrno Norte-Americano à disposição dos serviços de recrutamento e transporte de trabalhadores, além de navios, execução de obras de engenharia sanitária e fornecimento de mercadorias em geral (mantimentos e utensílios), a preços especiais. Avaliada, na extensão exata do seu montante em dinheiro, o que representou a cooperação efetiva da Rubber Development Corporation, ter-se-ia estima justa desta parte indireta do preço global que na realidade obtínhamos pela borracha.

A Comissão de Contrôle de Acordos de Washington dará, por certo, a conhecer em sua real amplitude o que resultou em benefício para as altas partes contratantes dos compromissos que, ao calor da guerra e tangidos pelos mesmos perigos como animadas dos mesmos ideais, firmaram com sadio espírito de justiça e de recìprocidade.

# A LUTA PELO PREÇO (*)

## Algumas Fases da Batalha da Borracha e o Futuro da Amazônia

Foi um trabalho árduo aquêle que se empreendeu no Brasil visando o equilíbrio da distribuição e a manutenção dos preços da borracha crua e manufaturada. E a verdade é que, apesar dos inúmeros interêsses contrariados e em jôgo cumprimos os acordos com os Estados Unidos e não deixamos desamparados o mercado interno. Hoje, passada esta fase, o setor econômico da borracha apresenta outros aspectos não menos importante por isso mesmo que, vale a pena repetí-lo, dizem respeito à vida de uma enorme região e tocam de perto os mais respeitáveis interêsses nacionais. Devemos enfrentá-lo com decisão.

O Brasil foi, e podemos afirmá-lo sem receio de contestação, o único país no mundo que durante a guerra não sentiu falta de pneus, conseguiu manter os mesmos preços de antes da guerra, e evitou o mercado negro do produto. Tivemos ocasião de percorrer, no aceso das hostilidades, vários países, e por tôda parte faltavam pneus e imperava o mercado negro.

### *Contrôle e imposição de cotas internas*

Realizamos um contrôle rígido, mas êsse contrôle nunca foi notado pelos consumidores uma vez que mantínhamos o espírito público perfeitamente preparado, afimando-lhe que observadas nossas recomendações de ordem econômica, não faltariam pneus e câmaras de ar. Esta confiança à qual sempre

(*) Artigo publicado no "Observador Econômico e Financeiro", n.º 126, de julho de 1946.

procuramos corresponder, resultou em que os compradores sòmente faziam suas compras à medida das necessidades sem jamais se preocuparem com a formação de estoques... Pugnamos através da imprensa e do rádio pela economia da borracha concitando os condutores de veículos a seguir nossos conselhos. Condicionava-se à aquisição de um pneu ou câmara de ar novos à entrega do similar velho ou dilacerado. E' forçoso assinalar o extraordinário apôio que a Comissão de Acôrdo de Washington recebeu da grande classe dos "chauffeurs" das várias praças do país.

A cada município foi atribuida uma cota baseada no registro dos carros licenciados, sendo tal cota fiscalizada pela CAW e pelas fábricas, através seus distribuidores. Interessante é assinalar que o trabalho da referida repartição foi grandemente facilitado pela inteligente e patriótica política seguida pelas companhias fabricantes de pneus e câmaras de ar, que suspenderam a competição natural dos tempos de paz e instituíram uma trégua limitando ao mínimo suas vendas.

*Fatôres esquecidos que convém recordar*

Vale salientar a preciosa colaboração que recebemos do govêrno americano através seus órgãos oficiais especializados, mormente a da Rubber Development Corp. (Agência do Govêrno Americano) que nos garantiu não só a importação aos preços normais, de matéria prima para a manufatura final de pneus, como também a ida aos Estados Unidos de uma comissão de técnicos que entraram em contato com os métodos de confecção daqueles produtos. Aproveitamos o ensêjo para salientar que apesar de têrmos a borracha, o algodão, etc., dependia o Brasil dos Estados Unidos para obter cêrca de 4% da matéria prima necessária à confecção final de um pneumático, como o fumo de negro e os aros. Como se nota, não temos ainda independência absoluta na fabricação de pneumáticos (Prova de que todos os países são interdependentes).

Logo após a entrada dos Estados Unidos na guerra e quando nossas ruas e avenidas ficaram desertas de autos e táxis

em virtude da escasês de gasolina, inúmeros revendedores de pneus do interior ficaram em situação financeira bem precária. Apelaram então para a CCAW no sentido de ajudar a solucionar o seu problema, o que foi possível através a própria Rubber Development Corp., a qual se prontificou a adquirir os respectivos estoques. Mas não se resumia a crise a tão pouco. Uma das grandes fábricas nacionais chegou a situação financeira desesperadora, com seus próprios armazéns e os de seus distribuidores abarrotados de produtos que não encontravam compradores. Fomos procurados pelos representantes da indústria que buscavam por nosso intermédio a venda de suas instalações fabrís a uma entidade americana, oferecendo grande prazo para o pagamento da operação que seria facilitada por órgãos autárquícos e mesmo por estabelecimentos bancários. Era uma fábrica genuínamente nacional e nossa Comissão não podia vê-la naufragar, tanto mais quanto sabíamos que a crise seria passageira. Procuramos a Rubber Development Corp. e sem dizer das condições precárias daquela fábrica nacional alí levamos os seus Diretores encaminhando as demarches para a aquisição dos estoques. Fizemos ver que o fato seria propício à boa orientação dos acordos e apesar de que os mesmos no momento não se encontrassem ainda em vigor, quanto aos produtos manufaturados, tudo foi prontamente resolvido. Não havia, no local, armazéns preparados para receber de logo tão grandes quantidades de pneus, mas removemos tal dificuldade, como outras, obtendo que a "Rubber" considerasse aquela fábrica depositária de seus próprios produtos, e assim, em menos de 48 horas alguns milhões de cruzeiros eram postos à disposição da entidade nacional. Evitara-se, com a cooperação daquela Agência do Govêrno Americano e com a nossa assistência, que a fábrica nacional passasse ao domínio de interêsses particulares americanos, a quem os proprietários nacionais pretendiam vender, premidos pelas circunstâncias.

*Exportação de pneus e câmaras de ar*

Nos têrmos do acôrdo celebrado com os Estados Unidos e posteriormente regulamentado, o Brasil, além de um limite

para seu consumo interno tinha o dever de auxiliar vários países latino-americanos signatários e cumpridores das obrigações assumidas na Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (Rio de Janeiro, 15 a 28 de janeiro de 1942). Começamos por estabelecer cotas para vários países como para a Colômbia, Chile, Venezuela, Equador, etc., ao tempo em que êstes asssumiam a obriagação de um regime de economia severa de borracha, instalando um regime controlador de preços para evitar sua majoração injusta. O Brasil exportava seus pneus aos preços que prevaleciam para o seu mercado interno, jamais se aproveitando da situação para explorar países vizinhos e amigos. O acôrdo considerava como parte contratante e interessada os Estados Unidos, através a Rubber Development Corp., para coordenar-se o consumo e evitar que houvesse uma exportação além das necessidades para aquêles países, obrigando-se, por sua vez, os Estados Unidos, a completar, com exportações suas sempre que o Brasil não pudesse fazê-lo, as cotas atribuídas aos referidos países americanos.

### *A Argentina Sem Cota*

Por motivos óbvios não foi estabelecida cota alguma para a Argentina. Adotamos uma política muito cautelosa para evitar mal entendidos que podiam surgir a cada momento e aceitou a Comissão com muito prazer a sugestão que lhe foi feita pelo então Diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil no sentido de que facilitássemos, entretanto, o envio de outros produtos manufaturados de borracha para a república platina, principalmente material cirúrgico, fios e saltos de borracha, etc. Limitamos assim nossa proibição aos pneus e câmaras de ar, proibição que se justificava:

a) A Argentina não estava cumprindo as obrigações oriundas da Conferência do Rio de Janeiro (janeiro de 1942).

b) A Argentina não se dedicava ao esfôrço de guerra em favor das nações americanas, quando o Brasil e os Estados Unidos já eram partes na luta.

c) A borracha era um artigo essencial à guerra e a Argentina não iniciara um programa de economia da borracha a que o próprio Brasil, entretanto, já estava sujeito. (O consumo descontrolado da borracha nos países neutros ou democráticos, era uma forma recomendada e ativada pelos agentes da Alemanha em guerra. Entre nós tivemos grande dificuldade para combater as grossas solas para sapatos e os famosos fios de borracha).

d) Porque nos têrmos dos acordos firmados com os Estados Unidos, êstes, além dos preços estáveis e várias vêzes elevados, para a aquisição de nossa borracha se comprometeram:

1 — a nos mandar uma frota auxiliar para o Amazonas, como de fato enviaram, subvencionando a SNAPP, para sua operação;

2 — a nos exportar, aos preços normais e de fábrica, tôdas as utilidades necessárias aos seringueiros na Amazônia;

3 — a facilitar a aquisição e transporte de gêneros de primeira necessidade para a Amazônia mantendo os níveis de outubro de 1942;

4 — a custear, por uma verba de cem milhões de cruzeiros, o envio de 25.000 trabalhadores e suas famílias do nordeste para o vale amazônico;

5 — a manter um serviço especial de saúde pública, (SESP), concorrendo com medicamentos, médicos, enfermeiros e auxiliares diversos, iniciando serviços de drenagem, abertura de canais em Belém, subvenção a hospitais, etc. (até dezembro de 1948).

6 — a concorrer com três milhões de dólares para a formação do capital do Banco de Crédito da Borracha (60 milhões de cruzeiros);

7 — a facilitar serviços gerais como a importação de material para a SNAPP, Madeira-Mamoré e governos locais, in-

clusive mantendo transportes aéreos e instalando os serviços correlatos;

8 — estabelecimentos de estações de rádio e serviço meteorológico (transferido ùltimamente por acôrdo e sem ônus, para o Ministério da Agricultura);

9 — comprimisso para obter a importação aos preços normais de matéria prima necessária à indústria de borracha manufaturada, especialmente exigida pela manufatura de pneus e câmaras de ar;

10 — créditos rotativos em favor dos Bancos do Brasil e da Borracha para facilitar a pronta aquisição, à vista, do produto no interior.

Quando os críticos atacavam os preços da borracha que desejavam ainda mais elevados, não levavam em conta tantos fatôres. Argumentavam apenas com os preços maiores oferecidos por outros países mas a verdade é que a nação brasileira estava percebendo muito mais através um preço adicional, que por ser invisível, não ia para o intermediário mas em benefício da coletividade.

### *Contrabando de Pneus e Borracha*

A adoção de tal política pelo Brasil e as crescentes necessidades da Argentina, que obtinha por acôrdo e contrabando, limitadas quantidades de borracha crua da Bolívia, originaria infalìvelmente o contrabando em nossas fronteiras chegando mesmo a serem assinaladas nos portos do Rio e de Santos várias e importantes partidas, não só de matéria prima como dos produtos manufaturados, alguns ainda a tempo de serem apreendidos.

As fronteiras do Uruguai e da Argentina, com os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso passaram a ter grande movimento como se fôssem poderosos tubos de sucção daqueles nossos produtos. Medidas as mais severas foram tomadas por nossas Comissão, com a coadjuvação do Exército, Alfândegas, Mesas de Renda, Postos Ficais e serviço policial dos

Estados fronteiriços mas o contrabando reduzido e combatido jamais deixou de existir. E' conveniente aqui assinalar que as necesidades da Argentina, em matéria de pneus e câmaras, eram e são superiores à capacidade de produção de nossas fábricas pois aquêle país tem em circulação mais do dôbro dos veículos existentes no Brasil.

*Reação Contra os Mercantilistas*

Mas a luta não se reduzia aos contrabandistas no curso da qual muitos dos nossos homens tombaram assassinados. Havia que enfrentar a ganância insaciável dos intermédiários brasileiros e estrangeiros que não raras vêzes se faziam acompanhar a nosso gabinete de trabalho, de pessoas muito influentes e se mostravam insistentes apesar de nossa peremptória recusa em atender a seus interêsses. Jamais cedemos mesmo diante de ameaças as mais diversas feitas por aquêles para quem tudo se mede pela moeda. Falavam em "patriotismo" e até mencionavam a recompensa pecuniária que obteriam e poderiam distribuir insistindo que isto se dava "sem prejuízo para o Brasil"...

*Extinção do Acôrdo Geral com os Estados Unidos*

Veio o fim da guerra mas o nosso acôrdo com os Estados Unidos sôbre a borracha crua só se extinguirá a 30 de junho de 1947, até quando o produto amazônico será vendido na base de 60 cents, a libra, FOB pôrto nacional. Tal preço foi por nós concertado em fevereiro de 1944, em Washington, quando se tratou de um período adicional. Na mesma ocasião, o governo federal se comprometera a depositar no Banco de Crédito da Borracha a soma de dez milhões de cruzeiros destinada a atender a vários compromissos de assistência a seringueiros e seringalistas, inclusive terminação de estradas em Mato Grosso.

Os americanos passaram, imediatamente, a adquirir borracha na base de 60 cents, à libra, mas aquêle depósito ao que nos consta até hoje foi efetuado pelo Govêrno Brasileiro.

Cancelou-se, entretanto, por comum acôrdo (Brasil-Estados Unidos), a obrigação de entregarmos à "Rubber" o excesso de nossa produção de pneus e câmaras de ar. Com a liberdade do mercado de gasolina e a contínua recepção de novos veículos, principalmente caminhões e chassis, o Brasil que tinha para seu mercado interno uma necessidade aproximada de 330.000 pneus por ano, reservando 150.000 para exportação, vê-se na necessidade de absorver sua total produção. Consentir na exportação dêste produto seria, já agora, colocar em perigo o nosso mercado interno, ainda mais agravando o nosso precário sistema de transporte.

*Aproximação Com o Departamento de Estado*

Neste meio tempo, entretanto, os intermediários agitam-se e o govêrno consente na extinção do contrôle organizado pela CCAW, o que redundou pelo fomento do contrabando a exportação na instalação do criminoso mercado. O que havíamos evitado na guerra não podemos conservar na paz.

Ainda assim, com o intuito de evitar uma crise maior e com o desêjo de cooperar na solução do nosso caso do trigo, procuramos, em dezembro de 1945, no Departamento de Estado, em Wahington, o Sr. Spruille Braden e lhe sugerimos, como à "Rubber", a conveniência do Brasil ceder parte de sua produção de borracha crua à Argentina, fato que teria conseqüências favoráveis aos três países pois.

a) o Brasil teria oportunidade de oferecer um acôrdo para troca de trigo já que os Estados Unidos, no momento, não estavam em condições de nos suprir;

b) a Argentina, recebendo a nossa borracha crua e a sintética dos Estados Unidos, evitaria a compra de nossos pneumáticos uma vez que dispõe de instalações fabrís suficientes para manufaturar e suprir suas necessidades;

c) os Estados Unidos fariam economia, dado que deixavam de pagar borracha a 60 cents, a libra para revendê-la às suas fábricas por 22 e meio cents. (Preço pago pelos industriais americanos durante a guerra).

*A Troca de Borracha por Trigo*

Ainda que sem resposta das autoridades americanas àquelas nossas demarches de novembro passado, sugerimos, pouco depois ao nosso Govêrno, bases para os entendimentos de troca de borracha por trigo entre Brasil e Argentina. Consultaríamos prèviamente os portenhos sôbre o fornecimento de borracha crua na base do acôrdo americano, ou sejam 60 cents. por libra, a um prazo diríamos de três anos. Em contraposição, a Argentina nos forneceria trigo em bases a combinar. Nessa combinação, o Brasil deveria relembrar o quanto custou à economia nacional, a eliminação em tempo, da obrigatòriedade da mistura da farinha de mandioca, que, protegendo o trigo argentino, destruia uma das grandes indústrias dos nossos já paupérrimo interior... (Há quem calcule em 600 milhões de cruzeiros aquêle nosso prejuízo, sem contar o aumento do valor da importação do trigo). Assentados os têrmos de tal entendimento o Brasil renunciaria por meio de demarches amigáveis, com os Estados Unidos, perfeitamente justificáveis, o acôrdo de março de 1942, uma vez que a grande Nação Americana falhava em suas promessas para conosco no que se refere ao trigo. (Conferência Emb. Adolpho Berle, Leão Velloso, Souza Costa, Valentim F. Bouças — setembro 1945).

Tais sugestões nos pareciam e ainda parecem convenientes aos interêsses dos três países, não o sendo, naturalmente, aos intermediários, que têm a sua bonificação figurada por unidade de pneu exportado... Mas o Brasil não pode nem deve sacrificar o seu sistema de transportes agravando suas condições econômico-sociais, adotando soluções inadequadas a situações de emergência premido por interêsses inconfessáveis.

*Consequências de Troca Pura e Simples*

O que nos parece claro é que deve haver um acôrdo ponderado e eficiente. O Brasil cedendo pneus à Argentina compromete, como está comprometendo, sua necessidades internas, se o fiser sem maiores exames, diante da nossa fome de trigo. Ressentir-se-á o mercado, como já está acontecendo, e

os importadores de automóveis e caminhões solicitaram imediatamente a concessão da importação dos seus equipamentos providos de pneus fabricados nos Estados Unidos. Ora, como o govêrno americano compra a nossa borracha a 60 cents. a libra e vende o mesmo produto a suas fábricas a 22 e meio cents; êle o prejuízo no intuito de manter um preço baixo para os consumidores. Logo, aquêle equipamento virá, como já está vindo, com pneus fabricados muito mais baratos do que podem ser fornecidos pela indústria nacional. Por sua vez, o mercado americano se está ou estará abrindo para a Argentina e então nossas fábricas terão, em breve, sua produção arriscada a diminuição de procura de pneus nacionais com a possível importação de pneus estrangeiros que, mesmo pagando direitos elevados, ainda serão mais econômicos do que aquêles produzidos no Brasil.

Ver-se-á então o govêrno diante de um dilema: ou fechar a importação aos penus estrangeiros, provocando enorme grita dos consumidores, ou declara o mercado livre para que as fábricas possam comprar a borracha também no mercado livre, o que significa a queda da borracha de 60 para 18 ou 20 cents. à libra (base). Tal política levará a Amazônia à ruina com o abandono em massa de tôda a região. Repetir-se-á o drama do El-Dourado com conseqüências talvez mais graves.

*Conclusão*

O caso do Amazonas é complexo e demanda tôda nossa atenção. O que havíamos proposto e aqui assinalamos encerra a oportunidade de amparar por um determinado período a situação econômica regional prevenindo um desastre iminente enquanto temos tempo de programar sua atividade no futuro. Poderemos, mesmo, adotar uma tarifa protecionista por determinado tempo, N.º XX da Conferência de Chapultepec, e encontra também razão de ser no compromisso assumido por tôdas as nações americanas na resolução N.º IX da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Há ainda a acrescentar que o govêrno americano, pelos técnicos do seu Ministério da Agricultura, recomendaram a continuação de suas experiências com o cultivo e processamento da borracha na América Tropical. Essa recomendação foi feita oficialmente ao Govêrno dos Estados Unidos pelo Sr. John Snyder, Diretor da Mobilização de Guerra e Reconversão.

Em novembro de 1945, em Washington, quando ali nos encontrávamos e se falava no predomínio da borracha sintética e morte do produto natural, soubemos que a Ford estaria cogitando de desfazer-se de seu empreendimento no Tapajós. Procuramos o Sr. Ford e convencemo-lo de ceder suas propriedades ao Govêrno Brasileiro (Ministério da Agricultura). Foi acordado o preço de cinco milhões de cruzeiros. O dinheiro sairia do próprio prêmio da borracha que os americanos nos pagaram e continuam pagando e que tivemos o cuidado de conservar aguardando futura aplicação. (Banco de Crédito da Borracha). A borracha vendida durante a guerra produzia frutos. Naturalmente o empreendimento Ford com suas valiosas instalações e plantações representarão um grande papel, dentro em pouco, mas para isso é necessário que tenhamos o tempo indispensável à programação do futuro sem precipitar, desde logo, a Amazônia, em nova e inavaliável agonia econômica. O Banco de Crédito da Borracha deveria ser transformado em Banco da Produção da Amazônia. A participação americana (60 milhões de cruzeiros — 3 milhões de dólares) subscritos pela Rubber Development Corp., deveria, como já havíamos, em tempo encaminhado, ser graciosa e proporcionalmente cedido aos Estados do Amazonas (15 milhões), Pará ( 10 milhões), Ceará (15 milhões) e Rio Grande do Norte (5 milhões), Territórios do Acre e Guaporé (7 milhões e 500 mil cada), como um prêmio à sua contribuição à batalha da borracha.

Um programa deveria ser organizado pelo Ministério da Agricultura a cargo de quem deve ficar a antiga Organização Ford, para alí ser estabelecida uma estação experimental de

produtos tropicais, a exemplo do que fêz a Inglaterra em Trinidad.

E assim, o perigo que se avizinha para os seringais nativos, com grave repercussão para a economia amazônica, poderia ser fartamente atenuado, promovendo-se o início de uma nova éra de real prosperidade.

Não malbaratemos êsse patrimônio de algumas centenas de milhões de cruzeiros que tão cautelosamente acumulamos na Amazônia, através o Banco de Crédito da Borracha e as plantações Ford.

# O COLONIALISMO DO CAFÉ BRASILEIRO (*)

Apesar de que o café representa para o Brasil o pilar mais sólido de sua economia, a verdade é que não temos o maior lucro com êste tão característico produto. Uma série de circunstâncias determinaram uma nova crise para o café, agora, por mais paradoxal que pareça, uma crise de produção. Estamos ainda presos à questão do preço, porém o problema mais sério está na reabilitação desta lavoura caféeira reduzida a mínimos jamais imaginados. Trata-se o café sob têrmos desconhecidos para o soberano das cifras nacionais, mas têrmos que o diminuem pela permanência de sua sujeição à prática rotineira da lavoura e do comércio.

Relacionada a questão do preço às condições internas do principal comprador, o mercado norte-americano, somos de parecer que mais vale diligenciar a busca de soluções consentâneas com a evolução industrial ante a estéril discussão em que nos perdemos. Tendo o exemplo do mundo — e do Brasil no caso é dos mais tristes — no que se refere às conseqüências de desordenada alta de custo de vida, está o americano do norte convencido da necessidade absoluta de conter os preços. Sabe êle o bastante para não se precipitar no círculo infindável da alta de preços, alta de salários, e a prova está em que o OPA mais combatida pelo poder que enfeixava do que realmente pelos males próprios, persistiu por imposição do

(*) Artigo publicado no "O Observador Econômico e Financeiro", n.º 127, de agôsto de 1946.

povo ainda que sob outra forma. Bowles advogou os meios de produção de energia e transportes baratos como ajuda à execução de um programa oriundo do princípio defendido pelo govêrno americano, o qual protege e ampara a melhoria dos salários sem permitir, contudo, a alta de preços de consumo, tudo sob a inspiração de eliminar a parte nociva que na engrenagem desempenha o intermediário. Tornando a vida do produtor em condição de escravo e explorando o consumidor, tem sido o intermediário justamente considerado como causa das mais sérias das altas e especulações inexplicáveis.

### *Relação Com o Problema Nacional Do Café*

Um dos pontos aprovados em Chapultepec (Resolução XLVI Artigo 4.º), condena o intermediário. Foi proposto pelos representantes dos Estados Unidos e unânimemente aprovado. Isto mostra como o processo americano de eliminação, tanto quanto possível, do intermediário não decorre do presente período de dificuldades mas se trata de deliberação mais antiga. E por que não relacionarmos tais propostas com o nosso problema do café?

Também um outro item foi aprovado, pelo qual os países americanos deverão oferecer as maiores facilidades possíveis à entrada de produtos primários originários dêste hemisfério e que hajam sido parcial ou totalmente industrializados no país de origem (Recomendação LIX). A idéia dêste dispositivo foi nossa e visávamos então o café, como a possibilidade de melhor tarifa para os nossos óleos evitando a eterna exportação brasileira de tipo colonial, venda de matéria prima exclusiva (Castanhas, amêndoas, bagas, etc.).

Enquadra-se perfeitamente o café neste tipo de exportação colonial. Ganha, com o produto, uma avalanche de intermediários enquanto a lavoura está sempre sujeita a sacrifícios e prejuízos, o que acaba por desanimá-la como sucede presentemente. Carregam os lavradores o fardo da prosperidade alheia. Com seu produto ganham estradas de ferro e companhias de transporte marítimo e terrestre, ganham bancos,

ganham fabricantes de sacos, ganham comissários, ganham exportadores, ganham capatázias, ganham estivadores, ganham torradores, ganham moinhos, ganham importadores, ganham distribuidores, isto sem falar nos impostos e taxas que os governos arrecadam porque afinal tributos alcançam tôdas as mercadorias. Mas êles, os lavradores, não raro ficam sem o necessário para atender os próprios gastos das fazendas.

Se o problema do café está no justo preço e na justa recompensa, então o melhor será mesmo considerá-lo sob os aspectos mais modernos.

*Colonialismo*

À exceção do mecanismo de carregamento para bordo dos navios das sacas de café em Santos, tudo se processa em relação ao produto como há um século ou mais. Não evoluimos. Colhemos o café e o exportamos seguindo as mesmas normas coloniais na sua essência, enquanto para outros se abrem perspectivas maiores pelo melhor trato do produto. Persegue-nos o mesmo ciclo da borracha. Enquanto no oriente se fizeram as grandes plantações, colhendo mais e melhor e ali mesmo proporcionando os primeiros benefícios ao produto, nós continuamos a aproveitar a árvore silvestre, mandando para o estrangeiro as bolas de borracha tal como fazíamos há mais de setenta anos.

Para os Estados Unidos — o exemplo é tomado por ser o do nosso maior comprador — mandamos o café em grão no velho estilo. Que se passou, todavia, naquele país?

Até antes da guerra (1939), o café era comumente vendido nos armazéns em grão porém já torrado. O armazém, para conveniência do consumidor, mantinha pequenos e elegantes moinhos que trabalhavam à vista do freguês, o qual recebia, afinal, o café moido. Hoje, porém, o famoso moinho tão característico dos armazéns ianques desapareceu. Não há mais café torrado. O que existe por tôda parte é o pó envasilhado ou, o que vem tomando notável incremento, o extrato de café, servido de modo idêntico ao chá. Pequenas quati-

dades de extrato dissolvidas na água quente fornecem pronto e saboroso o café, eliminando tôdas as operações do hábito anterior.

Os próprios pacotes estão desaparecendo ràpidamente e os vasos de vidro encontram aceitação cada vez maior.

*Tempos Modernos*

Êste é o símbolo do novo estágio do café, alcançado nos Estados Unidos enquanto nos apegamos aos métodos coloniais e sofremos com êles.

Modificou-se de tal sorte o mercado de café no que respeita à entrega do produto ao consumidor que os grandes torradores agora se esmeram na apresentação do seu produto, procurando um vasilhame elegante e útil na retenção das qualidades inerentes ao café como sabor e aroma. Enquanto isso, porém, inúmeras firmas se atiram à venda do extrato do café, desenvolvendo intensa atividade na qual a propaganda representa parte apreciável. Esta propaganda salienta a desnecessidade dos métodos antigos de preparação do café e o pequeno volume do extrato em face do que antes exigia o pó. E não resta dúvida de que o extrato vem ganhando terreno de maneira notável.

Os americanos podem dispensar tudo mas não dispensam o seu café. Como o bom inglês não passa sem o seu chá.

Espalhado o soldado americano pelo mundo inteiro na sua cruzada pela salvaguarda da dignidade humana, seguiu-o o café. Onde estivesse um Joe estava um consumidor de café, nos sete mares e nos cinco continentes.

Surgiu, então, um grave problema. Como suprir êstes milhões de consumidores em sua peregrinação guerreira? Enviar milhões de sacas de grãos e mais torradores e moinhos para cada companhia?

Evidentemente, uma nova solução tinha de ser adotada. Não era possível pensar em transportar, no mais agudo da crise mundial de elementos de transporte, sacas e mais sacas

de café com 85% de pêso morto. Urgia suprir os soldados da preciosa rubiácea não só para lhes satisfazer o hábito como para reanimá-los de suas canseiras inimagináveis. Seria, entretanto, loucura fazer seguir os soldados de um enorme e inútil equipamento só para não investir contra o preconceito do "blend".

Foi quando surgiu o extrato. No equipamento de cada soldado lá iam vários pacotinhos do nosso café. Não em sacas, mas de forma a dispensar todos os apetrechos da indústria de torrar e moer. Com um pouco de água quente conseguia o soldado, em qualquer ocasião, quantidade correspondente de café, pois lhe bastava apenas dissolver o extrato. E nada se perdia, nem aroma sem sabor.

O sucesso foi e é indiscutível. A prova está na satisfação das fôrças armadas e agora, na paz, o crescente consumo de extrato por parte da população civil, que, tendo outros tipos de café, nada lhe impedindo de escolher conforme sua preferência manifesta indiscutível tendência para o extrato. As mais importantes firmas do ramo dedicam-se a uma propaganda caríssima que ocupa o melhor espaço — e o mais caro — das principais publicações dos Estados Unidos expondo as vantagens do extrato. E esta propaganda, é inegável, vem encontrando apreciável receptividade por parte do público. Temos percorrido, em vários Estados americanos, muitos armazens e nunca mais vimos nem os torradores, nem os moinhos, nem as balanças especiais. Tudo já está nas prateleiras, em elegantes vidros, pronto para ser preparado e consumido pelo cliente.

*Lição*

Aí temos uma grande lição.

O Brasil só poderá salvar sua lavoura caféeira fazendo com que os lavradores recebam justa recompensa pelo seu trabalho. E isto, por sua vez, só será possível pelo caminho da industrialização.

Não há dúvida que se torna necessária uma grande campanha. Trata-se de subverter os hábitos de um povo pouco propício a modificações no que respeita a sua preparação de alimentos. Em muitas partes do país a preparação do café assume os rigores de um rito. Em outras existem arraigadas crenças quanto à importância dêste ou daquele método. Contudo, esta campanha se torna imperiosa, tanto mais quanto a industrialização do café não lhe retira as qualidades que o fazem tão apreciado. Ela dará ao nosso produto um aspecto econômico de independência, muito ao contrário do colonialismo que êle encerra, pois até o momento não é mais do que exportação de matéria prima.

Haverá muitos sebastianistas. Mas serão vencidos pela evidência.

Em São Paulo, um homem tenta a industrialização do café. Por nosso intermédio foi até o D. N. C. Mas as dificuldades opostas a esta iniciativa individual acabarão por anulá-la. Entretanto, sabemos que nos Estados Unidos estuda-se a possibilidade de instalações para industrialização do café no Brasil, o que nos parece pouco provável como impróprio, pois a iniciativa devia ser nacional.

Seria, então, imediatamente valioso para nós recolher a lição da Dinamarca. Aquela feliz nação reuniu em cooperativas os seus produtores e tantos resultados benéficos colheu do sistema que nêle reside uma das causas principais de seu progresso e de sua independência econômico-financeira.

### *Exigências Da E'poca*

Os milhares de dólares gastos em publicidade dos novos métodos porque é tratado o café nos Estados Unidos estão produzindo cada dia mais consumidores de extrato. E a prova de que a receptividade do público americano é favorável ao extrato está no aumento crescente do número de vendas como no fato de que companhias tradicionalmente ligadas aos velhos métodos e que demoraram em apresentar o produto extratificado, começam a fazê-lo na mesma escala de intensidade

de que os pioneiros (Maxwell). Os caríssimos anúncios estabelecem uma competição de qualidade na qual entra até a beleza e o valor do vidro utilizado como recipiente do extrato à venda.

Isto porque o novo método atende exigências da época.

Os dias que correm nos apresentam têrmos diferentes para os velhos problemas, o principal dêles o transporte. Já dissemos que no café em grão transportado em sacas 85% do pêso é morto, nada vale. Precisamos atender às requisições modernas com menor volume, menor pêso, maior valor e facilidades para transporte rápido (aéreo).

Com a adoção dos novos métodos de industrialização do café o Brasil não terá como cliente apenas os Estados Unidos ou os lugares até onde possamos enviar os nossos parcos navios, mas a todos quantos possam receber um avião. Multiplicam-se, pois, as possibilidades de expansão do nosso café se nos dispusermos a acompanhar a evolução da época em que vivemos.

A um dos diretores da Cia. Borden em férias no Estado do Arizona, janeiro último, perguntamos certa feita sôbre os motivos que o levavam à industrialização do extrato de café. Durante quatro anos fornecera aos soldados, agora fornecia ao público em geral.

Isto fêz-nos lembrar um anúncio que lemos há muitos anos em São Francisco da Califórnia — enquanto pensas, já alguém está agindo...

# TRIBUTO PAGO PELOS QUE SERVEM DESINTERESSADAMENTE O SEU PAÍS

## I — A Dívida Externa na Assembléia Nacional Constituinte (*)

(*) Carta dirigida ao Presidente da "Comissão de Inquérito de Casos de Interêsse Nacional" em agôsto de 1946.

Rio de Janeiro, de agôsto de 1946.

Exmo. Sr. Dr. Antonio Feliciano

Digníssimo Presidente da "Comissão de Inquérito de Casos de Interêsse Nacional"

Assembléia Nacional Constituinte

Honrado com o convite que me foi dirigido por V. Exa. em carta datada de 2 de agôsto corrente (anexo n.º 1) — para prestar informações a essa ilustre Comissão, como técnico, sôbre as questões referentes à compra de títulos da Dívida Externa, perante ela compareci no dia 9, às 15 horas. Nessa ocasião, deu-me conhecimento V. Exa. de que o assunto se prendia a um depoimento prestado pelo Sr. Rafael Corrêa de Oliveira, ficando combinado, por sugestão do digno relator da matéria, deputado Nestor Duarte, que me seria encaminhada cópia daquele depoimento, sôbre a qual eu faria meu estudo e prestaria por escrito os esclarecimentos que julgasse necessários, bem como sôbre a carta dirigida a essa Comissão pelo Sr. Oscar Bormann.

Era meu desêjo aproveitar essa oportunidade, para fazer um retrospecto histórico da nossa dívida externa, a-fim-de que o povo brasileiro e seus dignos representantes tivessem uma idéia precisa daquilo que bem poderíamos denominar — o Drama da Dívida Externa.

Infelizmente a premência de tempo não me permite fazê-lo, por se achar a Constituinte inteiramente absorvida com o rápido andamento dos seus trabalhos. Respeitosamente so-

licitaria, entretanto, a V. Exa. e aos dignos membros dessa Comissão, para que, noutra oportunidade, possa eu fazer, de viva voz, o relatório do que foram os trabalhos que abrangem os 14 anos de estudo, análise e contrôle dos nossos compromissos externos, que datam de 1824.

Quando em 1931 iniciámos tão importante tarefa, logo deparámos com a falta, no Tesouro Nacional, do teor de grande número dos contratos dos empréstimos realizados. Foi preciso mandar vir com urgência, de Londres, cópias autenticadas, as quais chegaram às nossas mãos, por intermédio do comandante do navio "Almeda Star".

Por outro lado, não tínhamos meios de conhecer, de fato, o montante real da nossa dívida externa (federal, estadual e municipal) e, o que era muito mais grave, não podíamos conferir se as importâncias periòdicamente solicitadas pelos banqueiros estavam certas. Não era estranho também orientarem-se nossas remessas para o exterior pelos lembretes que os representantes dos banqueiros deixavam sôbre a mesa dos titulares da Fazenda. E tanto isso é verdade, que pela verificação da primeira nota de remessa enviada pelos agentes pagadores, comprovou-se haver contra os cofres públicos uma diferença de cêrca de 100.000 libras.

Defrontámo-nos ainda com fatos os mais dolorosos, não sabendo quem maior culpa teria tido: se os nossos governos ou se os banqueiros intermediários. Em muitos casos, ambos foram por nós classificados como responsáveis. Em outros, as entidades nacionais eram as grandes vítimas ou, em última instância, o povo brasileiro.

Para não irmos longe poderíamos citar:

Do empréstimo de 1922 do Estado do Ceará, de 2.000.000 de dólares apenas 150.000 foram assinalados na escrita do Tesouro Estadual. A par disso, as despesas efetuadas, até 1930, com o serviço daquela dívida já consignavam, nos itens de juros e comissões, um desembôlso de 1.139.957 dólares, conquanto o total dos títulos em circulação fôsse ainda de 1.980.000 dólares!

Os Estados de Santa Catarina, Alagoas e Rio de Janeiro não escaparam igualmente à onda de prejuízos incalculáveis, causadas pelo descaso na administração dos dinehiros públicos. Mais tarde tivemos o famoso caso da "South American Railway" (Estrada de Ferro do Ceará) em que os representantes dos credores, em 1935, compareceram para receber no Tesouro Nacional uma indenização de 35.000 contos de réis, cuja conta foi devidamente processada e sacramentada em vários Ministérios. Foi quando a Secretaria Técnica da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, hoje Conselho Técnico de Economia e Finanças, chamada a emitir seu parecer por solicitação do Tribunal de Contas, apurou haver um êrro contra o Tesouro Nacional no valor de 17.059 contos de réis no cálculo de conversão, ao mesmo tempo que conseguia provar serem aquêles credores os próprios responsáveis pelo prejuízo que o Brasil havia sofrido em Londres no ano de 1917, quando perdemos Libras 1.001.992-3-2, com a falência do "The Russian Commercial and Industrial Bank" em virtude da revolução russa. Propuzemos e o Tribunal de Contas aprovou que só deveríamos efetuar o pagamento da indenização realmente devida, isto é, 17.941 contos de réis (e não 35.000), após o ressarcimento ao nosso govêrno do prejuizo por êle sofrido.

Seria interminável a história dêsses fatos que se iniciou em 1824 com o empréstimo de Libras 3.686.200 e que teve seu término em 1930, já então com o total de Libras 267.173.023, quando nos foi dado começar um trabalho de verdadeira tomada de contas, cujos detalhes se podem observar através dos 20 volumes publicados pela referida Secretaria Técnica.

Entretanto, resolvi fixar-me na análise dos pontos a que se referem os documentos da responsabilidade dos Srs. Rafael Corrêa de Oliveira e Oscar Bormann, cujas cópias autenticadas chegaram às minhas mãos no dia 16 do corrente. Por sua leitura verifiquei:

a) — que em relação à mencionada compra de títulos não me seria possível prestar quaisquer esclarecimentos, con-

siderando não ter sido ela do meu conhecimento, ter sido confidencial e constar da carta do Sr. Bormann (anexo n.º 2) — na época Delegado do Tesouro Brasileiro em Nova York, a seguinte informação:

> "No tocante às compras dos fundos públicos a que alude, foram elas resolvidas pelo Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa, o qual telegrafou confidencialmente ao Delegado do Tesouro em New York, determinando-lhe interviesse, de modo discreto, na Bôlsa de Títulos daquela cidade, adquirindo-os por intermédio de corretor idôneo, mas a preço nunca superior à cotação do dia. Tais aquisições deveriam ser efetuadas paulatinamente, a-fim-de evitar a alta. A depreciação enorme que, na época, experimentavam, por efeito da guerra, todos os títulos de Estados, recomendava a operação, proporcionadora de pingues lucros à Fazenda Pública.
>
> Pus em execução, sem demora e com relativo sucesso, a ordem recebida. Deixei, porém, New York, em 1942, ignorando, por conseguinte, como prosseguiram as compras, ou quando foram interrompidas, se o foram.
>
> Tôda a correspondência concernente ao caso, que é copiosa, além de muitos outros papéis, se encontrava arquivada naquela delegação do Tesouro brasileiro no exterior. Dest'arte, qualquer elucidação que eu pudesse dar-lhe neste momento, ficaria subordinada à minha memória, o que se não me afigura de bom aviso, tendo-se em conta a relevância do assunto. Mas, o atual delegado do Tesouro em New York conhece-o integralmente e poderia, baseado em documentos, esclarecer a Vossa Excelência, por inteiro.."

b) — que figuravam, na exposição do Sr. Rafael Corrêa de Oliveira (anexo n.º 3) — referências ao meu nome em re-

lação à compra de títulos e à atuação que tive na qualidade de representante do nosso Govêrno junto aos agentes pagadores dos empréstimos externos para assentar as bases do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, nos Estados Unidos.

A análise do depoimento do Sr. Rafael Corrêa de Oliveira, demonstra que as referências mencionadas foram feitas mais com o ânimo de influir maldosamente no seio dessa Comissão, do que pròpriamente como de pessoa habilitada a tratar de assunto de tanta magnitude, por isso que tôdas as alegações não resistem à crítica mais superficial.

Por uma deferência aos ilustrados membros dessa Comissão de Inquérito, particularmente a Vossa Excelência, Senhor Presidente, responderei os tópicos da exposição do Sr. Rafael Corrêa de Oliveira que me dizem respeito.

Disse o depoente, em resposta às perguntas sôbre quem aproximara o Sr. Carl Marks do nosso govêrno e a razão da escolha dêsse cidadão para medianeiro nas compras de títulos da dívida externa:

> "Não sei o motivo dessa escolha, porque nós, na Delegacia, não conhecíamos êsse Senhor, mas sabíamos que era pessoa das relações do Sr. Valentim Bouças, rèconhecidamente conselheiro financeiro do govêrno nos Estados Unidos, como se dizia."

Vê-se claramente que a citação ao meu nome foi apenas maledicente. O declarante não poderia mesmo afirmar, senão maldosamente, ser o Sr. Carl Marks pessoa de minhas relações pois, afirmo, foi esta a única vez que chegou ao meu conhecimento ter aquêle senhor sido encarregado oficialmente da compra de nossos títulos, o que, devo confessar, causou-me profundo estranheza, pois, a ser verídica tal declaração, ter-se-ia afastado o nosso govêrno, creio que pela primeira vez, da velha praxe de confiar tais responsabilidades aos seus próprios banqueiros. Desafio que haja qualquer prova direta ou indireta, escrita ou verbal, de minha intervenção na escolha, se efetivamente houve, ou mesmo na compra de títulos, como in-

sinua o Sr. Rafael Corrêa de Oliveira. Nunca foi esta a minha missão, nem a do Conselho Técnico de Economia e Finanças.

A intromissão de qualquer especulador ou intermediário em assuntos desta natureza pode ser fàcilmente verificada, tanto pela correspondência como pelos livros das Contadorias da União, dos Estados e Municípios, pois alí deve constar de qualquer forma, direta ou indireta, o nome dos negociadores.

Enquanto ao que respeita à especulação nos Estados Unidos, é necessário lembrar que a função da "Stock Exchange Commission" é, entre outras, a de traçar a qualquer tempo a rotina da compra e venda de títulos. Essa fiscalização se acentuou ainda mais no período da guerra, para evitar a evasão de valores e prevenir quaisquer outras transações com bens pertencentes a súditos inimigos. Seria, pois, fácil aquêle govêrno amigo aquilatar da honorabilidade de qualquer representante oficial que, nos Estados Unidos, procurasse especular sob qualquer forma.

As inúmeras provas de alta estima e consideração que sempre gosamos nos meios governamentais, bancários, industriais e comerciais daquele país, bem justificam, no que se refere à nossa, a tranqüilidade de nossa consciência.

Prosseguindo, disse o Sr. Rafael Corrêa de Oliveira, ao tratar do acôrdo da Dívida Externa baixado com o Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943:

> "Os entendimentos com os banqueiros ingleses, possuidores, se não me falha a memória, de 2|3 dos nossos títulos, durou cêrca de 20 ou 30 dias. Ficou resolvido que os títulos que deveriam ser pagos mais ràpidamente, seriam carimbados com o seu novo valor, em lugar de se imprimirem novos títulos, ao passo que, em Nova York se estabeleceu grande discussão sôbre o assunto. Para Nova York foram o Sr. Valentim Bouças, o Sr. Claudionor Lemos, mais dois ou três auxiliares, a-fim-de debaterem esta questão com os banqueiros americanos."

Pena é que o depoente, familiarizado, como deveria estar, com o ambiente dos Estados Unidos, não tenha querido ser sincero nas suas informações, procurando se inteirar de tudo quanto se escreveu a respeito, quer na imprensa brasileira, quer na norte-americana.

Não é verdade que os entendimentos com os banqueiros ingleses tenham durado 20 ou 30 dias. Tendo partido do Rio, juntamente com a missão que nos representou nos Estados Unidos, no princípio de dezembro de 1943, a Delegação que foi a Londres sòmente apresentou seu relatório no dia 30 de abril de 1944, dias após sua chegada ao Rio. Há que observar-se, ainda, a diferença do meio e as exigências da legislação de ambos os países, onde foram negociados os acordos.

Nos Estados Unidos as leis sôbre êsse assunto são mais rígidas e por isso foi mais demorada a regularização do acôrdo aqui firmado.

Declarou ainda o Sr. Rafael Corrêa de Oliveira:

> "Não houve meio de chegar a acôrdo, porque os banqueiros americanos, por seus advogados, queriam a impressão de novos títulos; os títulos que tivessem novo valor, pagos mais ràpidamente, deviam ser reimpressos, como novos títulos, o que custaria soma vultosíssima para o Govêrno Brasileiro. O Sr. Claudionor Lemos se opunha a isso, achando que bastava adotar o sistema inglês. O Sr. Valentim Bouças era favorável à impressão de novos títulos, agindo nessa ocasião como representante do Govêrno Brasileiro."

Cabe aqui um reparo mais profundo quanto à declaração de que houve divergência entre os membros da própria delegação.

Quem teve a ventura de conviver nos Estados Unidos, no trato diuturno dos negócios particulares e oficiais, sabe das situações difíceis que hão de ser vencidas para a defesa de

quaisquer interêsses estrangeiros, mormente em virtude do estado de guerra. A S. E. C., de Filadelfia, é uma espécie do nosso Tribunal de Contas, à qual cabe dar a última palavra sôbre qualquer ato que tenha relação com o assunto da natureza do nosso acôrdo da Dívida Externa. Depois de removidas as dificuldades perante os respectivos banqueiros, no que se referia a cada empréstimo, tínhamos também de ouvir os representantes dos "trustees", do Stock Exchange e do Conselho Protetor dos Portadores de Títulos, para depois tudo submeter à aprovação final da S. E. C. de Filadelfia (Stock Exchange Commission).

O critério de carimbagem com redução do valor nominal adotado, pela delegação que foi a Londres, para os nossos empréstimos em libras, conforme telegrama do Sr. Bormann (anexo n.º 4), foi seguido porque não havia possibilidade de serem impressos novos títulos para substituir os primitivos, por falta de papel apropriado e de pessoal técnico habilitado, mas com essa decisão jamais me conformei, por ser, a meu ver, atentatória ao nosso crédito no futuro.

E foi por isso que nos Estados Unidos conduzi os entendimentos de forma diferente. Saliente-se que não foi por imposição dos advogados dos banqueiros que se autorizou a impressão dos títulos que deveriam substituir os incluidos no plano B. Foi recomendação feita por mim, conforme se prova pela carta que recebi do vice-presidente do National City Bank, em 27 de janeiro de 1944, da qual destaco e grifo os seguintes trechos:

> ".....we were glad to receive your communication transmitting *your ideas on the issuance of new bonds* in connection with the Brazilian Debt Adjusment.
>
> .....
>
> ".....it would probably prove most satisfactory to Brazil *to issue new bonds* in place of bonds surrendered under Plan B, i. e., a single issue of Fe-

deral Government bonds to replace the thirty issues affected by the offer."

. . . . . .

"*. . . . . .your present idea is "to issue new bonds,* even though in some cases it may be necessary to stamp the old bonds for the time being, with the provision that the old bonds shall be exchanged for new bonds at a later date."

Evidencia-se, dessa forma, que não eram os banqueiros que propunham a medida; antes era eu, o signatário da presente, que mantinha a decisão de assim proceder, porque estava e estou convencido de servir melhor aos interêsses do Brasil.

Seria necessário um tempo imenso para relatar o que foi a luta para manter meu ponto de vista, contra o que desejavam, na sua quase totalidade, os banqueiros e mesmo gente nossa.

Todavia, para esclarecer a razão por que me empenhei a-fim-de que fôsse feita a emissão de novos títulos, transcrevo parte do longo telegrama que enviei ao então Ministro da Fazenda:

"New York, 31 de janeiro de 1944.
Ministro da Fazenda — Rio de Janeiro — Brasil
Transmito V. Exa. trabalhos efetuados atual data. Dívida Externa serviço iniciado Claudionor Souza Lemos muito bem conduzidos sob ponto de vista da contabilidade fiscal.

Entretanto nossa responsabilidade política e crédito internacionais exigem demasiada cautela na efetividade de medidas complementares.

Não admitir emissão de novos títulos no caso do Plano B penso e afirmo ferir prestígio Govêrno, além atingir durante período seu serviço, isto em cêrca de 25 anos, o crédito Brasil, uma vez que serão dos únicos títulos no mercado internacional com carimbo e prospectos pregados apensos a cada um

(anexo n.º 5), mostrando redução de capital ou principal o que será motivo permanente desconfiança nosso crédito com o receio natural que o mesmo venha a acontecer quando tivermos recorrer prováveis futuros empréstimos. Quaisquer despesas inclusive alegada taxa dois por cento de Londres deveria e deve ser considerada como razoável e explicável taxa de seguro ao nosso crédito e ao registro definitivo nossos títulos dívida externa o que sempre desejamos. Peço para considerar que maior sacrifício são os 91 milhões dólares de prêmio que no caso de carimbados simplesmente embora permitindo a redução de 300 milhões dólares, nem por isso favorecerá nosso crédito porquanto os futuros portadores dos títulos da alternativa B sòmente verão os títulos com o capital cortado, desconhecendo os benefícios daquele prêmio pago apenas ao atual portador. Peço que V. Exa, compreenda refiro-me apenas ao caso da alternativa B pois no caso A estou de acôrdo com o carimbo porque se trata apenas de juros e não principal."

Bastava a leitura dêsse telegrama para provar que o meu ponto de vista não envolvia interêsses subalternos, tanto que, para meu gáudio, viu o Ministro da Fazenda a possibilidade da emissão de novos títulos, conforme o seguinte trecho do telegrama que recebi em Nova York:

"Consideramos possível emissão novos títulos dadas suas informações sôbre boa aceitação que tal modalidade terá nesse mercado,"

possibilidade essa posteriormente analisada pelo Professor Hahnemann Guimarães, Consultor Geral da República, nos têrmos do parecer expendido no seguinte ofício:

"N.º 35

Em 14 de março de 1944.
Excelentíssimo senhor Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda

Em reunião de 11 de fevereiro último, realizada sob a presidência de Vossa Excelência e na qual tive a honra de participar, foi considerada a possibilidade de se fazerem alterações no texto do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, destinadas a atender à conveniência de serem os títulos pertencentes a portadores que houvessem optado pelo Plano B substituidos por novos títulos emitidos pelo Govêrno da União, que tornaria, dêste modo, efetiva a responsabilidade assumida no art. 6.º do mesmo decreto-lei.

2. Segundo o § 3.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.019, os têrmos do plano aceito são consignados nos títulos mediante carimbo ou legenda apropriada.

3. Êste sistema não é, porém, aconselhável, quando fôr preferido o Plano B, consoante as justas ponderações que me expendeu o Sr. Valentim Bouças, entre as quais avulta a de que a legenda porá em permanente contraste, desfavorável ao nosso crédito, o valor nominal original do título e o resultante da redução feita no Plano B.

4. A melhor solução, para o caso dos portadores que optarem pelo Plano B, parece que é a constante da minuta do contrato anexo, que se deverá celebrar com um "trustee". Os portadores que tiverem escolhido o Plano B receberão, em troca de seus títulos, outros, emitidos por Vossa Excelência, de acôrdo com o modêlo anexo à minuta. Os novos títulos, autenticados pelo "trustee", serão transmitidos ao agente pagador, quando êste houver entre-

gue àquêle os títulos da emissão primitiva (minuta do "trust agreement", cl. 1-6 e cl. 3-1). Até que sejam impressos os novos títulos os portadores poderão receber uma cautela, que representará, provisòriamente, os títulos definitivos (minuta cit. cl. 1-9).

5. O "trustee" reterá os títulos da emissão primitiva, considerados, para todos os efeitos, como títulos do Plano A, até que tenham sido recolhidos ou indicados para o resgate os títulos emitidos em substituição daquêles (cl. 3-2 e cl. 5, especialmente 5-5 e 5-6).

6. O regime ora descrito, particularmente porque permite a entrega imediata das cautelas, animará os portadores a darem preferência ao Plano B. A emissão de novos títulos trará, além disto, pelo motivo já dado, maiores benefícios ao crédito do Brasil.

7. Para se acentuar o caráter accessório da responsabilidade assumida pelo Govêrno Federal nos têrmos do art. 6.º do Decreto-lei n.º 6.019 e de acôrdo com a minuta do "trust agreement", convirá inserir-se, em parágrafo, a disposição de que, pelo pagamento dos serviços de títulos estaduais e municipais, a União se subroga nos direitos dos credores contra os principais devedores.

8. Além dêste esclarecimento, é necessário acrescentarem-se ao mesmo art. 6.º disposições pelas quais fique Vossa Excelência autorizado a emitir novos títulos, inclusive cautelas que os representem provisòriamente, para serem entregues aos portadores que tenham escolhido o Plano B.

9. A modificação assim exigida pelo § 3.º do art. 1.º deve permitir que seja mantido o sistema da aposição de legenda ainda no caso de se haver pre-

ferido o Plano B, quando isto fôr conveniente tanto ao Govêrno Brasileiro quanto aos portadores. Será talvez o caso dos títulos de empréstimos em libras, pois que se considera inexequível, na Inglaterra, a emissão de novos títulos em lugar de se declararem, por meio de carimbo, nos títulos existentes os termos do Plano B. Afirma-se que é difícil a obtenção do papel apropriado e que é escasso o pessoal técnico. Além de ser devido o imposto de 2% pela nova emissão, seria quase impossível, segundo fui informado, obter que o Govêrno britânico a permitisse.

10. No anteprojeto junto, tenho a honra de submeter a seu exame as modificações do Decreto-lei n.º 6.019 que me parecem oportunos, consoante as ponderações acima desenvolvidas.

Aproveito o ensêjo para reafirmar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e consideração."

---

Foi assim lavrado o Decreto n.º 6.410, de 10 de abril de 1944. (Anexo n.º 6).

Os dois "fac-similes" seguintes dos títulos da nossa dívida externa, plano B, atualmente em circulação em Nova York e Londres, demonstram melhor do que qualquer palavra o acêrto da medida de minha iniciativa e pela qual tanto me bati perante os credores e respectivos banqueiros.

A razão maior dos demorados debates em tôrno da matéria a que faz referência o Sr. Rafael Corrêa de Oliveira, infelizmente sem conhecimento de causa, se prendia às controvérsias de um pequeno grupo de banqueiros, liderado por um dos grandes estabelecimentos da finança internacional. Reclamavam o pagamento integral da comissão sôbre os títulos primitivos, embora o Brasil reduzisse o valor de seus títulos. Em outras palavras, concordavam em que os portadores fizessem conces-

são na redução do capital e juros, mas êles, os banqueiros, não admitiam que se tocasse nas suas comissões!...

Procuravam embaraçar a nossa atuação de tal maneira que o govêrno cogitou, por minha proposta, em destituí-los do cargo de agentes pagadores de empréstimos brasileiros.

Finalmente, foi possível chegar a bom têrmo, após a intervenção do próprio State Department, de cujo auxílio necessitei altas horas da noite, na véspera da assiantura do acôrdo final.

E' necessário ainda acentuar que, com a emissão dos novos títulos (Plano B), ficaram assegurados para o Brasil:

a) — *o prazo de* 6 *anos para a prescrição definitiva* de todos os pagamentos de juros vencidos e não reclamados. Quando os títulos se extraviarem ou quando não se apresentarem os credores também naquele prazo, as somas voltarão ao Tesouro Nacional. Basta dizer que esta acertada medida irá permitir recuperarmos somas bastante elevadas. Em virtude dêsse critério, já no ano passado, obtivemos a devolução de 1.500.000 dólares que estavam em poder dos nossos banqueiros — Dillon Read and Co.

b) — *a eliminação das cláusulas de garantias dos contratos originais,* garantias essas representadas por hipotecas dos bens e rendas públicas da União, Estados e Municípios.

c) — *a eliminação da cláusula ouro.* O mesmo não sucedeu na dívida brasileira em Londres, onde os títulos foram apenas carimbados. A decisão do Tribunal de Haya, no caso dos francos ouro, jamais deveria ser esquecida.

d) — *a elevação de seu crédito,* posto que tais títulos, sendo novos, estão isentos das observações que pesam sôbre todos os demais títulos brasileiros

negociados nas bolsas dos Estados Unidos da América: uns por falta de pagamento, outros em virtude de infração de cláusulas contratuais, estão com uma nota deprimente que os acompanha diàriamente nas publicações dos negócios da bolsa. (Anexo N. 8 A)

Na bolsa de New York os novos títulos de (3¾% plano B), são os únicos títulos brasileiros considerados verdadeiramente *limpos*.

Infelizmente, no caso de Londres, êsse benefícios não ficaram assegurados.

Como poderia haver uma interpelação sôbre a minha concordância na carimbagem dos títulos do Plano A, quando não quiz permití-la para os títulos do Plano B, cabe-me aduzir o argumento de que a maior ou menor taxa de juros é uma função do crédito de que goza o emitente de um título. Ora, no caso do plano A, o Brasil mantendo integralizado o capital nominal emitido, a redução da taxa de juros terá de ser considerada, *ipso fato*, como uma melhoria do crédito brasileiro, tanto que alguns credores preferiram essa alternativa (ver anexos nos. 7 e 8).

E para completar essa afirmação, incluimos uma lista de títulos nossos na praça de Londres em 1930 e em 1945 (anexo n.º 9), em que se verifica, por exemplo que, quando os títulos consignavam uma taxa de juros de 4 1/2%, a sua cotação era de 49%, enquanto que agora, sendo aquela taxa apenas de 1⅝% ou cêrca de 1/3, a cotação é muito mais elevada (61%).

A essa modificação, chama-se o levantamento do crédito nacional.

Em relação ao vulto das despesas o Sr. Claudionor de Souza Lemos, apontado como em contradição comigo e partidário da carimbagem, o que não contesto, enviou ao Ministro da Fazenda, em 24/12/1943, um telegrama em que informava:

> "Pedi preço Bank Note para carimbar títulos. Tenho impressão despesa não será pequena dado atual custo do material aqui."

Ainda sôbre êsse assunto, em telegrama que expedi ao Ministro da Fazenda em 6/2/1944, dizia:

"Preciso adiantar que lei Stock Exchange aqui não admite substituição títulos uma vez carimbados pelo que se torna imperativo os chamados títulos provisórios ou temporários. Esta modalidade no entender de todos não é mais dispendiosa do que modalidade carimbagem com novas folhas para os cupões acôrdo novas taxas e tempo amortização."

Esta alegação foi confirmada, em 21 de março de 1944, pela carta do Sr. Frederick W. Jackson, da firma dos advogados do Brasil, Srs. Sherman and Sterling, New York (anexo n.º 10):

"I told Mr. Dulles that, as a result of very careful consideration, it had been definitely established the satisfaction of the National City Bank that Schroder's advice to you with respect to the cost and speed involved in the stamping of the bonds was erroneous, and that, on the contrary, it clearly appeared that it would not only be probably less expensive to issue new bonds but certainly very much quicker."

Outro ponto referido pelo Sr. Rafael Corrêa de Oliveira é o relativo à criação de um "trustee":

"Quanto à outra parte em Londres, foi a casa Rothschild encarregada de fazer o resgate dos títulos naquela capital. Em New York temos a Delegacia que poderia fazer o resgate, mas, por indicação do Sr. Bouças, o Govêrno criou um *trustee* entregue ao National City Bank."

A designação de um "trustee", em casos desta natureza, não é uma providência à escolha do devedor. E' uma imposição

da lei. O "trustee" é um estabelecimento bancário que funciona sob a mais severa orientação das leis americanas, para agir como um intermediário neutro entre os direitos e os interêsses de devedores e de credores. A Delegacia do Tesouro Brasileiro em New York não poderia impor-se, pela suspeição, como o depositário da confiança dos interêsses dos credores do próprio govêrno Brasileiro. Impunha-se a designação de um "trustee".

Durante os entendimentos levados a efeito no Rio de Janeiro entre o Govêrno brasileiro e os representantes dos portadores inglêses e norte-americanos dos títulos dos nossos empréstimos externos, foi evidenciada a necessidade de que houvesse de acôrdo com a lei dos países credores, aquêle órgão centralizador dos nossos interêsses em Nova York e em Londres relativamente à Dívida Externa. Por essa ocasião recebeu o Ministro da Fazenda diretamente oferecimentos de bancos para exercerem aquela função, tendo o Ministro escolhido o que lhe pareceu oferecer maiores vantagens ao Brasil, do que deu conhecimento ao The National City Bank, aos Srs. N. M. Rothschild and Sons e a mim que, na qualidade de dirigente das reuniões que vínhamos realizando com os representantes dos portadores de nossos títulos, precisava conhecer tal resolução.

Em ofício que, como Secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças, dirigi ao Sr. Ministro, solicitando dar conhecimento dêsse ato por telegrama a ambos os interessados para que prestassem tôda colaboração possível aos componentes da missão de técnicos, designada para controlar a execução das normas fixadas pelo Decreto-lei n.º 6.019, citado, assim me expressei:

> "Em aditamento à decisão de V. Ex. em confiar ao The National City Bank of New York, a centralização do expediente necessário ao cumprimento do plano Souza Costa em relação aos serviços dos empréstimos emitidos em dólares, e aos banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, os relativos aos empréstimos em libras..."

Na mesma data, por dever do cargo que ocupava informei ao The National City Bank, no Rio de Janeiro, de como estava composta a referida comissão de técnicos, solicitando fossem tomadas as necessárias providências para a facilidade dos seus trabalhos:

> "Em aditamento à comunicação que verbalmente fêz a V. Exa., ontem, o Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Arthur de Souza Costa, de designar o The National City Bank of New York (matriz) para efetuar a centralização de todo o expediente necessário ao cumprimento do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943 (plano Souza Costa), na parte relativa aos empréstimos em dólares..."

Em resposta recebi uma carta do Superintendente daquêle Banco no Brasil, informando ter tomado as providências solicitadas (anexo n.º 11).

Em 11 de fevereiro de 1944 o The National City Bank se comunicou com o Ministro com respeito à nomeação de uma Agência Central para atender àqueles encargos, *oferecendo novamente os seus serviços*, de vez que a Matriz em Nova York se achava perfeitamente aparelhada para tal mistér, como se verifica da transcrição abaixo:

> "Desejando êste Banco cooperar eficientemente com V. Exa. neste problema tenho grande satisfação em oferecer os serviços do Banco em Nova York para êste fim. A nossa Matriz, a qual já exerce idênticas funções como representante do Lloyds Bank, acha-se perfeitamente e especialmente aparelhada para encargos dessa natureza, e teria muita satisfação em cooperar na liquidação da Dívida Externa em tudo que fôr possível" (anexo n.º 12).

São estas, Senhor Presidente, as declarações que me cabe prestar em face dos documentos que me foram remetidos. Se

elas, entretanto, não bastarem para o completo esclarecimento do assunto, estarei pronto a comparecer pessoalmente a essa ilustrada Comissão para elucidar os pontos que por V. Exa. ou pelos dignos membros forem julgados ainda carecedores de maiores explanações.

Aproveito o ensêjo para apresentar a V. Exa., Senhor Presidente, os protestos de minha respeitosa consideração.

VAENTIM F. BOUÇAS.

Secretário Técnico

## II — Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha (*)

(*) Apanhado taquigráfico da Sessão realizada em 3 de setembro de 1946 ("Diário da Assembléia", de 10 de setembro de 1946, pág. 4762 e seg.)

*Assembléia Nacional Constituinte*

Rio, em 2 de agosto de 1946.

Exmo. Snr. Valentim Bouças:

A "Comissão de Inquérito de Casos de Interêsse Nacional" sentir-se-ia honrada se V. Ex. pudesse comparecer dia 9 do corrente, às 15 horas, no Palácio Tiradentes, afim de informá-la, como técnico, das questões referentes à compra de Títulos da Dívida Externa, objeto de seu estudo e sindicância.

Aproveito o ensêjo para apresentar a V. Ex. os meus protestos de elevada consideração.

a) Antonio Feliciano,
Presidente

---

A sua Excelência
Deputado Doutor Antonio Feliciano
Presidente da Comissão de Inquérito dos Casos de Interêsses Público
Assembléia Constituinte
Palácio Tiradentes

*Rio de Janeiro.*

Acabo de receber sua atenciosa carta de 10 do corrente, em que me pede comparecer, no dia 17, à sala da Comissão

de Finanças do Palácio Tiradentes, afim de prestar esclarecimentos sôbre o acôrdo da Dívida Externa e também sôbre a compra de títulos dessa Dívida.

Vejo-me, com pesar, incapacitado de fazê-lo, por me encontrar enfêrmo, prêso ao leito, em virtude de prescrição médica, após obstinada *gripe*, que me abalou fundamente o organismo.

Contudo, posso desde já assegurar a Vossa Excelência, no respeitante ao último acôrdo da Dívida Externa, que a operação financeira foi de vantagem para o Brasil. Daí os protestos, não só de alguns portadores de títulos, senão também, e principalmente, dos banqueiros encarregados dos serviços dos empréstimos em foco.

No intuito de elucidar o tema, remeto aqui a Vossa Excelência copia da exposição que apresentei ao ministro da Fazenda de então, dando-lhe conta do modo por que nos desincumbimos, eu e o Senhor Edwin Horácio Cox, da missão que nos fôra confiada, na Europa, e cujo objetivo único era orientar alí a execução do novo esquema estabelecido, de referência aquela Dívida.

Cabe-me ainda narrar-lhe que o exame, discussão e solução da espécie foram realizados no Rio de Janeiro, sem que eu tivesse neles a mínima participação, que aliás seria incompreensível, porquanto se tratava de negócio a ser convencionado entre o ministro das Finanças do país devedor e os representantes dos portadores dos títulos, que no caso são os credores.

Todavia, não me dispenso de ficar aguardando as instruções de Vossa Excelência, para quaisquer outros informes que lhe pareçam necessários e que lhe prestarei de boa mente.

---

No tocante às compras dos fundos públicos a que alude, foram elas resolvidas pelo ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa, o qual telegrafou confidencialmente ao delegado do Tesouro em New York, determinando-lhe interviesse, de modo discreto, na Bolsa de títulos daquela cidade, adquirindo-

os por intermédio de corretor idôneo mas a preço nunca superior à cotação do dia. Tais aquisições deveriam ser efetuadas paulatinamente, afim de evitar a alta. A depreciação enorme que, na época, experimentavam, por efeito da guerra, todos os títulos de Estados, recomendava a operação, proporcionadora de pingues lucros à fazenda pública.

Pus em execução, sem demora e com relativo sucesso, a ordem recebida. Deixei, porém, New York em 1942, ignorando, por conseguinte, como prosseguiram as compras, ou quando foram interrompidas, se o foram.

Tôda a correspondência concernente ao caso, que é copiosa, além de muitos outros papéis, se encontrava arquivada naquela delegação do tesouro brasileiro no exterior. Destarte, qualquer elucidação que eu pudesse dar-lhe neste momento ficaria subordinada à minha memória, o que se não me afigura de bom aviso, tendo-se em conta a relevância do assunto. Mas, o atual delegado do Tesouro em New York conhece-o integralmente e poderia, baseado em documentos, esclarecê-lo a Vossa Excelência, por inteiro.

Saudações muito atenciosas.
a) Oscar Bormann

---

*Trechos do Depoimento do Sr. Rafael Oliveira*

a) — Não sei o motivo dessa escolha, porque nós, na Delegacia não conhecíamos êsse senhor, mas sabíamos que era pessoa das relações do Sr. Valentim Bouças, reconhecidamente conselheiro financeiro do govêrno nos Estados Unidos, como se dizia.

b) — Os entendimentos com os banqueiros inglêses, possuidores, se não me falha a memória, de 2/3 dos nossos títulos, durou cerca de 20 ou 30 dias. Ficou resolvido que os títulos que deveriam ser pagos mais ràpidamente,

seriam carimbados com o seu novo valor, em lugar de se imprimirem novos títulos, ao passo que em Nova York se estabeleceu grande discussão sôbre o assunto. Para Nova York foram o Sr. Valentim Bauças, o Sr. Claudionor Lemos, mais dois ou três auxiliares, afim de debaterem essa questão com os banqueiros americanos.

c) — Não houve meio de chegar a acôrdo porque os banqueiros americanos, por seus advogados, queriam a impressão de novos títulos; os títulos que tivessem novo valor, pagos mais ràpidamente, deviam ser reimpressos, como novos títulos, o que custaria soma vultosíssima para o govêrno brasileiro. O Sr. Claudionor Lemos se opunha a isso, achando que bastava adotar o sistema inglês. O Sr. Valentim Bouças era fovorável à impressão de novos títulos, agindo nessa ocasião como representante do govêrno brasileiro.

d) — Quanto à outra parte em Londres, foi a casa Rothschild encarregada de fazer o resgate dos títulos naquela capital. Em New York temos a Delegacia que poderia fazer o resgate, mas, por indicação do Sr. Bouças, o govêrno criou um "trustee" entregue ao National City Bank.

---

*Western Union Cablegram*

729 London 80 1/49|20
NLT Valentim Bouças Waldorf Astoria
Hotel New York

Ontem mesmo conversamos Rothschild. Julgam inexequível Inglaterra emissão novos títulos decorrentes opção plano B em lugar carimbá-los porque além muito difícil encontrar papel apropriado impressão vg escassez pessoal técnico faria muito demorado tal trabalho ponto há ainda considerar tais ti-

tulos estão sujeitos aqui pagamento dois por cento sêlo ponto não obstante conversamos hoje Niemeyer que concordou Rothschilds acrescentando surgiriam inúmeras dificuldades obter permissão govêrno britânico nova emissão vg permissão essa quase impossível — Oscar Bormann.

---

*Decreto-lei n.º* 6.410, de 10-4-1944

(Execução do Decreto-Lei n.º 6.019, de 23-11-1943)

Dispondo sôbre a execução do Decreto-lei n. 6.019, de 23-11-1943, foi assinado em 10-4-1944, pelo Sr. Presidente da República, Decreto-lei sob o n.º 6.410 nos têrmos seguintes:

"Art. 1.º — A opção por um dos planos do Decreto-lei número 6.019, de 23 de novembro de 1943, será feita nos têrmos do §3.º do art. 1.º, salvo se, no caso de opção pelo plano B, houver conveniência em que sejam emitidos novos títulos.

Art. 2.º — O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, para dar execução ao disposto no art. 6.º do referido Decreto-lei n. 6.019, de 23 de novembro de 1943, quando houver conveniência nos têrmos do artigo anterior, fica autorizado a emitir novos títulos, em séries correspondentes aos empréstimos originais, para serem entregues aos portadores que tenham optado pelo plano B, em troca dos títulos das emissões primitivas.

§ 1.º — Podem ser emitidos títulos temporários que representem, provisòriamente, os novos títulos.

§ 2.º — A União sobroga-se nos direitos dos referidos portadores contra os primitivos devedores, sempre que êstes deixem de efetuar os pagamentos a que estão obrigados nos têrmos dêste Decreto-lei e do de n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943.

Art. 3.º — Para o cumprimento dêste Decreto-lei e do art. 16 do Decreto-lei n. 6.019, de 23 de novembro de 1943, fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a promover os atos, necessários à realização de contratos ou

acordos com firmas bancárias ou "trustees", fixando as respectivas comissões e determinando outras despesas.

Parágrafo único. — Os atuais agentes pagadores serão os mesmos agentes para o serviço (juros e amortização) das várias séries dos novos títulos, emitidos de acôrdo com o art. 2.º dêste Decreto-lei.

Art. 4.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário."

(Diário Oficial, de 12-4-1944).

## IDVIDA EXTERNA DO BRASIL

Decreto-Lei N.º 6.019, de 23 de novembro de 1943

### EMPRÉSTIMOS EM DÓLARES

### IMPORTÂNCIA E PERCENTAGEM DAS OPÇÕES ATÉ 30/IV/1946

| ENTIDADES | | NÃO OPTADOS | | OPTADOS | | OPTADOS | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Circulação | % | Plano "A" | % | Plano "B" | % | |
| Coffee Realization..... | 1930-7 % | 3.033.500 | 23 | 5.652.000 | 43 | 4.414.500 | 34 | 13.100.000 |
| São Paulo..... | 1921-8 % | 673.500 | 28 | 782.500 | 32 | 958.000 | 40 | 2.414.000 |
| São Paulo..... | 1925-8 % | 2.905.500 | 28 | 2.571.000 | 25 | 4.792.000 | 47 | 10.268.500 |
| São Paulo..... | 1926-7 % | 990.500 | 23 | 1.283.000 | 30 | 2.022.000 | 47 | 4.295.500 |
| São Paulo..... | 1928-6 % | 2.282.000 | 26 | 2.189.000 | 26 | 4.129.500 | 48 | 8.600.500 |
| Minas Gerais..... | 1928-6½% | 1.178.500 | 24 | 777.500 | 12 | 3.509.000 | 64 | 5.465.000 |
| Minas Gerais..... | 1929-6½% | 1.399.000 | 26 | 668.500 | 12 | 3.367.000 | 62 | 5.434.500 |
| Rio G. do Sul..... | 1921-8 % | 906.500 | 19 | 860.000 | 19 | 2.901.500 | 62 | 4.688.000 |
| Rio G. do Sul..... | 1926-7 % | 916.500 | 17 | 1.154.500 | 21 | 3.413.000 | 62 | 5.484.000 |
| Rio G. do Sul..... | 1928-6 % | 2.540.000 | 25 | 1.758.500 | 17 | 5.926.000 | 58 | 10.224.500 |
| Idem (8 municípios)..... | 1927-7 % | 315.500 | 16 | 417.500 | 21 | 1.234.500 | 63 | 1.967.500 |
| Maranhão..... | 1928-7 % | 427.000 | 26 | 376.500 | 22 | 878.500 | 52 | 1.682.000 |
| Pernambuco..... | 1929-7 % | 1.150.500 | 23 | 851.000 | 18 | 2.866.500 | 59 | 4.868.000 |
| Rio de Janiero..... | 1929-6½% | 1.563.000 | 30 | 675.000 | 13 | 2.930.000 | 57 | 5.168.000 |
| Paraná..... | 1928-7 % | 484.500 | 22 | 711.500 | 32 | 1.032.000 | 46 | 2.228.000 |
| Santa Catarina..... | 1922-8 % | 481.900 | 18 | 456.000 | 17 | 1.713.600 | 65 | 2.651.500 |
| Distrito Federal..... | 1921-8 % | 1.229.000 | 17 | 1.412.000 | 20 | 4.572.000 | 63 | 7.213.000 |
| Distrito Federal..... | 1928-6½% | 5.859.000 | 23 | 4.079.000 | 17 | 14.728.000 | 60 | 24.666.000 |
| Distrito Federal..... | 1928-6 % | 253.500 | 19 | 67.500 | 6 | 946.000 | 75 | 1.267.000 |
| Mun. de São Paulo..... | 1919-6 % | 2.020.000 | 38 | 603.000 | 11 | 2.786.000 | 51 | 5.409.000 |
| Mun. de São Paulo..... | 1922-8 % | 1.133.500 | 35 | 459.000 | 15 | 1.564.000 | 50 | 3.156.500 |
| Mun. de São Paulo..... | 1927-6½% | 2.346.000 | 41 | 814.000 | 15 | 2.442.000 | 44 | 5.602.000 |
| Mun. de Pôrto Alegre..... | 1922-8 % | 419.500 | 17 | 476.000 | 19 | 1.614.000 | 64 | 2.509.500 |
| Mun. de Pôrto Alegre..... | 1926-7½% | 344.000 | 13 | 382.500 | 15 | 1.915.000 | 72 | 2.641.500 |
| Mun. de Pôrto Alegre..... | 1928-7 % | 175.500 | 11 | 369.000 | 25 | 958.500 | 46 | 1.503.000 |
| União..... | 1931-5 % | 3.890.045 | 21 | 3.657.800 | 20 | 11.029.300 | 59 | 18.577.145 |
| União..... | 1921-8 % | 4.290.000 | 17 | 6.006.500 | 22 | 16.372.500 | 61 | 26.699.000 |
| União..... | 1922-7 % | 2.594.500 | 18 | 3.933.500 | 27 | 7.859.500 | 55 | 14.387.500 |
| União..... | 1926-6½% | 11.918.500 | 24 | 9.429.000 | 20 | 27.236.500 | 56 | 48.584.000 |
| União..... | 1927-6½% | 6.718.000 | 20 | 7.893.500 | 24 | 18.696.500 | 56 | 33.308.000 |
| % média das opções..... | | | 22 | | 22 | | 56 | |

# DIVIDA EXTERNA DO BRASIL

Decreto-Lei N.º 6.019, de 23 de novembro de 1943

## EMPRÉSTIMOS EM LIBRAS

## IMPORTÂNCIA E PERCENTAGEM DAS OPÇÕES ATÉ 30/IV/1946

| ENTIDADES | | NÃO OPTADOS | | OPTADOS | | OPTADOS | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Circulação | % | Plano "A" | % | Plano "B" | % | |
| Coffee Realization | 1930-7 % | 533.500 | 10 | 2.694.700 | 52 | 1.943.400 | 38 | 5.171.600 |
| São Paulo | 1904-5 % | 48.520 | 41 | 39.460 | 34 | 28.680 | 25 | 116.660 |
| São Paulo | 1905-5 % | 1.328.338 | 67 | 152.467 | 8 | 501.993 | 25 | 1.982.798 |
| São Paulo | 1907-5 % | 762.653 | 52 | 169.865 | 12 | 532.551 | 36 | 1.465.069 |
| São Paulo | 1921-8 % | 115.840 | 7 | 351.300 | 25 | 970.800 | 68 | 1.437.940 |
| São Paulo | 1926-7 % | 138.300 | 6 | 569.500 | 28 | 1.356.700 | 66 | 2.064.500 |
| São Paulo | 1928-6 % | 495.500 | 17 | 654.200 | 23 | 1.754.000 | 60 | 2.903.700 |
| Instituto do Café | 1926-7,5% | 1.310.400 | 17 | 2.305.500 | 29 | 4.243.900 | 54 | 7.859.800 |
| Bco. do Est. S. Paulo A-B-C | 1927/8-6% | 196.500 | 10 | 626.200 | 34 | 1.050.200 | 56 | 1.872.900 |
| Minas Gerais | 1913-5 % | 9.520 | 17 | 11 860 | 22 | 33.540 | 61 | 54.920 |
| Minas Gerais | 1928-6,5% | 119.300 | 7 | 228.500 | 15 | 1.225.400 | 78 | 1.573.200 |
| Pernambuco | 1905-5 % | 462.260 | 94 | 13.680 | 3 | 14.620 | 3 | 490.560 |
| Bahia | 1904-5 % | 509.900 | 54 | 89.440 | 9 | 349.580 | 37 | 948.920 |
| Bahia | 1913-5 % | 277.460 | 39 | 81.340 | 8 | 615.680 | 63 | 974.480 |
| Bahia | 1915-5 % | 440.790 | 69 | 48.270 | 8 | 145.220 | 23 | 634.280 |
| Bahia | 1918-6 % | 53.048 | 54 | 40.330 | 41 | 4.580 | 5 | 97.958 |
| Bahia | 1928-5 % | 125.271 | 37 | 36.510 | 11 | 173.010 | 52 | 334.791 |
| Rio de Janeiro | 1927-5,5% | 166.200 | 10 | 303.760 | 18 | 1.234.300 | 72 | 1.704.260 |
| Rio de Janeiro | 1927-7 % | 96.400 | 5 | 264.280 | 14 | 1.510.320 | 81 | 1.871.000 |
| Paraná | 1928-7 % | 41.500 | 7 | 110.200 | 21 | 383.900 | 72 | 535.600 |
| Santa Catarina | 1909-5 % | 54.620 | 95 | 680 | 1 | 2.200 | 4 | 57.500 |
| Distrito Federal | 1912-4,5% | 315.020 | 18 | 260.920 | 15 | 1.141.980 | 67 | 1.717.920 |
| Município de Recife | 1910-5 % | 43.120 | 16 | 60.100 | 22 | 169.060 | 62 | 272.280 |
| Município de Niterói | 1928-7 % | 39.500 | 5 | 96.800 | 14 | 590.000 | 81 | 726.300 |
| Município de São Paulo | 1908-6 % | 108.220 | 27 | 91.040 | 23 | 197.860 | 50 | 397.120 |
| Município de Santos | 1927-7 % | 158.400 | 7 | 400.480 | 19 | 1.565.100 | 74 | 2.123.980 |
| Município de Pôrto Alegre | 1909-5 % | 92.900 | 31 | 40.600 | 13 | 172.400 | 56 | 305.900 |
| Município de Pelotas | 1911-5 % | 122.600 | 28 | 50.640 | 12 | 257.600 | 60 | 430.840 |
| União — Funding | 1898-5 % | 1.721.097 | 33 | 2.103.680 | 42 | 1.140.100 | 25 | 4.964.877 |
| União — Funding | 1914-5 % | 2.581.160 | 21 | 3.112.660 | 25 | 6.642.100 | 54 | 12.335.920 |
| União — 20 anos | 1931-5 % | 317.620 | 18 | 577.680 | 33 | 861.140 | 49 | 1.756.440 |
| União — 40 anos | 1931-5 % | 2.151.480 | 33 | 1.415.940 | 21 | 3.077.780 | 46 | 6.645.200 |
| União | 1903-5 % | 1.900.500 | 28 | 1.511.600 | 22 | 3.360.200 | 50 | 6.772.300 |
| União | 1927-6,5% | 1.142.000 | 14 | 1.948.700 | 23 | 5.281.600 | 63 | 8.372.300 |
| União | 1883-4,5% | 987.400 | 54 | 306.600 | 17 | 522.700 | 29 | 1.816.700 |
| União | 1888-4,5% | 1.504.400 | 51 | 388.800 | 13 | 1.069.600 | 36 | 2.962.800 |
| União | 1889-4 % | 8.080.200 | 54 | 2.161.700 | 15 | 4.694.200 | 31 | 14.936.100 |
| União | 1895-5 % | 2.415.000 | 40 | 1.191.300 | 20 | 2.365.200 | 40 | 5.971.500 |
| União | 1901-4 % | 3.285.920 | 39 | 1.312.420 | 16 | 3.560.040 | 45 | 8.158.380 |
| União | 1910-4 % | 2.462.500 | 32 | 1.757.000 | 23 | 3.498.500 | 45 | 7.718.000 |
| União (Lloyd) | 1910-4 % | 14.500 | 4 | 313.900 | 96 | 900 | 0 | 329.300 |
| União | 1911-4 % | 267.300 | 11 | 899.100 | 35 | 1.381.100 | 54 | 2.547.500 |
| União (Viação Cearense) | 1911-4 % | 350.640 | 19 | 381.160 | 20 | 1.162.860 | 61 | 1.894.660 |
| União | 1913-5 % | 1.283.980 | 13 | 2.667.800 | 29 | 5.337.100 | 58 | 9.288.880 |
| Distrito Federal | 1904-5 % | — | — | 77.480 | 46 | 92.180 | 54 | 169.660 |
| % média das opções | | | 28 | | 24 | | 48 | |

*Shearman & Sterling*
55 *Wall Street*
*New York* 5

March 31, 1944

Dr. C. Souza Lemos,
Chairman,
Brazilian Mission of External Debt,
30 Rockefeller Plaza,
New York 20, N. Y.

Dear Dr. Lemos:

In the course of a conversation which I had with Mr. Dulles this morning, he told me that someone connected with J. Henry Schroder Banking Corporation had telephoned you yesterday to the effect that Schroder favored the etamping of Plan B Bonds with a guaranty by the Brazilian Government, rather than the issue of new bonds in the manner contemplated by the Trust Agreement, and that Schroder was advised that the stamping of the bonds would be not only cheaper but more expeditious. I understand, also, that Schroder has written you a letter to this effect.

I told Mr. Dulles that, as a result of very careful consideration, it had been definitely established to the satisfaction of the National City Bank that Schroder's advice to you with respect to the cost and speed involved in the stamping of the bonds was erroneous, and that, on the contrary, it clearly ap-

peared that it would not only be probably less expensive to issue new bonds but certainly very much quicker. I also told him that it was my understanding that the Government was now definitely determined upon the issue of new bonds, and that to reopen the question at this time would only result in further delay in completing the debt adjustment proceedings. I have no doubt that you will agree with me on this latter point. If that be so, I would suggest that, in acknowledging Schroder's letter, you mak it very plain that defnite decision has been reached with respect to the issue of new bonds, after considering all elements involved, including expense and the element of time; and I have reason to believe that Schoroder will then not be disposed to carry their suggestion further.

Yours very trulk,

(signed) Frederick W. Jackson.

*The National City Bank of New York*

Office of the Supervisor
Brazilian Branches

Rio de Janeiro

CHW: md

1.º de Dezembro de 1943.

Exmo. Snr.
Dr. Valentim F. Bouças
M. D. Secretário Técnico
Conselho Técnico de Economia e Finanças.
Rio de Janeiro.

Exmo. Snr:—

Acuso recepção do estimado Ofício de V. Excia., datado de 30 de Novembro último, sob n.º S/714, em que me fornece os nomes dos técnicos brasileiros componentes da comissão que deverá partir para Nova York no próximo dia 3 do corrente.

Agradecendo a comunicação de V. Excia., aproveito o ensejo para trazer ao vosso conhecimento, que a nossa Matriz em Nova York já foi ontem informada telegràficamente, da partida dessa comissão, tendo já tomado as providências necessárias afim de que todas as facilidades sejam colocadas à sua inteira disposição desde o momento de seu desembarque.

Desejo novamente asegurar a V. Excia. a grande satisfação que causou à nossa Matriz a honrosa preferência dispensada por Sua Excia. o Snr. Ministro da Fazenda ao aceitar a

nossa oferta no sentido de ficar todo o expediente necessário ao cumprimento do Decreto-lei n.º 6019 de 23/11/1943 centralizado como nosso estabelecimento, e estou certo de que Vossas Excias. não terão motivos para se arrependerem dessa decisão.

Reiterando a V. Excia. os protestos de minha elevada estima e alto apreço, subscrevo-me.

atenciosamente

a) — C. H. Wisely

Superintendente das Filiais no Brasil.

*The National City Bank Of New York*

Office of the Supervisor
Brazilian Branches

Rio de Janeiro CHW

11 de Fevereiro de 1944

Ilmo. e Exmo. Snr.
Dr. A. de Souza Costa,
DD. Ministro da Fazenda
Nesta:

Exmo. Snr. Ministro:

Tendo me comunicado repetidamente pelo telefone com a Diretoria do Banco em Nova York, a respeito do plano para a liquidação da Dívida Externa Brasileira, venho hoje, respeitosamente, comunicar que a digna Missão enviada por V. Excia. já teve ensêjo para estudar e discutir os problemas que se apresentam para a execução do plano elaborado por V. Excia.

Dêstes entendimentos preliminares entre os dignos Representantes de V. Excia. e a nossa Diretoria, resultou a opinião de que o meio mais prático, eficiente e conveniente para alcançar os fins desejados, seria a nomeação de uma Agência Central a qual atenderia a tudo necesário.

Esta Agência Central tomaria a seu cargo a elaboração dos detalhes conjuntamente com a Missão Brasileira, faria a coordenação dos trabalhos e se encarregaria, ainda, dos entendimentos com as várias Agências Pagadoras dos Títulos Bra-

sileiros em Dólares e serviria, em tudo, como intermediária entre o Govêrno Brasileiro e os interessados nos Estados Unidos.

Desejando êste Banco cooperar eficientemente cm V. Excia, neste problema, tenho grande satisfação em oferecer os serviços do Banco em Nova York para êste fim. A nossa Matriz, a qual já exerce idênticas funções como Representante do Lloyds Bank, acha-se perfeitamente e especialmente aparelhada para encargos desta natureza, e teria muita satisfação em cooperar na liquidação da Dívida Externa em tudo que fôr possível.

Caso V. Excia. venha dignar-se a tomar em consideração o oferecimento de nossa Matriz, coloco, desde já, os meus préstimos à vossa disposição e estaria pronto a embarcar, sem demora, para Nova York e de permanecer algum tempo lá, afim de atender, pessoalmente, em nossa Matriz, à organização de todos os serviços necessários para o desempênho de uma incumbência tão honrosa.

Aproveitando o ensêjo, apresento a V. Excia. cordiais saudações, e subscrevo-me com os protestos de minha elevada estima e mui distinta consideração.

respeitosamente

a) — C. H. Wiseley

Superintendente das Filiais no Brasil

Ata das Comissões.

Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha.
*Sessão em* 3 *de Setembro de* 1946

O Sr. Fernandes Távora, presidente — Está aberta a sessão.

Vamos ouvir a palavra do Sr. Valentim Bouças, convidado para fazer um relato sôbre a iniciativa oficial que é objeto de nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Valentim Bouças.

O Sr. Valentim Bouças — Sr. presidente e ilustre membros da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha: é de fato uma honra para qualquer cidação brasileiro comparecer a uma reunião como esta, embora seja de inquérito, porque na verdade, deve constituir diploma de honra prestar contas do dever cumprido frente àqueles que têm a responsabilidade da opinião pública.

Sabemos, perfeitamente, que em matéria desta ordem tinha de haver, por fôrça, entrechoques dos mais altos interêsses. Assim, aqueles que perderam migalhas, promoções, forçosamente emitiram gritos de desespêro. Mas todos sabem que nem sempre é possível conciliar os interêsses da nação com tôdas as pretensões particulares. Nada mais injusto do que fazer acusações sem permitir ao acusado prestar declarações em sua defesa.

Os homens, a meu ver, devem ser considerados, na análise de sua vida, como fazemos com as contas dos Bancos. Não se devem admitir que apenas sejam levados na escrituração

os débitos dos cheques emitidos, sem se dar os créditos das importâncias depositadas.

Infelizmente, temos entre nós o velho hábito de achar que aquêles que se dedicam à causa pública devem receber apenas o débito em vida, deixando para depois da morte o crédito. A nossa história está cheia de exemplos desta natureza.

Quando olhamos a vida de um homem como Mauá, que deu ao Brasil uma das páginas mais memoráveis de seu desenvolvimento político, econômico e financeiro; quando vemos este homem que deu ao Brasil aquilo que mais necessitava e ainda hoje precisa — o transporte; — quando verificamos que êste homem desenvolveu extraordinàriamente o crédito entre nós levando-o até aos países vizinhos, cruzando o Atlântico, e mais tarde o vemos perseguido em pleno Parlamento, evidencia-se, de maneira notável, o perigo de um juízo temerário. Quando nada mais lhe restava e após sua memorável exposição dos credores e não tendo mais o que entregar, tirou seus óculos de ouro e apresentou-os ao arrecadores dos seus bens.

Mas não é preciso ir aos homens da indústria e do comércio; no próprio Parlamento encontramos exemplos de tal natureza. Quantos e quantos homens do nosso pasado, do Império ou da República, foram acusados de nababos e extremamente ricos.

Conservo ainda vivo o contato que tive com parlamentares nestes últimos 35 anos.

No momento, ocorre-me lembrar a figura de Lauro Müller. Recordo-me de ter sido S. Ex. de 1917 a 1920, acusado de possuir fortuna imensa e de ter querido escondê-la de seus patrícios, depositando, centenas de milhões de libras esterlinas nos bancos da Inglaterra. Isso, Senhores, porque era Relator da Receita no Senado Federal onde inúmeros interêsses estrangeiros que pretendiam cooperar conosco tinham de passar pelo crivo de sua investigação.

Sobreveio a sua morte. Que verificamos? A entrada dos meirinhos em sua residência para razer o arrolamento de seus móveis.

Só aí foi que a opinião pública pôde compreender quanto é difícil tratar com os interêsses públicos, e na conciência de cada brasileiro nasceu a necessidade de render justiça àquela figura, que tanto soubera honrar o Parlamento Nacional.

Felizmente, encontramos na Assembléia Constituinte de 1946 um novo espírito, que se corporífica nesta comissão que ao receber débitos, procura ir mais longe, realizando investigação de cujos resultados possa com justiça apurar o saldo na conta das responsabilidades de cada um.

Em conseqüência devo dizer a V. Ex. Sr. Presidente e aos ilustres membros desta Comissão que, se há um momento feliz em minha vida, é êste que se me oferece neste instante, de poder vir prestar as minhas contas à nação perante VV. Exas.

Fácil seria para mim iniciar, dizendo que a Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington, da qual era eu o Diretor Executivo, tinha como Presidente o próprio Ministro da Fazenda, o Sr. Arthur de Souza Costa. Seria tão simples passar adiante essa responsabilidade! Mas, meus Senhores, não é justo agir por esta forma quando S. Ex. o Sr. Ministro depositara na minha pessoa a sua confiança para a execução dos trabalhos.

Não tenho pois dúvida alguma em vir prestar as minhas contas.

Seria impossível, entretanto, compreender uma narrativa por um capítulo isolado, sem a conhecer desde a primeira à última página.

Peço a V. Ex. e aos ilustres membros da Comissão um pouco de paciência e atenção para o relato que passo a fazer, desde o início, porque alguma coisa liga o meu coração àquela região do norte.

Foi pelo ano de 1915 que, fazendo uma visita à fábrica da Boston Belting Co., em Boston, no Estado de Massachussets, nos Estados Unidos, por uma questão de curiosidade, conheci o lugar onde havia sido feita, pela primeira vez, no mundo, a experiência com a vulcanização da borracha no gabinete de

Charles Goodyear — que de passagem digo, nada ter a ver com a Cia. Good Year. Depois de visitar aquêle pequeno gabinete de trabalho, levaram-me ao lugar onde estava as pélas que representavam a borracha exportada pelo Brasil. Senhores, devo dizer que sofrí naquele instante uma das maiores decepções de minha vida. Enquanto a borracha do oriente chegava classificada em lâminas, pronta a ser posta nas máquinas, a fim de ser trabalhada e manufaturada, a nossa chegava ao cais de Brooklin e ninguém a comprava sem primeiro abrir a péla para que pudesse ser constatado se não havia enxêrto de água, areia, ferro ou pedra. Êsse truque enquanto aumentava o pêso, acrescia nossa responsabilidade, prejudicando o bom nome do nosso país. Aquêle espetáculo consternou-me sobremodo e, naturalmente, podia ter permanecido indiferente. Não me foi possível porém. Resolvi fazer pessoalmente, uma investigação e fui até Belém. Isso se passou no ano de 1917. Já então começava o musgo a cobrir cal do muro de uma época que fôra grandiosa e se transformara em miséria. A grandeza que ali se operara havia na realidade sido exportada para lugares longínquos da Amazônia.

Ao chegar ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1918, conheci uma entrevista da qual resultou ter o *"O Imparcial"*; em 18 de fevereiro do mesmo ano, publicado o seguinte tópico:

> *"O Beneficiamento da Borracha"*
>
> O Sr. V. F. Bouças, brasileiro, que exerce a sua atividade no comércio dos Estados Unidos concedeu, ontem, a um dos colegas vespertinos, uma entrevista que reclama a atenção dos homens de govêrno. A parte relativa à borracha na Amazônia, merece especialmente êsse cuidado, para que não nos vejamos dentro de dois anos, sem a exportação dêsse produto, que era o segundo na escala das nossas riquezas exploradas.
>
> Segundo as informações dêsse nosso patrício, que se especializou no comércio, da goma elástica, a

nossa borracha perde terreno dia a dia no seu mais importante, ou, melhor, no seu único mercado atual. E isso porque, enquanto a borracha do Oriente chega ao mercado completamente beneficiada, e em condições de ser utilizada imediatamente pelas indústrias, o Brasil continua a exportar borracha bruta, carregada de impurezas naturais, ou propositadamente adicionadas pelo seringueiro desonesto. O trabalho de beneficiamento posterior dêsse artigo demora meses sendo natural, portanto, que só se utilize o produto brasileiro a prêço inferior, ou na falta do similar asiático.

O remédio que o Sr. V. F. Bouças sugere é o beneficiamento da borracha no Brasil. O govêrno tem um projeto nesse sentido, e podia perfeitamente realizá-lo, enquanto não perde a oportunidade".

Continuei a olhar a evolução do nosso produto, da nossa vida económica e, finalmente, em minhas constantes viagens aos Estados Unidos, procurei fazer com que os industriais daquêle país os maiores consumidores de borracha no mundo, se interessassem por instalar suas fábricas entre nós.

No ano de 1938, o Sr. Paul Litchfield, Presidente da Companhia Good Year veio ao Brasil e recomeçou a tentativa para instalar essa grande indústria em nosso meio.

Devo dizer, de passagem, que já havia o Sr. Litchfield feito idênticos esforços nêsse sentido muitos anos antes. Infelizmente, a nossa burocracia não permitiu que êsse desejo se tornasse realidade.

Recebido pelo Chefe do Govêrno, foi-lhe prometido ser levado avante um projeto que se arrastava há longos anos no Ministérios. Por fim, foi transformado em lei, que recebeu o n.º 300. Por ela se concediam favores de importação para as máquinas da nova indústria que se vinha estabelecer no país. Não foi um decreto de monopólio porque, se é verdade que um ano depois a Companhia Good Year inaugurava sua manufatura em São Paulo, dando trabalho a centenas de brasileiros,

é verdade também que menos de um ano após outra fábrica se instalava, a Firestone, concorrente daquela. Não foi só esta: posteriormente veio a Pirelli; depois, a Michellin, cujo edifício se encontrava quáse pronto quando se iniciou a guerra. A invasão da França não permitiu que as máquinas viessem, mas os edifícios ali estavam para provar a decisão dos franceses de instalar a indústria em São Bernardo, no Estado de São Paulo.

O resultado foi que com a montagem dessas fábricas, novos horizontes se abriam para a Amazônia. A borracha já não tinha apenas o mercado externo que pagava preços ínfimos; a indústria nacional passava a ser uma grande consumidora da borracha amazônica. Verificamos, ainda não ser apenas a borracha; também o algodão nacional era consumido grandemente nessas fábricas.

Nada mais se precisa acrescer para atestar o espetáculo do processo do Brasil; enquanto em 1938 produzíamos cêrca de 30 mil pneumáticos, nêste ano de 1946, produziremos aproxidamente 850 mil pneumáticos. Ora, isso para nós representa vitória extraordinária.

Cumpre frizar que, se não tivéssemos obtido nesta guerra qualquer vantagem; que se desta onda de sacrifícios, dos valentes nordestinos arriscando suas vidas, abandonando a civilização e atirando-se às selvas formidáveis da Amazônia, não resultassem frutos mais amplos, teríamos, ainda assim, assistido a êsse fato memorável de ter sido o Brasil a única nação no mundo a não possuir mercado negro de pneumáticos no período difícil da guerra.

E ao rememorar êsse fato fazêmo-lo lembrando de que quando temos luz não nos apercebemos dela; só compreendemos seu grande valor quando nos encontramos nas trevas.

O Sr. Café Filho — V. Ex. se refere à produção de pneumáticos nacionais antes da guerra e agora em 1946?

O Sr. Valentim Bouças — Perfeitamente. Em 1938, produzimos cêrca de 30 mil, e êste ano devemos alcançar a cifra de 850 mil.

Como ia dizendo, se nos deparou êsse espetáculo formidável. Víamos filas infindáveis que se encaminhavam para os ônibus, cujas emprêsas não aumentaram o preço das passagens porque nós mantivemos a tabela dos pneus e um contrôle absoluto sôbre as fábricas dos mesmos.

Depois do acôrdo de 1942, celebrado nos Estados Unidos, o preço da borracha crua que então era na base de 30 centavos, pasou a 39, a 45 e, por fim, a 60 centavos por libra pêso.

A Comissão do Contrôle dos Acôrdos de Washington jamais permitiu que se majorasse de um por cento que fôsse o preço dos pneumáticos, assegurando, assim, aos transportes de carga e passageiros no interior, tais como jardineiras, sopas, caminhões, etc., evitando que faltassem transportes para homens e mercadorias.

É preciso não esquecer que em virtude da éra do automóvel, as chácaras, sítios e fazendas foram se organizando em derredor das cidades, a uma distância de poucas horas de cada centro consumidor, mas baseado sempre no transporte feito pelos caminhões. Podemos, portanto, imaginar o desastre que teria sido para nós se houvesse faltado pneumáticos, ou se o seu preço tivesse atingido a somas enormes, como sucedeu em outros países. Ficaríamos na situação de ter rodas, com os apatos de outro, para transportar os já minguados mantimentos.

A verdade é que, com essa política estimulamos a indústria a consumir matéria prima nacional.

As duas fábricas, Firestone e Good Year, vão consumir, sòmente elas, êste ano, 10 mil toneladas de borracha e as demais fábricas 5 mil, o que daria para o país, em 1946, um consumo total de 15 mil toneladas.

Peço aos Senhores que atentem bem para êste número — 15 *mil toneladas.*

Passando, agora, os olhos sôbre as estatísticas, verificamos que de 1930 a 1935 a nossa produção média de borracha na bacia amazônica, não era superior a 11 mil toneladas por ano; hoje, consome 15 mil toneladas. De 1935 a 1939 subiu

aquela média de produção a 14 mil toneladas, portanto, produção infeior ao consumo atual.

Ora, quando constatamos que hoje a nossa produção é de cêrca de 30.000 toneladas, que a nossa indústria necessita de 15 mil toneladas e temos assim outras tantas toneladas para exportar, e quando ainda nos reportamos àquela produção média de 1930 a 1935 (11.000 toneladas), embora se diga ter havido um malôgro no trabalho da borracha, os algarismos, ora citados, aí estão para desmentir o fracasso e rebater as críticas que possam surgir.

Não podíamos ficar parados. Em 1940, insistente como sempre, fiz uma viagem à Amazônia. Já aí não fiquei apenas por Belém; fui a Santarém, a Belterra, e Manaus. Comecei a ver os métodos que empregavam, e constatei que êstes pouco diferiam dos usados no fim do século passado.

Fiz também uma visita ao Instituto Agronômico do Norte, que nêsse momento tinha na sua direção o Sr. Prof. Melo Morais, ex-Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo. Falando com S. Ex. disse-me êle: é uma tristeza de fato não empregarmos os mesmos métodos usados no Oriente. Falou-me, também, das máquinas de beneficiamento que podiam ser empregadas pelos seringueiros, e ainda desconhecidas no Brasil. Imediatamente, tomei as providência. Telegrafei para Singapura, e de lá vieram 12 máquinas e por intermédio do Presidente da Good Year, aqui chegaram. Foram as ditas máquinas desembarcadas no princípio do ano de 1941 e presenteei-as ao Instituto Agronômico do Norte, já então sob a direção do Prof. Felisberto de Camargo. Entusiasmado, S. Ex. começou a fazer experiências, com magníficos resultados. Diante do êxito alcançado, encomendou às indústriais paulistas várias centenas dessas máquinas, que foram embarcadas para o Norte.

Infelizmente, não me parece que tenha havido as vantagens que esperávamos com êsse método. E' preciso não esconder a verdade: o Professor Felisberto de Camargo lutou formidàvelmente contra a burocracia imposta pelo regime em

vigor no Dasp, que impedindo o contrato de técnicos, disseminassem pelo Vale Amazônico os sistemas adequados de trabalho, concorreu para manter a ignorância dos seringueiros, em detrimento da produção.

O Sr. Pereira da Silva — E' uma grande verdade.

O Sr. Valentim Bouças — Voltei aos Estados Unidos e, impressionado com as descrições que me foram feitas relativamente às plantações do oriente, puz-me em contato com o prof. Camargo e com os técnicos que haviam vindo da Ásia — e devo dizer, se me permitem meus Senhores, êsses homens, vieram a meu convite, sem qualquer onus para os cofres nacionais. Foram encaminhados para a Amazônia e lá estiveram em entendimentos com o prof. Felisberto Camargo.

O Sr. João Botelho — Isso diz bem do interêsse com que V. Ex. olhou para os progressos daquela região.

O Sr. Valentim Bouças — Não fiz mais do que cumprir o meu dever. As palavras de V. Ex, representam o melhor o pagamento que podia receber pelo dever cumprido.

O Sr. João Botelho — Elas não são ditadas, em absoluto, pelos laços de amizade, porque estou conhecendo V. Ex. neste instante.

O Sr. Valentim Bouças — Sou imensamente grato a V. Ex. por essas palavras.

Vem, entretanto, o ataque a Pearl Harbour estamos a 7 de dezembro de 1941 — E' convocada, incontinenti, a famosa reunião dos Chanceleres, no Rio de Janeiro, presidida pelo então Ministro Sr. Osvaldo Aranha, no mês de janeiro de 1942.

Seria preciso tôda uma jornada para reviver êsses dias memoráveis que cobriram de glória o nosso país.

Ainda é cedo para que possamos admirar a obra da Conferência de 1942; mas a verdade é que o Brasil, naquele momento, marcava uma nova éra de independência econômica, financeira e política. Rompendo com o Eixo, o Brasil reafirmava sua política de solidariedade, de mais de um século, com a política de liberdade sempre adotada pelos Estados Unidos.

Por outro lado, assumimos compromissos que, infelizmente, não cumprimos nas nossas diretrizes econômico — financeiras.

Pediria licença para ler, apenas, uma das recomendações da ata da Conferência dos Chanceleres, assim concebida.

## II

### *PRODUÇÃO DE MATERIAIS ESTRATÉGICOS*

*A Terceira reunião de consulta dos Ministérios das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.*

Considerando:

1 — Que a solidariedade continental deve ser concretizada necessàriamente numa ação positiva da máxima eficácia e da mais alta significação; ação que só pode consistir na mobilização econômica das Repúblicas Americanas, capaz de garantir, com rapidez e amplitude, o fornecimento dos materiais estratégicos e básicos indispensáveis à defesa do Hemisfério;

2 — Que a referida mobilização deve abranger tôdas as atividades visando o fim desejado, com o caráter preferencial decorrente da sua natureza e finalidade transcedente.

3 — Que, para o desenvolvimento harmônico do plano sugerido, devem ser criadas tôdas as facilidades e suprimidos ou reduzidos os obstáculos, existentes ou que possam sobrevir, e deve ser fortalecido qualquer fator que atue em seu favor;

4 — Que a especulação comercial deve ser eliminada para evitar qualquer tentativa de tirar proveito indevido da situação;

5 — Que se devem ser estudadas medidas preparatórias de transição para o após-guerra e reajustamento conseqüentes, com o mínimo possível de alterações na produção e no intercâmbio; Cuidando-se de proteger os produtores, na devida oportunidade, de países acostumados a um padrão de vida inferior;

7 — Que as operações financeiras devem ter, tanto quanto possível, sentido econômico e atender às verdadeiras disponibilidade do devedor;

8 — Que deve haver, em cada país da América, um organismo especializado a fim de, em curto prazo, começar a elaborar o respectivo plano nacional de mobilização econômica;

9 — Que uma entidade de índole panamericana, fundada nos planos nacionais assim preparados, deve traçar, harmônicamente, as normas gerais da mobilização; e

10 — Que o Comité Consultivo Econômico-Financeiro Inter-americano pode desempenhar de modo eficiente essa função, desde que sejam ampliadas as suas faculdades e meios de ação.

Recomenda:

1 — Que, como expressão prática da solidariedade continental, se faça a mobilização econômica das Repúblicas Americanas, com o intuito de assegurar aos países dêste Hemisfério, e especialmente aos que estão em guerra, o aproveitamento de materiais básicos e estratégicos, em quantidade suficiente, e no mais breve tempo possível.

2 — Que tal mobilização abranja as atividades extrativas, agropecuárias, industriais e comerciais, que se relacionem com o abastecimento, tanto de materiais estritamente miltares, como de produtos essenciais ao consumo da população civil.

3 — Que se leve em conta o caráter imperativo e de fôrça maior do momento, ao se ditarem as disposições indispensáveis para pôr em prática a mobilização econômica.

4 — Que a mobilização compreenda medidas de estímulo à produção, e outras destinadas a suprir ou simplificar as formalidades administrativas, regulamentos e restrições, que dificultem a produção e o intercâmbio de materiais básicos e estratégicos.

5 — Que se adotem, além disso, medidas para fortalecer as finanças dos países produtores.

6 — Que os países americanos adotem medidas para impedir que a especulação comercial consiga elevar os preços de exportação dos produtos básicos e estratégicos acima dos limites fixados para os respectivos mercados internos.

7 — Que, na medida do possível, se assegure o incremento da produção, mediante acordos ou contratos bi ou multilaterais,

em que se estipulem compras a longo prazo e a preços equitativos para o consumidor, remuneradores para o produtor, e que permitam um nível justo de salários para os trabalhadores da América; mediante acordos ou contratos em que se trate de proteger os produtores contra a concorrência de produtos originários de regiões nas quais os salários reais sejam baixos, e que contenham estipulações que facilitem a transição para o após-guerra e os reajustamentos conseqüentes, de maneira a garantir a continuidade de uma produção adequada e a tornar exequível o intercâmbio, dentro de um regime de eqüidade para os produtores.

8 — Que o serviço de operações financeiras destinadas à manutenção e ao fomento da produção de cada país esteja, tanto quanto possível, de acôrdo com as disponibilidades provenientes de suas exportações.

9 — Que os países americanos, que não disponham de organismos apropriados, constituem, antes de 30 de abril de 1942, comissões especializadas para elaborar os planos nacionais de mobilização econômica.

10 — Que tais comissões proporcionem ao Comité Consultivo Econômico-Financeiro Inter-americano os elementos necessários para que êste trace, harmônicamente, as normas da mobilização econômica.

11 — Que o Comité Consultivo Econômico-Financeiro Inter-americano se encarregue, além disso, de organizar uma lista, que deverá ser periòdicamente revista, dos materiais básicos e estratégicos considerados necessários, em cada país, para a defesa do Hemisfério; e

Resolve:

12 — Que se ampliem imediatamente os meios de ação do Comité Consultivo Econômico-Financeiro Inter-americano, a fim de que possa cumprir as novas funções de que é incumbido habilitando-o a solicitar dos Governos americanos a execução dos acordos econômicos inter-americanos, prèviamente aprovados pelos mesmos.

Seria longo enumerar os trabalhos que nos cumpria executar, para atender a tais recomendações.

A verdade é que não foram convenientemente seguidas e se desarticulou passando a assemelhar-se a um automóvel de quatro rodas mas cada roda com um diámetro diferente. Isso porque, enquanto impúnhamos um preço fixo para a produção do homem que ia trabalhar na Amazônia, se dava completa liberdade a outros setores, a outras atividades para que promovessem a elevação dos preços, que tocam, ainda hoje, às raias da exploração pública.

O Sr. Paulo Sarasate — Com o desequilíbrio quem mais sofreu foi o trabalhador nordestino na Amazônia.

O Sr. Valentim Bouças — Hoje ainda vivemos o desajustamento econômico que assinalamos.

O Brasil durante mais de um século, procurou fomentar sua exportação, de forma a ter na sua balança comercial um saldo que fôsse superior às exigências dos pagamentos internacionais, e, evitando "deficits" orçamentários obter o fortalecimento da moeda.

Que vemos afinal?

Diversidade de opiniões e de idéias, de portarias e decretos, que nos impede de atinar com o caminho a seguir.

Enquanto a Inglaterra aperta o cinto para forçar a exportação, nós, hoje, estamos impondo ao exportador, quase se pode dizer, uma penalidade.

Há mais ainda, Sr. Presidente: Promove-se a desvalorização do dólar para fomentar a importação quando todos sabem, perfeitamente, que hoje, o que influi não é pròpriamente a questão do preço do dólar mais, sim, a possibilidade material de se poder importar a mercadoria.

Com isto, o que se está possìvelmente provocando é um grande desajustamento na nossa vida econômica.

Para não perder o fio da exposição permitam-me Vs. Exs. voltar ao ponto em que me encontrava.

Com a Conferência dos Chanceleres, realizada no Rio de Janeiro, foram assumidos compromissos morais, militares, eco-

nômicos e financeiros. Surgiu, daí, o apêlo para a produção da borracha.

O Japão, com o ataque feito aos Estados Unidos, cortava uma linha vital de aprovisionamento. Óleos vegetais, borracha e outros artigos esenciais não mais lhes chegariam do Oriente. E a região amazonense, que pouca atenção merecera dos norte-americanos e que há mais de trinta anos permanecia abandonada pelos nossos governos era, solicitada por um mundo, como que de joelhos, a produzir algo vital para a defesa da Civilização.

Organizou-se a Missão Souza Costa, da qual tive a honra de fazer parte, e que seguiu para os Estados Unidos.

A par dos problemas de ordem militar, do financiamento exigido pela lei "lend lease", que diziam com o equipamento de nossas fôrças armadas, tínhamos a incumbência de cuidar da parte dos acôrdos relacionados com as matérias primas de maior premência.

O primeiro assunto de que tratamos se referia à borracha e em seguida ao minério de ferro.

Ninguém ignora o esfôrço que dispendemos nêste último setor, do qual resultou a fundação da Companhia Vale do Rio Doce. Algum dia o Brasil há de compreender a contribuição dêsse empreendimento para o futuro de sua economia.

As negociações sôbre a borracha foram iniciadas sob a Presidência do Sr. William Clayton, então assistente do Secretário do Comércio, tendo como assessores os Srs. Warren Lee Pierson Presidente do Banco de Exportação e Importação, Laurence Duggan, Chefe da Divisão Latino-Americana, do Deputado da Estado, Nelson Rockfeller, então Coordenador e numeroso grupo de técnicos.

Ao iniciar os trabalhos notamos já haver sido elaborado pelos norte-americanos um projeto ao qual davam o nome de Amazon Valley Developement Corporation, isto é, uma organização norte-americana, com capitais norte-americanos. Era, pois, pensamento dessa organização realizar, ela própria, o programa. Imediatamente procedi como o teria feito qualquer

dos presentes: salientei que aos brasileiros competia levar a efeito tal cometimento.

O Sr. João Botelho — O que demonstra, mais uma vez, o alto espírito patriótico de V. Ex. Efetivamente, não seria concebível atribuir aos norte-americanos a primazia de promover o desenvolvimento do Vale Amazônico, quando dispomos de homens capazes.

O Sr. Valentim F. Bouças — Muito obrigado a V. Ex.

O Sr. João Botelho — V. Ex, naturalmente, pela sua objeção, conseguiu que essa Companhia, de formação exclusivamente norte-americana, se transformasse, depois na Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington. Penso tenha sido assim.

O Sr. Valentim F. Bouças — O aparte de V. Ex. constitui um estímulo para nós, que lidamos nessas questões, e nos enche de entusiasmo, pela causa que abraçamos.

Mas, continuando, Sr. Presidente: num momento de exaltação, ao verificar existir quase uma imposição da parte dos técnicos daquêle país, opus-me veementemente à fórmula alvitrada, e, em nome do meu govêrno, afirmei não ser tal sugestão aceitável, por possível de interpretar-se como um ato de política imperialista.

O Sr. João Botelho — Muito bem.

O Sr. Valentim F. Bouças — A expressão "política imperialista", lançada naquele momento, custou desapontamento aos norte-americanos. Acharam-na, mesmo, algo ofensiva. As negociações foram suspensas e durante 48 horas não se falou mais em borracha. Esgotado êsse tempo, o Departamento de Estado, por intermédio do Sr. Laurence Duggan, procurava aproximar-se de nossa Missão, visando o reinício das negociações. Estas foram reencetadas, mas, a essa altura, não mais se falava na Companhia Norte-Americana destinada a desenvolver o Vale Amazônico.

Aceitei, mais uma vêz, que a tarefa era da competência dos brasileiros; não obstante, estávamos prontos a receber tôda e qualquer colaboração da parte daquele povo amigo.

Foi assim que conseguimos, numa época em que no Rio de Janeiro a borracha era cotada a 30 centavos em média, por libra peso, fazer um acôrdo com o Govêrno Norte-Americano, na base de 39 centavos, o que significava 30% mais.

Curioso é assinalar que, a êsse tempo, o Sr. Ministro Artur de Sousa Costa, Chefe da Missão, recebia um telegrama do Sr. Leonardo Truda, então Diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, no qual pedia não permitíssemos a fixação de um preço acima do vigorante no momento em nosso país, por uma questão de ordem econômica, pois tal aumento, segundo S. Ex. representaria sacrifício maior para o consumidor nacional.

Não obstante o telegrama o acôrdo foi assinado na base de 39 centavos por libra.

A lição da epopéia que se chamou o "El Dorado" não nos saía do pensamento. Tínhamos, diante de nós, aquêle mesmo espetáculo que presenciáramos em Boston, em 1915 e, então, concertamos com os norte-americanos que, além do preço do acôrdo, nos havíamos de conceder, um prêmio sôbre a exportação, na base de 2,5 centavos por libra, quando a exportação fôsse de 5 a 10 mil toneladas e, acima de 10 mil toneladas, de 5 centavos. Assim procedendo, pretendíamos desde logo prever e prevenir o futuro. Sabíamos que, cessada a fome da borracha, quando se restabelecesse, no mundo o equilíbrio e entrasse na fase da normalidade econômica, por certo deixaria homens e material abandonados.

Fala-se que houve grande derrota na campanha da borracha. Quero, entretanto, lembrar aos ilustres membros desta Comissão que o valor dêsse prêmio já vai para a casa dos 100 milhões de cruzeiros, recolhidos ao Banco de Crédito da Borracha.

Consideraria êsse prêmio uma reserva intocável, enquanto não estivesse definido o programa da reabilitação do homem e das coisas da Amazônia.

Evidentemente, desde que acordávamos aquêle preço, cabia-nos olhar também para as obrigações que deviam pesar sôbre os Estados Unidos, que, não ignorávamos, era o mercado

produtor de algumas matérias primas ainda indispensáveis aos nossos produtos manufaturados. Os combustíveis de que carecíamos vinham daquele país; matéria prima indispensável à confecção final dos pneumáticos, — produto que muito pensam ser 100% nacional — teríamos de receber dos Estados Unidos.

Na realidade, Senhores, nenhum país é completamente independente. O Brasil, os Estados Unidos, com tôda a sua riqueza, são países interdependentes. Podemos buscar um exemplo dessa interdependência no fabrico dos pneumáticos, no qual entram 75% de borracha, 15% de algodão, mas os 10% restantes são representados por outra matéria, inclusível produtos químicos diversos. Dos Estados Unidos não dependendo a importação do negro de fumo, do óxido de zinco e dos aros. Segurando os têrmos do acôrdo, os Estados Unidos se obrigavam a fornecer-nos êsse material pelos seus preços de custo — tudo dentro do compromisso da Conferência realizada em 1942, no Rio de Janeiro.

Isto foi feito.

Outras obrigações assumiu o Govêrno Norte-americano. Por exemplo: não só comprar os excedentes de nossos artefatos de borracha, como também fornecer-nos armas, munições, ferramentas, utensílios vários, folha de Flandres, medicamentos, depósitos para combustíveis, materiais rodoviário e fluvial e mais o de que precisávamos para a nossa indústria, estrativa e de produtos manufaturados de borracha.

Devo lembrar aqui que, logo após o irrompimento da guerra, quando se achavam os Estados Unidos premidos pelos preparativos para sua própria defesa e, especialmente pela luta com o Japão, atravessamos enorme crise de transportes, com a falta de gasolina. Que se observou então? Os pneumáticos ficaram nas prateleiras das fábricas e dos distribuidores. Fomos procurados por inúmeros distribuidores, que desejavam uma orientação, pois tinham receio de ficar com seus capitais empatados.

Há um caso, a propósito, que peço permissão para relatar.

Uma fábrica nacional, daquelas que estão aparelhadas para produzir o mesmo artigo que o similar estrangeiro, encontrava-se pelos motivos referidos em séria dificuldade financeira e um de seus diretores visitou-me expondo sua situação. Solicitando o encaminhasse a interessados particulares norte-americanos, pretendia lhe adquirissem a fábrica.

Procurei imediatamente por essa firma em contacto com os diretores da Rubber Reserve, agência do Govêrno Americano, conseguindo fizessem uma visita à fábrica, no momento em sérias dificuldades, representadas por compromissos urgentes de alguns milhões de cruzeiros. Não podia vender seus produtos, estava na iminência de parar. Suas obrigações pesavam-lhe cada vez mais. Os americanos adquiriram todo o estoque da fábrica, à vista, e, como êstes não dispusessem de armazens onde depositar a mercadoria, a própria fábrica nacional se tornou depositária. E dentro de 24 horas essa indústria recebia a importância de alguns milhões de cruzeiros, o que lhe permitiu destarte, continuar sendo uma organização brasileira.

O Sr. João Botelho — Muito bem.

O Sr. Valentim F. Bouças — Surge a guerra submarina e chegamos a esta triste realidade: o norte do Brasil transforma-se numa ilha. Desde que se desorganizou o transporte marítmo, pelos ataques aos nossos navios, aquela região do país ficou completamente isolada, sem recursos, inclusive sofrendo a mais absoluta escassez de gêneros.

Cumpria-nos agir. Tivemos, então, de mobilizar navios estrangeiros, a fim de que não faltassem utilidade e até mesmo alimentos ao norte.

O Sr. João Botelho — Houve aquisição, pela SNAPP, de quatro ou cinco embarcações norte-americanas, tipo gaiola ou tipo holandês.

O Sr. Valentim F. Bouças — V. Ex. tem razão, logo em seguida as assumirmos a responsabilidade da Comissão de Acordos, surgiu muita crítica: pretendia-se que, seis meses após assumirmos aquêles compromissos, já tivéssemos realizado o que em trinta anos não se havia feito. Em 1910 a Ama-

zônia possuia 52.000 toneladas, representadas por 310 navios; quando lá chegamos em 1942, o número de unidades era inferior a 100 e sua tonelagem não ia além de 10.000. Um ano depois contávamos com as embarcações a que o nobre Representante Sr. João Botelho aludiu além de outras, num total de 20.200 toneladas.

O Sr. João Botelho — Que desafogaram grandemente a população no que respeita a mantimentos, bem como quanto à entrega da produção nativa. Devemos mencionar, também as lanchas de desembarque. Como V. Ex. sabe, na Ponta do Guamá havia uma seção náutica norte-americana de lanchas de desembarque e, mais tarde, montaram outra seção de lanchas Higgins, perto de Val-de Cães.

O Sr. Paulo Sarasate — Apenas não concordo com o advérbio "grandemente". Desafogaram de alguma forma.

O Sr. João Botelho — Desafogaram muitíssimo.

O Sr. Valentim F. Bouças — Por uma questão de tática política ficaria entre os dois — entre "grandemente" e "de alguma forma"...

De fato, quando consideramos que estamos hoje exportando uma quantidade de borracha superior à que exportávamos há quinze anos, e quando verificamos a dificuldade que tínhamos para a obtenção de embarcações, podemos fazer uma idéia do esfôrço despendido.

Começamos a trabalhar e recebemos, aqui no Rio de Janeiro, tôda a sorte de ataques, que vinham das maneiras mais disfarçadas, desde os ataques da imprensa, combatendo as condições dos acordos, até às modalidades consistentes em telefonemas desanimadores, quais fôssem comunicando o torpedeamento de nossos navios, etc.

O Sr. João Botelho — Tudo isso fazia parte da sabotagem fascista.

O Sr. Paulo Sarasate — Exatamente.

O Sr. Valentim F. Bouças — De pleno acôrdo com VV. Exas.

Não devemos esquecer, também, a ação do rádio de Berlim que, no mesmo dia em que dávamos ordens quase secretas,

para a saída de navios em demanda do norte, fazia chacota do nosso nome, referindo-se à partida dêsses navios.

O Sr. Paulo Sarasate — A "quinta coluna" estava bem organizada no Brasil, contando com o apôio de elementos do govêrno, homens de responsabilidades na política de então.

O Sr. Valentim F. Bouças — Acrescentava o rádio de Berlim que nossos acordos nada mais significavam do que a venda do Brasil aos Estados Unidos.

E era, Senhores, nesse ambiente que trabalhávamos, que cumpríamos nosso dever de levar avante o programa traçado, cujo objetivo era a defesa nacional.

O Sr. Paulo Sarasate — Reservar-me-ei para formular algumas perguntas após a conclusão da exposição de V. Ex., mas permita-me ligeira interrupção, para dizer que essas críticas, da parte dos nazistas, eram anti-patrióticas; da parte dos brasileiros, porém, bem intencionados, inclusive da quase totalidade de nossa imprensa, o que houve foi uma considerável fôrça estimuladora em favor dos acordos de Washington.

O Sr. Valentim F. Bouças — Não há dúvida.

O Sr. Paulo Sarasate — No meu Estado estimulei bastante a ida dos trabalhadores para a Amazônia, porque acreditávamos com a necessidade de cooperarmos com os Estados Unidos.

O Sr. Valentim F. Bouças — Devo dizer que essa campanha fortaleceu nossa missão porque, durante o período de guerra, novas máquinas vieram para a indústria nacional e muitas coisas pudemos corrigir graças a essa crítica.

O Sr. Paulo Sarasate — Estímulo, nós o demos. Crítica quase não podíamos fazer, mesmo quando bem intencionada, porque a censura não permitia. Nos Estados, em geral, não podia haver crítica de qualquer espécie, mesmo construtiva, desde que se relacionasse com a campanha da borracha.

O Sr. Valentim F. Bouças — Posso afirmar a V. Ex. que a imprensa do Rio de Janeiro jamais encontrou, de nossa parte, qualquer embaraço à sua crítica, crítica que sempre feita ao nosso serviço.

O Sr. Paulo Sarasate — A mentalidade dos Estados era mais asfixiante.

O Sr. João Botelho — No meu Estado a liberdade de crítica foi absoluta. V. Ex. sabe que a "Fôlha do Norte" e o "Estado do Pará" atacaram os acôrdos, o que prova que o govêrno daquela época não censurava o pensamento.

O Sr. Valentim F. Bouças — De nossa parte. compreendíamos bem a crítica e, continuadamente, procurávamos dela tirar proveito...

O Sr. Paulo Sarasate — pois não.

O Sr. Valentim F. Bouças — ... porque, em geral, provinham de homens que, estudiosos do problema, conheciam de perto as atividades gomiferas.

Logo em seguida aos acordos de Washingtos, o Banco do Brasil iniciou as operações de compra e venda de borracha crua e assumiu o contrôle da exportação de borracha. Havia, porém, necessidade de se instituir uma organização especializada que atendesse à região do Norte do país.

Para isso foi feito tudo quanto era possível, porque, desde longa data, sentíamos que um de nossos grandes males residia na centralização demasiada. Assim, o Banco de Crédito da Borracha se instalou no Norte, na capital do Estado do Pará, e não no Rio de Janeiro, modificando-se, assim, aquela política de funil que se vinha praticando desde longa data.

O Sr. João Botelho — Muito bem. Política em que todos os recursos eram canalizados para o centro.

O Sr. Valentim F. Bouças — Tudo vinha para o centro...

O Sr. Paulo Sarasate — E' uma verdade.

O Sr. Valentim F. Bouças — ... deixando-se desemparado o resto do Brasil.

O Sr. João Botelho — Êsse mal, que todos nós reconhecemos, já era referido, em 1860, pelo grande Tavares Bastos, no seu livro "A Provincia". E' um mal secular.

O Sr. Paulo Sarasate — Nesse ponto a Constituinte de 46 só merece elogios.

O Sr. Valentim F. Bouças — O Brasil entrou com 60% na formação do capital do Banco de Crédito da Borracha, correspondendo 40% aos Estados Unidos (Rubber Development Corporation).

Ao público também foi oferecida oportunidade de subscrever ações do Banco, mas, talvez muito entretido com os problemas da guerra, não lhe deu acolhimento. Estávamos em pleno conflito e não podíamos fazer, também, grande propaganda. Quem vos dirige a palavra no momento, subscreveu ações no valor Cr$ 10.000,00 e cada um de seus filhos — Cr$ 5.000,00. Não obstante, êste gesto significar mais um incentivo, serviu de motivo para que se dissesse haver eu subscrito quantias vultosas. Meu objetivo, entretanto, foi o de dar apôio de ordem moral a uma campanha que visava beneficiar, sobretudo, a região do norte do país.

A Diretoria do Banco de Crédito da Borracha ficou composta de elementos brasileiros e norte-americanos, bem de acôrdo com o que fôra assentado na Conferência do Rio de Janeiro.

Os créditos rotativos do Banco foram estabelecidos pela Rubber Developement Corporation a favor do estabelecimento, ascendendo a vários milhões de dólares.

Graças à atuação do Banco de Crédito da Borracha, tivemos uma grande melhoria nos tipos do produto. Hoje é uma satisfação para a indústria nacional receber êsse produto do norte. Tôdas aquelas impurezas habitualmente encontradas nas pélas desapareceram.

O Sr. João Botelho — Em conseqüência, também, da ação do Banco, surgiu uma indústria nova — do latex.

O Sr. Valentim F. Bouças — Muito bem.

Pelo Decreto n.º 4.523, de 25 de julho de 1942, foi criada a Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington. Êsse organismo, sempre muito ativo e pronto a receber qualquer incumbência, teve, sob sua direção, não apenas o contrôle da borracha, mas também o do minério de ferro, babaçu, artefatos de borracha, cacau, castanhas, café, mamona, timbó,

cristal de rocha, mica etc., bem como, em virtude de acordos suplementares, a questão dos navios para o Amazonas, dos mantimentos etc. Tivemos, ainda, outros acordos adicionais, como o relativo à produção da borracha em Mato Grosso; a formação do SEMTA, do SESP e da SAVA; contacto com a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, com a CAETA e, finalmente, com o Banco Mineiro de Produção.

Órgão coordenador que era, a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington teve lutas tremendas, como era natural, dados os interêsses em jôgo. Afinal, é muito justa essa luta de interêsses, porque a soma dêstes representa a riqueza nacional.

O Sr. João Botelho — Essa luta é sempre inevitável em tais ocasiões.

O Sr. Valentim F. Bouças — Tivemos necessidade de entrar em contato com o Ministério da Marinha, devido à questão dos navios mercantes, bem como com o Ministério da Aeronáutica, para a cobertura dos nossos navios que transportavam homens e gêneros de primeira necessidade; entramos, também, em entendimentos com o Ministério da Guerra, no que se referia às licenças para homens que iriam trabalhar na Amazônia e que ficaram isentos do serviço militar.

Aqui cabe ressaltar a cooperação valiosa que recebemos, em Belém, do General Paula Cidade, por ocasião do início de nosso serviço, numa época em que, para nós, não existiam domingos nem feriados, e só inspirava um pensamento: trabalhar.

O Sr. João Botelho — À ópoca, o General Paula Cidade era Comandante da 8.ª Região.

O Sr. Valentim F. Bouças — Realmente.

O acôrdo relativo aos artefatos de borracha estipulava, para o Brasil, o compromisso de consumir 10.000 toneladas dêsse produto, exportando o excedente para os Estados Unidos ou para as demais nações aliadas. Graças a isso, teríamos os pneumáticos necessários ao nosso mercado interno e o exce-

dente, segundo compromisso assumido pelos Estados Unidos, seria para êsse país remetido.

Devo aqui dizer que os preços foram ajustados pela Comissão de Defesa Econômica Nacional, em 27 de dezembro de 1944, muito antes da Conferência dos Chanceleres do Rio de Janeiro, ou mesmo dos chamados acôrdos de Wahington. O tabelamento compreendia pneumáticos e câmaras de ar.

A Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington não permitiu durante tôda a vigência da guerra, a elevação dos preços dos pneumáticos e das câmaras de ar, tanto para o mercado interno como para o externo, apesar da alta geral observada com relação aos demais produtos.

Tivemos a criação da SAVA que, além da distribuição dos gêneros, coordenava seu embarque; houve o trabalho de cooperação com o SEMTA e o serviço denominado DNI a cargo do Dr. Henrique Dória de Vasconcelos.

Foram então transportados, 12.637 trabalhadores.

Em fim de 1942, em virtude da elevação geral de preços e da escassez de mercadorias, fizemos novo acôrdo com os Estados Unidos, passando a borracha de 39 para 45 centavos a libra.

Com o ataque dos submarinos aos nossos navios que levavam gêneros para o norte, houve um colapso no transporte e uma grande crise se fêz sentir tanto em Manaus como em Belém. Em conseqüência organizamos o serviço de transporte e distribuição, já aí sob proteção militar.

Para termos uma idéia do que isso significa, convém relembrar que em 1910 a Amazônia possuia 310 navios, com 52.000 toneladas; em 1942 dispúnhamos de 100 velhos navios com menos de 10.000 toneladas, mas já em princípio de 43 possuíamos, além dos navios vindos dos Estados Unidos, outras embarcações aproveitadas, anteriormente abandonadas, elevando-se a um total de 20.500 toneladas.

Compreendíamos, todavia, que a produção da borracha era questão essencial para a vitória das Nações Unidas. Instituimos, então, um plano de fomento da produção Amazônia, que foi objeto de um contrato diretamente feito entre os norte-

americanos e o Coodernador da Mobilização Econômica, Sr. Ministro João Alberto.

Com a criação do SEMTA, cêrca de 10.000 trabalhadores do Rio Grande do Norte e do Ceará são encaminhados para Belém e, daí para a Bacia Amazônica. Dêsse momento em diante, o serviço ficava sob a responsabilidade do Dr. Henrique Dória de Vasconcelos, isto é, do DNI, que superintendia o abastecimento e a direção do Departamento Nacional de Imigração.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Sr. Bouças: Peço permissão para dizer justamente essa parte, do transporte dos trabalhadores e as possibilidades de seu retôrno aos lares, é a que mais diretamente interêssa à Comissão os maiores esclarecimentos possíveis a respeito.

O Sr. Agostinho de Oliveira — A assistência pessoal aos trabalhadores que fizeram a campanha da borracha é uma parte que muito nos interessou.

O Sr. Paulo Sarasate — Naturalmente, o relatório do Sr. Bouças está esquematizado. Depois de concluído, faremos as perguntas necessárias.

O Sr. João Botelho — Todos êsses aspectos se entrosam. A exposição deve ser completa.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Todos nós estamos ouvindo a exposição do Sr. Bouças, muito interessante aliás, com grande prazer. Apenas desejo salientar que a parte mais diretamente nos interessa é a do encaminhamento e retôrno do pessoal.

O Sr. Paulo Sarasate — Deixemos o Sr. Bouças prosseguir no seu relatório.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Muito bem. Peço ao Sr. Bouças continue a exposição, que está muito interessante.

O Sr. Valentim F. Bouças — Falava eu sôbre o transporte dos trabalhadores, que não estava, por assim dizer, afeto à nossa Comissão. O serviço se fazia em virtude de caôrdo celebrado diretamente entre o Coordenador da Mobilização Econômica e a Rubber Development Corporation.

Voltarei a êsse ponto quando tratar da parte relativa à transferência do serviço do SEMTA para a CAETA.

Cumpria-nos aparelhar o SNAPP que, como todos sabem, faz o serviço do transporte fluvial na Aamazônia. Ali faltava tudo: reparo de material, combustível, crédito.

Não me alongarei neste ponto, pois que sinto haver interêsse geral sob outros aspectos.

Nossa Comissão prestou todo o auxílio, começando por obter dos americanos um crédito de 10 milhões de cruzeiros como adiantamento, para atender a necessidade do SNAPP.

O Sr. João Botelho — V. Ex. poderia ainda acrescentar que, devido ao amparo dessa organização, temos a construção, ainda em prosseguimento, do dique sêco de Belém, em Val-de-Cães, que será o segundo da América do Sul.

O Sr. Valentim F. Bouças — E' verdade. Tive ocasião de trabalhar muito por êsse dique e terei muita pena se a nova administração do país não concluir essa obra, de real necessidade.

O Sr. João Botelho — Até o govêrno passado estava em prosseguimento, dêle recebendo tôda a ajuda. Creio que as obras estão em andamento.

Sr. Valentim F. Bouças — Acredito que sim.

O trabalho do SESP resultou de outro acôrdo, para que obtivéssemos não apenas amparo médico, mas de outras modalidades, a serem prestados aos trabalhadores que por ali passassem. Instituiu-se, assim, um serviço contra a malária, de saneamento, além de assistência médica. Em fim de 43 o SESP já dispunha de um quadro de mais de 3.000 funcionários, dos quais 65 norte-americanos e 2.941 brasileiros. Êsse acôrdo vigorará até 31 de dezembro de 1948. O serviço levado a efeito em Belém, como em Manaus e Pôrto Velho, é muito interessante. De atebrina, até 1943, tínhamos distribuido mais de 15.000.000 de comprimidos. A par disso, havia um serviço de consultas médicas e vacinação, num total de dezenas e dezenas de milhares de casos.

Instituimos a Comissão Brasileira de Gêneros Alimetícios que, apesar de ter começado alguma coisa em Belém, não me parece haver conseguido grandes resultados.

O Sr. Paulo Sarasate — É uma verdade.

O Sr. João Botelho — Em todo o país.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Foi um desastre.

O Sr. Valentim F. Bouças — Infelizmente. Não exercíamos ação sôbre ela, que estava afeta ao Ministério da Agricultura.

O Senhor Fernandes Távora, Presidente — A maior parte dos gêneros foram atirados à água por falta de transporte que os conduzisse ao interior.

O Sr. Valentim Bouças — Depois veio a CAETA, por assim dizer estabelecendo uma espécie de conjugação do trabalho do SAVA e do SEMTA, para a continuação do transporte de homens e, ao mesmo passo, para a solução de um porblema que preocupava profundamente naquelas regiões, principalmente no Ceará e no Maranhão, e que consistia na situação dos chamados dependentes situados nos núcleos. Compreendíamos que essa situação era criada pelos azares da guerra. Pois bem: não havia certa facilidade de transporte para êsses dependentes, e assim mulheres e crianças permaneciam nêsses acampamentos, podendo-se, disso, esperar casos das mais graves conseqüências.

Os norte-americanoos, profundamente impressionados, buscavam também uma solução, que, afinal, foi encontrada. Em seis meses além do envio de trabalhadores, conseguimos fazer com que as famílias fôssem encaminhadas aos seus respectivos chefes na Amazônia. Quando não tínhamos notícias dos trabalhadores, conduzíamos suas famílias de volta aos lugares de origem. Nesses poucos meses já não havia nos núcleos nem mulheres nem crianças, isto é, desapareceram as aglomerações de dependentes.

Urgia encarar, também, um outro setor — o da indústria nacional de artefatoos de borracha.

Foi um dos maiores problemas que tínhamos de solucionar, porque não só fazia mistér desenvolver a produção de pneumáticos necessários aoos nossos serviços rodoviários, como atender aos pedidos das nações aliadas, como os Estados Unidos, e a Inglaterra. Iguais solicitações recebíamos também da

Colômbia, Panamá, Bolívia. Instituímos um serviço especial de contrôle. A luta era áspera, porque havia intromissão daquêles que não desejavam a vitória das Nações Unidas e procuravam por tôda forma, crear-nos embaraços. Assim é que, da noite para o dia, surgiam, em nosso país numerosas fábricas de fios de borracha. Nunca se fabricou tanto fio de borracha no Brasil.

O Sr. João Botelho — E tantos saltos de borracha.

O Sr. Valentim F. Bouças — De fato, vivíamos aos saltos...

Êsses artigos eram remetidos para a Argentina em grande quantidade, bastando dizer que, só em um ano, nossa exportação de fios e saltos ascendia a mais de 7 milhões de dólares, isto é, 140 milhões de cruzeiros, e isso numa fase em que tanto precisávamos da borracha para o esfôrço de guerra.

Enfim, enquanto tudo fazíamos com o pensamento de aproveitar ao máximo nossa borracha, os Srs. Representantes devem estar lembrados, nunca se vira tanta sola grossa de sapato pelo Brasil inteiro, fabricada de pura borracha, e isso era obra de elementos nazistas, que procuravam impedir a utilização do produto para fins militares.

Estabeleceu-se, que por essa altura, na produção de artefatos de borracha, um contrôle absoluto, determinando-se precisamente o que deviam consumir nossas fábricas e aquilo que devíamos exportar para as Nações Unidas. Êsse setor esteve sob a direção do Dr. Ari Tôrres e, posteriormente, do Professor J. F. Maffei. Os resultados colhidos foram os mais interessantes: O Brasil foi o único país no mundo que não esteve sujeito ao mercado negro de pneumáticos. Até o momento de deixarmos a Comissão isso aconteceu. Depois, no fim do ano passado, quando cessou o contrôle, a situação mudou; apesar de produzirmos mais, temos falta de pneumáticos, existe mercado negro e para a Argentina se encaminham dezenas de milhares de pneumáticos como contrabando.

O Sr. João Botelho — Anteriormente, até V. Exa., deixar a Comissão, não existia êsse contrabando?

O Sr. Valentim F. Bouças — Até deixar a Comissão, devo dizer a V. Ex.ª, não tínhamos mercado negro e jamais faltou pneumáticos ao consumo. Atribuo êsse fato, em grande parte,

à explendida cooperação de quantos trabalhavam nesse setor, desde o mais modesto dos colaboradores em todos os pontos do território nacional. Ouvi *chaufeurs* dizerem que evitavam correr demasiado nas curvas para evitar o desgaste dos pneumáticos além do normal e, assim, estivéssemos habilitados a fornecer maiores quantidades às Nações Unidas.

O Sr. Paulo Sarasate — Independente mesmo da vontade ou do poder de fiscalização da Comissão, é notório que nem por isso deixou de haver contrabando de pneumáticos.

O Sr. Valentim F. Bouças — Houve, mas em muito menos escala.

O Sr. Paulo Sarasate — Mas houve.

O Sr. Valentim F. Bouças — Não há dúvida, tanto assim que conseguimos prender, no sul, vários contrabandistas, apreendendo milhares de pneumáticos que, depois, foram distribuidos no próprio Estado por conta das respectivas cotas.

O Sr. Paulo Sarasate — Como V. Ex.ª diz, isso prova a existência do contrabando.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Infelizmente sempre foi grande o contrabando nas fronteiras do Rio Grande do Sul.

O Sr. João Botelho — O mal secular.

O Sr. Valentim F. Bouças — No momento a fiscalização era intensa e, daí, não haver falta de pneumáticos nem existir câmbio negro.

Seja-me permitido insistir que o Brasil foi o único país em todo omundo — e eu percorri onze — livre do mercado negro e das altas alucinantes, dêsses artigos.

Falamos na Rubber Developement Corporation, repartição do Govêrno Norte-Americano que tinha contato conosco e era, por sua vez, portadora das ações do Banco da Borracha. Recebemos dessa organização extraordinárias provas de cooperação. Por seu intermédio fomos abastecidos com milhões de comprimidos de atebrina; bacias galvanizadas, barcos, cartuchos para espingardas, 30.000 espingardas, machados, motores de pôpa, óleo diesel etc. Se não recebemos tudo o que carecíamos, tivemos o máximo possível, atendendo às circuntâncias.

Havia também um acôrdo suplementar com o Govêrno Norte-Americano, em virtude da grande dificuldade de comércio na Bacia Amazônica. Alegaram, entretanto, que a intromissão da SAVA fazendo a distribuição dos gêneros, estava prejudicando o comércio local em sua situação econômica. Combinou-se pois a redação de novo acôrdo, retirando das mãos dos norte-americanos a obrigação de distribuir os gêneros, pelo preço de 1942. Dávamo-lhes essa vantagem mas, por outro lado, êles se comprometiam a elevar o prêço da borracha de 45 para 60 centavos.

Devo acentuar que, no momento em que tratei do aumento do prêço nos Estados Unidos, encontrei forte pressão.

Persisti, entretanto, no meu ponto de vista, e, após prolongadas demarches, tive a satisfação de ver vitoriosa a causa que defendíamos. Destarte, foi elevado o prêço da borracha, produto de primordial interêsse para a guerra, de 45 para 60 centavos a libra-pêso.

Isso trouxe, por outro lado, às grandes indústrias de borracha no sul, que não puderam comprar mas assumiram compromisso para a venda de artigos manufaturados, um prejuízo de alguns milhões de cruzeiros. Foi o que sucedeu com a *Good Year* e a *Firestone,* que se dirigiram à Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington, pedindo uma revisão nos prêços de venda dos pneumáticos, sob a alegação de que, passando a borracha de 45 para 60 centavos, suas indústrias estavam sendo prejudicadas. Convoquei uma reunião das fábricas no Rio de Janeiro, e diante de todos os representantes de nossa indústria de artefatos de borracha, demonstrei que a borracha não podia influir tão acentuadamente no preço de venda, como alegavam os fabricantes. A certa altura da exposição, os industriais pediram-me que a interrompesse, resolvendo não aumentar o preço de venda dos pneumáticos e câmaras de ar.

Tenho, pois, o prazer de informar a esta ilustre Comissão que, enquanto esteve sob nossa responsabilidade a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, aumentamos o preço da borracha de 39 para 45, e de 45 para 60 centavos, sem que

os preços dos pneumáticos e câmaras de ar sofressem alteração desde 1941 até o momento em que deixamos aquêle órgão.

O Sr. Pereira da Silva — Um detalhe que tem sido muito explorado: diz-se que os norte-americanos pagaram preços muito melhores pela goma elástica produzida na Bolívia e em outros países. Faz-se, com isso, campanha muito severa contra a orientação dos responsáveis pelo setor da borracha.

O Sr. Valentim F. Bouças — Positivamente deve haver engano, porque, quando celebramos nossos acordos com os Estados Unidos, sempre se tomou por base um preço uniforme. Posso garantir a V. Ex. que a nenhum outro país se pagou preço mais elevado do que aquêle assegurado ao Brasil. Tanto assim que, enquanto discutimos em 1944 o preço da borracha, a Rubber Developement Corporation, em telegrama — que infelizmente não tenho em meu poder — pedia-nos não comunicássemos a quem quer que fôsse a elevação do preço já obtido, porque tencionava fazer a comunicação conjunta a todos os países produtores. Zelamos sempre com o maior cuidado para que o Brasil jamais tivesse tratamento inferior ao dispensado a qualquer outra Nação.

O Sr. Pereira da Silva — Fico satisfeito com o esclarecimento por V. Ex. prestado.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Estou informado de que a diferença de preço recebida pelos seringueiros peruanos e bolivianos em relação aos nossos, tem por base o acôrdo sôbre o saneamento dos respectivos países. O Brasil preferiu que o Govêrno Norte-Americano se encarregasse do saneamento, ao passo que os outros países preferiram ficar com êsse encargo. Se êles fizeram ou não êsse saneamento, ignoramos, mas o fato é que receberam mais dinheiro.

O Sr. Valentim F. Bouças — E' possível que os governos, recebendo a parte destinada ao saneamento, efetuassem sua distribuição entre os seringueiros, diretamente.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — O fato é que os seringueiros bolivianos e peruanos receberam muito mais do que os nossos. Nós encarregamos os norte-americanos de fazer,

bem ou mal, o tal saneamento. Para êsse fim desviamos grande quantia. Foi a explicação que me deram. Não sei se é exata.

O Sr. Valentim F. Bouças — O preço pago pelo Govêrno Norte-Americano foi uniforme em todos os países. Era uma das cláusulas do acôrdo. Quanto à distribuição do prêço, em cada país, ficava naturalmente a critério dos respectivos governos.

Entretanto nós, no Brasil, lembrando aquela experiência do "El Dourado" em que se entregou a região pràticamente à aventura e à especulação, e receosos de que, terminado o acôrdo da borracha, viesse a Amazônia a ficar nas mesmas condições de penúria, tomamos outras medidas. A verdade é que a guerra terminou há um ano e muitos setores de atividade já começaram a sentir o efeito das novas condições econômicas sem choques violentos. Muitos artigos já começaram a baixar, nesta transição para o tempo da paz. Já se procura negociar borracha oriental na base de 22,5 centavos americanos, ou seja, um têrço do mesmo prêço.

No entanto, confrontando-se o panorama atual com o espetáculo de luto e decadência humana após o "El Dorado" amazônico, aí temos o Banco de Crédito da Borracha, cujos maiores acionistas são os Govêrnos do Brasil, dos Estados Unidos, com um capital superior ao do Banco do Brasil, que, como sabem, é de 100 milhões de cruzeiros, ao passo que o do Banco da Borracha é de 150 milhões de cruzeiros.

Com a criação do Banco de Crédito da Borracha, em vez de trazermos dinheiro do interior para o centro do país, nós o levamos para a referida região amazônica.

O Sr. João Botelho — Desejaria informar que, quando da última Reunião para Estudo dos Problemas da Borracha coube-me ser o Relator da 1.ª Comissão — da economia da borracha. Entre as sugestões apresentadas e aprovadas em plenário, uma houve, no sentido de se transformar o Banco do Crédito da Borracha num banco de amparo de tôda a produção da Bacia Amazônica, competindo-lhe a distribuição de recursos destinados à produção agro-pecuária, industrial, a estabelecimentos, de patronatos, a escolas técnicas profissionais, de acôrdo com

as zonas. Isso prova, à sociedade, que a fundação do Banco de Crédito da Borracha, possibilitando êsse encaixe que, segundo estou informado, constitui uma reserva de 140 milhões de cruzeiros...

O Sr. Valentim Bouças — Perfeitamente.

O Sr. João Botelho — ...representa um esfôrço enorme no setor de nossa economia, cujo reflexo só o futuro dirá.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Êsse encaixe do Banco de Crédito da Borracha é fruto do trabalho do seringueiro e, conseqüentemente, deve ser empregado em benefício do próprio seringueiro e não destinado a outros fins.

O Sr. João Botelho —V. Ex. me perdoe mas não é tanto assim. Na Reunião a que aludi estudei profundamente o assunto. O seringueiro não foi sacrificado. Ainda agora vai ter, em várias regiões, patronatos, escolas, com essa economia. Só no Banco de Crédito da Borracha, segundo o último relatório, foram depositados Cr$ 6.000,000,00 para a criação de patronatos.

O Sr. Paulo Sarasate — E' precisamente o que o Sr. Bouças acaba de afirmar: a finalidade do Banco é beneficiar o seringueiro.

O Sr. Valentim Bouças — Justamente.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — E' o que eu digo, pois o seringueiro foi quem concorreu para a formação dessa riqueza.

O Sr. João Botelho — Ninguém pode ser mais amigo dos seringueiros do que V. Ex., que viveu naquelas regiões e pertence a uma família tradicional na nossa terra e que emprestou a energia sadia de sua mocidade ao desenvolvimento da Amazônia.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Muito obrigado a V. Ex.

O Sr. Valentim Bouças — As reservas acumuladas no Banco devem equivaler atualmente, como bem acentuou o ilustre Representante Sr. João Botelho, ao seu próprio capital. Temos também a Fordlândia, adquirida por 5 milhões de cruzeiros e

cujo acêrvo é de valor muitas vêzes superior que custou ao Banco.

O Sr. João Botelho — Aí permito-me ferir a modéstia de V. Ex.. Soube, por intermédio de pessoa autorizada, que me merece crédito, que V. Ex. estava na América do Norte, quando surgiu a possibilidade da Concessão Ford ser vendida à *Good Year* e, depois, à Organização Highins, por 4 milhões de dólares. V. Ex., prevalecendo-se de suas amizades com o grupo norte-americano, teria feito um apêlo para que a Ford não pusesse nas mãos de particulares aquela propriedade, mas a deixasse sob a jurisdição do Govêrno. Então teria V. Ex. — segundo a fonte informadora — conseguido do filho do Sr. Ford vendesse o patrimônio ao Govêrno do Brasil pela insignificância de 250.000 dólares, em vez de Ford embolsar 4 milhões de dólares, à vista, oferecidos pelo *Good Year*. Desejaria que V. Ex. desse sua palavra a respeito.

O Sr. Valentim Bouças —Agradeço o aparte de V. Ex. e procurarei esclarecerei o assunto.

De fato, quando de minha última viagem aos Estados Unidos, tive conhecimento de que a Forlândia havia sido oferecida à *Good Year*, mas esta não desejava interferir na aquisição. Por outro lado, soube que a Higgens se encontrava muito interessada em ficar com tôdas as instalações. Não preciso ir mais longe, bastando dizer que, pelo próprio balanço levantado, na época, pelo Dr. Felisberto de Camargo, então Diretor do Instituto Agronômico do Norte, o valor da concessão era calculado, aproximadamente, em 100 milhões de cruzeiros. Sabedor do fato, por intermédio de pessoas de minhas relações, entrei em entendimento com os dirigentes da Cia. Ford, lembrando-lhes que aquela fundação não devia ser objeto de uma simples venda de caráter comercial. Tratava-se de uma concessão visando o desenvolvimento da ordem econômica e social da região, e base, portanto, de uma civilização.

O Sr. João Botelho — Muito bem.

O Sr. Valentim Bouças — Não devia, repito, ser objeto de mera transação comercial.

E' com prazer que informo ter o representante do Sr. Ford, que conversou comigo em Washington, entrado imediatamente em contato com o Senhor Henry Ford II, pelo telefone,com quem também tive ensejo de falar, dizendo-lhe eu que, sendo a Fordlândia uma concessão feita pelo Estado do Pará, pelo Govêrno Federal em suma, não devia constituir objeto de semelhante transação. Ela devia ser cedida, já que Ford por ela não mais se interessava, ao próprio Govêrno Brasileiro. E' que Ford II, ao assumir a administração, desejava concentrar todos os seus esforços na indústria de automóveis e não mais se preocupar com minas de carvão, que vendeu nos Estados Unidos, nem com a exploração da borracha. Argumentei que seria mais justo se entregasse a conssão ao Govêrno Brasileiro, ao seu Ministério da Agricultura. Foi-me ponderado que motivos de ordem fiscal impediam essa doação, o que é perfeitamente compreensível. De acôrdo com a legislação americana do impôsto sôbre a renda, na hipótese da doação os 14 milhões de dólares gastos na Fordlândia teriam de figurar como lucro, sendo o impôsto pago sôbre êste. Foi encontrada, então, seguinte fórmula: a concessão vendida ao Govêrno Brasileiro pela importância de 250 mil dólares. E assim se fêz.

Cabe aqui assinalar que, depois de aceita a nossa proposta e não tendo o Govêrno brasileiro recursos destinados a êsse fim, sugeri se utilizasse uma parcela do fundo especial do Banco de Crédito da Borracha, não porém com a intenção de que a Fordlândia se tornasse propriedade do Banco, que não é a instituição própria para dirigí-la. A Fordlândia, a meu ver, devia ser entregue ao Ministério da Agricultura ou ao Estado do Pará, senão o Banco teria de fazer ali grandes gastos. A Fordlândia é um núcleo de civilização tropical, um empreendimento que honra profundamente aos norte-americanos e aos brasileiros: aos primeiros, pela coragem de sua realização; aos segundos, pela colaboração prestada.

O Sr. João Botelho — Êste ponto será objeto de um projeto de lei que apresentaremos à Câmara ordinária. Para provar a V. Ex. que não me estou baseando na sua idéia, para

de futuro lançar uma sugestão, o que, aliás, seria agradável aos meus sentimentos, porque a idéia é patriótica, devo informar que estou com um requerimento datado do dia 30, propondo medida a meu ver interessante. Chegou ao meu conhecimento, como representante da região, que, ainda antes da Concessão passar ao âmbito do Govêrno, teria sido vendida a máquina geradora de eletricidade da melhor serraria da América do Sul.

O Sr. Valentim F. Bouças — V. Ex. tem tôda a razão.

O Sr. João Botelho — O requerimento está vasado nos seguintes têrmos: (*Lê*)

Meu objetivo é evitar, até que seja instalada a Câmara ordinária, que o govêrno possa alienar qualquer bem daquele patrimônio. Sei que o Senhor Presidente General Eurico Dutra é um patriota e conduzirá o Brasil a seus altos destinos, mas, de qualquer maneira, êsse requerimento visa acautelar o patrimônio lá existente. Na Câmara ordinária, a bancada do Pará proporá que a Fordlândia fique debaixo da administração dos govêrnos federal ou estadual.

O Sr. Valentim F. Bouças — Felicito-me em ouvir a palavra de V. Ex. Retirar essa máquina geradora de eletricidade da Amazônia é matar a semente de uma civilização.

Senhores, o que falta ao norte é o desenvolvimento industrial.

O Sr. João Botelho — Perfeitamente.

O Sr. Valentim F. Bouças — O norte do Brasil não pode continuar a ser uma colônia...

O Sr. João Botelho — Muito bem.

O Sr. Valentim F. Bouças — ... e a verdade é que o norte tem vivido até hoje na dependência absoluta dos estados do sul.

Apraz, pois, ouvir a palavra do nobre Representante Sr. João Botelho, que vem em meu apôio nessa patriótica aspiração de que permaneçam no norte essas riquezas. Conheço bem tôda aquela região, onde se podem formar uma civilização tropical modelar.

Quando propus ao Govêrno Brasileiro que assumisse a administração da Fordlândia, foi tendo em mente o exemplo que a Inglaterra nos dá com a Ilha de Trinidad, transformada num centro de civilização tropical.

O Sr. João Botelho — Temos, mais próximo de nós o exemplo da Guiana Inglêsa, fonte de suprimento da Inglaterra.

O Sr. Valentim F. Bouças — A Guiana Inglêsa, aliás, dedica-se principalmente à cultura da cana de açúcar.

Com o pensamento de estimular o desenvolvimento econômico do norte, muito me tenho batido pela transformação da fordlândia numa grande estação experimental de agricultura tropical.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Infelizmente, os ônus da Concessão Ford são bem pesados para nós. Não sei se teremos capacidade para conservá-la, porque o que se fêz até agora foi a custa de muito dinheiro.

O Sr. Pereira da Silva — Triste é duvidarmos de nós mesmos.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Estou na convicção de que o plantio da seringueira foi erradamente feito e de que teremos, agora, de arcar com as despesas enormes, sem pensar na possibilidade de lucro.

O Sr. Valentim F. Bouças — Peço permissão a V. Ex., Senhor Presidente, para me declarar mais otimista. Percorrí tôda aquela região e informaram-se ali que, dentro de três anos, poderemos colher cêrca de 5.000 toneladas de borracha na concessão. Além disso, os homens que foram trabalhar na colheita do latex, na Fordlândia, não mais estarão sujeitos àquelas doenças tão conhecidas, nem se sentirão isolados da civilização.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Tudo isso estaria muito bem, Sr. Bouças, se a moléstia não atacasse e matasse, como está matando, mais de um milhão de seringueiros, como aqui afirmou o Doutor Felisberto de Camargo.

O Sr. Valentim F. Bouças — Na Fordlândia?

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Sim.

O Sr. João Botelho — De fato o Diretor do Instituto Agronômico do Norte assim o declarou.

O Sr. Valentim F. Bouças — Naturalmente S. S. se referia às seringueiras antigas...

O Sr. João Botelho — Sim: às antigas.

O Sr. Valentim F. Bouças — ... e não às da nova geração. Sei que agora há uma nova espécie, imune à moléstia.

O Sr. João Botelho — Fui dos que debateram o assunto com o Dr. Camargo.

V. Ex. declarou que não acreditaria constituisse a Concessão um ônus pesado para a região. Devo esclarecer que nós, daquela região, temos todo o interêsse em que a Concessão se desenvolva cada vez mais; sou, porém, dos que acreditam que todo o norte do Brasil — não apenas a região amazônica — só se industrializará e progredirá quando os capitais locais se organizarem em sociedades anônimas por cotas. Só assim poderemos desenvolver-nos. Não podemos continuar vivendo, eternamente, sob o amparo do poder público. Os capitais e a iniciativa particulares é que devem agir em harmonia, visando o benefício geral. Se a Amazônia depende do nordeste, verdade é que o nordeste também depende da Amazônia. Daí a necessidade de uma conjugação de esfôrços, que, por certo, encontrará éco no coração dos bons patriotas, como é o de V. Ex.

O Sr. Pereira da Silva — Muito bem. Devemos confiar em nós mesmos.

O Sr. Fernandes Távora — Presidente — Vamos ouvir o Sr. Valentim Bouças.

O Sr. Valentim F. Bouças — Como dizia, temos a Fordlândia e, hoje, na Amazônia, uma produção média de 30.000 toneladas de borracha, da qual a indústria nacional consome mais de 50%.

O acôrdo com o Govêrno Norte-Americano, que deve expirar em 30 de junho de 1947, estabelece o preço de 60 centavos por libra, para todo o excedente exportável da borracha, além do prêmio adicional.

Há, ainda um compromissão do Govêrno Federal, ainda não satisfeito, de 10 milhões de cruzeiros, que devem reverter em benefício do fundo especial do Banco de Crédito da Borracha.

Realizamos, por intermédio do Banco, uma campanha saneadora dos tipos de borracha exportada, que nos permitiu readquirir para o Brasil, no estrangeiro, o bom nome. Hoje em dia, tôda a borracha procedente da Amazônia tem emprêgo imediato, graças ao prestígio e ao crédito reconquistados.

Podemos ainda apontar, dentro de todo êste programa, as realizações do Instituto Agrômico do Norte.

Agora, pergunto: perdemos realmente a batalha da borracha?!

Eu mesmo não sei.

Mas não importa dizer que ganhamos ou perdemos. Lutamos. E o que importa é ganhar a paz.

Apesar de ter deixado a Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington, por motivos imperiosos de ordem particular e que afetaram, enfim, minha própria família, traduzidos no luto, todos os atos que praticamos, em relação ao norte, foram sempre visando o futuro, porque sou daqueles que vêem, no norte e no nordeste, uma das maiores reservas do Brasil, em homens e em material.

O Sr. Paulo Sarasate — Muito bem.

O Sr. Valentim F. Bouças — Quando falamos no sul, podemos dizer que falamos no capital. Da mesma fórma, porém, que a organização industrial ou comercial, para ter assegurado seu progresso, forma seu fundo de reserva, é no norte e no nordeste do Brasil que temos uma das grandes, a reserva da nacionalidade brasileira. (*Muito bem*).

Portanto, não podemos deixar essa região abandonada. O norte tem dado exemplos formidáveis de sua capacidade. E' uma imensa zona que ocupa dois têrços do território nacional e que até hoje permanece pràticamente esquecida.

Não será exagêro afirmar que o norte do Brasil tem sido completamente desprezado, esquecido, — todos nós, de que, se amanhã sofrêssemos a desgraça de um ataque partido do sul,

precisamente ali iríamos encontrar os meios para a nossa própria salvação.

Que fazer, então?

Na ocasião em que se realizava a Conferência de Chapultepec, ao se focalizar a situação econômica, já eu tinha os olhos postos no futuro, prevendo a expiração do acôrdo da borracha.

Em 1944, quando se reuniu a Conferência chamada das Comissões Interamericanas, defendíamos a borracha contra a concorrência de produtos sintéticos. Nossa proposta foi aceita e faz parte das resoluções daquele conclave.

Em ambas as conferências, sempre tivemos presente, que o fato de que o norte vive quase exclusivamente da exportação de matérias primas.

Qual a conseqüência, meus Senhores, para o país que exporta exclusivamente matérias primas? Êste país se vê transformado em simples colônia.

Vamos falar francamente, como brasileiros, e examinar a situação que se desenha para o norte e o nordeste, em relação aos estados do sul, — estados industriais. É de verdadeira colônia.

O Sr. Pereira da Silva — Perfeitamente.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Consomem, por preços exorbitantes, o que produzem e fornecem por preços mínimos.

O Sr. João Botelho — É a realidade. Aliás, encaramos o assunto sem regionalismo, com o mais sadio patriotismo.

O Sr. Valentim F. Bouças — Mas são verdades que devemos dizer, para o bem geral.

Isso ocorre, porque o norte produz a matéria prima. Mas, quem impõe o preço?

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — O industrial.

O Sr. Valentim F. Bouças — Perfeitamente: o industrial. Como vivemos, ainda, sob o regime da tarifa protecionista, não permitimos aos estados do norte importar produtos manufaturados de outro países. Diante dessa situação, resta-lhe adquirir sòmente os produtos do sul do país.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Monopolizadores.

O Sr. Valentim F. Bouças — Quero dizer que sofre a imposição do preço para a sua produção e aquilo de que necessita para o consumo próprio é vendido por um preço também fixado pelos estados industriais.

Na época em que vivemos, não deve haver, de modo algum o predomínio de uns estados sôbre outros. Daí, um natural movimento de defesa por parte daqueles que, efetivamente estão sendo prejudicados. Que fazer? Proporcionar ao norte e ao nordeste elementos com que atinjam sua independência econômica. E como? Poderíamos aqui citar as palavras do grande Presidente Roosevelt, ao falar a Assis Brasil, quando da nossa Missão em 1933: — Ao chegarem ao seu país, dizia Roosevelt, promovam, com os seus patrícios, a industrialização. Industrialização quer dizer civilização. Procurem industrializar o Brasil, com o que estarei de acôrdo. Sei que muitos norte-americanos não compreendem, à primeira vista, o que seja industrializar o Brasil. Para mim, industrializar o Brasil é proporcionar-lhe maior riqueza, maior poder aquisitivo, para comprar outras coisas que nós produzimos e o Brasil não pode produzir.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — E' uma verdade absoluta.

O Sr. João Botelho — Infelizmente, êsse grande homem morreu.

O Sr. Valentim F. Bouças — Pelos acordos de Washington fornecíamos às Nações Unidas o babaçú, a mamona, a borracha, etc., como se fôssemos simples colônia.

Que procuramos fazer, então?

Aqui temos, por exemplo, uma das cláusulas da Conferência de Chapultepec:

*Tranformação de Matérias Primas*

*Conferência Inter-americana sôbre Problemas da Guerra e da Paz*

Considerando:

Da conveniência de melhorar as condições de intercâmbio das matérias primas relativamente às manufaturas,

Recomenda:

1 — Que as nações americanas produtoras de matérias primas procurem industrializá-las no maior grau viável à sua exportação, e que se estabeleça uma cooperação técnica e financeira necessária para êste fim.

2 — Que as nações americanas procurem dar as maiores facilidades possíveis à importação de matérias primas parcial ou totalmente elaboradas.

(Aprovada na sessão plenária de 7 de março de 1945).

Com isso, meus senhores, tínhamos em vista não apenas proteger a borracha, mas também os óleos, as fibras etc.

*O Sr. João Botelho* — Tôda a produção do país. (*Muito bem.*)

O Sr. Valentim F. Bouças — Todo o norte deve industrializar-se, porque a industrialização significa civilização. Com esta convicção apresentei um plano aos norte-americanos há poucos meses com o objetivo de em vez de reembolsá-los do capital por êles empregado no Banco de Crédito da Borracha, correspondente a 40% do total, distribuirem, êsses 3 milhões de dólares entre os estados participantes da chamada batalha da borracha...

*O Sr. João Botelho* — Muito bem.

O Sr. Valentim F. Bouças — ...isto é, Amazonas, Pará, Acre, Guaporé, Rio Grande do Norte, Ceará e Mato Grosso.

Por que pleiteei êsse benefício? Porque, quando organizamos o Banco de Crédito da Borracha, os norte-americanos sabiam que aquêle dinheiro não estava sendo aplicado com o objetivo de lucro. Era uma contribuição para a batalha da borracha. Logo, se era uma contribuição para o esfôrço de guerra, por que desejarem os Estados Unidos retirar êsse dinheiro do Brasil?

*O Sr. Pereira da Silva* — Muito bem.

O Sr. Valentim F. Bouças — Nestas condições, meu trabalho e minhas propostas, nos Estados Unidos, têm sido para que essas ações do Banco revertem em benefício daquela região.

Pela primeira vez, na história financeira do Brasil, retiramos recursos que geralmente se acumulam em São Paulo e no Rio de Janeiro, e os transferimos para uma instituição de crédito no norte para que êsse estabelecimento que já tem projeção no mercado internacional, possa facilitar amanhã o crédito para a compra de máquinas o que beneficiarão o norte e o nordeste, dando novo impulso àquelas regiões.

Devemos nos bater, sem desfalecimento, pela industrialização do norte e do nordeste. São terras que precisamos cada vez mais desenvolver e civilizar, fornecendo às suas populações o maior confôrto possível.

Para isso iniciamos um programa que visava ali acumular aquêle fundo de reserva, que já me referi.

Oxalá a iniciativa seja levada avante e se não dispersem os recursos acumulados direta ou indiretamente pelos próprios homens do norte.

*O Sr. Agostinho Oliveira* — Permito-me lembrar ao Sr. Bouças que nossa Comissão tem por finalidade primacial o inquérito sôbre a batalha da borracha, principalmente no que se refere ao fator humano. V. Ex. está fazendo uma exposição brilhante, de acôrdo com os profundos conhecimentos financeiros que possui e graças à participação que teve no setor da borracha. Da maneira pela qual V. Ex. está conduzindo sua exposição, vai nos enriquecer de conhecimentos financeiros...

*O Sr. Pereira da Silva* — Necessários alias...

O Sr. Agostinho Oliveira — ... que muito apreciamos, mas o fator humano foi o problema de que resultou a grita no Parlamento. Estamos particularmente interessados na exposição que V. Ex. desenvolve, mas, a meu ver, V. Ex. poderá elucidar mais amplamente o aspecto humano.

O Sr. Paulo Sarasate — Depois da exposição formularemos as perguntas que julgarmos necessárias. Já ficou assentado isso.

O Sr. Pereira da Silva — Sua Ex., por certo, abordará êsse ponto.

O Sr. Janduí Carneiro — Desejo observar que o Sr. Bouças teve ensêjo de citar vários Estados, entre os que contribuiram para a campanha da borracha. Ao que me parece, porém, omotiu a Paraíba.

O Sr. Valentim F. Bouças — V. Ex. tem razão, e eu me apresso em incluí-la.

O Sr. Janduí Carneiro — obrigado a V. Ex.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — A Paraíba contribuiu bastante.

O Sr. Valentim F. Bouças — O aparte do Sr. Agostinho Oliveira, preocupado com a situação do homem, prova o desejo de S. Ex. de amparar o principal elemento de tôda organização, que é o fator humano.

Neste sentido, penso que devíamos promover uma organização especial, autônoma, embora ligada ao Ministério da Agricultura, do Instituto Agronômico do Norte e da Fordlândia, indenizando o Govêrno Federal, o Banco da Borracha das obrigações já pagas e a pagar em ambas aquelas organizações, que deveriam ser, salvo melhor juízo, estações experimentais de agricultura tropical, a exemplo do que fizeram os inglêses em Trinidad. O que não pode é ficar a Fordlândia com o Banco de Crédito da Borracha.

O Banco de Crédito da Borracha deve ser imediatamente transformado em Banco da Produção Tropical, diversificando suas operações de forma a permitir igualmente a diversificação da produção no Norte e Nordeste. E' necessário dar-lhe uma estrutura bem sólida, para servir ao desenvolvimento industrial do Norte...

O Sr. João Botelho — Esclareço a V. Ex. que essa idéia foi objeto de um relatório meu na Conferência da Borracha, realizada há pouco no Ministério da Fazenda.

O Sr. Valentim F. Bouças — Deve-se elaborar, com urgência, nos têrmos da recomendação da Carta de Chapultepec, um programa urgente e mediato para a borracha, nos têrmos lembrados há dias pelo Sr. Pedro Chermont de Miranda, num artigo da seção Econômica do "Correio da Manhã " — isto é,

buscando uma escala descendente o reajustamento do preço entre a produção extrativa e o consumo industrial.

E' uma necessidade, porque, mantendo êsse preço para a borracha podemos chegar a um verdadeiro abismo. E' indispensável a reestruturação do Banco de Crédito da Borracha. Não podemos, porém, perder a oportunidade que nos assegura a própria Conferência de Chapultepec, ao resolver:

"1.º Que o contrôle especial que foi ou seja indispensável impor ao comércio internacional, devido a situação da guerra, deverá ser eliminado no interêsse do desenvolvimento comercial no período de apôs-guerra assim que seja possível e em escala compatível com o mais eficaz prosseguimento das hostilidades, estendendo-se que com a terminação das mesmas a conservação temporária de tais limitações poderá talvez ser necessária, porém ùnicamente para fins relacionados diretamente com a transição da guerra para a paz, ou com a estabilidade econômica do respectivo país durante tal período.

2.º Que para a modificação de leis, medidas e atos de emergência que tenham por objeto a proteção da economia nacional, cada govêrno americano adote um sistema gradual, levando em conta o rítmo em que se ampliem e renovem os meios de produção e de transporte desgastados em conseqüência dos progressos técnicos.

3.º Que se designem para as Comissões Nacionais de Fomento Inter-americano, entre suas finalidades, as seguintes:

*a*) A colaboração no estudo e na execução das medidas especiais de reconversão e reajustamento;

*b*) A execução da recomendação XXXVII da Ata Final da Conferência das Comissões Nacionais de Fomento interamericano realizada em Nova York, em Maio de 1944, relativa à arbitragem comercial.

4.º Que os governos dos Países americanos que se encontram atualmente em guerra, e que mantêm restrições, prioridades ou racionamento para suas exportações durante o período de transição, permitam, sôbre uma base justa e equitativa e nas maiores quantidades que sejam compatíveis com

um tratamento justo e equitativo de outros mercados externos, a exportação de ferramentas, maquinária, matérias primas e artigos essenciais ao consumo normal, a fim de que os demais países americanos possam desenvolver eficientemente suas atividades produtoras e especialmente as relativas à criação de novas indústrias, renovação de equipamentos das já existentes, melhoramento dos transportes e fornecimento dos artigos essenciais ao consumo normal.

(Aprovada na sessão plenária do dia 7 de Março de 1945)."

Para muitos, devíamos extinguir os contrôles. Na Conferência de Chapultepec encarou-se, entretanto, a situação do após-guerra, o período de transição. Daí ter-se votado a cláusula XX.

Quer dizer que se o Brasil elaborar agora uma tarifa protecionista, para impedir ou dificultar a entrada dos produtos manufaturados de procedência estrangeira, a fim de amparar a nossa situação, nenhum país poderá protestar, porque êles são os primeiros a conduzir êsse reajustamento mediante um programa a prazo determinado. Qualquer medida menos meditada seria contrária aos interêsses do nosso povo e de nossas relações internacionais.

O Sr. João Botelho — Desejo recordar a V. Ex. que na recente Conferência da borracha provocada pelos industriais paulistas, na Comissão de que eu fazia parte, entre outros ítens há um atinente ao preço do produto, terminada a vigência do acôrdo de Washington, no sentido de que a cotação possa descer sem ofender à fonte produtora e aos industriais, inclusive medidas protecionistas, que ficarão a cargo do govêrno e serão postas em prática na ocasião oportuna.

O Sr. Valentim F. Bouças — Julgo êsse ponto importante: se não agirmos assim, poderemos achar-nos ao fim de junho de 1947, à beira de um abismo e teremos, talvez, a repetição do cataclisma do "El Dourado". Precisamos ter a máxima cautela. Daí a nossa preocupação não só com a reestruturação do Banco de Crédito da Borracha, senão também com as condições que possam prevalecer na região Amazônica.

Só poderemos dizer se perdemos ou ganharmos a batalha da borracha, após terminados os acordos de Washington.

O Sr. Paulo Sarasate — Quando se tocou nesse ponto, o Dr. Firmo Dutra, Presidente do Banco de Crédito da Borracha, disse que era pessímismo. Devemos crer no homem do Brasil — era o "slogan" de S. Ex.

O Sr. Valentim F. Bouças — Vou dar um exemplo imediato: nosso consumo de borracha é de 15 mil toneladas excedentes de nossas necessidades. Se o preço é de 22,50 centavos, quem cobrirá essa diferença? O povo brasileiro? E' mister, desde logo, prever...

O Sr. Paulo Sarasate — Isso mesmo.

O Sr. Valentim F. Bouças — ...e não deixar chegar ao fundo do abismo.

O Sr. João Botelho — O Senhor Presidente da República, ao determinar a realização da Conferência da Borracha, teve em vista prever o futuro, conforme V. Ex. está equacionando o problema. Devo dizer que a coletânea de sugestões encaminhadas à Conferência forma um volume de mais de 400 páginas mimeografadas. Pelo trabalho realizado na Conferência se pode ver que procuramos o mesmo caminho para acertar no futuro, amparando o produtor da borracha e o manufaturador, representado pelos industriais. Os industriais estão de pleno acôrdo com os produtores e o Banco de Crédito da Borracha, e ficou mais ou menos estabelecido o "modus facendi" futuro, após o término do acôrdo da borracha. Acredito que tudo chegará a bom resultado, uma vez que todos os pontos de vista são convergentes, e se harmonizam com a orientação traçada por V. Ex.

O Sr. Valentim F. Bouças — Muito grato.

Quanto a êste problema temos, sem dúvida, de fixar dois pontos: a questão do seringalista e a do seringueiro.

Com relação ao seringalista, enquanto o resto do país teve quase completa liberdade para levantar os preços, enquanto para êles não se pôde manter uma garantia de preço na com-

pra das utilidades e mantimentos, ficaram sujeitos a uma cotação determinada para a venda do produto de seu trabalho, devida a um acôrdo internacional. Nesse setor exerci, incontestàvelmente, grande atuação e tenho, pois, responsabilidade.

Não podemos, é minha opinião, continuar a enviar o homem às selvas amazônicas, como aconteceu durante a guerra e nas épocas passadas. Outrora havia a atração do *El Dourado*, que trouxe, como resultado, o doloroso espetáculo tão bem descrito no livro *A Selva*. Lembra-nos ainda aquela página dolorosa, cheia de lágrimas e sangue, narrada por Osvaldo Cruz — milhares de brasileiros que tombaram nas selvas.

Temos, portanto, agora a obrigação de olhar a parte econômica e, paralelamente, a social, a humana.

Foi no princípio de 1933 se não me falha a memória, ao se agravar a situação dos cafeicultores, que o govêrno resolveu promover o reajustamento econômico, a fim de que fôssem salvas as fazendas.

Hoje, olhando para o norte e observando a vida trágica dos seringueiros, isolados, pode-se dizer, da civilização...

O Sr. João Botelho — Muito bem.

O Sr. Valentim F. Bouças —... sentindo que, para protegê-los, é preciso promover a plantação racional da borracha, constatamos a necessidade de se elaborar um programa. Êsse programa pode ter, como ponto de partida, não só os ensinamentos emanados do Instituto Agronômico do Norte, mas também das plantações da Fordlândia.

Cumpre, nesta emergência, ao govêrno, elaborar um programa de reajustamento econômico dos seringuais, pois que os homens que alí trabalham talvez não tenham recebido o amparo concedido aos filhos de outras regiões.

O reajustamento econômico é indispensável, para aquela gente, e não atingirá somas tão vultosas. As autoridades não podem abandonar aquêles homens que, em momento tão difícil para a humanidade, não trepidaram em embrenhar-se pelas selvas, isolando-se da civilização, enfrentando tôda a sorte de perigos em busca de um elemento essencial à vitória das Nações Unidas.

De outro lado, Srs. Representantes, temos de amparar o seringueiro, assim como amparamos o soldado que foi para os campos de batalha, tudo arriscando, inclusive a própria vida, para defender as côres de nossa bandeira e a honra nacional.

O seringueiro também não deixou de arriscar sua vida. Foi um verdadeiro soldado que lutou tenazmente para a conquista da vitória.

Pois bem: o govêrno tem, no Banco da Borracha, um fundo especial e, além disso, assumiu a obrigação, na ocasião em que o Govêrno Norte-Americano concordou com a elevação do preço de 45 para 60 centavos, assumiu a obrigação, repito, de contribuir para êsse fundo com 10 milhões de cruzeiros.

Além disso, dos fundos da CAETA, que estavam a nosso cargo, houve um saldo de quase 2 milhões de cruzeiros. Êsses recursos devem constituir, portanto, juntamente com aquêle que se acha no fundo especial do Banco de Crédito da Borracha, elementos com que atender a uma parte do programa de amparo aos homens que foram para a Amazônia.

O homem do nordeste é, incontestàvelmente, uma das maiores reservas que o Brasil possui. (*Muito bem*). Fala-se no adiantamento do sul, do seu progresso; mas é preciso não esquecer que pouca gente foi capaz até hoje de embrenhar-se nas selvas da Amazônia, como tem feito o nordestino. Cabe-lhes, pois, um indiscutível direito de conquista, direito que não esquecemos ao firmar os acordos de Washington.

Acredito que, no decorrer dessa grande campanha, vidas tenham sido sacrificadas. Jamais porém, esquecemos êsses homens, pois sabemos perfeitamente que o homem é a base de tôda e qualquer organização. E o nordestino tem dado o melhor de seu esfôrço no sentido de desenvolver e povoar aquela vasta região que se chama Amazônia. (*Muito bem.*)

Não podemos, de modo algum olvidar semelhante realidade.

O fato de ali terem deixado a vida várias criaturas, não é motivo para que se abandone a região. O mundo talvez esteja caminhando para a separação de Continentes. E a Ama-

zônia representa fonte extraordinária de riquezas, semelhantes àquelas que os norte-americanos exploravam na Ásia. Temos borracha, óleos vegetais, fibras, madeiras e, ainda, rios piscosos, cuja industrialização está a desafiar nossa iniciativa.

O Sr. João Botelho — E a cobiça humana. Muito bem.

O Sr. Valentim F. Bouças — Perfeitamente. Tudo quanto fizermos pelo norte não significa sacrifício mas uma apólice de seguro para defendermos a nossa nacionalidade. Esta admirável herança, que recebemos de nossos antepassados, há mais de quatro séculos, não pode ser abandonada. Se temos vivido unidos até hoje, apesar de tudo, isto não deve sevir de argumento para que abandonemos o norte: ao contrário, cabe-nos ampará-lo, dentro do espírito de justiça, de realidade humana e econômica.

Faço votos para que o nosso govêrno, com o Banco de Crédito da Borracha, aproveitando a experiência adquirida nesta grande campanha, possa proporcionar ao norte a independência econômica, para que essa vasta região não continui a ser assim como que uma colônia do sul.

O Sr. Paulo Sarasate — Ouvimos a autorizada palavra do senhor Valentim Bouças e quero, a título de esclarecimento, formular algumas perguntas.

Acho que V. Ex., no limitado tempo de que dispomos, abordou o problema exaustivamente.

Como foi dito há pouco, o objeto essencial desta Comissão é examinar o aspecto humano da questão porque o aspecto econômico foi tratado em outras Commissões ou Conferências diversas.

Isto não quer dizer que tôda a exposição de V. Ex. não esteja diretamente ligada ao assunto: foi muito útil e, na realidade, todos os pontos focalizados se entrosam com a sorte do homem nordestino na Amazônia.

V. Ex. disse que havia, no Banco de Crédito da Borracha, uma reserva, "intocável" — expressão textual de V. Ex., — produto do prêmio adicional de exportação conferido pelos Estados Unidos, e que orça por 100 milhões de cruzeiros.

Poderia V. Ex. informar se essa reserva, que considera "intocável", está *intocada?*

O Sr. Valentim F. Bouças — Pelo relatório do Banco, verifico que, infelizmente, grande soma já foi distribuída, sendo que mais da metade se destina à Fordlândia. Daí minha reserva sôbre o assunto. Como já disse, o dinheiro, a meu ver, a ser empregado na Fordlândia, não deve provir do Banco da Borracha, mas, sim do Ministério da Agricultura. Sou de opinião que o Govêrno Federal indenize o Banco de Crédito da Borracha por êsse montante.

O Sr. Paulo Sarasate — Que, realmente, devia ser "intocável", não?

O Sr. Valentim F. Bouças — Perfeitamente.

O Sr. Paulo Sarasate — Diz V. Ex. que essa importância devia ser destinada à valorização da economia amazonense e do homem que ali se encontra instalado.

O Sr. Valentim F. Bouças — Isso mesmo.

O Sr. Paulo Sarasate — Perguntaria a V. Ex. se concorda em que, por causas conhecidas, que não vêm a pêlo repetir no momento, no presente se verifica o seguinte:

1.º Há assistência social e médica deficiente ao trabalhador que se encontra na Amazônia.

Como disse, é por vários motivos que essa assistência é deficiente no momento, mesmo devido a circunstâncias de ordem geográfica. Quem conhece a Amazônia sabe que não é possível prestar ao homem uma assistência social e médica imediata, em todos os quadrantes do panorama amazônico. Essa assistência tem de se processar continuadamente.

O Sr. Valentim F. Bouças — Sim. E tem de ser concentrada nos pontos mais populosos. Quem conhece a Amazônia, como tive ocasião de o fazer em várias viagens, sabe quantos dias, quantas semanas mesmo se leva para ir de um seringal a outro.

O Sr. Paulo Sarasate — Como dizia, V. Ex. concorda em que, por causas diversas não pode ser atendida, até agora, eficientemente, a obra de assistência a todos os trabalhadores empenhados na produção da borracha.

2.º — V. Ex. concorda, igualmente, em que há nordestinos que foram trabalhar na campanha da borracha e se acham desviados, dessa campanha, na Amazônia, alguns em serviços de outra natureza e outros desejosos de retornar ao seu "habitat", à região nordestina?

O Sr. Valentim F. Bouças — Quando deixamos os trabalhos da Comissão, há mais de um ano, já se esboçava, de fato, essa situação. Com a corrida para os seringais, quando os nossos homens que iam do nordeste para a campanha da borracha chegavam a certos centros, como Belém e Manáus, encontravam, geralmente, falta de braços, e eram solicitados a suprir essa falta.

Numa das minhas visitas a Manáus, observei, haver falta de energia elétrica, carente que se achava a emprêsa de homens para tirar lenha com que se abastecesse a usina. Foi preciso, certa feita, distrair os homens em demanda dos seringais, para buscar êsse combustível como para auxiliar o serviço de estiva nos portos. Em última análise, o que se verificou foi uma compensação: enquanto os homens dessas cidades foram para os seringais, os que se encaminhavam do nosdeste supriram sua falta.

O Sr. Paulo Sarasate — Outro item.

Muitos desses homens, por circunstâncias várias, sabe V. Ex. que estão desejosos de voltar. Alguns estão regressando, outros não o têm podido, inclusive por dificuldade de transporte e, o que é pior e mais triste, por deficiência de numerário para o pagamento desse transporte.

O Sr. Valentim F. Bouças — Se V.V. E.Ex.ª permitem, o Sr. Olímpio Flôres, Superintendente da CAETA, dará o necessário esclarecimento.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Perfeitamente.

O Sr. Olímpio Flôres — À nossa Commisão têm chegado homens para reclamar auxílio financeiro. São homens já chegados ao Rio de Janeiro. Queria lembrar que as maiores reclamações recebidas pela Comissão se originam de mil e tantos homens trabalhadores, que, chegando ao Rio, nos procura-

va. Quero ressaltar, ainda, que, pelo decreto 5. 213, de 14 de setembro de 1943 a CAETA foi criada apenas com a função de recrutar e encaminhar para a Amazônia, 16.000 trabalhadores. Feita a colocação, cessava a responsabilidade da CAETA.

O Sr. Paudo Sarasate — Logo, a responsabilidade da Comissão não está em cheque, porque o DNI era encarregada, conforme declarou mesmo seu próprio representante, em depoimento, apenas, o fato.

Outro ponto.

Como V. Ex. disse em sua exposição, inicialmente os homens iam para a batalha da borracha sem estar acompanhado de suas respectivas famílias. Só posteriormente, diante da situação aflitiva que se desenhava, se processou a ida dos trabalhadores acompanhados das famílias.

Nestas condições, aquêles que foram, inicialmente, desacompanhados, deixaram-nas em situação mais ou menos duvidosa nos estados do nordeste. E' uma verdade que nós, nordestinos, constatamos e ninguém pode pôr em dúvida. V. Ex. sabe perfeitamente disso.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Há, também, o caso daquele abono familiar que se comprometeram a dar e não foi propiciado.

O Sr. Valentim F. Bouças — O Banco de Crédito da Borracha tinha obrigações com essas famílias.

O Sr. Paulo Sarasate — Outro ponto. Sabe V. Ex., igualmente, que há trabalhadores que regressaram por intermédio do DNI, em situação física precária. Não quero fazer censura, mas constatar o fato. Por várias causas há trabalhadores que regressaram, como disse, fìsicamente prejudicados e se encontram no nordeste sem poder desenvolver suas atividades com as mesmas possibilidades dos tempos anteriores. Diante dêste quadro, V. Ex. se impunha a revalorização desse material humano. Eu concordo que se impõe essa revalorização. E V. Ex. alude, para isso, à necessidade de dispormos daquela reserva, que devia existir "intocada" no Banco de Crédito da Borracha.

O Sr. Valentim F. Bouças — Perfeitamente.

O Sr. Paulo Sarasate — Estou de acôrdo em que essa reserva ou parte dela seja dedicada ao plano da revalorização não só dos homens que se encontram no nordeste e de suas famílias como dos que desejam regressar ao nordeste e dos que estão cooperando lá e devem continuar.

O Sr. Valentim F. Bouças — Minha idéia, mesmo, e que devíamos fazer um acôrdo, por exemplo, com os governos do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e o Banco da Borracha, para que pudessem realizar êsse trabalho de assistência.

O Sr. Paulo Sarasate — Perfeito.

Isso, no tocante a um plano mais ou menos definitivo.

Mas pergunto a V. Ex., como conhecedor do assunto — que sugeriria de imediato? Não me refiro a êsse plano definitivo, e sem prejuízo dêle. Que poderíamos fazer desde logo no sentido de atender a parte dessas necessidades? Há uma sugestão do Instituto do Nordeste, de criar uma Comissão ou encarregar-se determinada organização, que poderia ser o próprio DNI, para fazer o retorno dos homens que quizessem voltar, e, também, de prestar assistência àqueles que se encontram no nordeste. Acha possível alguma medida urgente nesse sentido, enquanto se processa à elaboração do plano?

O Sr. Valentim F. Bouças — Sim. O Banco de Crédito da Borracha, que dispõe, para isso, de um fundo especial, devia entender-se com os Estados do nordeste, a fim de, junto com o DNI, estabelecer um programa de amparo a essa gente.

O Sr. Paulo Sarasate — Acho que será a conclusão da nossa Comissão.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Isto, realmente, é coisa já palpável, uma solução.

O Sr. Pereira da Silva — O que mais nos interessa.

O Sr. Paulo Sarasate — Agradeço a explicação de V. Ex., Sr. Bouças.

O Sr. Valentim F. Bouças — Acho que o saldo existente na CAETA, bem como os 10 milhões de cruzeiros que o govêrno deve ao fundo especial do Banco de Crédito da Borracha, podem constituir um início de fundo para atender a êsse plano de serviço.

O Sr. Pereira da Silva — Fundo social.

O Sr. Valentim F. Bouças — Perfeitamente: fundo social.

O Sr. Paulo Sarasate — Estou de pleno acôrdo.

Apenas mais uma pergunta, para terminar.

Qual o total da impotência com que contribuiram os Estados Unidos para a batalha da borracha e suas conseqüências?

O Sr. Valentim F. Bouças — E' muito difícil sabermos a importância total, mas, para o que chamamos — acôrdo dos trabalhadores, a importância ascendeu a 5 milhões de dólares...

O Sr. Paulo Sarasate — Para o transporte dos trabalhadores sòmente.

O Sr. Valentim F. Bouças — Sim. Quanto ao mais, será preciso fazer uma grande contabilidade...

O Sr. Paulo Sarasate — Ainda não foi feita?

O Sr. Valentim F. Bouças — ... porque são coisas dos próprios norte-americanos, que gastaram êsse dinheiro. A única importância entregue ao Brasil é esta de 5 milhões de dólares, sendo que, inicialmente, o acôrdo foi feito com a Coordenação da Mobilização Econômica — o SEMTA, sob a responsabilidade do Ministro João Alberto, e que transportou, como os Senhores sabem...10.173 trabalhadores. Depois, competia-nos, na Caeta levar 16.000 trabalhadores, assim como solucionar o caso daquêles dependentes que haviam ficado nos núcleos do Ceará.

O Sr. Paulo Sarasate — Estou plenamente satisfeito. Nada mais tenho a ecrescentar.

O Sr. Fernandes Távora. Presidente — Mais alguma pergunta?

O Sr. João Botelho — Meu distinto colega, Sr. Paulo Sarasate, referiu-se a assistência precária. O Sr. Bouças deu a resposta que achava ser cabível. Pergunto a S. Ex. se essa assistência dada ao trabalhadores, na quadra da batalha da borracha, em relação ao passado, na sêca de 70, foi efetivamente melhor ou pior?

O Sr. Paulo Sarasate — Só pode ter sido muito melhor.

O Sr. Valentim F. Bouças — Basta ler o relatório de Osvaldo Cruz; ao chegar o grande sábio a Pôrto Velho, descreve

a tragédia que presenciou em Candelária e Santo Antônio, onde, ao par das epidemias o gado era abatido a tiros nas ruas e os urubus se misturavam com a população.

O Sr. Paulo Sarasate — Só pode ter sido muito melhor a assistência agora. Um simples cotêjo das importâncias despendidas àquele tempo e hoje o revela.

O Sr. João Botelho — Não terá havido, por certo, a perda que de início se anunciou no plenário da Assembléia, com base na entrevista e declarações de uma caravana de estudantes, que, indo à região, falara em 20.000 mortes. Esta Comissão foi formada para apurar a possibilidade do retôrno dos que quiserem voltar a seus pagos e cuidar da permanência dos que desejarem ficar na Amazônia. Já estamos esclarecidos de que, dada a assistência proporcionada por todos êsses órgãos que, mais tarde se fundiram na CAETA, é de presumir, frente ao passado, que o valor humano não foi atacado por moléstias de tal modo a ser tão elevada a mortandade. Sei que naquela alegação, feita por estudantes, vai muito de entusiasmo patriótico a que V. Ex. se referiu, de que os homens chegavam à Amazônia e iam se ocupar de misteres alheios à extração da borracha. e que os próprios filhos da região substituindo-os nesse mister, iam cortar a seringueira, porque o "brabo", como se diz na gíria, é quem melhor conhece essa tarefa...

O Sr. Paulo Sarasate — E' o "brabo" quem faz habitualmente êsse trabalho.

O Sr. João Botelho — ...parece que, nesse ponto, tivemos a confirmação de V. Ex. V. Ex. concorda?

O Sr. Valentim F. Bouças — Confesso a VV. EEx. que somos muito gratos àqueles estudantes...

O Sr. João Botelho — Sem dúvida.

O Sr. Valentim F. Bouças — ...*porque*, não fôssem êles e não teríamos ocasião de trazer todos êsses fatos ao conhecimento da opinião pública; e talvez não chegássemos tão fàcilmente a uma solução para o caso.

O Sr. Paulo Sarasate — Muito bem.

O Sr. João Botelho — Aliás, na minha referência aos estudantes não há propósito de censura. Meu intuito era de de-

monstrar que aquela zona não é merecedora de semelhante campanha alarmista, que, afinal, se reflete sôbre o Brasil. O Amazonas, como o Sr. Bouças mesmo afirmou, é, na realidade, a grande reserva do Brasil, quiçá do mundo.

O Sr. Valentim F. Bouças — E' verdade.

O Sr. João Botelho — Quer pelo seu parque oleífero, suas florestas imensas, suas fontes inesgotáveis de peixe, onde precisamos estabelecer a piscicultura intensiva, a Amazônia é digna da atenção de todos os brasileiros. Não nos esqueçamos de que o Japão começou a formar sua fortuna e chegou a consolidar sua economia com a indústria do peixe.

O Sr. Paulo Sarasate — Essa referência a uma campanha alarmista baseou-se nas palavras do Ministro João Alberto. S. Ex., em uma mesa redonda, afirmou que a campanha alarmista repercutira até nos Estados Unidos. De qualquer maneira, que essa campanha foi salutar, provam-nos os fatos, que aí estão diante de nós.

O Sr. Valentim F. Bouças — Devo dizer mais a V. Ex., Senhor Presidente, que meus votos são no sentido de que a atitude tomada pela Assembléia Constituinte, criando Comissões como esta, sirva de exemplo ao Parlamento Nacional prestes a se inaugurar. Que uma Comissão de Inquéritos como esta se faça permanente, para atender aos casos de interêsse nacional, a fim de estabelecer a verdade e fazer justiça aos homens.

O Sr. João Botelho — Sem demérito para os Constituintes de outras quadras, coube aos de 46 a grande primazia de formar várias Comissões destinadas a abordar os problemas nacionais. Infelizmente êstes órgãos não tiveram tempo para realizar trabalho de fôlego. Mesmo assim, dentro do pouco tempo de que dispuseram, os arquivos dessas Comissões nos apresentam pareceres brilhantes, relatórios ótimos, equacionando por completo os problemas do Brasil. Acho que êstes órgãos se desdobrarão, na Câmara ordinária, em outros tantos, todos utilíssimos à nacionalidade.

O Sr. Janduí Carneiro — Uma ligeira retificação: realmente, a mortalidade da Amazônia, dos elementos idos do nor-

deste, foi alta. Embora não se possa asseverar algo de positivo, pela falta de estatística, tudo indica que a mortalidade foi acentuada ou está sendo, devido às doenças.

O Sr. Pereira da Silva — E' mais lenda do que realidade.

O Sr. Janduí Carneiro — Refiro-me ao pessoal adventício. Os nordestinos da Paraíba — creio que o mesmo ocorre com os do Ceará e Rio Grande do Norte — que estão regressando da Amazônia, são sub-normais, estão em condições físicas precaríssimas...

O Sr. Paulo Sarasate — E' fato.

O Sr. Janduí Carneiro — ...verdadeiros trapos, cobertos de andrajos, sem vintém e sem saúde. Até agora, da campanha da borracha — a não ser êste lado nacional, econômico e, também, essa obrigação internacional de auxiliar as Nações Unidas na conquista da vitória — até agora os estados do nordeste receberam, apenas o "abacaxi".

O Sr. Paulo Sarasate — Sòmente os ônus.

O Sr. Janduí Carneiro — Em minhas palavras não se veja qualquer ofensa ao Sr. Valentim Bouças, que, de fato, muito tem trabalhado.

O Sr. Valentim F. Bouças — Muito obrigado.

Peço licença para dizer que só mesmo o imperativo da guerra poderia impor a situação a que foram conduzidos alguns de nossos patrícios. Por isso julgo que temos de proceder imediatamente a uma revalorização não só do homem como da economia amazônica, a fim de evitar que, no futuro, defrontemos situação análoga. E' preciso conhecer de perto a Amazônia para avaliar das dificuldades quase intransponíveis com que se luta, naquelas terras imensas, naquelas distâncias colossais que temos de vencer.

O Sr. João Botelho — Aliás, o clima — V. Ex. sabe, porque é um estudioso das coisas da Amazônia — é muito caluniado. Na realidade, é um dos melhores do mundo, na opinião de cientistas notáveis.

O Sr. Paulo Sarate — São verdadeiras teses, que não nos cabe discutir no momento.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Podemos nos contentar com o que nos expos o Sr. Valentim Bouças. Na campanha da borracha temos a considerar dois pontos: primeiramente, o resultado econômico que, se não atingiu a uma produção...

O Sr. João Botelho — Maravilhosa.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — ... inteiramente satisfatória, foi relativa ao pessoal empregado: quanto ao material humano, foi desastrosa e sôbre isso não temos a menor dúvida.

O Sr. Paulo Sarasate — Só a guerra justifica o sacrifício.

O Sr. Jandu, Carneiro — Se pusermos em prática as idéias do Sr. Bouças. do fundo de reserva de Crédito da Borracha ser distribuido por todos os estados que concorreram para a campanha da borracha, vamos ver que obtivemos algum resul tado também em favor daquelas populações.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — E' mister amparar êsses homens que voltam quase sem vida.

O Sr. João Botelho — V. Ex. nos comunica ter formulado um apêlo aos norte-americanos, no sentido de que a parte com que entraram para o Banco de Crédito da Borracha — 3 milhões de dólares ou 60 milhões de cruzeiros — fôsse entregue ao govêrno do Brasil ou àquele estabelecimento, a fim de que as ações a ela correspondentes coubessem aos estados que tomaram parte na campanha da borracha. Com efeito, aquêle fundo disponível, pela sua própria finalidade, é para ser aplicada "in loco", na região, na valorização do homem da Amazônia e do nordeste.

O Sr. Euzébio Rocha — Pederia a palavra sòmente para formular duas perguntas.

Minhas homenagens ao Sr. Valentim Bouças, pela maneira brilhante por que expôs o assunto, de modo a quase nada deixar que comportasse perguntas ou pedidos de esclarecimentos complementares. Desejaria que V. Ex. informasse, entretanto, para melhor consolidar meus conhecimentos, qual era, aproximadamente, o fundo de que dispunha o Banco de Crédito da Borracha para a realização da campanha?

O Sr. Valentim F. Bouças — O Banco de Crédito da Borracha foi fundado com o capital de 50 milhões de cruzeiros; em seguida, diante do desenvolvimento que vinham tomando as operações, convencemos, não só nosso govêrno, como o norte-americano, a elevar o capital para 150 milhões de cruzeiros. Além disso, como tínhamos não só o lucro normal do Banco em suas operações, mas também o prêmio que lhe era assegurado pelos acôrdos com os Estados Unidos, e outros lucros eventuais como o dos salvados, constatamos que o capital seria de 150 milhões, enquanto o seu fundo de reserva atingiria quase idêntica quantia. As prespectivas eram auspiciosas quando consideramos que as grandes instituições econômicas, industriais ou comerciais, só depois de muitos anos conseguem usufruir resultados que correspondem a 50% do seu capital, enquanto o Banco de Crédito da Borracha, em três anos de atividade, já possuia um fundo de valor igual ao seu próprio capital. Foi, positivamente, um trabalho frutuoso.

O aparte do nobre Representante de S. Paulo muito me apraz, pois me oferece oportunidade de reiterar a ponderação de que não devemos dispensar dêsses recursos, porque pertencem ao elemento humano. Devemos valorizar o homem e nunca abandoná-lo.

O Sr. João Botelho — Perfeitamente.

O Sr. Valentim F. Bouças — Reconheço naturalmente a razão que assiste aos ilustres Representantes, quando procuram, por todos os meios, colocar o fator humano em primeiro plano.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — Muito bem.

O Sr. Valentim F. Bouças — Não é de hoje que muito me preocupa a situação do norte e do nordeste brasileiro. O ilustre Presidente desta Comissão está a par da maneira pela qual defendi, nos Estados Unidos, em 1933, os interêsses do Ceará, esclarecendo a questão de sua dívida externa. O Estado havia contraído um empréstimo de 2 milhões de dólares e, a escrita, consignava apenas o recebimento de 155 mil. Entrando na análise dêsse empréstimo, podemos constatar que o Estado, já ten-

do entrado com 1.180.000 dólares para atender ao serviço daquele compromisso ainda continuava com um débito de 1.980.000.

O Sr. Paulo Sarasate — E' uma verdade: recordo-me de que, quando V. Ex. tratou do assunto nos Estados, proferi, a respeito, longo discurso, na Assembléia Legislativa do Ceará.

O Sr. Valentim F. Bouças — Lembro-me perfeitamente do fato e guardo as palavras de V. Ex., como guardo as daquele grande homem que foi o Major Carneiro de Mendonça; palavras que, para mim, representam a maior paga que poderia esperar pelos meus esforços. Guardo em meu coração as expressões de que usou, quando, ao despedir-me do povo cearense, teve ensejo de mencionar o trabalho que desinteressadamnte havíamos feito em prol de seu estado natal.

Eu próprio, como estudioso de assuntos econômicos, e financeiros, não tive dúvida em aconselhar à Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros o repúdio da dívida do Estado do Ceará, sob a forma por que se apresentava, e o fiz nos seguintes têrmos:

"Meus senhores:

Para relatar tôdas as demarches, e investigações sôbre êste malfadado empréstimo precisava de vários dias, como posso provar pelos documentos que trouxe e que aquí estão anexos. Na qualidade de Secretário Técnico, e tendo em vista tudo quanto me foi dado investigar e esclarecer, sou obrigado a recomendar a esta Comissão, que pelas razões expostas, seja o Senhor Interventor autorizado a anunciar o repúdio daquela dívida, dando as razões que constam desta exposição e mais da documentação que trouxe, e que lhe deve ser presente.

Em resumo, são as seguintes aquelas razões:

*a*) Foi leonino o contrato de empréstimo,, constituindo-se firmas diversas, sob a mesma direção, contra o Tesouro Cearense:

*b*) Houve a infração de diversas cláusulas dêsse contrato, sendo assim enormemente lesados os interêsses do Estado.

Exemplos: a compra inoportuna de francos; sua não entrega a Louis Dreyfus; sua reconversão; e aquêle no pagamento dos juros de 3%;

*c*) A entrega pela Interstate a elemento seu, absolutamente inidôneo, das obras da cidade de Fortaleza, elemento que abandonou as ditas obras quando o não podia fazer, e não prestando contas ainda ao Estado, da soma que, por sua conta, recebera dos banqueiros:

*d*) A incapacidade em que se encontra o Banco de reembolsar o Estado de seu depósito;

e) A situação da firma Bayley & Co. da Mortgasse de Interstate. A primeira em falência; a segunda, em receivership; e a terceira em liquidação judicial (falência), estando seus diretores respondendo a processo criminal, perante a justiça federal.

Êstes fatos têm de ser devidamente considerados.

Não é possível que um povo laborioso como o Cearense, orgulho da resistência de nossa raça, se veja obrigado a arcar com as responsabilidades de maiores impostos, para encaminhar o seu produto a mãos verdadeiramente criminosas e que só tiveram em vista sugar-lhe a economia.

Um povo que constantemente já é assoberbado pelos caprichos da natureza através das tristes sêcas, não pode continuar à mercê de tais desvios, muito mais do que simples erros.

Embora a maior amizade e o maior respeito me liguem ao povo americano, não posso, neste caso, deixar de abrir um parêntesis para aconselhar ao Estado do Ceará a tomar medida de repúdio *in totum* daquelas dívidas. Estou certo, de que uma vez reconhecidas as causas determinantes desta medida, será ela justamente homologada até mesmo naquele país, tão nosso amigo, pelos seus homens de maior responsabilidade.

Na conversação que tive ocasião, êste ano, de manter com o Presidente Roosevelt, pude certificar-me da nova política, interna e externa que êste grande Presidente vem imprimindo aos Estados Unidos. De um lado, êle procura, por todos os meios os direitos e a independência dos países dêste continente,

desenvolvendo sincera e leal campanha de amizade para com êles, não permitindo, sob qualquer pretexto, que interêsses os materiais possam perturbar as relações daquela natureza que devem ligar os povos irmãos da América. Quando ao seu plano econômico, apesar de tôda a guerra que possa sofrer, êle o defende, quando afirma: "Nós estamos construindo o edifício do novo progresso, edifício que será um templo, quando terminado, templo de maior justiça social, e de melhor bem-estar na América. Esta será extenso lar de comunhão e não o que é ainda hoje, centro de vendilhões de interêsses e mendigos inquietos".

Assim me manifestei há treze anos...

O Sr. João Botelho — E continua a agir até hoje.

O Sr. Valentim F. Bouças — ... e essa mesma mentalidade, êsse mesmo modo de olhar com respeito e consideração tudo quanto se relaciona com o Norte e o Nordeste do país, conservo até a presente data.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — E nós lhe agradecemos todos êsses serviços e a boa vontade constantemente manifestada em favor daquela região.

O Sr. Euzébio Rocha — Agradeço os esclarecimentos prestados pelo Sr. Valentim Bouças. Quero dizer que, embora representando São Paulo, acompanho, com profunda emoção e interêsse, o desenvolvimento da tese abordada por V. Ex. que considero magnífico ponto de partida para a solução do problema econômico do Norte.

Sei que V. Ex. sabe, realmente, encarar o problema fundamental. Sem reabilitarmos econômicamente o Norte, não poderemos conquistar a emancipação daquela zona. O Brasil tem sido até certo ponto sacrificado pelas injunções internacionais, que o transformaram como que em um país semicolonial. Precisamos trabalhar, por todos os meios, no sentido de nos libertamos dessa situação, dando ao povo a emancipação pela qual tanto anseia.

O Sr. Fernandes Távora Presidente — Com prazer verificamos que a exposição do Sr. Valentim Bouças foi completa...

O Sr. João Botelho — Magnífica.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente —... perfeita, de todo o movimento que se fez em tôrno da campanha da borracha, desde os seus primórdios. (*Muito bem*).

Por conseguinte, as palavras do Senhor Valentim Bouças trouxeram-nos um grande confôrto e estou certo de que quando concluirmos os nossos trabalhos, não teremos realizado obra improfícua. Muito ao contrário, teremos trabalhado em prol dos nordestinos, nosso principal escôpo.

Agradecemos a S. Ex. do grande contingente de dados e esclarecimentos que nos trouxe e, sobretudo, a grande boa vontade sempre demonstrada por sua pessoa, com relação aos nossos patrícios do nordeste.

O Sr. João Botelho — Senhor Presidente, penso não ser demasia, com base nas palavras de V. Ex., façamos lançar, na ata dos trabalhos desta Comissão um voto de congratulações com o Sr. Valentim Bouças, pelo modo patriótico com que atendeu ao nosso chamado e pela maneira clara e precisa com que equacionou os problemas, particularmente na parte que diz respeito à valorização e assistência do homem.

O Sr. Fernandes Távora, Presidente — O voto por Vossa Ex. proposto está contido nas minhas próprias palavras.

Agradecendo mais uma vez a atenção que nos dispensou o Sr. Bouças, dou por encerrada a reunião.

# ÍNDICE


| | Pág. |
|---|---|
| Prefácio | 5 |
| Acordos de Washington | 7 |
| O nosso desenvolvimento econômico | 25 |
| O programa de produção da borracha brasileira | 35 |
| Economia cafeeira | 95 |
| O discurso de Ribeirão Preto | 113 |
| Sociedade Brasileira de Estatística | 127 |
| Realidades da economia brasileira na guerra e na paz | 137 |
| Criticar para construir | 173 |
| Reabilitação econômica | 223 |
| Direito de greve | 231 |
| Aspectos da luta pela borracha | 237 |
| A luta pelo preço | 247 |
| O colonialismo do café brasileiro | 259 |
| Tributo pago pelos que servem desinteressadamente ao seu país | |
| I — A dívida externa na Assembléia Nacional Constituinte | 267 |
| II — Comissão de inquérito da Campanha da borracha | 289 |

**ESTUDOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS** — Vol. I — Valentim F. Bouças ..... 150,00

**HISTÓRIA DA DÍVIDA EXTERNA** — 2.ª edição — Valentim F. Bouças ..... 100,00

**NATUREZA E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS TRIBUTÁRIAS** — Ezio Vanoni — Tradução de Rubens Gomes de Sousa ..... 180,00

**FINANÇAS COMPARADAS** — Henry Laufenburger — Tradução do Prof. Silveira Lobo ..... 200,00

**LEOPOLDO DE BULHÕES** — Um Financista de Princípios — Augusto de Bulhões ..... 200,00

**ORÇAMENTO BRASILEIRO** — 2.ª edição — Arízio de Viana 100,00

**À MARGEM DE UM RELATÓRIO (Missão Abbink)** — Octávio Gouvêa de Bulhões ..... 120,00

**O IMPÔSTO — Teoria Moderna e Principais Sistemas** — 2.ª edição — Paul Hugon ..... 100,00

**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA** — Aristóphanes Accioly ..... 35,00

**INTRODUÇÃO À POLÍTICA FISCAL** — Bernard Pajiste ... 130,00

**DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS** — Publicação n.º 1 do I. B. D. F. ..... 40,00

**CONTRÔLE FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS** — Affonso Almiro ..... 35,00

**SÉRIE FINANÇAS EM DEBATE**

**I — Normas Gerais de Direito Financeiro** ..... 30,00

**II — Balanço Econômico** ..... 30,00

**III — Problemas Fundamentais do Brasil** ..... 30,00

**IV — Municipalismo em Têrmos Financeiros** ..... 30,00

**V — Orçamento Cíclicos** ..... 30,00

**Pedidos para Caixa Postal n.º 4130**

Edições Financeiras S.A.
Rua Debret 23-sala 1107
Rio de Janeiro

EDITOR BORSOI
Rua Prof.ª Ester de Melo, 88 — Rio de Janeiro

D.A.-NRA-GB
57903
CAM. INVENTARIO
PORT. 114 7

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Biblioteca do Ministério da Fazenda

COFRE

782 - 54